



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

**FELTE BEZERRA:
UM ODONTÓLOGO NO CONTEXTO DE
RECEPÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL**

FÁBIO SILVA SOUZA

São Cristóvão
2022



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

**FELTE BEZERRA:
UM ODONTÓLOGO NO CONTEXTO DE
RECEPÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL**

FÁBIO SILVA SOUZA

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Sociologia.

São Cristóvão
2022

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S729f Souza, Fábio Silva
Felte Bezerra : um odontólogo no contexto de recepção das
Ciências Sociais no Brasil / Fábio Silva Souza ; orientador Ivan
Fontes Barbosa. – São Cristóvão, SE, 2022.
261 f. : il.

Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de
Sergipe, 2022.

1. Sociologia. 2. Civilização moderna. 3. Ciências sociais –
Brasil. 4. Miscigenação. 5. Bezerra, Felte, 1909-1990. I. Barbosa,
Ivan Fontes, orient. II. Título.

CDU 316(81)

**FELTE BEZERRA:
UM ODONTÓLOGO NO CONTEXTO DE
RECEPÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL**

FÁBIO SILVA SOUZA

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal De Sergipe, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Prof. Dr. Ivan Fontes Barbosa – Presidente, PPGS / UFS

Prof^ª Dr^a Maria Laura Viveiros de Castro, PPGSA / UFRJ

Prof^ª Dr^a Alessandra Santos Nascimento, UNESP / Araraquara

Prof. Dr. Péricles Moraes de Andrade Junior, PPGS / UFS

Prof. Dr. Rogério Proença Leite, PPGS / UFS

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ivan Fontes Barbosa, por me aceitar enquanto seu orientando, ofertando dicas, sugestões e correções ao longo dos anos de pesquisa da tese, concedendo espaços de apresentação e discussão, de modo a amadurecer ideias e resultados aqui apresentados.

Ao Prof. Dr. Rogério Proença Leite, meu orientador de mestrado, por ter aceitado meu nome como seu orientando na seleção de doutorado 2018, disponibilizando uma vaga em seu nome, processo seletivo pelo qual ingressei ao PPGS/UFS. Bem como pelas discussões e contribuições na “Qualificação”.

Ao amigo e Prof. Dr. Waldefrankly Rolim de Almeida Santos, que participou de meus exames nas disciplinas de “Colóquios I” e “Qualificação”, contribuindo com elementos e debates que foram fundamentais na construção dessa tese.

À Profª Drª Alessandra Santos Nascimento, pelas observações e sugestões na “Qualificação de Tese”.

Ao casal de professores Beatriz Gois Dantas e Ibarê Dantas (ele, meu antigo professor de “Ciências Políticas 2 e 3”) que aceitou me conceder entrevista, revelando informações preciosas sobre as redes de sociabilidades que permearam os idos de 1940 e 1950 em Sergipe, amizades, parentescos e preocupações comuns. De modo particular, agradeço à professora Beatriz Dantas por ter assistido a defesa da tese e suas observações/correções no texto, após a esse dia.

À minha prima, Profª Drª Denise Silva Souza Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECIMA/UFS), pelas conversas informais, sugestões de condensamento de textos. Bem como por sua presença também ao longo de todo o ritual de defesa de tese.

Aos colegas e amigos do PPGS/UFS, bem como do Grupo de Estudos em Sociologia, Educação e Trabalho (GEPSET), por nossas conversas e debates que permitiram refletir e aprimorar o trabalho.

Ao professor Dr. Fernando Sá, que conduziu a disciplina Historiografia Brasileira, quando pude debater hipóteses e teses que norteiam o conjunto de ideias apresentadas por Félte Bezerra.

À minha esposa, Inês Regina Lemos França Souza, que sempre apoiou minhas decisões e ajudou a lapidar meu itinerário intelectual.

Aos meus filhos, Rodrigo José França Souza e Bárbara França Souza pelo apoio psicológico, mental e logístico, facilitando minha adaptação às novas plataformas digitais e apresentações de pesquisas e trabalhos durante os tempos de pandemia da COVID 19.

Aos meus pais, Nazinaldo Cardoso Souza e Maria José Silva Souza, que compreenderam a importância dessa jornada e nos apoiaram nessa empreitada.

À CAPES, pelos quatro anos de bolsa, sem a qual este trabalho não seria viável.

À minha esposa, Inês Regina Lemos França Souza, companheira de vida, arte e pesquisa. Me acompanhou nas etnografias de Graduação e Mestrado. Sempre apoiou minhas decisões, em especial a de ingressar no Doutorado, após considerável hiato de dedicação às pesquisas e maior investimento à docência.

RESUMO

Este trabalho se insere no debate sobre modernidade brasileira a partir do dilema raça/etnia e, toma por empréstimo Felte Bezerra, intelectual sergipano, graduado em odontologia pela FAMEB, onde aprendeu a praticar a pesquisa empírica e foi influenciado pelo culturalismo do professor Artur Ramos. Nos idos de 1930, carente de uma *intelligentsia*, capaz de esquadriñar o Brasil, as ciências sociais se viram forçadas a admitir pesquisadores oriundos de outras formações. Bezerra adentrou pela geografia, discutiu limites e ocupações, migrações e etnias, contribuindo para o debate da Nordestinização. Ao lado de Pierson e Bastide, na Bahia, Bezerra, em Sergipe, foi um dos pioneiros as recepcionar as hipóteses étnicas sugeridas por Freyre, acerca de nosso legado cultural e nossa boa convivência inter-racial. Em 1947 ele liderou a Subcomissão de Folclore em Sergipe, apresentando “O Xangô de Zeca”. Afinado com a temática do evento e de seu patrocinador, a UNESCO, interessada em conhecer o bom convívio inter-racial no país, gozou de boa repercussão no evento, chamou a atenção de Willems, que o publicou na Revista *Sociologia* (1948), sendo reconhecido como primeiro registro de festa de Xangô escrito em Sergipe com circulação nacional. Willems percebeu que *Etnias* atendia a um apelo de Pierson, diante da necessidade de esquadriñar população e geografia brasileira e aceitou orientar Bezerra. É quando nos indagamos: qual a contribuição de *Etnias sergipanas* para o debate do pensamento social brasileiro? Nosso pressuposto é que seu autor maturou hipóteses *paripassu* com as pesquisas de Pierson e Bastide, mas o isolamento de interlocução de Bezerra, desembocou no atraso da elaboração e publicação do livro, que só foi editado graças à sensibilidade do amigo Garcia Moreno, então presidente do IHGSE. Nossa hipótese é que *Etnias* seguiu intuições consagradas por Romero, sobre a fábula das três raças e o folclore método investigativo. Ideias transitadas em Freyre, mas que parece ter omitido o nome do jurista sergipano, muito provavelmente, por sua associação com o determinismo racial. O objeto e o método sugerido por Romero permaneceram nas investigações científicas entre 1930 e 40, interessaram pesquisas sobre o bom convívio inter-racial e motivou o interesse da UNESCO em pesquisá-la. Esta tese percorreu uma sociologia do conhecimento sugerida por Karl Mannheim e sua preocupação em relacionar pensador, grupos, instituições e contextos ideológicos. Recorremos, também, a Pierre Bourdieu e Jean-François Sirinelli como elementos compreensivos do ambiente familiar, formação e itinerário intelectual, compreendendo a importância do capital cultural e social, na projeção de Bezerra. Randall Collins forneceu subsídios para uma investigação microssociológica do conhecimento, por meio de uma análise dos ritos cotidianos, percebendo que a legitimação da “verdade” está acoplada a um foro social. Bezerra havia consolidado uma rede de sociabilidades intelectuais e viveu o apogeu de sua primeira fase biográfica logo após o lançamento de *Etnias sergipanas*, quando presidiu o IHGSE e ingressou na FAFI. Desde então, assumiu diversas atribuições administrativas que dificultaram a manutenção de seus ritos e sua permanência nessas redes. Prova disso é que depois de *Etnias*, Bezerra lançou *Investigações histórico-geográficas* (1952), uma coletânea de textos publicados na década de 1940 e depois passa por um hiato intelectual só vindo a publicar um livro inédito em 1972. *Etnias* foi prefaciado por Willems, elogiado por Pierson, Bastide, Cascudo etc. mas sofreu uma crítica advinda do professor Nogueira, que reconheceu as qualidades da pesquisa, mas alertou para a defasagem harmoniosos e culturalista, desatento aos conflitos, perante uma sociedade, que teria intensificado a urbanização e a industrialização. Em 1955, a chegada de um grupo oposicionista ao poder e as perseguições pessoais, levou Bezerra a transferir-se para o Rio de Janeiro em 1960, onde começou uma segunda fase biográfica

Palavras-chave: Pensamento social brasileiro; Modernidade; mestiçagem; miscigenação; Felte Bezerra.

ABSTRACT

This work is part of the debate on Brazilian modernity based on the race/ethnicity dilemma and borrows from Felte Bezerra, an intellectual from Sergipe, graduated in dentistry from FAMEB, where he learned to practice empirical research and was influenced by the culturalism of professor Artur Ramos. In the 1930s, lacking an intelligentsia capable of scrutinizing Brazil, the social sciences were forced to admit researchers from other backgrounds. Bezerra entered the geography, discussed limits and occupations, migrations and ethnicities, contributing to the debate on Northeasternization. Alongside Pierson and Bastide, in Bahia, Bezerra, in Sergipe, was one of the pioneers to accept the ethnic hypotheses suggested by Freyre, about our cultural legacy and our good interracial coexistence. In 1947 he led the Folklore Subcommittee in Sergipe, presenting “O Xangô de Zeca”. In tune with the theme of the event and its sponsor, UNESCO, interested in learning about good interracial coexistence in the country, enjoyed a good repercussion at the event, drew the attention of Willems, who published it in the *Revista Sociologia* (1948), being recognized as the first record of a Xangô party written in Sergipe with national circulation. Willems realized that Ethnicities responded to an appeal by Pierson, given the need to scrutinize Brazilian population and geography, and agreed to guide Bezerra. It is when we ask ourselves: what is the contribution of Sergipe ethnicities to the debate of Brazilian social thought? Our assumption is that its author matured hypotheses paripassu with Pierson and Bastide's research, but Bezerra's isolation of interlocution led to a delay in the elaboration and publication of the book, which was only edited thanks to the sensitivity of his friend Garcia Moreno, then president of the IHGSE. Our hypothesis is that *Etnias* followed the intuitions established by Romero, about the fable of the three races and the investigative method of folklore. Ideas carried over by Freyre, but who seems to have omitted the name of the Sergipe jurist, most likely because of his association with racial determinism. The object and method suggested by Romero remained in scientific investigations between 1930 and 40, interested research on good interracial coexistence and motivated UNESCO's interest in researching it. This thesis covered a sociology of knowledge suggested by Karl Mannheim and his concern to relate thinkers, groups, institutions and ideological contexts. We also resorted to Pierre Bourdieu and Jean-François Sirinelli as comprehensive elements of the family environment, training and intellectual itinerary, understanding the importance of cultural and social capital, in Bezerra's projection. Randall Collins provided subsidies for a microsociological investigation of knowledge, through an analysis of everyday rites, realizing that the legitimation of “truth” is coupled to a social forum. Bezerra had consolidated a network of intellectual sociability and experienced the apogee of his first biographical phase shortly after the release of *Etnias sergipanas*, when he presided over the IHGSE and joined the FAFI. Since then, it has taken on several administrative duties that made it difficult to maintain its rites and its permanence in these networks. Proof of this is that after *Etnias*, Bezerra launched *Investigações Histórico-Geográficas* (1952), a collection of texts published in the 1940s and later went through an intellectual hiatus, only publishing an unpublished book in 1972. *Etnias* was prefaced by Willems, praised by Pierson, Bastide, Cascudo etc. but he was criticized by Professor Nogueira, who recognized the qualities of the research, but warned of the harmonious and cultural gap, inattentive to conflicts, in a society that would have intensified urbanization and industrialization. In 1955, the arrival of an opposition group to power and personal persecution, led Bezerra to move to Rio de Janeiro in 1960, where he began a second biographical phase.

Keywords: Brazilian Social Thought; Modernity; mestizaje; miscegenation; Felte Bezerra.

RESUMÉ

Ce travail s'inscrit dans le débat sur la modernité brésilienne basé sur le dilemme race/ethnicité et emprunte à Felte Bezerra, un intellectuel de Sergipe, diplômé en médecine dentaire de la FAMEB, où il a appris à pratiquer la recherche empirique et a été influencé par le culturalisme du professeur Artur Ramos. Dans les années 1930, faute d'intelligentsia capable de scruter le Brésil, les sciences sociales sont contraintes d'admettre des chercheurs d'autres horizons. Bezerra est entré dans la géographie, a discuté des limites et des occupations, des migrations et des ethnies, contribuant au débat sur la nordestisation. Aux côtés de Pierson et Bastide, à Bahia, Bezerra, à Sergipe, a été l'un des pionniers à accepter les hypothèses ethniques suggérées par Freyre, sur notre héritage culturel et notre bonne coexistence interracial. En 1947, il dirige le sous-comité folklorique de Sergipe, présentant "O Xangô de Zeca". En accord avec le thème de l'événement et son sponsor, l'UNESCO, intéressée à connaître la bonne coexistence interracial dans le pays, a bénéficié d'une bonne répercussion lors de l'événement, a attiré l'attention de Willems, qui l'a publié dans la Revista Sociologia (1948), étant reconnu comme le premier disque d'un parti Xangô écrit en Sergipe avec une diffusion nationale. Willems s'est rendu compte que les ethnies répondaient à un appel de Pierson, étant donné la nécessité d'examiner attentivement la population et la géographie brésiliennes, et a accepté de guider Bezerra. C'est quand on se demande: quelle est la contribution des ethnies Sergipe au débat de la pensée sociale brésilienne? Notre hypothèse est que son auteur a mûri des hypothèses paripassu avec les recherches de Pierson et Bastide, mais l'isolement de l'interlocution de Bezerra a entraîné un retard dans l'élaboration et la publication du livre, qui n'a été édité que grâce à la sensibilité de son ami Garcia Moreno, alors président de l'IHGSE. Notre hypothèse est qu'*Etnias* a suivi les intuitions établies par Romero, sur la fable des trois races et la méthode d'investigation du folklore. Idées portées par Freyre, mais qui semble avoir omis le nom du juriste Sergipe, probablement en raison de son association avec le déterminisme racial. L'objet et la méthode suggérés par Romero sont restés dans les recherches scientifiques entre 1930 et 40, ont intéressé la recherche sur la bonne coexistence interracial et ont motivé l'intérêt de l'UNESCO pour la recherche. Cette thèse portait sur une sociologie de la connaissance proposée par Karl Mannheim et son souci de mettre en relation penseurs, groupes, institutions et contextes idéologiques. Nous avons également eu recours à Pierre Bourdieu et Jean-François Sirinelli comme éléments compréhensifs de l'environnement familial, de la formation et de l'itinéraire intellectuel, comprenant l'importance du capital culturel et social, dans la projection de Bezerra. Randall Collins a subventionné une investigation microsociologique des savoirs, à travers une analyse des rites quotidiens, réalisant que la légitimation de la « vérité » est couplée à un forum social. Bezerra avait consolidé un réseau de sociabilité intellectuelle et connu l'apogée de sa première phase biographique peu après la sortie de Sergipe. Ethnicités, lorsqu'il présida l'IHGSE et rejoignit la FAFI. Depuis, il a assumé plusieurs tâches administratives qui ont rendu difficile le maintien de ses rites et sa permanence dans ces réseaux. Preuve en est qu'après *Etnias*, Bezerra lance *Investigações Histórico-Geográficas* (1952), un recueil de textes publié dans les années 1940 et connaît ensuite une pause intellectuelle, ne publiant un livre inédit qu'en 1972. *Etnias* est préfacé par Willems, salué par Pierson, Bastide, Cascudo etc. mais il a été critiqué par le professeur Nogueira, qui a reconnu les qualités de la recherche, mais a mis en garde contre l'écart harmonieux et culturel, inattentif aux conflits, dans une société qui aurait intensifié l'urbanisation et l'industrialisation. En 1955, l'arrivée d'un groupe d'opposition au pouvoir et la persécution personnelle, conduit Bezerra à s'installer à Rio de Janeiro en 1960, où il entame une deuxième phase biographique.

Mots clés: Pensée sociale brésilienne; Modernité; métissage; miscegenation; Felte Bezerra.

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1	Pensamento social brasileiro - autores e obras.....	153
Diagrama 2	Felte Bezerra e as redes intelectuais.....	195

LISTA DE FIGURAS

Figuras 1 e 2	<i>Gazeta Médica da Bahia</i> n.2 (1885).....	51
Figuras 3 e 4	<i>Gazeta Médica da Bahia</i> n.2 (1885).....	52
Figuras 5 e 6	Imagens de obras de Silvio Romero e Gilberto Freyre.....	99
Figura 7	Elementos da natureza e comportamentos humanos segundo Hipócrates.....	199
Figura 8	Índice de <i>Etnias Sergipanas</i> - Felte Bezerra.....	200

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Felte Bezerra e professores no Colégio Tobias Barreto.....	161
Quadro 2	Felte Bezerra e professores no curso de Odontologia na Faculdade de Medicina da Bahia (1930-1932).....	162
Quadro 3	Alunos de licenciatura do vestibular de 1951.....	186
Quadro 4	Professores das disciplinas de geografia no curso de Geografia e História da FAFI (1951-1962).....	187
Quadro 4b	Curso de Didática da FAFI – 1954.....	188
Quadro 5	Anos dourados e intrigas políticas, que findam na ida de FB para o RJ em 1959.....	221
Quadro 6	Ostracismo e retomada intelectual.....	234
Quadro 7	Obras da segunda fase na vida de Felte Bezerra.....	235

LISTA DE SIGLAS

ASL	Academia Sergipana de Letras
CNFL	Comissão Nacional de Folclore (CNFL)
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CONDESE	Conselho de Desenvolvimento de Sergipe
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
ELSP	Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo
ER	Escola do Recife
ETB	Escola Tropicalista Baiana
FAFI	Faculdade de Filosofia de Sergipe
FAMEB	Faculdade Medicina da Bahia
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FIES	Federação das Indústrias do Estado de Sergipe
GMBahia	Gazeta Médica da Bahia
IBECC	Instituto Brasileiro de Educação pela Ciência e Cultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IISA	Imperial Instituto Sergipano de Agricultura
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGSE	Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
INL	Instituto Nacional do Livro
MNBA	Museu Nacional de Belas Artes
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PR	Partido Republicano
PSD	Partido Social Democrático
PST	Partido Social Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SACS	Sociedade Artística e Cultural de Sergipe
SBP	Sistema de Bibliotecas Populares
SER	Serviço Educativo de Radiodifusão
SFS	Subcomissão de Folclore em Sergipe
SNT	Serviço Nacional de Teatro
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UDF	Universidade do Distrito Federal
UDN	União Democrática Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	17
1	SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO E IDEOLOGIAS NO BRASIL.....	48
1.1	Passagens teóricas para uma sociologia do conhecimento.....	52
1.2	Sociologias do conhecimento no Brasil.....	67
1.3	Possibilidades metodológicas.....	78
2	INSTITUIÇÕES, ESCOLA DE PENSAMENTO	
	E INTELLIGENTSIA.....	84
2.1	Instituições baianas.....	85
2.2	Escola do Recife.....	93
2.3	IHGB e identidade nacional.....	100
3	O DILEMA DE UMA NAÇÃO.....	106
3.1	Romero e seus interlocutores.....	107
3.2	Modernidade estético-literária.....	122
3.3	Anos 30 e as novas diretrizes do pensamento social brasileiro.....	125
3.4	A Institucionalização das ciências sociais.....	132
3.5	O Projeto Unesco.....	142
4	FELTE BEZERRA: ITINERÁRIO DE UM INTELLECTUAL.....	155
4.1	Uma incursão biográfica.....	157
4.2	Formação intelectual.....	160
4.3	O retorno à cidade natal.....	164
4.4	O folclore como recurso de investigação cultural.....	169
4.5	Instituições e sociabilidades intelectuais.....	172
5	ETNIAS SERGIPANAS: O LIVRO.....	192
5.1	Contexto político-ideológico.....	192
5.2	<i>Capital cultural, social</i> e condições teórico-metodológicas.....	193
5.3	<i>Etnias sergipanas: dissecações e apreciações</i>	197
5.3.1	Diacronia e sincronia na obra <i>Etnias sergipanas</i>	202
5.3.2	<i>Etnias sergipanas</i> e o choque de gerações intelectuais.....	206
5.3.3	O embate entre Oracy Nogueira e Felte Bezerra.....	209
6	FELTE BEZERRA PÓS-ETNIAS SERGIPANAS.....	217
6.1	Os Louros da obra.....	217

6.2	Intrigas.....	225
6.3	Rio de Janeiro.....	233
6.4	Retomada intelectual.....	235
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	239
	REFERÊNCIAS.....	244
	ANEXOS.....	260

INTRODUÇÃO

Felte Bezerra nasceu em Aracaju, a 25 de dezembro de 1908, e faleceu em 1990, na cidade do Rio de Janeiro. Era filho de Esmeralda Araújo Bezerra e Abdias Bezerra e descendia de uma família de professores. Seu avô paterno, João Amâncio Bezerra, lecionava em Siriri, cidade do interior do Estado; seu pai foi uma pessoa dedicada ao magistério, catedrático do colégio Atheneu Sergipense e, um dos responsáveis por ter trazido a Escola Nova para Aracaju. A pretensão inicial de Felte era cursar medicina, mas, desprovido de condições financeiras para se manter por mais tempo em outro Estado, findou optando pela faculdade de odontologia na Bahia, considerado um curso mais viável economicamente, por ser menos longo e mais barato (BEZERRA, 1988).

Na Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB), Bezerra herdou o gosto pela pesquisa empírica, característico da Escola Tropicalista Baiana (ETB). Esse traço se deu pela necessidade advinda do descompasso entre as doenças elencadas pela literatura e aquelas encontradas nas realidades periféricas daquela cidade. As pesquisas empíricas constituíram uma tradição perpetuada por Nina Rodrigues quando discutiu o primeiro Código Penal Republicano e a responsabilidade dos atos advindos de grupos étnicos considerados inferiores. O empirismo constituiu um traço característico das instituições baianas perpetuado entre seus alunos, entre os quais, o médico Garcia Moreno e o odontólogo Felte Bezerra.

Conforme relato autobiográfico, ainda enquanto estudante, Bezerra havia se decepcionado com o curso, composto, em sua maioria, por professores médicos que não dedicavam a mesma atenção às disciplinas de odontologia (BEZERRA, 1988). Graduado em dezembro de 1933, no ano seguinte à sua formatura, Bezerra montou seu consultório e, simultaneamente ingressou para o magistério lecionando inglês. Em 1938, tornou-se catedrático em geografia, ingressando definitivamente na área de humanidades, o que lhe abriu as portas para outras áreas como folclore, antropologia, história, sociologia etc. Nessa jornada, Bezerra ingressou no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), em 1939. Dois anos depois, começou a publicar textos nos quais debatia sobre temas étnicos e limites territoriais entre Sergipe e Bahia, testando hipóteses sobre novas dimensões acerca dos limites territoriais, por meio das quais afastava-se dos elementos naturais e aproximava-se dos elementos culturais, folclóricos e antropológicos.

Adotando a sugestão de Renato Ortiz (2006), percebemos que determinadas reflexões acerca da formação do povo brasileiro, propostas por Silvio Romero, desembocaram de modo distinto na reflexão de Gilberto Freyre. A relação intelectual entre o sergipano e o pernambucano foi percebida ainda nos textos de Schneider (2005) e Barbosa (2018). De acordo

com Schneider (2005), Romero é destacado como grande hermeneuta brasileiro, um intelectual capaz de absorver tendências contemporâneas como o romantismo e o cientificismo, sintetizar uma reflexão e propor uma solução inovadora acerca da nação, sugerindo que “todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas ideias” (ROMERO *apud* SCHNEIDER, 2005, p. 22).

O professor Ivan Barbosa (2018) percebeu em Romero a gênese norteadora de vários interlocutores, presentes mesmo na *geração de 30*. Sua análise percebeu que o referido jurista “[...]construiu uma autêntica teoria para pensar a sociedade brasileira: um modo de perceber e entender não somente a literatura brasileira, mas o país” (BARBOSA, 2018, p. 46). Schneider (2005) lembra que Romero propôs método de interpretação nacionalista, pautado na ideia de mestiçagem como elemento decisivo para compreender a dinâmica da cultura brasileira. Valendo-se do folclore, Romero coletou informações culturais e sugeriu a participação de três etnias como elementos constitutivos do povo brasileiro, uma tradição que foi perpetuada décadas seguintes por Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Câmara Cascudo (SCHNEIDER, 2005) e o próprio Felte Bezerra.

Barbosa (2018), recorrendo a Alfredo Bosi (1982) intuiu que Romero originou uma plêiade de pensadores sociais, que carrega uma certa relação entre biologia e psicologia social em suas interpretações, listando os nomes de

Euclides da Cunha, João Ribeiro, Nina Rodrigues, Oliveira Viana e, a partir do Modernismo, Mário de Andrade, Roquette Pinto, Gilberto Freyre, Artur Ramos, Josué de Castro, Câmara Cascudo, Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Cavalcanti Proença, Cruz Costa, Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes e Antonio Candido (BOSI *apud* BARBOSA, 2018, p. 62).

Retomemos, também, a Ortiz (2006, p. 37) que lembrou a importância dos

estudos de Silvio Romero sobre a poesia popular, que trazem, em 1880, uma novidade em relação aos de Celso Magalhaes que são de 1873. O que Silvio Romero critica neste autor é justamente a ausência da categoria do mestiço, o que impossibilita de pensar o Brasil como um todo¹.

Nossa hipótese é que Freyre não mencionava Romero, pois suas ideias estavam associadas aos ideais racistas. Nesse sentido, Felte Bezerra fora influenciado não só pelo culturalismo de seu ex-professor Arthur Ramos, como também, por uma agenda culturalista que se desenhava, dado o lançamento de *Casa-Grande e Senzala* (1933) e *Jubiabá* (1934), obras escritas, respectivamente, por Gilberto Freyre e Jorge Amado. Esses parâmetros guiaram os ideais de Bezerra, que ingressou no IHGSE e, dado ao debate constitucionalista de 1937, findou

¹ Em nota de rodapé, Ortiz (2006), sugere “ver Silvio Romero, *Estudos de poesia popular no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980”.

por recuperar o tema dos limites e fronteiras territoriais e, adotou novos critérios geográficos possibilistas franceses, sugeridos por Vidal de La Blache, em substituição ao determinismo alemão (SÁ, 2009). Em nossa intuição, além do empirismo das instituições baianas e da influência de Ramos sobre sua formação, o contexto dado pelas obras de Freyre, Amado e La Blache parece ter formatado de modo decisivo o pensamento de Bezerra, colocando-o como um intelectual contemporâneo com o seu tempo.

Assim sendo, intuímos que sua opção pelo culturalismo derivou originariamente e muito provavelmente de sua formação adquirida na Bahia e de suas visitas etnográficas aos terreiros daquela cidade. Essa intuição fundamenta-se na experiência comum ao também sergipano Garcia Moreno, igualmente perpetuada em terras sergipanas quando, ao lado de Bezerra, ambos passaram a realizar incursões etnográficas aos terreiros de Laranjeiras. Lembremo-nos que o sincretismo praticado nos terreiros de candomblé servia como prova concreta da boa convivência inter-racial e, muito provavelmente, em decorrência dessa realidade findou atraindo os olhares de muitos intelectuais. Esse foi o contexto de inserção no qual Bezerra apresentou o texto *O Xangô de Zeca* (1947), na Subcomissão de Folclore em Sergipe.

O referido texto, onde descreve uma festa de xangô, o colocou em contato com Emilio Willems, sociólogo alemão, radicado em São Paulo, responsável por orientar e prefaciар a obra *Etnias sergipanas* (1950). Um livro no qual o autor adota o estado de Sergipe como amostra para refletir, por meio do Culturalismo, sobre a contribuição do europeu, do africano e do indígena para a formação de uma identidade nacional.

A boa recepção do texto levou Bezerra a procurar seu antigo professor da FAMEB, Artur Ramos. Seus apelos, entretanto, foram atendidos pelo sociólogo alemão e professor Emilio Willems, que informou seu desejo sobre temas étnicos. O sociólogo alemão, radicado em São Paulo, demonstrou interesse em aperfeiçoá-lo, para que pudesse publicá-lo na Revista *Sociologia*. Conforme observado pelo professor Petrônio Domingues (2019, p. 143-144)

o relato etnográfico de Felte Bezerra foi originalmente publicado em 1948, numa revista na área de Ciências Sociais de São Paulo, e republicado em 1950, no livro *Etnias sergipanas* [...]. Essa etnografia divulgou, pela primeira vez, o xangô sergipano nos principais circuitos de produção acadêmica, dentro e fora de Sergipe.

Desse contato, desenvolveu-se uma troca de correspondências mais intensa, contabilizando dez cartas ao todo. Nessas missivas os assuntos variavam, desde sugestões bibliográficas, aspectos metodológicos, *alguns aceitos pelo sergipano, quando, por exemplo, Emilio Willems sugere uma pesquisa de casamentos inter-raciais e outros descartados, como*

o estudo antropométrico sugerido pelo alemão a Bezerra (DANTAS, B. 2020)². Nessas correspondências, Bezerra procurou sugestões para publicar seu livro; a respeito, Willem relatou acerca das crises econômicas que atingiram, também, o mercado editorial, dos atrasos para publicações das revistas *Sociologia* e sugeriu ao sergipano que procurasse alguma editora no Estado do Rio de Janeiro. Quando, enfim, Felte recebe a grata notícia, por parte do médico, amigo e presidente do IHGSE, Garcia Moreno, que o livro *Etnias sergipanas* (1950) seria publicado pela referida instituição e contaria com uma tiragem de 500 exemplares. O referido livro tornou-se uma obra referência para Felte Bezerra, e lhe serviu como ingresso para a Faculdade Católica de Filosofia (FAFI).

Etnias sergipanas tem uma vasta contribuição para as ciências sociais brasileiras, na referida obra, seu autor procurou conciliar os modernos conhecimentos das ciências sociais com a realidade de sua terra. O livro foi elogiado pelo americano Donald Pierson em sua honestidade intelectual e seu rigor metodológico, classificando Bezerra como um intelectual capaz de “refletir um espírito de cunho verdadeiramente científico quanto ao “*approach*”, à própria realidade, à fidedignidade da observação e a altamente importante honestidade intelectual” (DANTAS; NUNES, 2009, p.97).

Por sua vez, o sociólogo francês Roger Bastide parabenizou o intelectual sergipano pela qualidade de pesquisa em um momento de muita dificuldade institucional vivida no Brasil, reconheceu as dificuldades de fazer pesquisas em determinados meios sociais e observou que o referido livro

condense une masse d'observations, de richesses, de tentatives génèalogiques... Quand on a l'experience des difficultés qui l'on rencontre à faire les enquêtes dans certaines zones de milieux sociaux, on ne peut qu'admirer ce que vous avez réussi à faire à Sergipe... Je crois que les Xangô de Sergipe ont ité à present par les chercheurs [...] (DANTAS; NUNES, 2009, p.97).

O livro *Etnias sergipanas* foi também evocado diversas vezes por Gilberto Freyre em seu livro *Nordeste* ([1925] (2013)), como elemento corroborativo de seus argumentos sobre populações e etnias³. O intelectual pernambucano reconheceu no trabalho de Felte Bezerra elemento fundamental para a compreensão de questões:

² DANTAS, Beatriz. *Entrevista cedida ao autor*. Aracaju, 13 de fevereiro de 2020.

³ Duas ressalvas: o livro *Nordeste* lançado em 1925 celebrou o primeiro centenário do IHGB e obviamente sendo *Etnias sergipanas* (1950) essas indicações de leituras como elementos corroborativos vieram em edições posteriores. Não sabemos precisar em qual edição, mas na tiragem de 2013 foi possível encontrar quatro menções a Bezerra, todas em notas de rodapé, sendo elas:

a) Nota 15: “Concordando com a nossa sugestão de que os rios pequenos, mas regulares foram colaboradores valiosos do colono agrário do Nordeste, o pesquisador sergipano Felte Bezerra no seu recente estudo *Etnias sergipanas*” (Aracaju, 1950); (FREYRE, 2013, s.p.);

sobre este aspecto do assunto, veja se nossos *Sobrados e Mucambos*, especialmente os capítulos “Ascensão do bacharel e do mulato” e “Em torno de uma sistemática da miscigenação no Brasil patriarcal e semipatriarcal”. Veja-se também o estudo do pesquisador sergipano Felte Bezerra, *Etnias Sergipanas*, Aracaju, 1950” (FREYRE, 2013, p. 136).

Oracy Nogueira, sociólogo e professor assistente de Donald Pierson, percebeu em Felte Bezerra

qualidades de investigador metódico e cuidadoso[...] trabalho, sem dúvida, de valor que, de agora em diante, não poderá deixar de figurar nas bibliotecas dos interessados em tais assuntos, ao lado dos livros de Arthur Ramos, Donald Pierson e outros, cujas contribuições, neste campo, já se tornaram consagradas. Obra bem escrita, especializada e equilibrada que realizou. E que será de grande utilidade a professores, estudantes e outros interessados nas ciências sociais (DANTAS; NUNES, 2009, p. 134-135).

Thales de Azevedo, antropólogo e professor da Universidade Federal da Bahia, enalteceu em Felte Bezerra as qualidades de um intelectual e que tem profundo

o domínio da problemática teórica... você conhece e toma posição conscienciosa das doutrinas que têm perpassado pela Antropologia, procurando fixar-lhe o fundamento epistemológico e a tese explicativa... Seu tratado – que o é realmente –, tem o melhor crédito no meio universitário (DANTAS; NUNES, 2009, p. 134).

Luiz Câmara Cascudo, intelectual e folclorista, partilhou preocupações comuns com Felte Bezerra sobre a contribuição cultural de povos que povoaram o Nordeste. O pensador potiguar descreveu o intelectual sergipano como “um pesquisador teimoso, direto, apaixonado. Tem o faro, a intuição, a coragem sagrada de discordar das verificações pessoalmente realizadas. Um analista frio, percuciente, descendo às raízes documentais [...]” (DANTAS; NUNES, 2009, p. 179).

O autor tem uma vasta produção bibliográfica entre artigos científicos, jornalísticos, livros e palestras proferidas, Felte Bezerra é lembrado por Santos (2004) como um dos primeiros aurores que se debruçou sobre a produção geográfica no estado de Sergipe. Sua tese, *Da Terra* (1938), figura ao lado de outras obras geográficas como *A Escola Geográfica e a*

-
- b) Nota 36: “O pesquisador Felte Bezerra, autor de *Etnias Sergipanas* (Aracaju, 1950), observa que “a designação de cigano, entre nós, tem mais sentido cultural do que étnico, traduz vida nômade e sustentada por trocas e barganhas” (Idem);
 - c) Nota 63: “Sobre este aspecto do assunto veja-se nossos *Sobrados e mucambos*, especialmente os capítulos “Ascensão do bacharel e do mulato” e “Em torno de uma sistemática da miscigenação no Brasil patriarcal e semipatriarcal”. Veja-se também o estudo do pesquisador sergipano Felte Bezerra, *Etnias Sergipanas*, Aracaju, 1950”. (ibdem).
 - d) Nota 80: “José Américo de Almeida, *A Paraíba e seus problemas*, Paraíba, 1924. Vejam-se também sobre o assunto: Agamemnon Magalhães, *O Nordeste brasileiro (O habitat e a gens)*, Recife, 1921, e Felte Bezerra, *Etnias sergipanas*, cit”. (ibdem).

Sociedade Brasileira (1934)⁴ e *O Cretáceo de Sergipe* (1936), autoria de Carlos Sampaio e Carlotta Joaquina Maury, respectivamente.

Em 1941, Felte começou a transitar para além da geografia e apresentou o texto “Unidade étnica” no Congresso de Brasilidades, ocorrido em Sergipe. No ano seguinte, ele publica pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe* (IHGSE), instituição a qual ele teria se filiado em 1939, o artigo “A doutrina possibilista em Geografia Humana” (1942) onde discorre acerca da relação homem e natureza, e contrapõe o pensamento determinista do geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904) pelo ideal possibilista proposta pelo francês Vidal de la Blache⁵ (1845-1918).

Bezerra é um herdeiro do tema sobre limites territoriais, um debate clássico às ciências sociais de seu tempo. Como tal, ele recuperou a referida pauta de debates, que predominou nos institutos históricos nordestinos, quando a Bahia travou acirradas discussões com quase todos os Estados da Região, sempre em busca de ampliar seus horizontes fronteiriços, não sendo diferente em Sergipe, que, por volta dos idos de 1920, por meio do IHGSE, produziu acirradas contendas territoriais com o Estado vizinho.

Duas décadas depois, Bezerra recuperou o referido debate por meio de artigos como *Fronteiras* (1943), onde discutiu sobre diferentes concepções que norteavam o entendimento sobre limites e fronteiras territoriais. A reflexão sobre limites e fronteiras esteve presente ainda em outro de seus escritos, dessa feita denominado *As origens do rio Real* (1948) onde o autor apresentou critérios responsáveis por diferenciar o rio e seus afluentes. Vários desses artigos, publicados em diversas revistas, ao longo da década de 40, foram reeditados no livro *Investigações Histórico-Geográficas de Sergipe* (1952).

Dois anos depois, Bezerra contribuiu com o *Dicionário do Folclore Brasileiro* (1954), organizado por Câmara Cascudo, onde publicou o verbete sobre “Lambe-sujo”. Nesse mesmo dicionário, seu nome foi citado por Téo Brandão no verbete sobre “Quilombo” (1998, p. 759)⁶. Em 1955 o intelectual sergipano lançou o artigo “Conceituação de Geografia Humana” pela

⁴ SAMPAIO, Carlos Alberto. 1934. *A Escola Geográfica e a Sociedade Brasileira*. Aracaju: Secção de Artes Gráficas da Escola de Aprendizes Artífices

⁵ Paul Vidal de La Blache (1845-1918) foi um geógrafo francês que se opôs ao modelo determinista alemão propondo um modelo geográfico, pautado em princípios culturais e considerado essencial para a consolidação de escola regional francesa.

⁶ “Em todo caso, de qualquer forma como seja encarado – histórica do quilombo dos Palmares ou reinterpretação de autos mais antigos e existentes em outras regiões do Brasil – o fato é que o quilombo é ainda uma tradição viva em Alagoas, conquanto alguns autores já tenham chegado a considerá-lo como desaparecido.

Segundo Felte Bezerra, que assistiu a da IV Semana Nacional de Folclore, em Maceió, Bebedouro, em 1952, o auto ou dança dos quilombos corresponde ao lambe-sujo de Aracaju (Veja este verbete). Téo Brandão (Maceió, Alagoas)”. (In: BRANDÃO, Téo. Quilombo. In: CASCUDO, Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 10. Ed. Rio De Janeiro: Ediouro / Terra Brasilis, 1998. p. 759).

Revista do IHGSE, onde focou sobre conceitos, objetivos e aplicações de geografia humana. Por essa mesma revista, ele publicou “Ação e efeitos do período Nassoviano em Sergipe Colonial” (1959) e, no ano seguinte, torna a publicar o “Xangó de Zeca” (1960).

Em 1960, com 50 anos de idade, transfere-se para o Rio de Janeiro, onde inicia uma nova fase de sua vida, marcada por uma década de reclusão intelectual. Decidido a recuperar o atraso das leituras e temas que transitavam as ciências sociais entre os anos de 1960 e 1970, Felte Bezerra decide pela aquisição de livros em inglês e francês e volta a publicar. Dessa vez, seus trabalhos são menos pontuais, menos etnográficos e suas preocupações se ampliam para a análise teórica, inclusive com crítica a Levi Strauss e, desembocam em temas político-contemporâneos sobre o Marxismo e o governo de Gorbachev. Nessa fase, ele lançou *Antropologia Sociocultural* (1972); *Problemas de Antropologia: do estruturalismo de Lévi-Strauss* (1976); *Aspectos Antropológicos do Simbolismo* (1983). Seu livro referência, *Etnias Sergipanas*, foi reeditado em 1984; dois anos depois, foi publicado *Análise Antropológica: Estudo teórico* (1986) e, depois, *África Subsaariana: ontem e hoje* (1988). Nesse mesmo ano, ele escreveu *Notícias sobre minha vida: anotações autobiográficas* (1988) e, ainda, o inédito *Marxismos e a era Gorbachev* (1988).

Orbitam acerca de Felte Bezerra uma série de trabalhos e pesquisas com focos distintos, uns destacados pela valorização da sua vida e obra, outros pela relevância de seu papel enquanto educador. No primeiro grupo, Felte Bezerra é destacado às professoras Beatriz Dantas (1998, 2009) e Verônica Nunes (2009), pelo seu pioneirismo na antropologia de Sergipe.

Por sua vez, o professor e ex-Presidente do IHGSE, José Ibarê Dantas, lembra da atuação de Felte à frente do IHGSE, caracterizando-o como “tempos de audácia e destaque” e, também, pelo seu trabalho como fundador do Centro Cultural de Sergipe, vice-presidente da Associação Comercial de Sergipe e diretor da Sociedade de Cultura Artística de Sergipe (SCAS) (CARDOSO, 2014).

O professor e historiador Fernando Sá (2009) estabeleceu correlações entre esse intelectual e a tradição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e sugere que Felte, simultaneamente a Caio Prado Junior, tenha sido um dos pioneiros na recepção de uma doutrina possibilista na geografia proposta por Ratzel, e se reporta a Felte como um dos melhores pesquisadores sergipanos dos dias presentes, misto de geógrafo e historiador.

Felte Bezerra é lembrado, ainda, pelo seu destaque como educador nos textos de Garcia Moreno (1952), diante da sua posse na Associação Sergipana de Letras (ASL), por Jackson da Silva Lima (1984), Gustavo Aragão Cardoso (2005) e pela professora Thetis Nunes (1992), logo após o seu falecimento, conclamando-o como seu grande professor (MAYNARD;

SOUZA, 2016).

Mais recentemente, Felte Bezerra tem sido pesquisado de forma direta, compondo o assunto principal ou de modo indireto, compondo capítulos específicos de pesquisas monográficas, dissertações e teses em diferentes universidades. Pelo universo da história, ele foi revisitado por meio de monografias. A primeira delas, intitulada *Sobre artes, cultura, ciência e educação: textos jornalísticos de Felte Bezerra*, uma monografia composta de transcrições de textos jornalísticos de jornais entre 1946 a 1953, escrita por Amanda de Matos Pereira (2016).

Pelo viés histórico jornalístico, há outra monografia, intitulada “*Uma breve história do intelectual sergipano: Felte Bezerra e seus artigos jornalísticos*” (1959-1988), escrita por Lucicleide Nunes Freire, Maria Conceição Aragão Oliveira e Sandra Ribeiro Alves Martins (2009). Essa pesquisa foca, essencialmente, na realização de comentários de artigos feitos por Felte e outros comentários acerca de sua vida ao longo da segunda parte de sua biografia. Unidas, essas duas monografias dão conta de um vasto período biográfico de Bezerra tanto em Sergipe como no Rio de Janeiro. Por fim, foi possível coletar ainda um trabalho de análise historiográfica do livro *Etnias sergipanas*, escrito por Gilvan Felix Nascimento (2015), intitulado *Análise historiográfica da obra: Etnias sergipanas*.

No campo da educação, Felte Bezerra propiciou dois trabalhos recentes, ambos vinculados ao Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe. O primeiro deles, uma dissertação de mestrado escrita por Anna Karla de Melo e Silva denominada *Felte Bezerra: um quartel de atividades litero-científicas* (2014). No ano seguinte, pelo mesmo programa, foi defendida uma tese de doutorado, escrita por João Paulo Gama Oliveira, denominada *Caminhos cruzados: itinerários de pioneiros professores do ensino superior em Sergipe (1915-1954)* (2015), que apresenta um itinerário do aluno Felte Bezerra desde o tempo colegial, transita pelo seu descontentamento com a formação odontológica e finda com uma análise de suas contribuições intelectuais para o magistério.

Felte Bezerra tem despertado pesquisas recentes no campo do folclore em pesquisas de doutorado e mestrado. Mesalas Ferreira Santos defendeu a tese *Etnografia dos folguedos folclóricos em Laranjeiras: narrativas, performance e experiências nos circuitos da cultura popular* (2016), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde toma como referência o debate sobre raça no pensamento social brasileiro e discute, de modo específico, como o negro é visto pela antropologia a partir de *Etnias Sergipanas*; e, para discutir a festa folclórica realizada em Laranjeiras (SE), o autor analisa desde a criação da Subcomissão de Folclore em Sergipe, a constituição de uma Comissão Sergipana de Folclore (1960), importante instituição cultural no Estado de Sergipe, encabeçada por Felte Bezerra, que tornou possível sua

aproximação junto a Camara Cascudo e permitiu sua transição para a antropologia, por meio de observações etnográficas em terreiros, na cidade de Laranjeiras e na Atalaia Velha, do qual ele escreve o “Xangô de Zeca”, reconhecidamente o primeiro relato etnográfico de terreiros em Aracaju a obter circulação nacional (DOMINGUES, 2019).

A força produtiva deste intelectual motivou ainda dois trabalhos de dissertação. Um escrito por Tatiana Silva Sales, denominado “*Intelectuais e "folclore" em Sergipe: um estudo sobre a comissão sergipana de folclore (1948-1976)*” (2018). Nele, a autora percorre desde o pioneirismo de Silvio Romero, transita pela criação de uma subcomissão sergipana de folclore e deságua na contribuição da antropologia de Felte Bezerra para a referida subcomissão.

Por fim, pode-se coletar ainda a dissertação escrita por Jean Costa Souza, *O culto à tradição de nossa gente: a fabricação do folclore sergipano em exposições museológicas (1948-1976)* (2019). Nessa dissertação, seu autor focou na comissão nacional de folclore e a subcomissão situada em Sergipe para discutir seus desdobramentos quanto à produção museológica no Estado de Sergipe. Nesse texto, Felte Bezerra foi lembrado mais uma vez pela sua participação na criação e papel de liderança na Subcomissão Estadual de Folclore em Sergipe.

Esta tese transita pelo campo do pensamento social brasileiro, mais especificamente, sobre um debate clássico à área que relaciona o tema das relações raciais como elemento determinante para o atraso da nação. De modo mais objetivo, tomando por empréstimo a figura do intelectual sergipano Felte Bezerra, interessamo-nos por investigar a contribuição desse pensador ao debate que relaciona raça e nação por meio de um recorte teórico que transita pela sociologia do conhecimento e do universo intelectual, averiguando o campo intelectual de sua produção e as redes intelectuais que deram sustentação às suas teses.

No que tange ao aspecto temporal, o trabalho está situado entre os idos de 1930 a 1960. Essa delimitação justifica-se pelo fato de ter ocorrido, nos idos de 1930, um marco para a institucionalização das ciências sociais no país, dada à recepção de missões estrangeiras no Brasil (PEIXOTO, 2001). A década de 1930 ficou marcada ainda pelo lançamento de contribuições culturalistas a partir de *Casa grande e senzala* (1933) e *Jubiabá* (1934).

Coincidentemente, em dezembro de 1933, ocorreu a graduação de Felte Bezerra em odontologia. No início do ano seguinte, ele abre seu consultório odontológico e ingressa para o magistério, lecionando inglês. Pouco depois, se deu sua inserção no IHGSE (1938) e, na década seguinte, a construção de seu itinerário intelectual, que culminou com a obra *Etnias sergipanas* (1950). A data final, foco de delimitação deste trabalho, coincide com a consolidação de um campo dado pelo funcionamento, credenciamento e reconhecimento de diversas pós-

graduações no Brasil (LIMA; CORTES, 2013) e, com a transferência de Bezerra para o Rio de Janeiro (DANTAS, NUNES, 2009).

Vale salientar ainda que, nos idos de 1930, caracterizado pelas preocupações modernistas, em suas diversas manifestações regionais, bem como pelo nacionalismo estatal, a expressão *pensamento social* ganhou complemento “brasileiro”. Na década seguinte, o termo *pensamento social brasileiro* foi utilizado pela livraria José Olympio, sob a direção de Gilberto Freyre, passou a divulgar a “Coleção Documentos Brasileiros”, cujo primeiro volume foi *Raízes do Brasil* (1936). Na década de 1940, o pensamento social brasileiro esteve associado a diversos autores e sentidos, entre os quais “Cassiano Ricardo, na obra “Marcha para o Oeste”, José Carlos de Macedo Soares, no livro “Fronteiras do Brasil no Regime Colonial”, e Gilberto Freyre, com “Casa Grande e Senzala” (TOLENTINO, 2019).

Cabe destacar que o primeiro registro impresso do termo expressão “pensamento social brasileiro” se deu em 1830, quando foi utilizada pelo “político, escritor e tipógrafo Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente” (TOLENTINO, 2019, p. 340). Por sua vez, na passagem para o XX, o termo *pensamento social brasileiro* foi utilizado por intelectuais preocupados em compreender o catolicismo popular em contextos messiânicos enquanto mecanismo de mediação de “conflitos entre trabalhadores e proprietários” (*op. cit.* p. 342).

A nomenclatura *pensamento social brasileiro* foi utilizada de forma decisiva por Silvio Romero, quando, em 1870, apresentou um conjunto de ideias que se pautava no positivismo, evolucionismo e republicanismo, norteadores de uma geração datada entre 1870-1930. A professora Ângela Alonso (2002) analisou essa geração intelectual e percebeu, nesses pensadores, a gênese de preocupações sociais genuinamente brasileiras. Eles buscaram, na filosofia social e na literatura, componentes propiciadores de uma credibilidade e autonomia no campo do pensamento social. Por fim, Alonso (2002) percebeu, ainda, um traço comum a todos esses intelectuais, de acordo com a mesma, eles estavam unidos não pela origem, pela raça ou classe social, mas, pelo fato de estarem excluídos politicamente e intelectualmente do Império, formando uma argamassa acadêmica civil e/ou militar, que se fez rebelar em diversas manifestações pulverizadas no país.

Romero é indubitavelmente o marco dessa geração. Suas ideias sobre crítica literária e folclore são fundamentais por antecipar uma sociologia e uma antropologia embrionária no Brasil; além disso, ele sugeriu a participação de três etnias como elementos formadores do povo brasileiro, passando a investigar sobre as contribuições de cada grupo étnico para a consolidação da cultura e do povo brasileiro, estabelecendo correlações entre esses e refletindo sobre o atraso do Brasil enquanto nação. Nesse sentido, Romero lançou bases para os trabalhos

de Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, intelectuais considerados “precursores das Ciências Sociais no Brasil” (ORTIZ, 1986, p. 14).

Romero, Rodrigues e Cunha formam uma tríade intelectual que origina o pensamento social brasileiro. O primeiro mapeou e catalogou contribuições étnico-culturais, o segundo investigou doenças tropicais não catalogadas nos manuais de medicina, oriundos de uma tradição europeia e Cunha, um militar de formação, enviado para os sertões como práticas de desterro⁷. Cada um destes pensadores, em espaço territorial e com preocupações distintas, têm em comum a influência do “darwinismo social de Herbert Spencer, o condicionamento geográfico de Buckle, a sociologia de Frédéric La Play” (ORTIZ, 1986, p. 09).

Por fim, intuimos que esses pensadores até buscavam meios de provável libertação eurocêntrica, entretanto, o peso das estruturas sobre o intelecto de cada um parecia prevalecer. Note que Rodrigues, ao estudar o primeiro Código Penal Republicano, analisando a responsabilidade de atos advindos de índios e negros, os classificou como criaturas mentalmente inferiores, alegando que esses seriam desprovidos de maturidade intelectual. Apesar da medida relativista, seus pressupostos são eurocêntricos, evolucionistas, situados mais especificamente nas ideias iluministas acerca dos indivíduos e culturas dotados de razão ou não. Caminho semelhante é trilhado por Cunha, que tinha uma ideia literária e caricatural do sertão, chegando *in loco*, ele tem um primeiro choque quando se defronta com uma paisagem alegre e viva, mas, nas entrelinhas, fica declarado seu posicionamento de um intelectual de formação militar por meio de expressões como “Tróia de taipa”, “jagunços” etc.

Portanto, é fundamental perceber que a sociologia então nascente no Brasil estava balizada pelos valores eurocêntricos e sua reflexão centrava-se sobre o dilema do atraso brasileiro. Esses valores passaram a creditar nosso atraso como nação a fator racial, responsabilizando a mestiçagem racial pelo atraso brasileiro. Aqui, vale ressaltar uma distinção entre as expressões *mestiçagem* e *miscigenação*. Lembremo-nos que, por meio do levantamento realizado por Silvio Romero acerca das contribuições africanas de tradições para a cultura brasileira, se deu a incorporação do negro ao debate que permeava o pensamento social brasileiro e a questão da construção da identidade nacional.

Com Silvio Romero, as ideias de amálgama e “cadinho” de três raças ganham terreno: eis aí os três povos, antropológica e etnograficamente distintos, que nos têm vindo forjar, a amalgamar na incude e no cadinho da história, cujo estado interno é preciso sondar, agora por método novo, para ser possível o exato conhecimento da alma brasileira de hoje (ROMERO *Apud* SANTOS, 2011, p. 08).

⁷ Ato de exílio aplicado aos revoltosos que eram destinados aos locais desérticos.

O pensamento positivista comum à geração de 1870 teve como exceção à época Manoel Bomfim, que refletiu sobre o atraso brasileiro por meio de questões parasitárias do povo europeu. A interpretação de Bomfim transitava pelo culturalismo, e escapava da tônica determinista racial, sendo demasiadamente revolucionária para a época e contra-paradigmática diante dos valores eurocêtricos, por isso mesmo, não se fez ecoar.

Enquanto isso, o pensamento de Romero continuava forte, seja por meio daqueles que corroboravam para reforçar tais teses, como Oliveira Viana ou, por aqueles que pretendiam refutar esse conjunto de ideias seja por Bomfim, pelos médicos sanitaristas ou posteriormente através de Gilberto Freyre, que substituiu o termo *mestiçagem* por *miscigenação*, atribuindo outra conotação ao tema. Notemos que,

Essas observações fazem com que Romero, juntamente com Franklin Távora, sejam considerados influências decisivas no pensamento de Gilberto Freyre. Entretanto, a visão de Romero acerca da miscigenação estava bem distante da positividade da mestiçagem que caracterizaria a obra de Freyre (SANTOS, 2011, p. 08).

Nossa tese relaciona Felte Bezerra como herdeiro de uma tradição que incorpora o elemento negro para debater o dilema da modernidade brasileira. Entretanto, vale ressaltar que há uma diferença substancial entre esse autor e a mestiçagem vista como elemento degenerativo de uma nação por Silvio Romero, que se via embevecido pelos ideais eurocêtricos, evolucionistas do século XIX. Por outro lado, temos Gilberto Freyre, herdeiro do tema das relações raciais no Brasil, mas, autor de uma nova ideia, denominada “miscigenação”, dotada de uma proposta de carga positiva. Freyre respondia à questão que se colocava nos idos de 1930, quando o Brasil se defrontava com a questão da nação e o dilema do atraso brasileiro, época em que se colocou a seguinte questão: qual o legado da cultura brasileira para a história da humanidade?

A resposta de Freyre foi vista com bons olhos no âmbito internacional, que vivia os horrores do entre-guerras, motivado pelos debates biológicos, evolucionistas, que desembocaram no ideal de uma raça superior. Mais que isso, a resposta freyriana rompeu com o debate biológico e propôs novas arestas aos debates culturalistas. Suas ideias chamaram a atenção de pesquisadores estrangeiros, que queriam testar tais hipóteses e, também, do capital internacional, preocupado em investir em territórios que não estavam diretamente envolvidos em situações de guerra.

Bezerra parece seguir uma tradição que remete a Romero e perpassa a Freyre. Ele foi influenciado também pelo empirismo da Escola Baiana de Medicina e, especialmente pelo

culturalismo de Arthur Ramos (DANTAS; NUNES, 2009) e, tem o mérito de ter sido um dos pioneiros a recepcionar o pensamento do pernambucano Gilberto Freyre, quando suas teses chamavam a atenção de intelectuais estrangeiros como Pierson e Bastide, que vieram para a Bahia testar tais ideias. Paralelamente, Bezerra, junto ao amigo de faculdade e médico Garcia Moreno realizava incursões etnográficas aos terreiros de Laranjeiras, no estado de Sergipe.

A temática racial sugerida por Romero foi questionada inicialmente por Joaquim Nabuco (1849-1910), no livro *O Abolicionismo* (1883), com um discurso que não reverberou, dada a estrutura social escravocrata. Nina Rodrigues (1862-1906) continuou investindo no tema, em seu livro *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (1894), o médico analisou o primeiro código civil do período republicano, questionando a responsabilidade criminal imputada a etnias consideradas inferiores.

Por sua vez, Manoel Bomfim (1868-1932) escreveu o livro *A América Latina: males de origem* (1905), por meio do qual seguia intuições sugeridas por Capistrano de Abreu (1853-1927), na tese *O descobrimento do Brasil* (1883), quando foi nomeado oficial do IHGB. Bomfim fez uma leitura mais cultural e menos biológica para a questão e findou por responsabilizar o atraso dos povos latinos dado ao parasitismo ibérico. As obras em questão, tanto de Rodrigues como a de Bomfim, demonstram que as ideias que relacionavam o atraso brasileiro com a miscigenação racial começavam gradativamente a ser questionadas. Ao final, com o peso dos paradigmas no campo, a ausência de fórum para novas teorias findou ocasionando a críticas como ausência de testemunho empírico e, por fim, o demérito ou esquecimento.

No primeiro quartel do século XX, entraram em cena as descobertas percebidas por médicos e higienistas. Para esse grupo de pesquisadores, as doenças que afetam o povo brasileiro não eram provenientes da miscigenação racial e, sim, das péssimas condições sanitárias encontradas no Brasil (LIMA, HOCHMAN, 2000). O movimento de contestação às ideias deterministas sugeridas por Romero ganhou relevância e visibilidade com a inserção de textos literários, com destaque para *Jeca Tatu* (1914) e *Macunaíma* (1928), personagens arquetípos, símbolos de uma brasilidade que acabaram constituindo uma segunda tentativa de consolidação de um pensamento social genuinamente brasileiro (LIMA; HOCHMAN, 2000).

De acordo com Lima e Hochman (2000), essa segunda fase do pensamento social brasileiro centrou-se muito mais em aproximações literárias, durou cerca de três décadas e culminou com a fase de institucionalização das ciências sociais no Brasil. Assim sendo, embora a geração de 1870 perdure até 1930, foi possível perceber alguns pontos de fissuras a partir de críticas pontuais, algumas ganharam repercussão e visibilidade e outras parecem ter se mantido

nos trabalhos da geração subsequente, como a ideia de participação de três grupos étnicos, formativos do povo brasileiro e a utilização do folclore, como recurso metodológico para catalogar as respectivas contribuições étnico-culturais. O recorte temporal sugerido por Lima e Hochman (2000) nos permite então afirmar que o paradigma sugerido por Romero e influenciador da geração de 1870, apesar das críticas elaboradas por Rodrigues, posteriormente por Bomfim e, mais adiante pelos médicos e higienistas, como veremos, consegue manter-se parcialmente entre pensadores da geração de 30.

Nos idos de 1920, médicos e higienistas no Brasil propuseram uma hipótese contrária ao determinismo racial proposto por Romero. Fundamentados na observação empírica, esse grupo de pensadores e cientistas refletiram sobre os hábitos cotidianos presentes na população brasileira e constataram que tais doenças não derivavam do cruzamento genético e sim das condições insalubres e dos péssimos hábitos higiênicos, presentes no cotidiano da população brasileira. Essas ideias ganharam força ideológica e popularidade com adesão do viés literário, por meio de personagens como *Macunaíma* e *Jeca Tatu*, personalidades iconográficas de uma brasilidade.

Por fim, na década de 1930, se deu no Brasil uma importação de missões intelectuais francesas e norte americanas, além do retorno de Gilberto Freyre ao Brasil. Foi quando o pensador pernambucano questionou a ideia de mestiçagem, substituindo-a pela expressão “miscigenação”. Essa permuta teórico-conceitual, no campo do pensamento social brasileiro, não apenas conferiu um novo ânimo à nação, como atraiu a atenção de pesquisadores internacionais, que queriam testar tais hipóteses, alavancando o Brasil à condição de um imenso laboratório étnico-racial, exemplo a ser seguindo pelo mundo.

Mas, o Brasil de então era um imenso território desconhecido, marcado por imensos sertões de Euclides da Cunha a Guimarães Rosa, além do próprio deserto ao oeste do país, entre outros. Apesar desse novo ânimo teórico, os intelectuais da geração de 30 persistiram em uma lógica de análise de nação pautado em um modelo “dualista habitado por pares indissociáveis tais como litoral-sertão, saúde-doença e moderno-atrasado” (LIMA, HOCHMAN, 2000, p. 315).

O sertão, muito mais que uma categoria geográfico-espacial, configurava-se pelo elemento político-social, marcado pelo abandono do Estado, em regiões inóspitas, pouco habitadas. Desse estereótipo cravado sobre o sertão derivou reflexões que projetam o sertanejo como alguém em seu “estado natural”, distante da civilização. A oposição a esse tipo se dá pela população litorânea, que passou a vista enquanto porta de entrada dos europeus e por isso considerada mais civilizado que o sertanejo.

As terras litorâneas, mais próximas das brisas marítimas, teriam, hipoteticamente, uma população mais saudável, dada às correntes de vento que atuavam expulsando pestes e epidemias. Corroborando tais ideologias acerca do atraso sertanejo e de uma suposta civilidade litorânea, lembremo-nos que as capitais de Sergipe e Alagoas, entre outras cidades, em princípio não eram litorâneas, elas precisavam estar em um sítio alto, facilitando a visibilidade de possíveis inimigos e, via de regra, tinham um rio como acesso (SOUZA, 2004). A relativa estabilidade entre diferentes exploradores e a diminuição sensível da pirataria trouxe uma tranquilidade que possibilitou a mudança dessas capitais (*Id.*). Foi quando, na virada do século XX, chegou-se a implementar políticas de planificação nesses terrenos, solapando morros, de modo a facilitar as correntes de ar, ditando, assim, ambientes menos doentios e mais civilizados.

E assim, o pensamento social brasileiro findou por ratificar, nos idos de 1920, uma intercessão entre estado natural e civilização, conforme apontado pelo

Artigo de Monteiro Lobato na revista Saúde, órgão da Liga Pró-Saneamento do Brasil, contém afirmações elucidativas sobre este ponto. Reportando-se ao que via como degeneração do homem, pergunta o escritor paulista: *Por que degenera ele justamente onde por impulso ambiente, deveria allear-se ao apogeu? Por que na Amazônia, onde tudo alcança o máximo, só ele dá de si o mínimo? E como resposta: O Homem com o civilizar-se, afastou-se da natureza. Desrespeitou-a, infringiu-lhe as leis. A consequência disso foi o enfraquecimento* (Saúde, 1918). (LIMA E HOCHMAN, 2000, p 318).

No conto *Ideias de Jeca Tatu* (1918), escrito por Monteiro Lobato, seu protagonista aparece inicialmente como personagem miscigenado e doente, diagnosticado com amarelão e, é tratado dessa doença. Essas descobertas, contrárias ao paradigma determinista racial da época, conforme salientado pelo professor Antônio Candido (1960), findaram por formatar uma ideologia que afetou profundamente o modo de pensar dos brasileiros.

No final da década de 1920, o sociólogo pernambucano, Gilberto Freyre lançou o livro *Nordeste*, publicado originalmente em 1928. A presente discussão é relevante, pois, marca uma transição do pensamento social, dado pela passagem de uma fase mais abstrata filosófica, para outra mais literária, posteriormente suplantada pela geração de 30 com um estilo mais ensaístico e de escrever.

Ademais, entre os idos de 20 e 30, higienistas e Freyre estiveram envolvidos nos debates que deslocavam a ênfase o tema racial para o âmbito social, discutindo a importância do saneamento na sociedade brasileira. Conforme observado por Lima e Hochman (2000, p. 320)

No prefácio de *Casa-grande & senzala* (1978). O texto de Gilberto Freyre dispensa comentários mais longos: *Vi uma vez, depois de quase três anos de ausência de Brasil, um bando de marinheiros nacionais – mulatos e cafuzos – descendo não me lembro se do São Paulo ou do Minas pela neve mole do*

Brooklin. Deram-se a impressão de caricaturas de homens e veio-me à lembrança a frase de um viajante inglês ou americano que acabara de ler sobre o Brasil: “the fearfully mongrel aspect of population”. A miscigenação resultava naquilo. Faltou-me quem me dissesse, então, como em 1929, Roquette-Pinto aos arianistas do Congresso Brasileiro de Eugenia, que não eram simplesmente mulatos ou cafuzos os indivíduos que eu julgava representarem o Brasil, mas mulatos ou cafuzos doentes.

Lima e Hochman (2000, p. 320) enaltecem a participação do pensador pernambucano alegando que

A força retórica do texto de Gilberto Freyre e sua importância como testemunho da influência das teses higienistas no debate sobre natureza, raça e cultura não elimina a presença de outras teses que, seguindo a perspectiva de esboçar retratos do Brasil, associam a idéia da doença como traço distintivo da identidade nacional os argumentos que acentuam os obstáculos derivados da mestiçagem, da inferioridade racial e da herança colonial vista como predominantemente negativa. Este é o caso de *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado, publicado originalmente em 1926 [...].

Freyre havia regressado de seu doutorado na *Columbia University*, onde foi orientado por Franz Boas. Em seu retorno, ele trouxe consigo novas técnicas de pesquisa, mais próximas a temáticas cotidianas com trânsito em áreas jurídicas, literárias, ensaios culturalistas, manuais de culinária, entre outros. O referido sociólogo, além de liderar um movimento regionalista no Nordeste é lembrado, entre outras coisas, pela passagem de uma ideia pessimista de nação para um otimismo ufanista, ideias oriundas em Romero, à qual Freyre irá reverter propondo o tema da miscigenação, ganhando espaço e visibilidade internacional, atraindo pesquisadores interessados em testar as hipóteses de relações raciais. As teses sugeridas por Freyre despertaram a atenção do capital internacional, que diante da guerra na Europa, passa a investir em terras distantes do conflito, a saber, o Brasil.

As análises e interpretações freyreanas, assim como em outros intelectuais do período buscavam no passado nossas origens históricas e raízes étnico-culturais com vistas a busca de uma modernidade. Notadamente, as interpretações de Freyre sobre a modernidade são bastante emblemáticas. Suas dimensões ideológicas sobre a questão racial repercutiram em um terreno muito árido e frutificou inúmeras críticas. Sobre Romero, Rodrigues e Freyre pesam ainda hoje críticas de pesquisadores que não exitam em rotulá-los de racistas.

Felte Bezerra é um autor que navega pela influência desses três pensadores. Ele adota as sugestões de Romero sobre a contribuição das três etnias formativas do povo brasileiro e o folclore como método. O odontólogo e intelectual sergipano realizou trabalho de campo em terreiros de Laranjeiras e Aracaju, fruto de seu aprendizado de graduação na FAMEB. E, foi

um dos pioneiros a recepcionar a ideia de mestiçagem pela de miscigenação, realizando incursões etnográficas, ao lado do amigo Garcia Moreno em 1939, *paripassu* com as pesquisas de doutorado de Donald Pierson no Brasil.

A monografia de Gilvan Felix Nascimento (2015) teceu fortes críticas ao intelectual sergipano, acusando-o de um suposto racismo e encantamento com os “aloirados”. Em nossa entrevista à professora Beatriz Dantas (2020) indagamos sobre esse tipo de apreciação especificamente sobre Felte Bezerra. Ela parou um tempo, respirou e respondeu: “*É um problema de perspectiva de leitura. Não dá para ler Felte Bezerra com o arcabouço teórico-metodológico e as perspectivas que nós temos hoje*”.

Assim sendo, salientamos desde já que o professor Bezerra descende de uma linha de pensamento que se utilizou da categoria raça/etnia para discutir o dilema do atraso e da modernidade brasileira. O debate a que nos propomos fazer consiste em situá-lo no campo da sociologia do conhecimento, transitando pelo debate ideológico daquele momento, as instituições e redes de sociabilidades acessadas por esse pensador. Nossa leitura priorizou seus espaços de enunciação ideológica, como o IHGSE e a ASL; sua liderança na Sub-Comissão de Folclore e a visibilidade de seu trabalho sobre a festa de Xangô; texto que atraiu a atenção de Willems e desembocou em sua orientação sobre *Etnias sergipanas*. Um maturado ao longo de uma década, que, no geral, contou com boa repercussão, exceto pelas críticas advindas de Oracy Nogueira. A obra serviu ainda de carta-convite para seu ingresso na FAFI, onde atou até sua transferência para o Rio de Janeiro.

A reflexão sobre a modernidade freyreana, além do debate entre raça/etnia e nação perpassava, ainda, um regionalismo liderado pelo pensador. À época, o Brasil contava apenas com as regiões norte e sul, cabendo à primeira englobar o que hoje denominamos como regiões Norte e Nordeste, sendo que a Bahia não abraçou o regionalismo nordestino, por ele estar associado ao arcaísmo tradicionalista, associado ao atraso, miséria e êxodo rural. Lembremos que, na literatura, por exemplo, a Bahia apresentou um regionalismo litorâneo e sincrético, preso ao recôncavo baiano. A obra *Jubiabá* (1934) é publicada exatamente no ano subsequente à *Casa Grande e Senzala* (1933), mas apresentavam, em comum, o protagonismo negro.

Por sua vez, a região Sul do país, que era capitaneada por São Paulo, havia sofrido um golpe no início da década de 1930, revelando a incapacidade de suas elites para dirigir o país. Então, para suprir tal carência, foram criadas universidades em São Paulo e no Rio de Janeiro, como a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP) em 1933, a Universidade de

São Paulo (USP) em 1934, com o intuito de formar uma *intelligentsia*⁸ qualificada, capaz de esquadrihar essa nação e, assim, pensar estratégias de planejamento desenvolvimentista, colocando a cidade de São Paulo como locomotiva econômica de um projeto moderno de país.

Essa modernidade paulista foi questionada por Gilberto Freyre, intelectual responsável por liderar um movimento regionalista no Nordeste preocupado em recuperar espaços políticos perdidos no cenário nacional, principalmente a partir da República (ALBUQUERQUE JR. 2009). Para essa empreitada, esse grupo se lançou sobre um passado heroico, romântico e idealizado, quando Recife e Salvador exerciam influência decisiva sobre a nação.

Lembre-mos, por exemplo, que, no livro *Nordeste* (1934), Freyre argumenta sobre a importância do latifúndio como forma de propriedade, a monocultura como forma de exploração econômica e a escravidão como instituição de classe social, três categorias de análise pelas quais se cruzam o psicológico e o social. Ele lembra da conversão de antigos senhores que passaram a assumir posições abolicionistas, como é o caso de Joaquim Nabuco. E, lembra que todo modo de escravidão é duro e impiedoso, entretanto, no Nordeste brasileiro, essas formas foram menos rígidas e mais negociáveis entre os indivíduos, exemplificando sobre os escravos da Casa-grande e dos cuidados que se estendiam desde a educação dos filhos do senhor até as receitas culinárias, entre outros elementos.

O pano-de-fundo que alimentava a discussão acerca do Nordeste era o esquecimento, por parte do governo republicano, quando, no primeiro quartel do século XX, foram estimuladas às políticas de imigração, especialmente para o sentido sul do país. O professor Durval Muniz de Albuquerque Junior (2017, s.p.) afirma, ainda, que,

Ao consultar documentação do século 19 e do século 20, percebi que o conceito **Nordeste** não aparecia, não existia esse recorte **Nordeste**. A divisão era entre o **Sul** e o **Norte**. Isso só começa a aparecer no final da década de 10, mais particularmente, a partir da criação da inspetoria federal de obras contra a seca, quando no documento de fundação da inspetoria se define a área da atuação e dá o nome dessa área de Nordeste. E, logo no começo dos anos 20, Gilberto Freyre encabeça no Recife um movimento e cria o centro **regionalista do Nordeste**. A partir daí, passa a dar a esse conceito um conteúdo que ele não tinha. O **Nordeste**, inicialmente, era apenas um ponto colateral, uma área localizada entre o **norte** e o **leste**, quer dizer, **Gilberto Freyre** e os políticos, artistas que giram em torno dele, começam a dar a esse

⁸ “Na Grande Polônia, então parte do Império Prussiano, a palavra *intelligentsia* popularizou-se em 1844, com a obra *Em amor à pátria*, do filósofo Karol Libelt. Nesse contexto, ela estava associada a significados que atravessariam os séculos XIX e XX. O vocábulo foi utilizado para representar os membros bem-educados da sociedade que, apoiados na razão e no conhecimento, assumiriam as responsabilidades de defender os interesses da pátria e do povo. Em outras palavras, pressupunha a sensibilidade e a responsabilidade dos cultos no tocante à educação do povo e à afirmação da nação. Na Rússia, nesse mesmo período, o vocábulo *intelligentsia*, criado possivelmente a partir do latim (*intelligentia*), [...] circulou na literatura desse país na primeira metade do século XIX. O uso coloquial do termo no período evidencia que ele estava em plena circulação nos círculos literários, contudo, ganhou notoriedade pelas obras de Ivan Turgêniev” (VIEIRA, 2008, p. 68).

conceito um conteúdo político, estético, simbólico, cultural. [Todos os negritos assinalados estão no original.

O professor Muniz percebeu que, para além do espaço territorial, a categoria

Nordeste é uma espécie de trincheira de defesa de interesses que estão ameaçados pelo processo de expansão do capitalismo, pelo processo de implantação da industrialização no país, pelo processo da **implantação da República**, o **fim da escravidão**, do **Império**, com a emergência da sociedade de classe no Brasil, [...] [Todos os negritos assinalados estão no original. (ALBUQUERQUE JR., 2017, s.p.)]

Das observações empreendidas pelo professor Durval Muniz, percebe-se que o Brasil estava dividido essencialmente entre norte, antigo centro político e econômico, e sul, atual centro urbano, com tendências modernas e industriais. Os interesses que alimentavam esse grupo de intelectuais nordestinos derivavam do fato desses terem percebido a perda de espaços significativos da região no cenário político nacional. Eles pretendiam compensar essa perda por meio da cultura, inventado uma tradição do ponto de vista da cultura e da tradição.

Para inventar uma tradição, era necessário extinguir diferenças e criar uma formação identitária a partir de um estereótipo grosseiro e indiscriminado. Assim sendo, na visão de um sulista sobre o Nordeste predominava imagens e ideários relacionados à seca, fome, migração, messianismo, em um lugar quente, desértico, masculinizado, onde “até as mulheres são ‘macho’, sim senhor!” (ALBUQUERQUE JR., 2009, p. 20). Os professores Gustavo Alonso e Eduardo Visconti (2018), pautados pela obra do historiador Durval Muniz (2009), pesquisam o Nordeste em seu aspecto cultural, a partir da obra de Dominginhos e afirmam que

O Nordeste tradicional é, em grande parte, uma reação à modernidade e aos fluxos globais. [...]. Não à toa, são cantados valores arcaicos, temáticas da natureza romantizada, o homem bruto dos interiores, os costumes tradicionais. É importante lembrar que não apenas a música, mas também grande parte da literatura e artes plásticas do século XX que ganharam o selo de “nordestinas”, seja interna, seja externamente, estão atrelados a esta estética, como demarca Durval em sua clássica obra (ALONSO; VISCONTI, 2018, p. 208).

Lembre-mos que Euclides da Cunha, em sua experiência “pré-Canudos” dizia haver um estereótipo que reverberava os discursos de uma visão sulista sobre o sertão, caracterizado por um espaço desértico, inanimado, pobre e infértil (ALBUQUERQUE JR., 2009). Mas para sua ao chegar em Canudos, Cunha teve, então, um choque empírico entre expectativa e realidade com a qual ele se defrontou, onde, percebendo um sertão alegre, festivo e colorido, bem diferente daquele que era concebido em suas expectativas literárias.

O ponto crucial com o qual se defrontava os regionalistas em seu projeto de recuperação política da região pelo viés cultural era o de pensar uma cultura capaz de suprimir as diferenças, criando uma argamassa cultural, denominada identidade. Note que a cultura aqui é entendida enquanto espaço de luta, dotado de símbolos e significados sociais que findam por forjar identidades e mobilizam disputas sociais, onde os diferentes grupos disseminam suas ideologias e interesses políticos, não apenas partidário, mas no sentido amplo, que engloba visões de mundo e projetos.

Essas ideologias, por sua vez, carecem de espaços e instituições que as credenciem e as façam reverberar entre os atores sociais, denominado povo. Em suma, a questão da modernidade brasileira remete necessariamente a uma ideologia que deve ser acatada pelo povo e, nesse momento, o projeto de construção de uma nação, dialogava necessariamente com as disputas regionais. Freyre capitaneou um movimento regionalista no Nordeste e propôs uma modernidade dada pela passagem de engenho à usina açucareira, dotado de suas consequências econômicas, sociais e de trabalho na região.

Uma de nossas teses consiste em afirmar que Felte Bezerra esteve envolvido nesse projeto de construção de uma *nordestinização*, entenda-se, uma ideologia sobre o Nordeste, aos moldes sugeridos pelo professor Albuquerque Jr. (2009, 2017). O intelectual sergipano ingressou no IHGSE em 1939, mergulhou no tema que norteava o Brasil naquele momento, investigando sobre a composição territorial e populacional brasileira.

E, assim, ele então recuperou o tema dos limites territoriais entre Sergipe e Bahia, clássico à instituição na década de 1920, mas propôs novos critérios culturais, que substituíam o norteamento subsidiado pela geografia físico-determinista alemã. Bezerra, como veremos a seguir, leu a doutrina possibilista francesa de La Blache, e adotou novos critérios para debater o tema dos limites territoriais. Em 1941, ele publicou o texto “Unidade Étnica”, apresentado seu interesse pelo campo de pesquisa que iria desenvolver ao longo da década e que resultou na produção de *Etnias sergipanas* (1950).

Na década de 40, Felte compartilhou junto a intelectuais como José Cruz, José Amado, Fernando Porto, Garcia Moreno, entre outros, preocupações sobre a questão da modernidade e os destinos do Estado de Sergipe (DANTAS; 2004; DANTAS, I. 2020). Alguns egressos da Faculdade de Medicina da Bahia parecem ter herdado o gosto pela pesquisa empírica que caracterizava a Escola Tropicalista da Bahia (ETB), notabilizada pelas pesquisas realizadas por Nina Rodrigues nos terreiros e periferias da referida cidade. Traço comum a Felte Bezerra e Garcia Moreno, que passam a realizar incursões etnográficas nos terreiros de Laranjeiras.

Influenciado pelo empirismo da Escola Tropicalista da Bahia (ETB), Bezerra escreve sobre uma festa de Xangô observada em um terreiro em Aracaju, situado na antiga praia de Atalaia e, apresenta o referido texto na Subcomissão de Folclore. O pensador sergipano alinhou-se ao chamado empreendido por Donald Pierson, que conclama os intelectuais a esquadriñar o Brasil que é aceito pelo alemão, que se dispõe a fornecer indicações para estudos étnicos. Decorrendo, daí, um total de dez cartas que culminam com o livro *Etnias Sergipanas*.

O contexto de produção da referida obra se deu nos idos de 1940, quando o mundo experimentava o período denominado “entreguerras”, marcado por acalorados debates intelectuais e disputas ideológicas. No Brasil, essa realidade não era diferente, além da antiga rivalidade entre norte e sul perpetuada entre os institutos históricos e geográficos, havia uma modernidade artístico-literária paulista que não se fez ecoar no restante do país e, como resposta, desembocou um movimento regionalista que era essencialmente nordestino, mas não somente, lembremo-nos, por exemplo, do regionalismo gaúcho.

Os regionalistas nordestinos tinham em comum temas da seca, miséria, fome e êxodo rural, a exceção era a Bahia de Jorge Amado, que trazia outras preocupações mais atreladas ao recôncavo baiano e aos terreiros de candomblé. Note que, na dicotomia entre o sertão arcaico e o litoral moderno, a opção baiana por temas litorâneos era uma tentativa de se desapegar das mazelas e se mostrar moderno, se desprendendo ideologicamente do Nordeste, até a criação da SUDENE e a possibilidade de viabilizar recursos federais, quando essa *intelligentsia* soteropolitana passa a se associar ao ideal nordestino.

O Brasil vivia, nesse momento, um cenário de gradativa mudança ideológica, impulsionada pela chegada de missões estrangeiras, surgimentos de novas universidades e cursos de humanidades, com o intuito de formar uma *intelligentsia* apta para esquadriñar a geografia e a população do país. Soma-se a essa paisagem intelectual o lançamento de *Casa Grande e Senzala* (1933) e *Jubiabá* (1934), obras que enaltecem o negro como protagonista e reforçavam o discurso culturalista, invertendo a lógica pessimista da mestiçagem em substituição à miscigenação, conferindo novo ânimo aos atores sociais, que era bem interessante ideologicamente para o projeto de modernização que o Estado tentava implementar naquele momento.

Do ponto de vista científico, despontava uma geração de 1930 que se voltou para o passado em busca de nossas raízes identitárias, substituindo a mestiçagem pela miscigenação e ofertando um novo ânimo ao espírito de uma nação. E, assim, despontam no pensamento social brasileiro *Casa Grande e senzala* (1933), *Sobrados e Mocambos* (1937), ambos de Gilberto

Freyre, *Raízes do Brasil* (1936) escrito por Sergio Buarque de Holanda e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), escrito por Caio Prado Junior.

A geração de 30 inaugura, de fato, uma nova fase do pensamento social brasileiro, invertendo uma lógica pessimista por elementos que pensavam a nação do ponto de vista da miscigenação. Não por acaso, as ideias sugeridas por Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala* (1933), acerca do bom convívio inter-racial colocaram o Brasil como um laboratório racial, atraindo intelectuais estrangeiros preocupados em testar tais hipóteses e, despertou a atenção da própria UNESCO, que passou a investir em pesquisas no Brasil, financiando, inclusive, diversas comissões de folclore.

No nosso entender, muitos dos aspectos propostos pela geração de 30 davam continuidade, de forma velada (pois não queriam estar associados aos ideais racistas), ao projeto anunciado por Romero. Exemplo dessa continuidade está na tríade racial formadora de uma nação e no folclore como ferramenta de estudo, coleta e análise, elementos que pareciam persistir nos trabalhos das décadas de 1930 e 1940. E, aqui, precisamos destacar dois elementos que caracterizaram essa geração.

O primeiro é a ênfase mais centrada na cultura e menos no debate biológico, uma inversão que nos tornava únicos no mundo, um povo onde a mistura de culturas é bem vinda e não conflituosa. E assim, a partir das leituras e observações sugeridas por Pierucci⁹, intuímos que o tema do sincretismo religioso, por um determinado tempo, foi muito simpático à intelectualidade.

No nosso entender, isso se dava muito provavelmente por ser esse um elemento cabal das provas que tais hipóteses culturalistas necessitavam. Não por acaso, muitos dos intelectuais desse momento estavam pesquisando sobre terreiros de candomblé. Bezerra percebeu que esse tema estava na crista dos debates, ele ingressou nesse campo por meio das investigações folclóricas. Sua apresentação na comissão de folclore gozou de boa receptividade e isso o levou a ser aceito por Emilio Willems, que o ajudou na construção de *Etnias sergipanas*.

E assim, tomando por empréstimo a figura do intelectual sergipano Felte Bezerra, buscamos entender esse momento histórico de virada cultural, a partir do itinerário, formação e atuação desse intelectual, identificando suas contribuições e especificidades no campo do pensamento social. Esse preâmbulo contextual é interessante, pois, situa Bezerra como um pensador que se graduou na Bahia (1933), onde aprendeu a realizar pesquisas empíricas nas

⁹ PIERUCCI, Antonio Flávio. Religiosidade, racionalização e desencantamento. In: Balanço da contemporaneidade. Gravado em 11 de maio de 2004. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=F9eR1Awny-U&t=27s> > acessado em 05 de outubro de 2021.

periferias daquela cidade, método que caracterizava a ETB, e onde foi influenciado pelo culturalismo de seu ex-professor Artur Ramos (DANTAS, NUNES, 2009). Felte Bezerra e Garcia Moreno foram alunos da FAMEB/ETB e trouxeram os aprendizados metodológicos para suas pesquisas desde cedo, aplicando-os nos terreiros de Laranjeiras (1939) e posteriormente, o odontólogo aplicou o respectivo método em um terreiro na capital aracajuana, observando uma festa de Xangô (1947).

Etnias sergipanas é considerada a obra referencia de Bezerra, reconhecido por atender a um apelo de Donald Pierson, que acenou para a necessidade de estudos étnicos em cada Estado da federação. E, assim, se deu o envolvimento desse intelectual em um tema clássico ao pensamento social brasileiro, dado pela relação entre raça e atraso brasileiro. Bezerra (1950) era um culturalista por convicção e consciente de suas escolhas, crítico veemente da ideia de mestiçagem, bem como todas as teses deterministas raciais e sua incompatibilidade diante de uma nação miscigenada.

Em *Etnias sergipanas*, ele foi orientado por Emilio Willems a pesquisar sobre os descendentes de filhos de casamentos inter-raciais. Em entrevista concedida ao autor, a professora Beatriz Dantas (2020) afirmou que a proposta foi aceita de modo parcial pelo professor Bezerra, que desprezou o viés determinista racial, ele sabia que esse caminho o levaria inevitavelmente a métodos de análise evolucionistas, preferindo trilhar uma análise pelo viés econômico e de dieta alimentar, analisando a perda de estatura nos descendentes de gerações inter-raciais pela baixa ingestão calórica (DANTAS, B. 2020).

O foco desta tese consiste em adotar Felte Bezerra como um ponto de observação de modo a explorar a produção do conhecimento nos idos de 1930 a 50 refletindo sobre os fatores sociais que determinam o pensamento naquele contexto. O intelectual sergipano, graduado em odontologia, foi adotado como objeto de observação para se perceber o conjunto ideológico que norteava o pensamento social e as principais questões sociais de seu tempo; o capital cultural adquirido por meio de sua família de educadores e a construção de um capital social no campo sociológico; acessando e mantendo uma rede de sociabilidades intelectuais que creditavam suas ideias. Bezerra é estudado, portanto, como um pensador que corroborou a construir o campo das ciências sociais, seja por meio da nordestinização, de sua inserção no IHGSE e na ASL, na FAFI, entre outras.

Seguindo as sugestões de uma sociologia do conhecimento de Karl Mannheim, procuramos mapear as linhas ideológico-norteadoras que orientam Bezerra. Para tal, nós o reconhecemos enquanto um pensador que assumiu desde cedo um posicionamento culturalista, tanto no debate geográfico culturalista, incorporando a leitura possibilista francesa (SÁ, 2009),

como antropológicamente, enquanto aluno da FAMEB e, por influência de seu ex-professor Artur Ramos, ainda por seu pioneirismo ao recepcionar as sugestões advindas do debate freyreano. Influências decisivas para a repercussão de seus trabalhos no IHGSE, na ASL e especialmente na comissão de folclore, elementos que lhes abriu portas para o contato com Emilio Willems.

Preocupado em examinar como as verdades são produzidas a partir de um determinado contexto, Karl Mannheim (1964) propôs um método de investigação histórico-compreensivo, de abordagem dos objetos culturais a partir de uma perspectiva por meio da sociologia do conhecimento. Ele sugere três níveis de extratos de pesquisa, a saber, objetivo, expressivo e documental, respectivamente. Para Mannheim (1964), os dois primeiros ocorrem na esfera fenomenológica e buscam captar o sentido da ação atribuída pelo sujeito, nesse nível, encontramos o universo das ideias dado pelas crenças e interações, partilhadas por artistas e intelectuais em um determinado período, decorrendo, daí, o posicionamento do sujeito observado com relação ao grupo.

Por fim, no nível expressivo, está relacionado com o sentido da ação tomada pelo sujeito pesquisado e, por cobrar do pesquisador uma maior familiaridade com o autor e seu contexto, suscitando significados e reflexões de uma determinada obra. Por fim, apresenta-se o nível documental que vai além do contexto vai além do sujeito pesquisado, devendo ser examinado o posicionamento social ou a visão de mundo desse pensador (SEVERO, 2017), (BARBOSA, 2019).

No decorrer de nossa tese utilizamos, também, a sociologia do conhecimento proposta por Pierre Bourdieu (1930-2002) e suas categorias clássicas, como: *campo*; *ortodoxia*; *heterodoxia*; *poder simbólico*; *capital social*; *capital cultural*; *habitus*. O sociólogo francês nos foi útil ainda para se pensar as predisposições familiares, um caminho que utilizamos *paripassu* com o historiador cultural, o francês Jean-François Sirinelli (1942-), que sugere uma investigação acerca do itinerário intelectual, investigando além da família, os currículos escolares, professores, enfim as redes de sociabilidades e trajetórias do intelectual em questão.

Por fim, empregamos uma sociologia do conhecimento proposta pelo sociólogo americano Randall Collins (1941-). A categoria base desse pensador parte um modelo de análise microsociológico da sociologia do conhecimento, pela qual se preconiza as interações cotidianas no interior do grupo social por meio de trocas simbólicas e ritualísticas. Bezerra, mais uma vez, é relevante e passivo de estudo, dessa feita pelo viés sugerido por Collins (2004); note que Bezerra ingressou no IHGSE no final dos idos da década de 30, fez várias pesquisas e publicações que culminaram com a publicação de *Etnias sergipanas* (1950). Depois desse livro,

o professor Bezerra assume diversas atribuições burocráticas; publica um livro em 1952 que é uma coletânea de artigos já publicados nos idos de 40, o grupo político do qual ele fazia parte perde o poder em 1955, ele esvaziou-se dessas trocas simbólicas e ritualísticas e isso tudo culminou com sua transferência para o Rio de Janeiro em 1960.

No que tange à técnica de coleta de dados, buscou-se, por meio de livros e artigos produzidos pelo próprio Felte Bezerra, bem como de seus contemporâneos, colegas, críticos etc. Coletou-se, ainda, artigos de professores que já são referência nas ciências sociais, a exemplo dos professores: Beatriz Gois Dantas (1998, 2009, 2012); Verônica Nunes (2009); José Ibarê Dantas (2004, 2012); Fernando Sá (2009); Josefa Eliane (2020), entre outros. Foi possível coletar ainda trabalhos de monografias, dissertações e teses que trazem Felte Bezerra, tanto como objeto total da pesquisa e parcial, por meio de sua atuação na educação, na geografia, na história, na Comissão de Folclore, na antropologia, entre outros.

No dia 13 de fevereiro de 2020, foi realizada, ainda, uma entrevista em conjunto, com os professores Beatriz Gois Dantas e José Ibarê Dantas, de modo aberto e semiestruturado. A professora Beatriz Dantas lembrou do contato pessoal que o casal estabeleceu com Felte e Dona Elza Resende, viúva do referido intelectual, bem como das entrevistas com o mesmo. Lembrou do primeiro contato com o casal nos idos de 1960, quando ela (Beatriz Dantas) e o professor Ibarê Dantas foram até o Rio de Janeiro para contactar Felte Bezerra. Beatriz Gois Dantas (2020) detalhou ainda que, o livro organizado por ela e a professora Verônica Nunes, só foi possível dado à gentileza da viúva de Felte Bezerra ter lhe confiado uma pasta classificadora, que tinha guardado todas essas correspondências recebidas pelo intelectual.

Por sua vez, o professor Ibarê Dantas (2020) enfatizou a participação de Felte Bezerra, preocupado com temas relacionados a Sergipe e a seus destinos. Ele lembrou ainda que, quase não havia participação do Estado no investimento a pesquisas, a não ser, de modo muito específico, não regular e mencionou dois momentos. O primeiro se deu quando,

Por ocasião do centenário de Silvio Romero, estive em Sergipe Câmara Cascudo. Houve, então, uma junção do governo do Estado, responsável pela vinda de Câmara Cascudo e a prefeitura de Aracaju, que ficou responsável pela publicação de uma Revista de Aracaju, em um momento especial editada em homenagem a Silvio Romero. Cabendo ao IHGSE a responsabilidade pela organização do evento [...] (DANTAS, I. 2020).

O ex-presidente do IHGSE, Ibarê Dantas, lembrou que a participação do Estado para financiamento à pesquisa era muito restrito e mencionou, como exemplo, a pesquisa de José

Cruz, que já era funcionário público, quando realizou uma grande pesquisa de levantamentos estatísticos no Estado. Ainda de acordo com Ibarê Dantas (2020), o IHGSE contou com o

Apoio dos governos estaduais em momentos específicos de sua história. Uma em particular foi quando José Valadão, no momento da criação de uma lei de doação de recursos ao Instituto. Em geral, era Epifânio Dórea quem procurava capitanear recursos, inclusive com verbas federais e dotações regulares de parlamentares que vieram principalmente até a construção da sede em 1939, no período de Eronildes Carvalho.

Tido como um intelectual preocupado com Sergipe e seus destinos, coube a Félte Bezerra refletir também sobre a modernidade a ser implementada no Estado de Sergipe. A professora Beatriz (2020) em entrevista concedida ao autor, lembrou que esse intelectual foi *alguém que esteve sempre associado às classes produtoras*” e salientou que, *com a criação da CONDESE, ele fez vários artigos sobre economia, os minérios em Sergipe, escrevendo sobre minério, potássio, entre outras coisas, concomitante à criação da SUDENE*¹⁰, em um período concomitante a sua atuação na faculdade de economia (período ao qual a professora não soube precisar com exatidão) e ressalta que *há uma lacuna nesse pensador que merece ser estudada, quando ele participa da faculdade de economia (Op cit).*

A presente tese está composta de uma introdução, seis capítulos, considerações finais, além de referências bibliográficas com os respectivos créditos de entrevistas concedidas ao autor. Seguindo uma lógica dedutiva, no primeiro deles, discutimos sobre possibilidades que transitam as sociologias do conhecimento e dos intelectuais, a necessidade de sua recepção no Brasil dos idos de 1930, as passagens teóricas e possibilidades metodológicas diante do campo que “havia” naquele contexto.

Para tal discussão, tomamos como ponto de partida o preâmbulo de uma sociologia brasileira, debatendo limites e possibilidades de aplicações teórico-metodológicas advindas das contribuições de Karl Mannheim (1964; 2004) Pierre Bourdieu (2005), Michel Foucault (2000; 2006) e Randall Collins (2004). O conjunto de ideias sugeridas por esses pensadores será apresentado pautado pela sociologia do conhecimento observando-se, portanto, a viabilidade ou não de suas ideias nesta pesquisa e o porquê.

Desde já, salientamos que o período delimitado como foco central desta tese é marcado pela ausência de uma institucionalização das ciências sociais. A necessidade de pesquisadores levou a um afrouxamento das fronteiras epistemológicas e esses pensadores, advindos de campos como a medicina, direito, literatura, filosofia e odontologia, como é o caso de Félte

¹⁰ A criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), se deu pela Lei nº 3.692, datada de 15 de dezembro de 1959.

Bezerra, findavam por transitar entre geografia, história, literatura, folclore etc. Ainda no que tange a ausência de uma institucionalização, alertamos ainda pela apresentação das ideias, mas pela opção não utilizada do modelo de análise institucional sugerida por Foucault, entendendo que não havia um campo propriamente consolidado, fato esse que dificultaria mensurar diferentes realidades institucionais e profissionais, dificultando a criação a um parâmetro como referência.

No capítulo seguinte, adotamos uma abordagem mais diacrônica, discutindo sobre a constituição do pensamento social brasileiro a partir de instituições e seus pensadores. O ponto de partida foi a passagem da família real portuguesa pela Bahia, sua estada de um mês nessa cidade, a formação da Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB) e seus desdobramentos como a Escola Tropicalista da Bahia (ETB) e a Gazeta Médica da Bahia (GMBahia). Na sequência, analisamos a Escola do Recife (ER) e sua importância para a recepção de ideais científicos no Brasil, partindo de sua fundação e transferência, analisando a participação de Tobias Barreto e sua opção pelo germanismo, demonstrando consciência e indignação de um sujeito mestiço que se opôs aos hábitos afrancesados da corte. Barreto optou pelo germanismo em combate ao positivismo, pois sabia que, enquanto mestiço, aceitar a corrente francesa acarretaria em concordar com sua condição de inferioridade.

Ainda na ER, trouxemos as contribuições de Silvio Romero acerca da participação de três grupos raciais como elementos constituintes do povo brasileiro. Romero, ao contrário de Barreto foi influenciado pelo positivismo, suas sugestões de pesquisa adotavam o folclore e a literatura como ferramentas capazes de refletir sobre povo e nação. As ideias de Romero abriram portas para pensar o Brasil de modo científico, secular, libertando a nação de séculos do peso do pensamento religioso e essa foi uma conexão que associava FAMEB e ER pela via do debate e da necessidade empírica, como elementos de descobrimentos de uma realidade brasileira, livre das especulações metafísicas. Por fim, discutimos a criação do IHGB, sua função de pacificar as diversas revoltas durante o Período Regencial e o seu distanciamento da realidade brasileira, apresentando basicamente aquilo que se exibia na Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro.

Silvio Romero continua a ser discutido no terceiro capítulo, desta feita, repercutindo os desdobramentos de suas ideias por meio de seus críticos e interlocutores. Felisbello Freire e Euclides da Cunha, considerados republicanistas de primeira geração, dialogam com Romero pela associação entre homem e meio natural. A primeira crítica sugerida a esse paradigma veio através de Manuel Bomfim, que deslocou o debate biológico para o aspecto cultural, denunciando o atraso latino-americano dado pelo parasitismo das elites europeias. Esse modelo

não conseguiu reverberar na época, suas ideias foram criticadas pela falta de testemunho empírico e suas ideias foram esquecidas por décadas.

O paradigma sugerido por Romero sofreu nova crítica quando médicos sanitaristas refutaram tais teses. Eles alegaram que as doenças que acometiam parte dos brasileiros estavam associadas com as péssimas condições higiênicas e nada tinham a ver com os cruzamentos inter-raciais. Esse modelo ganhou força e visibilidade com a inserção literária publicada em jornais e romances que findaram forjando uma caricatura grotesca e pictórica de brasilidade. Apesar dessas novas críticas, o modelo de Romero se manteve e ganhou novos reforços com as teses projetadas por Oliveira Viana acerca da necessidade de imigração europeia e do branqueamento da população brasileira.

A geração de 30 e a “dita” virada compõe o eixo central da tese, por meio da qual discutimos a recepção das ideias de Romero, como a relação entre meio e raça, raça e nação e o folclore como ferramenta metodológica. O que percebemos em nossas leituras parece ter sido uma preocupação por parte de Freyre em omitir essa influência, muito provavelmente porque os ideais sugeridos por Romero estariam associados a um determinismo racial.

Por sua vez, Felte Bezerra, em *Etnias sergipanas* (1950), toma um posicionamento mais nítido criticando tanto Silvio Romero como Oliveira Viana, acusando-os de inocência ou pretensão de terem suas ideias incorporadas pelo Estado. Se Freyre omitiu a Romero e Bezerra criticou nominalmente, fato é que grande parte da geração de 1930, parece ter continuado a transitar por temas por Romero em 1870 como: a “relação entre homem e o meio natural”, a “fábula das três raças originárias do povo brasileiro”¹¹ e o “folclore como ferramenta metodológica”.

O terceiro capítulo segue ainda com o debate acerca da modernidade estética e literária, que compôs uma chamada “sociologia pré-científica”¹² nos idos de 1920. Em nossas leituras, intuímos que, dado ao fracasso de projetos anteriores como o IHGB e a modernidade estética de 20, mais presos às vias teóricas, o Brasil reconheceu a carência de pesquisadores qualificados para compor uma *intelligentsia*, capaz de conhecer seu passado, esquadrihar seu povo e sua

¹¹ Vale lembrar que, a fábula das três raças como elemento fundacional de povo brasileiro já vinha sendo debatido desde a criação das diretrizes do IHGB (FLORES; MELO, 2014). Por sua vez, Roberto Da Matta ao analisar “A fábula das três raças ou o racismo à brasileira” percebeu que existe, nessa categoria, um racismo que opera na sociedade brasileira permitindo à sua elite conciliar impulsos contraditórios sem uma transformação estrutural. Para Da Matta essa fábula tem o estatuto de uma ideologia dominante através da qual se operam na cultura brasileira meios de pensar o país e conjecturar sobre uma sociedade idealmente integralizada. (DA MATTÁ, 1981).

¹² Aqui cabe outra observação relativo ao termo “pré-científica” ao qual preferimos não o utilizar pois entendemos que essa nomenclatura toma como referência uma leitura das possibilidades e leituras contemporâneas, mas precisamos entender que, adotar fronteiras epistemológicas não muito rígidas, com trânsito entre o folclore, a literatura etc. e a adoção de profissionais oriundos de outras áreas de formação foi o caminho possível até a virada epistemológica na década de 1930.

geografia para assim planejar um futuro. Esse capítulo segue com uma reflexão sobre a institucionalização das ciências sociais no Brasil, e finaliza apresentando como foram desenvolvidas diversas pesquisas que colocaram a nação como laboratório racial, despertando a atenção da UNESCO, que passou a investir em pesquisas sobre o bom convívio inter-racial.

No capítulo seguinte, o de número “4”, denominado “Felte Bezerra: o itinerário de um intelectual” inter cruzamos sugestões de Bourdieu e Sirinelli (2003; 2019) para investigar o itinerário familiar e formativo desse intelectual. Do sociólogo francês foi possível intuir sobre como investigar sobre a influência familiar, a importância de seu pai, Abdias Bezerra nos ensinamentos de diversas disciplinas, inclusive francês, o capital cultural e social que isso lhe rendeu em sua graduação e posteriormente quando recepcionou a teoria geográfica de Vidal de la Blache, lendo-o em língua nativa e estabelecendo-se como um pensador na ponta nos debates contemporâneos (Sá, 2009).

Por sua vez, do também francês Sirinelli (2003), (2019) foi possível pensar sobre seu itinerário formativo, professores escolares do ensino fundamental, médio e de graduação. Refletimos daí sobre as influências de professores como Abdias Bezerra, “professor Zezinho”, Artur Fortes, e Artur Ramos na Bahia, entre outros. A ideia de itinerário nos parece passível associada com a de capital social e cultural. Essas ideias nos ajudaram a observar, por exemplo, como Felte Bezerra e Garcia Moreno, colegas de FAMEB nos idos de 30, juntam-se a uma geração que nos idos de 40 tinha Florentino Meneses, Artur Fortes, Garcia Rosa, entre outros, como ortodoxos do campo e ao final dessa década esses dois pensadores já estavam coordenando a Subcomissão de Folclore (Bezerra) e assumindo a Presidência do IHGSE (Moreno).

Bezerra, Moreno entre outros intelectuais formaram uma nova geração de intelectuais que construíram pelas artes, ciências, políticas etc. construíram espaços, onde transitavam relações de amizade, indicação, acolhimento, tensão etc. Nesse sentido, a sociologia do conhecimento sugerida por Randall Collins nos ajudou a pensar como esse grupo, formado por Felte Bezerra, Garcia Moreno, Gonçalo Rollemberg Leite, Francisco Leite Neto, Padre Luciano José Cabral Duarte¹³. Parte significativa desse grupo discutiu e amadureceu ideias por meio do Colégio Atheneu Sergipense, Sociedade de Cultura Artística, Comissão de Folclore, IHGSE e criação Faculdade de Filosofia de Sergipe (FAFI).

¹³ O Padre Luciano José Cabral Duarte (1928-2018) ao lado de José Rollemberg Leite, então governador do Estado, foram responsáveis pela criação da FAFI. Eles fizeram um acordo no qual a Diocese de Aracaju cederia os espaços físicos para realização das aulas enquanto o Estado respondia por outras atribuições de manutenção e viabilidade dos cursos e da estrutura física do prédio. Vale ressaltar que, naquele momento, apenas os professores de Direito gozavam de recebimento de salários.

Neste sentido Collins (2004) é útil para percebermos as redes de sociabilidades que alimentam o grupo, por exemplo, os irmãos José Rollemberg Leite (Governador e idealizador da FAFI), Gonçalo Rollemberg Leite e Francisco Leite Neto; que, eram primos de Armando Rollemberg. Conforme afirmado pela professora Beatriz Dantas (2020), todos eles estiveram no poder até pelo menos 1955, sempre associados à vida política e ou jurídica. Nesse ponto, é fundamental recorrermos à ideia de *intelligentsia* sugerida por Mannheim, percebendo que todos esses nomes estavam sintonizados por uma pauta da redemocratização política do país e os debates constitucionais pós Getúlio Vargas.

Neste ponto, Felte Bezerra desponta como um intelectual progressista, ligado ao Partido Social Democrático (PSB), alguém que toma Sergipe como sua referência para discutir questões que estão nas preocupações de âmbito nacional. Bezerra escreveu sobre a “Federalização do ensino” (1947), limites territoriais entre Sergipe e Bahia, em artigos como “Fronteiras” (1943) e “As origens do rio Real” (1948), pesquisou sobre temas étnicos em terreiros de candomblé.

Mas, em 55, houve uma grande virada no cenário político nacional, que repercutiu também em Sergipe. Esse grupo perdeu força e prestígio, Bezerra perdeu algumas regalias que tinha para a pesquisa, teve de retornar com suas horas para sala de aula (DANTAS, B. 2020). Ele passou, também, por vários imbróglios pessoais e perseguições públicas por parte do professor Nunes Mendonça, que publicava artigos nos jornais com outros pseudônimos (SILVA, 2014). Todos esses elementos desembocaram na transferência do professor Bezerra para o Rio de Janeiro em 1960.

O quinto capítulo é destinado propriamente à discussão da obra *Etnias sergipanas* (1950), suas condições teórico-metodológicas e delineamento conceitual. O livro analisa as contribuições culturais de brancos, negro e índios para cultura brasileira. Uma estrutura já presente em *Introdução à história da literatura brasileira*, obra escrita por Silvio Romero e também no livro *Casa grande e senzala*, de Freyre. *Etnias sergipanas* está dividida em uma parte diacrônica, com registros de cartas de viajantes, limites territoriais, entrada e registro de escravos, produção econômica, e outra mais sincrônica, onde Bezerra confronta dados censitários dos idos de 40, número de alunos em sala de aula e as projeções inter-raciais.

A tese apresenta um sexto capítulo dedicado à segunda etapa da vida de Felte Bezerra, quando ele se transfere para o Rio de Janeiro. Essa fase é marcada pelo hiato de quase uma década de produção intelectual, momento em que ele trabalhou na ordem dos músicos no Rio de Janeiro, foi chefe do gabinete do Governo do Amazonas, voltou ao Rio de Janeiro, decidiu refazer sua biblioteca, adquiriu livros em outros idiomas livres de defasagens editoriais e voltou a publicar em 1972, lançando seu primeiro livro dessa segunda fase. Apesar de algumas de suas

publicações saírem pelo Ministério da Cultura, demonstrando que o professor Bezerra ainda gozava de algum prestígio, nessa fase já há uma estruturação do campo, com uma presença reconhecida de graduações e pós-graduações, que certificações específicas dos concursos, elementos, impossibilitaram o retorno definitivo de Bezerra ao campo das ciências sociais.

1 SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO E IDEOLOGIAS NO BRASIL

Ao longo da década de 30 do século XX, o Brasil ainda refletia sobre sua modernidade. Desprovido de pesquisadores qualificados para esquadrihar a população e o território brasileiro, para assim traçar estratégias desenvolvimentistas, despontou na referida nação um pensamento social desprovido de fronteiras epistêmicas que, dado à carência de cientistas sociais, se viu obrigado a adotar médicos, sanitaristas, engenheiros, entre outras formações, como parte fundamental de sua *intelligentsia*. Foi quando, no primeiro quartel do século XX, parte substancial dessa composição intelectual, negando o paradigma determinista racial, observou que parte das doenças que acometiam a população brasileira derivavam das péssimas condições sanitárias e, nada tinham a ver com as crenças acerca da miscigenação racial, elemento responsável de uma credibilidade no pessimista e consequente atraso brasileiro.

Conforme observado por Antônio Candido (2006), o pensamento social desse momento estava intimamente ligado à produção literária que teve, nos personagens “Jeca Tatu” e “Macunaíma”, o símbolo de brasilidade que se perpetuou por muito tempo. Ainda de acordo com o referido sociólogo, a modernidade encabeçada por São Paulo no idos de 1920, principalmente através da Semana de Arte Moderna (1922), não se fez dissipar para o resto do país e, o que se percebeu em reação ao movimento paulista foi a produção de uma literatura regionalista multifacetada, dado especialmente pela dicotomia entre São Paulo, considerado moderno, urbano, industrial *versus* o Nordeste arcaico, tradicional, preso ao folclore, à fome, à seca e a pobreza (CANDIDO, 2006).

O Nordeste tinha em Gilberto Freyre uma importante liderança intelectual. Seu discurso recuperava um Nordeste colonial, período no qual a referida região havia exercido hegemonia político e econômica na nação. O referido pensador, reconhecido por sua escrita ensaísta, é lembrado ainda por proporcionar uma revolução metodológico-epistêmica por meio de estudos de tropicologia, pesquisava sobre álbuns de família, receitas culinárias, eventos cotidianos e pela importação de uma proposta de estudos culturalistas para o Brasil.

Essa virada se deu em meados de 1930, quando Freyre sugeriu um pensamento que se distanciava dos debates raciais e se aproximava mais das investigações sobre as contribuições de cada grupo étnico para a formação do povo brasileiro. E assim, as ideias advindas de Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala* (1933), traziam algo novo, contrariando as expectativas racistas de um povo superior, propondo diversas trocas culturais e enfatizando o negro, seja como primeiro elemento socializador do filho do senhor de engenho, cuidando, acalentando, amamentando e ensinando as primeiras palavras ou, ainda, pela culinária que esses escravos praticavam na Casa Grande, nos doces e temperos das iguarias que eram servidas aos senhores.

A partir de então, o Brasil passou a atrair atenção internacional, levados pela necessidade de compreender o tema da integração racial. Com a Europa vivendo um período denominado de “entreguerras”, motivado pelos desdobramentos das teorias racistas no velho continente, o Brasil vivia o que se pode chamar de “democracia racial”, atraindo não apenas intelectuais interessados em testar tais hipóteses, mas também capital financeiro de empresários preocupados em investir em territórios não inseridos diretamente na guerra, coadunando com os interesses de modernização da nação brasileira implementados pelo Estado durante o Governo Vargas.

Vargas havia chegado ao poder derrotando uma elite cafeeira paulista que se alternava no poder com Minas Gerais, no que ficou conhecido como “política café-com-leite”. Diante de sua derrota, a elite paulista, percebendo a fragilidade de seu projeto político e a ausência de profissionais qualificados para pensar e conduzir tal proposta, decidiram pela importação de intelectuais estrangeiros (PEIXOTO, 2001) e pela criação de universidades (LIMA; CORTES, 2013), (MAZA, 2003), com o intuito de qualificar uma *intelligentsia* capaz de colocar São Paulo de volta na crista do poder, como locomotiva da nação.

Felte Bezerra esteve envolvido nos debates sobre o processo de modernização e suas relações com as noções de raça/etnia que permearam a transição dos idos de 30 para 40. Graduado em odontologia pela FAMEB, onde teve contato com o método empírico e foi influenciado por Artur Ramos, deu continuidade a um legado familiar e migrou para área educacional, começando a lecionar inglês em 1934. Em 1938, tornou-se catedrático em geografia, disciplina que vivia momentos áureos, dada a necessidade de reconhecimento do povo e do território brasileiro. No ano seguinte, ingressou no IHGSE, recuperou o tema dos limites entre Sergipe e Bahia, clássico à instituição na década de 20, mas discutiu a partir de uma nova perspectiva, substituindo uma antiga tradição naturalista alemã por novas perspectivas de debates culturais possibilistas franceses.

Conforme destacado em entrevista pela professora Beatriz Gois Dantas (2020): “Felte Bezerra compartilhou ao longo da década de 40, junto a outros intelectuais, como José Cruz, José Amado e Fernando Porto, preocupações sobre a questão da modernidade e os destinos do Estado de Sergipe”. Ela lembrou ainda do trabalho “Unidade Étnica” (1941), apresentado no Congresso de Brazilianistas ocorrido no Estado de Sergipe e, salientou que, o mesmo teria sido fruto de incursões etnográficas realizadas por Felte Bezerra em terreiros da cidade de Laranjeiras, junto com o médico Garcia Moreno. Na ocasião, Moreno estava pesquisando sobre fenômenos de transe e possessão em rituais afro-brasileiros, e, ambos os pensadores tinham em

comum a experiência de graduação na Bahia, onde experimentaram o método empírico nos terreiros e favelas daquela cidade.

Do ponto de vista do campo, ambos os intelectuais davam seus primeiros passos no início de 1940, e já tinham na ortodoxia nomes como Florentino Meneses, Artur Fortes, Garcia Rosa e Manoel Freire. Gradativamente, Felte e Moreno foram galgando espaço, acumulando capital cultural e construindo uma rede de sociabilidades que lhes possibilitaram, ainda no final da década de 40, a chefia da Subcomissão de Folclore, a Presidência do IHGSE e, mais adiante, o ingresso na FAFI.

Os cursos de saúde na Bahia foram criados na passagem da família real por aquela cidade, antes da fixação da corte no Rio de Janeiro. Os professores de cursos recém-criados, na área de saúde, perceberam que a literatura sugerida para ministrar suas disciplinas derivava em grande parte de obras européias, proporcionando assim um descompasso entre as sugestões literárias e as doenças encontradas na realidade baiana.

Essa diferença entre literatura e realidade empírica desembocou na necessidade de um trabalho empírico, de modo a mapear tais enfermidades até então desconhecidas. Surge, assim, entre esses médicos e professores, uma tradição denominada Escola Tropicalista Baiana (ETB), preocupados em discutir seus achados empíricos, pautados em pesquisas nas periferias daquela cidade. Os debates e discussões dessas pesquisas eram publicados por meio na Gazeta Médica da Bahia (GMBahia) que, como percebemos, tinha muita preocupação com a discussão sanitária e a higiene pública¹⁴.

¹⁴ Em 1831, foi lançada a primeira publicação médica do Brasil: os Seminários de Saúde Pública, da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (posteriormente transformada em Academia Imperial de Medicina), os quais deram origem aos Anais da Academia Nacional de Medicina, editados até os dias atuais. Mas, a primeira revista médica brasileira, estritamente voltada às publicações científicas, foi a Gazeta Médica da Bahia (GMBahia), tendo entre os seus fundadores sete ilustres médicos da cidade da Bahia e o estudante de Medicina Antônio Pacifico Pereira. Desse núcleo primacial da GMBahia, o Dr. Otto Edward Henry Wücherer foi o que mais contribuiu com novos conhecimentos, especialmente sobre a ancilostomíase e os ofídios, e, de forma fundamental e inovadora, ao descrever a filaria em pacientes com "hematuria intertropical", daí a homenagem desse nematódeo pertencer ao gênero Wuchereria, da espécie W. bancrofti.

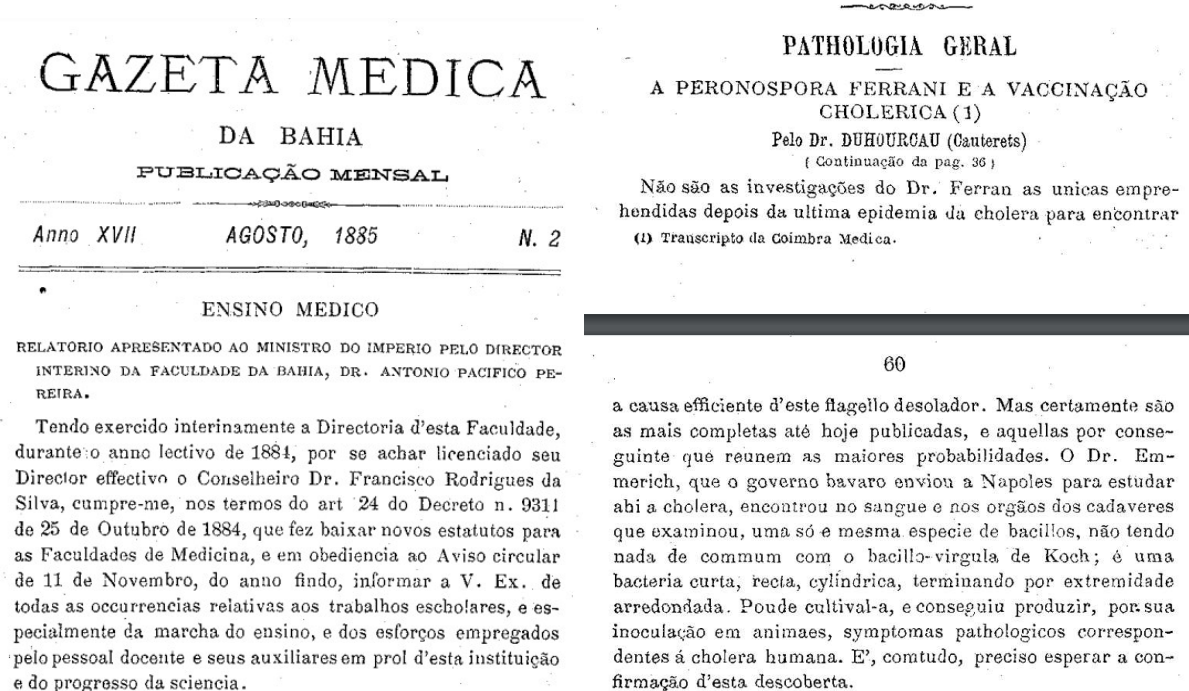
A GMBahia circulou regularmente entre 1866 e 1934, depois entre 1966 e 1972, com um número avulso em 1976. Em 1984, os professores Eurydice Pires de Sant'Anna (Escola de Biblioteconomia) e Rodolfo Teixeira (Faculdade de Medicina da Bahia) organizaram o índice cumulativo da GMBahia de 1866 a 1976, com a citação de todos os 3.870 trabalhos publicados naquele período. Mais recentemente, em 2002, foram digitalizados todos os trabalhos publicados até 1976 e alguns textos em livro-impresso, também pela Dra. Luciana Bastianelli da Gráfica CONTEXTO (Salvador, Bahia).

Com esse passado, não parece exagero escrever que a classe médica do Estado da Bahia e, muito especialmente, os docentes da Faculdade de Medicina da Bahia (FMB) têm como deveres o soerguimento e a continuidade desse relicário da Medicina brasileira.

Sólida a GMBahia, tornar-se-á novamente periódico científico no atendimento ao crescente número de pesquisas e de trabalhos de extensão. Ao recomençar a edição da GMBahia em 2004, a opção foi principiar pela compilação dos trabalhos que fundamentaram o ensino médico no Brasil, com conteúdos de maior cientificidade, as TESES DOUTORAIS DE TITULADOS PELA FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA, DE 1840 a 1928. Por sua

O número mais antigo digitalizado e disponível no site da GMBahia é o de agosto de 1885, número 02, a qual destacamos alguns títulos onde podemos visualizar destaque para questões coléricas, higiênicas, serviços sanitários marítimos, entre outros.

Figuras 1 e 2: *Gazeta Médica da Bahia* n.2 (1885)



Fonte: Site da Gazeta Médica da Bahia. Disponível em: <http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia>. Acesso em: 20/04/2022

vez, o recomeço da GMBahia mostra aos presentes os feitos dos nossos antepassados da Faculdade de Medicina da Bahia e da classe médica da Bahia, esperando que sirva de lastro às próximas gerações de médicos do Brasil. Em 2008, no ano das Comemorações do Bicentenário da FMB, com o apoio da Prof. Aldina Barral todos os números da GMBahia, de 1866 a 1984, compilados pela Dra. Luciana Bastianelli, foram incluídos neste "site" e esses, juntos aos conteúdos dos números mais recentes (a partir de 2004), podem ser livremente consultados por palavra-chave, ano, autor ou título.

José Tavares-Neto

Editor da Gazeta Médica da Bahia

Diretor da Faculdade de Medicina da Bahia (FMB)

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Fonte: <http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/index>

Figuras 3 e 4: *Gazeta Médica da Bahia* n.2 (1885)

67

H Y G I E N E

—

RELATORIO

SOBRE OS ENSAIOS DE VACINAÇÃO CHOLERICA EMPREHENDIDOS EM HESPAÑHA PELO SR. DR. FERRAN, APRESENTADO AO MINISTRO DO COMMERCIO PELO SRS. P. BROUARDEL, CHARRIN E ALBARRAN E LIDO NA ACADEMIA DE MEDICINA DE PARIS. (1)

Sr. ministro. — Ha já algumas semanas que a attenção foi vivamente despertada pelas tentativas de inoculação anti-cholérica feitas em Hespanha pelo Sr. Dr. Ferran. As impressas medica e politica reproduziram e discutiram os conhecimentos obtidos ácerca do seu methodo, bem como os resultados das estatisticas publicadas. Algumas pessoas formularam criticas assaz vivas, outras, pelo contrario, acharam n'essas tentativas a justificação d'uma esperanza legitima, a de applicar a certas doencas infecciosas especiaes ao homem os meios prophylacticos

Fonte: Site da *Gazeta Médica da Bahia*. Disponível em:

<http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia>. Acesso em: 20/04/2022

92

NOTICIARIO

FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA. — Terminou no dia 24 com a leitura das provas escriptas, o concurso á cadeira de clinica obstetrica e gynecologica.

Em seguida teve logar o julgamento, cujo resultado foi o seguinte:

Foram unanimemente habilitados os trescandidatos e classificados:

Em primeiro logar, o Dr. Antonio Rodrigues Lima, por unanimidade.

Em segundo o Dr. Climerio Cardoso de Oliveira, contra os votos do Conselheiro Freitas e dos Drs. Virgilio Damazio, Affonso de Carvalho e Braga.

Em terceiro, o Dr. Deocleciano Ramos, por unanimidade.

Votaram 17 professores.

SERVIÇO SANITARIO MARITIMO. — Em aviso de 12 do corrente mez declarou o ministerio do Imperio ao Dr. inspector de saude do porto do Rio de Janeiro que nas attribuições que lhe conferem os arts. 1º e 3º das instrucções annexas ao decreto n. 8,866 de 10 FEVEREIRO de 1883, de corresponder-se com os inspectores de saude dos portos provinciaes, sobre tudo que occorrer de importante, com relação ao serviço sanitario maritimo do Imperio, e de propôr ao governo as providencias convenientes, está implicitamente comprehendida a de expedir aos mesmos inspectores as instrucções que forem necessarias para uniformidade e boa execução do serviço.

Bezerra e Moreno estudaram na Bahia que, como vimos, já tinha uma tradição de estudos empíricos desde o século XIX. Na FAMEB, ETB eles aprenderam o respectivo método, realizaram incursões que funcionaram como portas de entrada para observações étnicas desenvolvidas posteriormente em Laranjeiras e Aracaju, pesquisas que lhes renderam projeções nacionais e reconhecimento por meio de elogios advindos de Donald Pierson, Emilio Willems, Roger Bastide entre outros.

1.1 Passagens teóricas para uma sociologia do conhecimento

Karl Mannheim (1893-1947) foi um pensador húngaro, criado na Alemanha e contemporâneo das guerras mundiais, interessado em investigar o tema da produção da verdade. Sua reflexão produziu uma sociologia do conhecimento ou uma sociologia do campo intelectual, reconhecida por ser um campo de estudo que tem por finalidade examinar o espírito que anima a produção intelectual de um determinado pensador. Nesse seu conjunto de ideias, Mannheim acenou para a possibilidade de um corpo intelectual capaz de mediar os conflitos sociais originários dos interesses ideológicos dos diferentes grupos, por ele denominado de *Intelligentsia* (VIEIRA, 2008).

Embora o debate seja do século XX, a sua estrutura remete a algo muito mais antigo dado pela preocupação com o papel do intelectual. Bauman (2010) observou o papel dos

intelectuais no desenvolvimento cultural de seu tempo e percebeu que essa expressão – *intellectual* – remete a uma categoria onde o conceito é sempre auto-atribuído. De modo diacrônico, desde a filosofia clássica praticada na Grécia, é possível perceber que, os intelectuais imputaram para si a tarefa de gerir os povos. Mesmo contemporaneamente o entendimento de que um grupo de pensadores e intelectuais devem traçar os destinos de grupos sociais continua persistindo. Bauman (2010) se debruçou sobre tal questão e percebeu que na modernidade líquida, cabe ao intelectual o papel formativo da humanidade, dado por meio do conhecimento, da interpretação social e por ordem por meio de uma legislação.

Conforme observado por Mannheim (2004), o caminho formativo da humanidade pode se dar por um corpo intelectual responsável tanto pelas ideologias conservadoras como por projetos utópicos. Com isso, Mannheim assinala a presença de diversas ideologias e conflitos entre esses intelectuais. O referido sociólogo afirmou, ainda, que todas elas devem ser consideradas verdadeiras, pois são na realidade *Weltanschauung* (*Welt* - visão, *anschauung* - de mundo). E assim, admitindo as visões de mundo como reais e verdadeiras, Mannheim afirma que a *intelligentsia* não representa propriamente uma classe, tomando como pressuposto os diferentes interesses e visões de mundo, ele afirma ser impossível pensar um partido capaz de agregar todas essas visões de mundo.

Preocupado em analisar como o conhecimento é construído, Mannheim procurou investigar as bases materiais e o espírito que anima o pensamento de um autor. Criando assim uma sociologia do universo intelectual ou uma sociologia da sociologia, Mannheim se dedicou a indagar

acerca da validade e da veracidade do conhecimento. [...] um debate que oscila entre o reconhecimento da objetividade e neutralidade científica e seu reverso, que postula o caráter arbitrário das ciências sociais e suas dimensões discursivas e/ou ideológicas (BARBOSA, 2019, p. 17).

Tendo vivido na primeira metade do século XX e presenciado as experiências das duas guerras mundiais, Mannheim procurou investigar como a estrutura social introjeta valores e direcionamentos, capazes de nortear o posicionamento social e os interesses ideológicos entre diferentes grupos de intelectuais. Seu livro *Ideologia e utopia* (1929) analisa como as ideologias capitaneadas por diferentes grupos de intelectuais, capazes de construir grandes sínteses, findam por constituir *intelligentsia* responsável pela formação de um ideal cultural e, assim, desembocam nas possibilidades de construções utópicas, por meio da educação e do treinamento.

Mannheim retomou o sujeito histórico proposto por Marx e percebeu que este também se encontrava preso às condições históricas de seu contexto, a Alemanha e sua necessidade de consolidar um Estado Nação. Em linhas gerais, os intelectuais alemães do século XIX que perceberam uma importância geopolítica daquele território dado sua localização.

A problemática de consolidação de um Estado-Nação entre os alemães estava presente entre os filósofos e cientistas do século XIX, inclusive em Karl Marx e, em Max Weber no século seguinte. Mannheim percebeu essa preocupação advinda de Marx e notou que seu pensamento atendia à demanda de determinada agenda surgida em Kant (2018), responsável por nortear tanto a objetividade e neutralidade propostas tanto do positivismo francês como as dimensões discursivas do idealismo alemão.

Apesar de ter criticado o positivismo francês, Marx estava influenciado pelo espírito de uma época, e, de modo inconsciente, assumiu em suas teorias tanto a busca por leis universais, como a ideia de um tempo linear capaz de alcançar uma perfeição via tomada da consciência, crenças iluministas, com fortes indícios do pensamento kantiano, que atribuem à razão o carácter emancipatório.

A crítica de Mannheim sobre o sujeito histórico em Marx e a suposta pretensão de uma autonomia desse é também salientada por Norbert Elias (2008, p. 519) ao afirmar que

[...] Engels e Marx não derivam suas hipóteses do carácter eternamente determinante da “base econômica” de uma análise do poder relativo dos grupos econômicos especializados na relação com outros grupos, mas, sim, da convicção de que é possível descobrir “leis”, “necessidades”, “regularidades” apenas nos aspectos “econômicos” da sociedade. Em sua carta a Bloch, Engels afirma, de modo explícito, o que, freqüentemente, está apenas sugerido em outras afirmações de Marx e também nas suas: a saber, que eles consideravam somente a “base econômica” como sendo estruturada e todos os outros aspectos da sociedade como desestruturados, ou, conforme Engels afirmou, “como um monte de acidentes (i.e., de coisas e eventos cujas conexões internas são tão remotas ou tão impossíveis de se verificar que nós as consideramos como ausentes, podendo-se ignorá-las)”

Ainda, como observado pelo sociólogo Norbert Elias (2008, p. 529):

A sociologia do conhecimento não preservou a herança marxista – o dualismo básico entre “sociedade” e “consciência” – sem algumas diferenças fundamentais de abordagem. A mais crucial dessas diferenças vem à luz ao se examinar o conceito subjacente de mudança social. Marx trabalhava com um arcabouço de um modelo simples de desenvolvimento, segundo o qual qualquer estrutura social particular pressupunha uma estrutura antecedente como sua condição necessária e, por sua vez, era condição necessária para um estágio posterior de desenvolvimento que a ela se seguisse. A possibilidade de discernimento sobre as “verdadeiras” condições da sociedade, segundo Marx, é mascarada e distorcida por grupos de interesses somente no caso em que grupos sociais monopolizem posições sociais desempenhando o papel de exploradores econômicos e opressores dos outros grupos. No caso de

sociedades sem conflitos de classe, e mesmo no caso de cientistas sociais que se identificam com esses estratos sociais que são explorados e que estão, conforme Marx acreditava, completamente fadados às batalhas e à vitória final para fundar tal sociedade, existe, de acordo com ele mesmo, uma grande possibilidade de produção de conhecimento não ideológico ou científico sobre as sociedades.

A ideologia, no pensamento marxista, é tomada pelo dualismo universal entre dominantes e dominados. Isso significa que, dentro de cada uma dessas classes, as pessoas têm pensamentos homogêneos e, mais que isso, que a ideologia, ao ser posta na camada da superestrutura, ela passa a ser vista como resultado da produção intelectual de uma classe dominante preocupada com a manutenção do poder, decorrendo, daí, uma ideia de *falsa consciência* ou, ainda, uma distorção da realidade. Entretanto, a sociologia do conhecimento, considerada como um desdobramento dos estudos ideológicos, não tomou o caminho dual e apostou na multiplicidade ideológica como possibilidades de construções utópicas.

No livro *Ideologia e Utopia*, publicado originalmente em 1929, seu autor, Mannheim, percebeu que o tema da autonomia do sujeito histórico estava atrelado às instabilidades sociais de todo o tipo. Diante da constatação, ele se faz, então, a seguinte pergunta: em contextos de instabilidades, como se daria a atuação dos intelectuais? O pensador alemão da primeira metade do século XX Mannheim, percebeu, então, que o conhecimento social é sempre parcial, atrelado à posição social do sujeito que o produz.

O tema já se fazia presente em Marx, então, Mannheim revisitou o pensador do século XIX e propôs a tese pela qual argumenta que, o conhecimento e consciência teórica são provenientes da vida social e das influências de seu contexto. Ele afirmou, ainda, que o sujeito histórico de Marx atendia a uma demanda suscitada pelo contexto do momento, marcado projeto de emancipação da humanidade, que nesse pensador seria dado pela tomada de consciência associada a uma *Práxis*.

De acordo com o professor Ivan Barbosa (2019, p. 64) “a Sociologia do Conhecimento busca compreender o pensamento no contexto concreto de uma situação histórico-social, de onde só gradativamente emerge o pensamento singularmente diferenciado”. O conhecimento é então produzido a partir de uma agenda socialmente partilhada dadas as necessidades e características de um determinado período, mas, os diferentes contextos geram diferentes necessidades e perspectivas. Apesar de partir de teorias idealistas como positivismo e marxismo, em especial a ideia de sujeito histórico proposta por Marx, Mannheim adota o anti-idealismo proposto por Nietzsche e compreende o conhecimento e a verdade pela sua simultaneidade.

Na primeira metade do século XX, passou-se a questionar o conhecimento e vários pensadores passaram também a adotar uma postura onde

O conhecimento [...] não é um gradual aproximar-se da verdade. É, antes, um oceano de alternativas mutuamente incompatíveis (e, talvez, até mesmo incomensuráveis), onde cada teoria singular, cada conto de fadas, cada mito que seja parte do todo força as demais partes a manterem articulação maior, fazendo com que todas concorram, através deste processo de competição, para o desenvolvimento de nossa consciência. Nada é jamais definitivo, nenhuma forma de ver pode ser omitida de uma explicação abrangente [...]. (FEYERABEND, 1977, p. 40-41).

Feyerabend (1924-1994) nasceu em Viena e foi um filósofo da ciência austríaco, que viveu em vários países, entre os quais Reino Unido, Estados Unidos, Nova Zelândia, Itália. Serviu ao exército alemão em 1943, quando foi ferido, fato que o obrigou a usar muletas para o resto de sua vida. Graduado em física, Feyerabend foi orientado por Karl Popper. Sua obra referência chama-se *Contra o Método* (1975), nela, seu autor reflete sobre a deificação atribuída à razão, que acaba concebendo poderes demasiados a ela própria. Em resposta a essa sacralização do conhecimento, Feyerabend propôs uma anarquia do método, onde critica o empirismo, argumentando que não existe uma regra que não seja violada, definida pelo pluralismo metodológico, contrária à indução, onde tudo vale em busca de um conhecimento. A proposta do filósofo suíço aposta em uma liberdade metodológica e na capacidade argumentativa, retórica e propagandística do cientista em defender suas teses diante de uma comunidade científica.

Apesar de muitos autores passarem a compreender o conhecimento e a verdade por suas formas pluridimensionais, mesmo assim, o pensamento de Mannheim foi criticado e acusado de, através do historicismo, conduzir ao relativismo. Karl Mannheim negou tal acusação e propôs uma “Síntese das Perspectivas”, capaz de integrar diferentes narrativas a partir de interesses e contextos intelectuais mais amplos.

O Brasil na década de 30 vivia um momento de recepção das ciências sociais, com a vinda de missões intelectuais, que chegaram ao Brasil com diferentes objetivos (PEIXOTO, 2001). Palco de disputas institucionais e diferentes perspectivas epistemológicas, entre franceses, americanos, alemães, disputas regionalistas por meio dos diferentes institutos históricos e geográficos e das recém-fundadas universidades do Sudeste. Fernanda Peixoto (2001) frisou ainda as nuances dessas disputas onde americanos oriundos da Escola de Chicago, vieram testar as hipóteses raciais aventadas por Gilberto Freyre, bem como ajudar em uma sociologia administrativa de conflitos, dadas as suas experiências em cidades industriais nos

Estados Unidos. Por sua vez, os franceses vieram ganhar experiência pedagógica e busca de reconhecimento no campo.

Tida como um campo da sociologia que tem como objetivo examinar as condições materiais e o espírito que anima a produção do conhecimento, a sociologia do conhecimento pode ser compreendida ainda como uma sociologia do campo intelectual.

Como teoria pode ter duas dimensões: (1) uma investigação puramente empírica, através da descrição e análise estrutural das maneiras pelas quais as relações sociais influenciam, de fato, o pensamento, e (2) uma inquirição epistemológica voltada para o significado desta inter-relação para o problema da validade. No primeiro caso, a tarefa é investigar as relações entre as estruturas sociais e determinadas formas de pensamento e ou conhecimento (base existencial). Já no segundo, há de ter que se mover no terreno escorregadio das questões concernentes à natureza filosófica do conhecimento (MANNHEIM apud BARBOSA, 2019, p. 66-67).

Preocupado em relacionar as ideias de um período com seu contexto histórico, Mannheim (1964) propôs um método de investigação para a sociologia do conhecimento dimensionado em três níveis: objetivo; expressivo e documental. Os dois primeiros ocorrem na esfera fenomenológica e buscam captar o sentido da ação atribuída pelo sujeito. Por sua vez, o nível objetivo revela um substrato de crenças e interações compartilhadas entre artistas e intelectuais de um período, por meio do qual é possível posicionar o sujeito e sua ideologia, observando a partir do seu grupo.

O nível seguinte é o expressivo. Ele está relacionado com o sentido da ação tomada pelo sujeito pesquisado e suscita do pesquisador uma maior intimidade com o autor e seu contexto, compreensão dos significados e reflexões de uma determinada obra, por exemplo. Por fim, o nível documental, dentre os três, é o mais denso, pois, opera além do contexto geral, no qual se encontra o sujeito pesquisado, também como as ideias contidas na obra. O nível documental exige do pesquisador uma classificação e definição acerca do posicionamento social ou da visão de mundo do pensador observado (SEVERO, 2017; BARBOSA, 2019).

O método sugerido por Mannheim forneceu pistas fundamentais para a elaboração de métodos e técnicas de interpretação dos objetos culturais a partir de uma perspectiva histórico/compreensiva, ponto central da sociologia do conhecimento ou uma sociologia dos intelectuais. Sua preocupação com o tema da ideologia levou Mannheim a percebê-la não como uma falsa consciência, elaborada por uma classe, porque, se assim o fosse, o próprio projeto de socialismo utópico científico, proposto por Marx, também seria uma consciência de classe e igualmente uma falsa consciência. Mannheim renegou tal ideia e, pelo viés da ideologia, buscou equacionar um impasse entre estrutura e ação.

Influenciado pelo anti-idealismo de Nietzsche, Mannheim admitiu a existência simultânea de múltiplas verdades elaboradas que são elaboradas por diferentes grupos e intelectuais. Essas verdades projetam nos indivíduos, pela via educacional, agendas discursivas, reforçando ideologias que se revertem no agir cotidiano. Por sua vez, no plano ideológico, tem-se o peso das estruturas sobre os indivíduos, como resposta, tentando escapar ao determinismo das estruturas, os atores sociais respondem por meio de planos utópicos, por meio dos quais os intelectuais, de forma individual ou em grupo, constroem projetos que julgam ideais. No livro *Ideologia e utopia* (1929) Mannheim trabalhou com a dicotomia estrutura e ação, percebendo, na primeira categoria, a preocupação conservadora e, no plano da ação, o poder utópico transformador da ação intelectual por meio da mobilização, da agremiação institucional, enfim, do agir.

O pensamento de Karl Mannheim acerca de uma sociologia do conhecimento nos ajuda a posicionar Felte Bezerra a partir das instituições pelas quais ele transitou e suas relações com a estrutura social. Permite, ainda, entendermos como esta estrutura incutiu valores e direcionamentos capazes de nortear o posicionamento sociológico e interesses ideológicos entre diferentes grupos intelectuais.

Contribuindo para o entendimento desse cenário, utilizamos, ainda, uma sociologia do conhecimento proposta por Bourdieu (2005). O cerne dessa análise pauta-se pelos contornos institucionais que, inicialmente, caracterizaram o campo no qual as ciências sociais puderam ser recepcionadas e suas ideias operadas a partir de uma lógica do mercado de bens culturais.

Esse cenário de uma sociologia do conhecimento se completa com a avaliação de uma rede de influências, de relações políticas e intelectuais, a qual utilizamos Collins (2004) como elemento norteador. Felte Bezerra foi contemporâneo a Garcia Moreno, José Cruz, José Amado, Fernando Porto, pensadores que configuram uma nova geração intelectual em Sergipe e estiveram preocupados com os limites e possibilidades dos destinos traçados para o referido Estado (DANTAS, I. 2020).

Além de Mannheim, outra referência analítica vem pela sociologia do conhecimento, sugerida pelo filósofo francês Pierre Bourdieu (1930-2002), que nos auxiliou na busca de compreensão do cenário sociológico e intelectual em questão. Bourdieu foi contemporâneo de Louis Althusser e Michel Foucault, entre as décadas de 50 e 60 serviu ao exército francês, quando foi enviado para Argélia, nesse novo país, passou a ministrar aulas de filosofia e pode observar a atuação dos países capitalistas sobre suas colônias. Sua convivência com “nativos” colonizados o fez migrar da filosofia para a sociologia e antropologia, passando a se interessar pelo tema da dominação aplicada ao universo cultural.

Seu pensamento combina ideais marxistas relacionados à classe com o estruturalismo de Levi Strauss, resultando dessa junção, uma análise sobre as dominações simbólicas e culturais. Para defender suas teses, Bourdieu investiu com afinco sobre diversas categorias, constituindo verbetes que são fundamentais para compreender seu pensamento, entre os quais: *campo*, *habitus*, *capital cultural*, *capital social*, *doxa*, *ortodoxos*; e, heterodoxos.

O campo apresenta-se como categoria analítica de lógica relacional. Ele se caracteriza pela autonomia e disputa interna de um espaço de concorrência que se sustenta por um jogo de linguagem. Esse espaço de disputa simbólica serve de instrumento metodológico relacional para análises sobre práticas específicas e dominações atribuídas em determinado espaço social, como, por exemplo, o campo da moda, da cultura, da educação etc.

Vale salientar que o campo defini-se pelo espaço onde as disputas internas são rotinizadas por meio de práticas cotidianas denominadas *habitus*. Esse por sua vez é definido como um sistema aberto de disposições e de ações segundo os quais os indivíduos adquirem, com o tempo, experiências sociais, tanto material, corpórea, como cultural e simbólica.

O conceito de *habitus* retoma uma questão a qual Talcott Parsons (1902-1979)¹⁵, se debruçou, sobre o problema da equação entre estrutura e ação (COHEN, 1999; FARGANES, 2016). Bourdieu propôs, então, essa categoria como elemento metodológico que buscava romper tanto a ênfase objetivista da estrutura, com o estruturalismo, como com o individualismo metodológico dado pela pura iniciativa espontânea e instintiva do ator social. Em sua análise, Bourdieu (2005) ressaltou a importância de observar a ênfase das práticas sociais advindas de estruturas e o caráter duradouro dessas disposições sobre os atores sociais.

Por *habitus*, entendemos como um jogo de forças entre o conhecimento adquirido no campo estruturado e a recusa objetivista pelo agente estruturante. A dicotomia entre estrutura estruturada e práticas estruturantes pode ser traduzida pela exterioridade em oposição à

¹⁵ Parsons foi o primeiro pensador a se debruçar sobre tal temática de modo a tentar equacioná-la. O sociólogo norte americano tinha como referência o fracasso da Revolução Russa e, por outro lado, a euforia capitalista que desembocou na crise de superprodução de 1929. Parsons tentou conciliar Durkheim e Weber, dois pensadores que elaboraram paradigmas de difícil diálogo, enfatizando o aspecto estrutural do primeiro e a ação dos agentes sociais no segundo pensador.

A sua proposta não parece ter sido bem-sucedida, mas foi muito importante por ter recuperado os clássicos da sociologia em um período em que esses teriam sido colocados a prova. Por outro lado, Parsons consolidou-se como um dos mais importantes sociólogos americanos e a sua proposta de debate foi retomada posteriormente por outros tantos sociólogos. Entre esses tantos apresentamos Pierre Bourdieu e Anthony Giddens elencando suas propostas de respostas às lacunas deixadas por Parsons. Enquanto o francês Bourdieu tentou equacionar as lacunas deixadas por Parsons, através de suas categorias de “Campo” e “Habitus”, na Inglaterra, Anthony Giddens também tentou responder as questões deixadas por Parsons através de sua “Teoria do agir reflexivo” [(COHEN, 1999), (FARGANES, 2016)].

interioridade; pela superestrutura *versus* infraestrutura ou mesmo pelo inconsciente derivado de introjeções exteriores e o consciente pautado em uma interioridade.

Embora manifesto pelos atores sociais, as práticas dizem respeito às estruturas relacionais nas quais o agente está inserido e se traduzem nos gostos estéticos, estilos de vida, julgamentos políticos, morais etc. Nos campos, encontramos diferentes posições sociais dos atores sociais, figuras que, a depender do capital cultural e social acumulado, podem deter maior ou menor “autoridade”, denominados respectivamente de ortodoxos e heterodoxos.

A autoridade da ortodoxia deriva do acumulando de capital social, atribuído pelo reconhecimento de ideias e serviços, rendendo-lhes prestígio, outorgando-lhes autoridade ortodoxa por meio das quais esse ator social pode então ditar padrões dentro do campo. Por sua vez, cabem aos heterodoxos aprender e assimilar as regras de funcionamento conferidas pelo campo, interiorizando-as, através de práticas cotidianas que se rotinizam e por meio de *habitus*, muitas vezes utilizando ideias ortodoxas como referência.

Por não terem seu capital social reconhecido, os heterodoxos ofertam produtos e serviços que são bem mais em conta. Eles adentram no campo e depois de algum tempo, interiorizando regras e acumulando capital cultural, detendo capital social e cultural, eles buscam inovar seus traços e questionando a ortodoxia, tentando firmar-se a partir de um novo posicionamento no campo, procurando firmar seu nome no campo, agora como ortodoxo, ditando suas regras, a partir de suas convicções.

Perceba que o ingresso, permanência e acúmulo de capital do ator social no campo, tudo isso decorre da interiorização de conduta. E, aqui, temos o peso das estruturas sobre os agentes, segundo Bourdieu, o que estabelece a coesão do campo é a internalização da norma. Por sua vez, pelo lado da ação dos atores sociais, essa se dá de modo semelhante a “orientação de conduta com relação a fins”, conforme sugerida por Weber.

Bourdieu, em sua tentativa de equacionar o dilema entre estrutura e ação retomou e ampliou a ideia de capital, encontrada na concepção marxista. O pensador francês passou a utilizá-la não apenas pelo acúmulo de bens e riquezas econômicas, mas por meio de todo recurso ou poder que manifesto em uma atividade social. Nesse sentido, os indivíduos passam a perseguir não apenas capital econômico, como também capital cultural, capital social e capital simbólico.

O capital cultural é dado pelos saberes e conhecimentos intelectuais obtidos no seio da família e por meio do sistema educativo. Ele pode ser manifestado por meio de incorporação e expressões corporais, através da posse de quadros e obras de arte ou por meio da institucionalização reconhecida por diplomas e títulos. Por sua vez, o capital social é provém

das relações sociais e reconhecimento no campo, que podem se traduzir na possibilidade de dominação.

No texto intitulado “Sistemas de ensino e de pensamento”, Pierre Bourdieu (2005) tomou Levi Strauss por referência para mostrar como a trajetória de vida de um intelectual é importante para entender a produção de seu conhecimento. A partir desse capítulo e também da leitura de pesquisas do Núcleo de Pós-Graduação em Educação de Sergipe, nos trabalhos de João Paulo Oliveira (2011, 2015), sentimos a necessidade de busca em Jean François Sirinelli (2003, 2019).

O historiador cultural francês propõe a categoria de *itinerário intelectual*, que nos serviu de bússola para o *modus operandi* de uma arqueologia das sociabilidades, reconstituindo os laços familiares, percurso educacional, instituições de formação, inclusive com nomes de professores, diários de classe etc., levantamento do contexto econômico, político e social e de tudo aquilo que se converterá, conforme Bourdieu, em seu capital cultural.

Dessas pesquisas, percebemos que Bezerra tinha um ambiente familiar propício ao acúmulo de capital cultural, que lhe permitiu acesso à aprendizagem, ao conhecimento e a ambientes intelectuais. Descendente de uma família de educadores, seu avô, Amâncio Bezerra foi professor na cidade de Siriri e seu pai, Abdias Bezerra, foi um influente professor, responsável por trazer o modelo escolanovista para Sergipe e capaz de lecionar em diversas áreas do saber. Logo cedo, seu pai lhe ensinou francês, elemento diferenciador para Félte tanto em sua graduação, como posteriormente, quando leu Vital de la Blache em língua nativa do escritor, livre de traduções, *pari passu* com as leituras de Caio Prado Junior em São Paulo, estando a par da crista dos debates de seu tempo (SÁ, 2009).

Esse percurso parece bem sugestivo para a análise em questão, entretanto, há, aí, um elemento que parece limitá-la, a constituição de um campo em si. Se o capital cultural advém dos saberes intelectuais obtidos no sistema educativo e advogado pela institucionalização de diplomas e títulos, esse parece ser o viés que entrava uma análise nessa perspectiva. Na década de 30, estavam sendo criadas universidades nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, com o intuito de formar mão de obra qualificada capaz de assumir as pesquisas e pensar uma modernidade brasileira e, assim foram projetados e criados vários cursos de graduações nas áreas de humanidades.

Diante da carência de intelectuais capacitados para assumir tal *intelligentsia*, e a necessidade de modernizar o Brasil, afrouxou-se as fronteiras epistêmicas e admitiu-se intelectuais oriundos de outras áreas de formação. No que toca a questão das fronteiras epistemológicas, lembramos que era comum os autores transitarem por temas históricos,

geográficos e antropológicos, sem a “figura” do especialista. Os pesquisadores, via de regra, tinham formações profissionais no campo da medicina, engenharia e arquitetura, atuavam como filósofos e literatos, produziam um pensamento social com pouca ou nenhuma empiria, com uma escrita quase sempre ensaísta e valendo-se quase sempre de especulações abstratas. E, assim, destacamos que, na ausência de um campo efetivamente sociológico, a abordagem bourdieusiana que adotamos leva em consideração a existência de um campo da cultura¹⁶ e a sociologia era um elemento que estava sendo comercializado neste mercado.

Há, ainda, uma terceira possibilidade de compreensão sobre o processo de produção do conhecimento e da realidade brasileira que se dava no Brasil durante a primeira metade do século XX. Esse modelo foi sugerido pelo filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) e, é influenciado por Marx, Nietzsche e Freud, uma tríade de pensadores que formam uma base teórica sobre o descentramento do sujeito¹⁷. Foucault centrou sua análise em temas relacionados ao poder, subjetividade e epistemologia das ciências humanas, para assim investigar a produção do discurso científico e o tema da verdade (CERTEAU, 1982; JAMES, 2012; NASCIMENTO, 2004).

Sua premissa parte da recusa da ideia de sujeito substancial e, aproximando-se da psicanálise, findou por ressaltar a importância do inconsciente como elemento revelador de uma estrutura que se revela por meio de mecanismos de vigilância e punição, impostos aos sujeitos através de discursos que separam o normal e o anormal (JAMES, 2012).

Imerso em uma França estruturalista, em meados do século passado, Foucault se debruça sobre a questão do sujeito com o intuito de tecer críticas ao projeto de modernidade. Em suas observações, ele percebeu que o homem se encontra dividido entre o inconsciente, dado pelo peso da estrutura sobre seus atos e o consciente, resultado das opções realizadas por esse ator social. Conforme destacado por Nascimento (2004, p. 197) o filósofo francês

Recebe impulsos filosóficos nietzschianos sem, contudo, afastar-se do mestre Bachelard, historiador da ciência. É como discípulo de Bachelard e inquiridor do sujeito, que ele irá se dedicar à história das ciências humanas.

¹⁶ Tomemos Aracaju do idos de 40 como exemplo. De acordo com o professor Ibarê Dantas (2014) na década de 30 faleceram importantes nomes da intelectualidade sergipana, entre eles: Clodomir Silva e Prado Sampaio (ambos em 1932), João Ribeiro (1934), Oliveira Teles (1935), Manoel Bomfim (1936) e Laudelino Freire (1937). Continuavam vivos, atuantes e residindo em Aracaju nomes consagrados como, Florentino Meneses, Artur Fortes, Garcia Rosa, Manuel Franco Freire. Juntavam-se a essas Garcia Moreno e Felte Bezerra, que haviam se graduado na Bahia e ingressado no IHGSE no final da década de 30. Esses nomes mobilizaram um cenário intelectual em Aracaju por meio de encontros em cafés, livrarias, jornais e editoras, na rádio Aperipê, IHGSE e ASL (DANTAS, 2014).

¹⁷ Marx propõe uma preocupação central com o modo de produção, substituindo a clássica preocupação com o ser. Para Nietzsche o descentramento ocorre pelo método genealógico de investigação. E para Freud há um centramento do inconsciente.

Foucault tinha como pretensão unir Estruturalismo e História Nova e, assim, encontrar uma ferramenta interdisciplinar capaz de possibilitar uma análise dos discursos. Preocupado em investigar as bases sobre as quais se assentam determinadas formulações discursivas das ciências humanas, Foucault cria uma *Arqueologia do Saber*, método pelo qual se realizariam decupagens, capazes de trazer à tona diferentes camadas estratigráficas, reveladoras das multiplicidades apontando rupturas e sobreposições histórico-discursivas.

Ele argumenta que os enunciados criam os objetos, logo as hipóteses deveriam ser agrupadas a partir desses. Para Foucault enunciados ou premissas são portadores de um sentido e constitutivos de um léxico gramatical. Sua proposta é buscar identidade nas diferenças ou em pontos de inflexão e assim agrupar diferentes objetos, estilos, conceitos e temas que tenham como pressuposto o mesmo conjunto de enunciados ou vocabulários gramaticais (JAMES, 2012). Interessado pela relação entre linguagem e poder, Foucault finda por criar uma teoria do discurso, que se debruça sobre a questão do poder, ferramenta pela qual se define categorias como *louco*, *criminoso*, *doente* e *patológico*, excluindo esses sujeitos à margem da sociedade (SCHWANITZ, 2007).

Sua preocupação acerca das possibilidades de conhecimento e da verdade o levou ao filósofo pai de um projeto moderno, Kant. Ao retomar um ponto central da reflexão kantiana sobre conhecimento e as condições de emergência de um dado conhecimento, Foucault percebe que o filósofo alemão, ao tentar equacionar a ênfase atribuída entre raciocínio lógico dedutivo e conhecimento empírico, acabou atribuindo a uma resposta essencialmente metafísica.

Foucault, então, adotou um percurso análogo a Nietzsche e, retirando o peso do sujeito, preocupou-se com as condições históricas e objetivas para a emergência de determinados saberes e práticas discursivas. Nesse sentido, Foucault propôs um modelo de sociologia do conhecimento extremamente preocupado com os meandros institucionais e mecanismos de fala¹⁸ adotados por essas instituições.

O filósofo francês esteve atento ao léxico gramatical dos excluídos, daí termos mencionado anteriormente os loucos, criminosos, doentes e patológicos. Ele tomou como exemplo a psiquiatria como ponto de partida e partir dessa procurou demonstrar como a objetividade científica, muitas das vezes, não derivava necessariamente de pressupostos necessariamente científicos. Foucault defendia que elementos como objetividade, mérito e reconhecimento são elementos que ganham força por meio de mecanismos de partilha discursiva, por vias institucionais.

¹⁸ Daí toda a preocupação dele com os léxicos gramaticais

Michel Foucault adotou a postura anti-idealista proposta por Nietzsche; como consequência, coloca-se contrário ao positivismo e ao marxismo, que propunham projetos ideais. De acordo com esse pensador, a prática discursiva é regulamentada de forma inconsciente por meio de uma estrutura, entretanto, no plano das consciências, temos as opções e preferências por onde se operam discursos não universais, responsáveis por transgressões e pequenas fissuras estruturais,

Palavras e discursos ganham um poder que, de acordo com Foucault, “não está localizado; é descentralizado, silencioso, discreto, mas a tudo permeia” (JOAS, KNÖBL, 2017, p. 388). Esse poder não é algo externo no sentido durkheiminiano, nem algo entre classes como pensava Marx, mas ele se dá de forma capilar nas relações entre indivíduos de forma estratégica. Embora se aproxime de Marx ao propor uma visão de discurso intimamente atrelado à própria prática, para Foucault (2006), diferentemente do que era proposto pelo filósofo alemão, o poder não é algo que desemboque em uma mudança universal, responsável por transformar o mundo por completo.

O poder se dá pela imposição de práticas disciplinares, onde ocorre a segregação daqueles que são socialmente desajustáveis. Para o referido filósofo, a politização de um intelectual necessita de duas premissas. Definir a posição desse intelectual na sociedade burguesa, situando-o como um intelectual marginalizado, rejeitado e, por isso, subversivo; ou percebê-lo como alguém que revela uma “verdade” política. Ainda de acordo com o Michel Foucault (2006, p. 71)

o papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda a verdade de todos; é antes o de lutar contra todas as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso.

De acordo com seu pensamento, o papel do intelectual transgressor é algo consciente, dada pelas opções e preferências, por meio do qual se operam pequenas fissuras pontuais e guerras culturais. Um dos papéis do intelectual é minar a teoria reforçando o sistema regional de lutas e, assim, forçar pelo poder disciplinar uma “tomada de consciência”, induzindo a uma mudança, não por inteiro, como pensava Marx, mas minando brechas e redes capilares que atravessam e permeiam a sociedade e as instituições (FOUCAULT, 2006).

Criticado pelos adversários do estruturalismo, acusado de perceber aquilo que se repete, por meio de similaridades, a qual os estruturalistas a denominam de “unidade psíquica”, Foucault retrucou tal acusação. Em sua defesa ele alegou que “uma análise é estrutural quando ela estuda um sistema transformável e as condições nas quais suas transformações se realizam”

(FOUCAULT, 2000, p. 290). Desse modo, ao investigar os mecanismos de partilha desses saberes, Foucault finda por perceber neles a formação discursiva de uma tática capaz de operar transformações estruturais.

Orientado por esse mote, Foucault propõe, então, o que seria uma genealogia da história onde, por meio de “escavações arqueológicas”, seria possível uma reavaliação do passado à luz de preocupações atuais. E, assim, ele fornece pistas para o que seria uma epistemologia balizada por uma gramática de produção do conhecimento, norteadada por parâmetros que perpassam ciência, filosofia, arte e literatura, retomando a relação entre eventos materiais, pensamentos e ideias.

Intuímos que Foucault parece ter sido tocado pelas ideias sugeridas por Mannheim, revisitando-o e ampliando os limites teóricos relativos à sociologia do conhecimento. Um ponto comum em ambos está pautado na reflexão acerca da produção sociológica do conhecimento e, conseqüentemente, dos critérios de verdades. Ambos parecem concordar que elementos como conhecimento e verdade são produzidos a partir de instituições que colaboram para estabelecer um diálogo, por meio de congressos, eventos e publicações, estabelecendo o que Foucault (2006) denominou de *léxico gramatical*.

Nesse sentido, o Brasil vivia um momento que carecia de produzir uma nova verdade, capaz de reverter o paradigma da mestiçagem para o de um povo miscigenado, capaz de incorporar um otimismo na população brasileira. E assim, entre os idos de 30 e 50, foram criadas diversas instituições de ensino superior, principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro e, posteriormente, a Universidade de Brasília, com o intuito de consolidar uma estrutura de debate e um léxico gramatical capaz de interpretar o Brasil e direcionar a nação rumo a uma modernidade.

Por fim, temos Randall Collins (2004), um sociólogo estadunidense nascido em julho de 1941 e professor do Departamento de Sociologia da Universidade da Pensilvânia. Influenciado pelo Durkheim, Weber, Erving Goffman e Marcel Mauss, Collins é responsável pela incorporação de uma nova perspectiva de abordagem na sociologia do conhecimento, que leva em consideração a interação dos ritos como elemento motivador da produção intelectual. O referido sociólogo, em sua tentativa de conciliação entre estrutura e ação, findou por produzir uma reflexão que reúne teoria do conflito, utilitarismo, funcionalismo durkheiminiano e o micro-interacionismo, propondo, assim, uma análise que privilegia as relações de amizade como elemento norteador para uma sociologia do conhecimento.

Considerado uma referência da sociologia norte americana dos estudos sociológicos do conflito, pelo viés não marxista, o professor Collins tentou conciliar dois núcleos da sociologia,

Durkheim e Weber. Ele partiu da obra *As formas elementares da vida religiosa* (1912), de autoria de Durkheim e, percebeu a importância dos ritos como elemento que anima a vida social, como algo renovador das energias motivacionais em busca das raízes emocionais (COLLINS, 2004). Dialogando com uma microsociologia das emoções e do comportamento, o pesquisador norte americano percebeu no rito uma interação social revestida de um caráter subjetivo e defendeu uma ideia solidária e altruísta do ritual.

Autor de uma *teoria funcionalista do conflito*, Collins percebeu no rito uma estrutura, mas, sua preocupação era muito mais com o movimento da aranha que a estrutura da teia. O sociólogo estadunidense enfatiza o sujeito da ação, por meio de uma “microsociologia radical”, que procurava investigar a energia motivacional do rito e o retorno simbólico de sua ação, que poderia ser mensurado por meio de capital cultural do tipo generalizado, particularizado e reputacional (BARBOSA, 2015).

O primeiro pode ser definido pelo estoque simbólico usados de modo interno ou externo ao grupo. O capital cultural particularizado é dado por itens culturais com relação a pessoas específicas e o último, do tipo reputacional, decorre do seu grau de reconhecimento por parte do outro, desembocando em um maior ou menor engajamento com esse. Com essas categorias, Collins (2004) estava argumentando que a solidariedade ritual e o altruísmo são provocados por cadeias motivacionais, que envolvem a “solidariedade do *self*”.

O referido sociólogo buscou na *microsociologia* de Erving Goffman, considerado um sociointeracionista do reforço, explicações da vida cotidiana para uma teoria da ação. Sua sociologia do conhecimento propunha assim uma abordagem que correlaciona elementos de foro social com mecanismos sociológicos responsáveis por conformar escolas e estilos de pensamento (BARBOSA, 2015). Conforme salientado pelo professor Ivan Fontes Barbosa (2015, p. 3),

Sua orientação oferece elementos para análise de como produzimos uma concepção compartilhada do que é uma estrutura social e quais sentidos possuem os símbolos, ideias e valores que incorporamos e reiteramos através dos diálogos, negociações e conversações.

Para o sociólogo José Machado Pais, aos olhos de Goffman “a vida quotidiana restringe-se aos aspectos mais rotineiros e teatralizados, fora de qualquer contexto institucional ou das estruturas de poder e de autoridade” (2003, p. 93). O professor português lembra que, de acordo com Peter Berer e Thomas Luckman, a vida cotidiana exige interação e comunicação contínua com os demais (PAIS, 2003), um contato do tipo face a face.

De acordo com Berger e Luckmann (1976) a interação social na vida cotidiana é construída pela partilha de experiências individuais na relação “aqui e agora”, “face a face”. As perdas progressivas da partilha de tais vivências podem, via de regra, levar a uma perda de “manutenção do controle expressivo” (GOFFMAN, 2003, p. 54) e o consequente enfraquecimento dos laços de solidariedade, responsáveis pelo distanciamento entre esse indivíduo e demais membros do grupo.

Para Goffman (2003), esses descuidos, responsáveis pelo enfraquecimento do controle expressivo, podem ser classificados de três maneiras: um descuido físico, que remete a um *lapso* do tipo cair, bocejar etc. Pode ser derivado de um eventual esquecimento, um ato de gagueira ou um riso descontrolado, demonstrando desprezo pelo outro. E, finalmente, por uma preparação inadequada ou mesmo pela falta de planejamento, capaz de levar a embaraços durante a interação. Apresentadas as possibilidades teóricas que atravessam a sociologia do conhecimento, faremos um diálogo entre o pensamento social brasileiro, suas instituições e pensadores, refletindo sobre as ferramentas metodológicas e técnicas possíveis para esta tese.

1.2 Sociologias do conhecimento no Brasil

Entre os idos de 30 e 40 do século XX se deu no Brasil um reavivamento da tríade secularização, urbanismo e industrialização acendendo a chama de um debate racional entre diferentes grupos ideológicos. Nesse período, apesar das tentativas de superação do pensamento religioso no Brasil, seja pelo positivismo sugerido por Romero, pela modernidade estética e literária, a nação ainda estava presa a um modelo pessimista de explicação racial que pairava a mentalidade do brasileiro e, enquanto estrutura econômica, a nação ainda estava marcada pela ausência de um capitalismo industrial propriamente dito. Nesse cenário a derrota de uma elite paulista fez despontar uma agenda de debates e disputas que favoreceram a recepção das ideias do pensador húngaro Karl Mannheim (1893-1947), em especial seu livro *Ideologia e utopia* (1929), livro onde se pergunta: como se dá a produção do conhecimento tomando como pressuposto a existência de determinados contextos?

As ideias de Mannheim foram inicialmente consideradas um desdobramento das teorias sobre ideologia, expressão criada pelo filósofo Destutt de Tracy, no livro *Elements de ideologie* (1810). No início do século XIX o conceito de ideologia encontrou novas motivações a partir das descobertas científicas que alimentaram o positivismo, se opondo ao abstracionismo passageiro da metafísica, teologia e psicologia, propondo um método pautado no rigor e na exatidão científica (BRANDÃO, 2004).

O termo ideologia ganhou novo significado a partir de Napoleão, que passou a utilizá-lo como sinônimo de ideias nebulosas e abstratas pelos intelectuais franceses. A expressão ganhou outros contornos na interpretação de Marx e Engels ([1845], 2007) que usando um aporte diferente de Napoleão percebeu no termo ideologia seu significado negativo. E, assim, o livro *A ideologia alemã* (1846) revelou uma outra face da ideologia, propondo uma análise social a partir do binarismo entre superestrutura e infraestrutura.

Pela primeira categoria, seus autores atribuíram-na elementos do universo jurídico, religioso etc. Ela está, portanto, intimamente ligada ao mundo das ideias, por sua vez, na infraestrutura, são encontradas as bases materiais para a manutenção social. Entenda-se o universo do trabalho, suas relações de produção, enfim tudo aquilo que dá sustentabilidade material para a vida. É nessa esfera que as ideias não condizem com o mundo real, onde elas ganham um significado negativo, desencaixado da realidade, produzindo uma falsa consciência e, aí, temos o sentido negativo da ideologia.

Marx viveu na Alemanha do século XIX, e foi um intelectual engajado com as questões sociais. Autor de abordagem ser considerada histórica, Marx é considerado um sociólogo por subverter intuições naturalistas/biológicas, trazendo-as para o campo de debate do comportamento humano. Ao fazer essa conexão ele demonstrou grande sagacidade refletindo leis científicas para do comportamento humano, acreditando ter encontrado lei social a qual ele denominou *luta de classes*.

Nesse momento, há uma nítida confusão entre o Marx revolucionário e, com o sujeito histórico. De um lado, o ativista político, crítico do positivismo como uma corrente ideológica negativa, desencaixada do mundo real, produtora de uma falsa consciência, uma filosofia social preocupada com a manutenção da ordem social e a favor de uma ordem burguesa. O sujeito histórico Marx, por sua vez, foi um pensador que, conforme sugerido por uma sociologia do conhecimento de Mannheim, refletiu a partir de determinados contextos estabelecidos. Lembremo-nos que, se Marx teve o mérito de subverter intuições naturalistas/biológicas, por outro lado, crenças como a procura de leis científicas e soluções evolucionistas, típicas do século XIX, permearam seu pensamento em categorias com a “luta de classes” e a lei dos três estágios”.

O professor Gabriel Cohn¹⁹ discorre sobre essas aproximações que alimentam os debates entre franceses e alemães e, particularmente, entre Marx, Durkheim e Weber. Cohn

¹⁹ COHN, Gabriel. *Café Filosófico: A Sociologia de Weber*. Gravado em 2003. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=qU_zUBTsILQ > acessado em 16 de julho de 2021.

afirmou que o pano de fundo que alimenta essa reflexão era saber: criado o Estado alemão quem poderá assumir o controle e administrá-lo? E, frisa que essa reflexão anima boa parte da intelectualidade alemã do século XIX, desembocando no século XX por meio da interlocução de Max Weber (COHN, 2003).

Nesse mesmo século XIX, o ideal de construção de uma nação foi arquitetado no Brasil por intermédio do IHGB. Seu objetivo era criar uma narrativa oficial capaz de apaziguar os conflitos e criar um coro uníssono acerca da nação. Em 1830, foi cunhado, pela primeira vez, a expressão *pensamento social*, que ainda não contava com a terminologia final “brasileiro”. Mas, esse debate ganhou fôlego mesmo a partir da contribuição de Silvio Romero em 1870, no Recife. Por mais que o Brasil engatinhasse em diversas tentativas de uma suposta modernidade, sua estrutura econômica era agrícola, sua política era coronelista e familiar, e seu pensamento era predominantemente religioso.

Os registros sugeridos por Romero romperam com séculos de dominação escolástico no Brasil, recepcionando critérios de cientificidade que estavam ocupando a ponta dos debates contemporâneos. Havia uma agenda ditada pelo positivismo enquanto modelo de pensamento e da biologia enquanto modelo científico a ser seguido pelas demais ciências, que adotaram o determinismo biológico e racial para discutir aspectos antropológicos.

O debate determinista biológico atravessou a produção intelectual do século XIX pela antropologia e geografia. Lembremo-nos que o empirismo e a descrição paisagística na relação homem e paisagem estão presente nas obras *História de Sergipe* (1891) de Felisbello Freire (1858-1916) e *Os sertões* (1902) de Euclides da Cunha (1866-1909). Essas obras apresentam em comum a estrutura com predomínio de análise geográfica, onde se discute terra, território e clima, passando no capítulo seguinte analisar a presença humana e sua relação com o meio geográfico.

Romero contribuiu metodologicamente também com uma dimensão empirista por meio de pesquisas folclóricas. Ele coletou contribuições culturais dos três grupos étnicos constitutivos do povo brasileiro e em 1882 publicou *Literatura, história e crítica* onde apresenta tais procedimentos e sugere esse conjunto de teses que permanecem declarados até a geração de 30, que passa a utilizá-los de forma velada, de modo a desassociar-se dos valores racistas que elas carregavam, fruto do determinismo biológico do século XIX, anteriormente mencionado.

Por outro lado, o traço empírico se fez necessário desde os primórdios da FAMEB. Essa necessidade surgiu quando professores e alunos perceberam o descompasso entre as doenças sugeridas na literatura e aquelas encontradas na população baiana. Foi quando eles passaram a

realizar incursões a morros e terreiros nas periferias daquela cidade, constituindo uma tradição denominada Escola Tropicalista da Bahia (ETB), que discutiam e catalogavam tais doenças por intermédio da Gazeta Médica Baiana (GMBahia).

Apesar da rivalidade secular entre Pernambuco e Bahia, iniciada no período colonial e desembocando nas disputas territoriais, via instituto histórico no século XX, esses polos nordestinos encontraram um ponto comum no século XIX, que foi a necessidade empírica. Ao que parece, o sergipano Romero forneceu as bases para a consolidação de um pensamento social empírico no Brasil e caracterizou uma geração que durou entre 1870 a 1930.

A professora Ângela Alonso (2002) analisou a geração 1870 e percebeu que esses intelectuais tinham em comum o fato de estarem excluídos politicamente do império. Do ponto de vista intelectual foi possível perceber que, se por um lado, o determinismo biológico e racial funcionou como influenciadores dessa geração, por outro, a ausência de uma maturidade empírica no Brasil forçou essa geração a buscar na filosofia social e na literatura, componentes propiciadores de uma credibilidade e de uma autonomia no campo.

Por sua vez, o universo da exclusão política é provavelmente um dos indicadores que mais chamam atenção na análise da professora Alonso (2002) sobre a geração de 1870. Além de republicanistas de primeira geração, em linhas gerais, esses pensadores estavam unidos não pela origem, raça ou classe social, mas pelo fato de formarem uma argamassa acadêmica civil e/ou militar que se fez rebelar por meio de diversas manifestações pulverizadas pelo país (ALONSO, 2002).

Silvio Romero é, de fato, um grande nome dessa geração. Ele propôs uma revolução epistêmica na ER, sugerindo um debate social pautado na presença das três etnias como elementos formadores do povo brasileiro. Seu debate contrariava a hiper valorização indígena e o desprezo pelo negro praticado pela literatura romântica de seu tempo.

Do ponto de vista metodológica, Romero adotou o folclore como instrumento para coleta dados relativos às contribuições culturais advindas dessas três etnias. O passo seguinte foi então analisar os resultados, refletindo sobre a relação povo e nação, no sentido de compreender o dilema do atraso brasileiro pelo viés cultural²⁰.

No contexto histórico-social e a agenda ideológica que guiaram Romero, havia um predomínio de um determinismo biológico e racial, que levou ao intelectual por concluir que o

²⁰ Vale lembrar que a formação de um Estado alemão no século XIX motivou o desenvolvimento de uma nação. Diante da inexistência da palavra “cultura” os pensadores alemães optaram por utilizar a palavra *Kultur*, que significa aspectos não materiais de um povo, entenda-se por isso o desenvolvimento modo mitos, ritos e até mesmo de um idioma oficial.

atraso da nação brasileira era fruto da mistura racial, denominada mestiçagem. O intelectual e jurista sergipano propôs, então, uma saída para tal imbróglio, capaz de tirar o Brasil do seu atraso, de modo a acessar uma modernidade. Essa solução se daria pelo branqueamento da população brasileira e que desembocaria, de acordo com as teorias do século dezenove, a um inevitável processo civilizatório cultural.

As teses sobre o branqueamento da população sugeridas por Romero foram acatadas por toda uma gama de intelectuais, conhecida como geração de 1870. Entretanto, essas teses foram contestadas por abolicionistas, que não conseguiram repercutir suas ideias, dada a uma estrutura produtiva pautada no escravismo e posteriormente por Manoel Bomfim, quando em 1905, propôs um debate que subvertia toda uma lógica ditada por um determinismo racial, creditou o atraso brasileiro e de toda a América Latina ao parasitismo europeu.

Bomfim propôs um novo modelo interpretativo não apenas do atraso brasileiro, mas da América Latina em geral, que era inovadora, pois escapava aos padrões deterministas raciais e investia nas reflexões culturalistas. Ele argumentou que as elites do velho continente tiveram uma visão parasitária sobre as Américas e que, no sentido antropológico, uniu diferentes povos, culturas e etnias, sem levar em conta suas particularidades, passando a classificá-los genericamente como latinos. Por se tratar de um debate que foi de encontro a um paradigma que permaneceu ainda por três décadas essa teoria ficou desamparada, não conseguiu reverberar no seu tempo. Somente nos idos de 1970, quando entrou em cena uma agenda pautada nos estudos culturais, as teses de Bomfim ganharam força e voltaram a ser discutidas.

O modelo proposto por Romero tonou-se o epicentro do debate que regulava o pensamento social do final do século XIX à primeira metade do século XX. Sua voz ganhou força pelos argumentos jurídicos à procura da norma, nos textos de Oliveira Viana (1883-1951). Em outras situações, as ideias de Romero voltaram a ser contestadas, dessa vez por médicos e higienistas, que alegavam que o atraso da nação se dava pelas condições insalubres e pouco higiênicas de sua população.

Essas afirmações eram menos abstratas que as de Bomfim, mais pontuais e mais fáceis de serem verificadas, o que dificultava maiores contestações. As denúncias desses médicos e sanitaristas ganharam força quando escritores e literatos aderiram a essas ideias, observados a partir da falta de higiene de uma população, como também as condições insalubres do trabalhador rural brasileiro, que foram evidenciadas nas obras de Monteiro Lobato (1882-1948), com destaque para o personagem do matuto *Jeca Tatu* (1914) e Mário de Andrade (1893-1945) autor de *Macunaíma* (1928), personagens que, por décadas, atuaram como símbolos da *brasilidade*.

Nos idos de 30 do século XX, o modelo de debate aplicado ao pensamento social brasileiro sofreu uma ruptura epistêmica que levou os pensadores a se distanciarem de preocupações universalistas, evolucionistas, eurocêntricas. Em um contexto nacionalista, que cobrava uma agenda própria, esses pensadores procuravam no passado nossas origens étnico-culturais, lapidando um pacote culturalista que fugia aos grandes nomes e vultos da historiografia internacional. Entre os intelectuais dessa fase, temos a clássica tríade de pensadores brasileiros formada Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, que se dedicaram a pensar sobre o povo, o Estado e a nação, buscando compreender

O que é uma Nação? Mais especificamente, que é uma Nação, quando ela começa a surgir dos escombros de uma sociedade fruto de um sistema colonial que vigorara por três longos séculos? O que é uma Nação, quando se admite, como o faz Varnhagen, que ela estava já implícita, desde o momento em que a terra, que devia abrigá-la, era descoberta pelos que a deveriam formar? O que é uma Nação, quando se admite que seu agente formador não é o povo que a deveria fazer, mas o Estado, entendido como agente tutelar e onipresente em sua ação e em sua omissão? Que espécie de Nação deve nascer de um solo primitivamente ocupado por homens, cujo estágio de civilização não ultrapassou a barbárie e cuja incapacidade se revela pelo simples fato de que jamais conseguiram constituir-se como Nação? Que Nação pode surgir do seio de uma população que, formada por três etnias — uma das quais sem nenhuma relação com a terra ou com as outras etnias — não atingira nem a unidade nem a organicidade de um povo? (ODALIA, 1997, p. 43)

Apesar desses autores apresentarem um grande tema comum, preocupados com a questão da nação, as perguntas e explicações dos autores são bem distintas. Freyre por exemplo, se perguntava: Por que o Brasil não deu certo enquanto nação? Tendo retornado dos Estados Unidos, onde fora orientado por Franz Boas, Freyre tentou responder a essa questão pelas vias culturais de um povo, combinando uma análise cultural com ênfase geográfica e aspectos psicológicos.

No que tange a coleta de dados, elas se afastavam da ideia de dados oficiais, iconográficos e grandes vultos, aproximando-se das observações cotidianas, através de fotografias, diários, receitas de culinárias etc. Freyre aplicou um método inovador e revolucionário, antecipando-se ao que foi a Escola dos Annales, balizada por Lucien Febvre e Marc Bloch (GODOY, 2009). Sua escrita é ensaísta, o autor anuncia vários temas e elementos que se estendem da família patriarcal, religiosidade popular, adaptação do homem aos trópicos etc., sem haver desfechos, nem elementos conclusivos entre eles.

Sua fala alimenta um discurso culturalista, enfatizando características psicológicas relativamente simétricas ao que fazia Franz Boas. Essa sua ênfase psicológica aproxima o intelectual pernambucano muito mais de uma linha de raciocínio weberiana da ideia de *ação*

social, que propriamente a ideia de classe marxista. Além de romper com o positivismo, Freyre era contrário a um ideal evolucionista, não tendo a rigor um projeto ideal de civilização, constituindo assim mais um ponto que o afastava das ideias de Marx. O mérito de Freyre em *Casa-Grande & Senzala* foi o de mostrar que há diversas possibilidades explicativas para o fenômeno sociológico. O problema, entretanto, foi que a sua intenção o levou a estereotipar o Brasil, por meio de afirmações do tipo, “os brasileiros são assim”, delimitando aqueles que não são ou podem ser contrários (SOARES, 2002).

Por sua vez, Sérgio Buarque de Holanda propôs a seguinte questão: Por que a democracia não deu certo no Brasil? Sua hipótese é que a democracia em nosso país não deu certo por conta da sobreposição do poder privado sobre o poder público. Nesse pensador, pode-se notar tanto as influências do historicismo alemão, como do pensamento weberiano. Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior, localizados em São Paulo, que tinham em comum um modernismo pós revolução de 30, a criação de universidades e editoras nessa região (DIAS, 1985).

Por fim, Caio Prado Junior, reconhecido por ter sido o responsável direto pela nacionalização do marxismo no Brasil. Ele era formado em direito, atuava como historiador, geógrafo, escritor, filósofo, político. Atuou como editor brasileiro e foi criador da editora Brasiliense (1943) junto a outros nomes como Monteiro Lobato, Maria José Dupré e Arthur Neto.

A preocupação social que liga Caio Prado aos pensadores sociais da geração de 30 era saber qual o peso ou o nível de determinação de um sistema colonial para a formação da nação brasileira? Sua análise investigativa partiu de um passado colonial e comparou estruturalmente um engenho com um feudo, argumentando, por fim, que ambos estão preocupados com um mercado externo. Mais adiante, entre os anos 60 e 70, Caio Prado radicalizou seu posicionamento quando passou a chamar a atenção para um mercado interno, comparando o feudo a um sistema escravista. No que toca o debate sobre o Brasil, Prado defendeu a hipótese pela qual o país só se tornaria de fato uma Nação se houvesse uma reforma agrária.

Outra importante participação nos idos de 30 veio pelo professor, sociólogo e crítico literário Antônio Candido, em um ensaio intitulado *Crítica e sociologia* (2006b). Nesse texto, o pensador procurou responder qual a real utilidade da literatura para a constituição de uma sociologia brasileira (CANDIDO, 2006b). Ele premissa que foi a literatura que atuou pela necessidade de transformação no pensamento social brasileiro em reverter o ideal pessimista da mestiçagem, criando uma ideia otimista da miscigenação racial. A literatura, como veremos,

reforçou ideologicamente a negação racial de médicos e higienistas, que firmou um modelo caricato de brasilidade por décadas nos personagens de *Jeca Tatu* e *Macunaima*.

A hipótese sugerida pelo professor Antonio Candido é a que o campo literário foi fundamental para a construção de uma ideia de brasilidade (CANDIDO, 2006b). As ideias sugeridas por Cândido são fundamentais para se perceber como a sociologia vai sendo forjada a partir de sua relação com o campo literário e como a literatura assume um papel ideológico, responsável pela produção de consciência coletiva. Nesse sentido a literatura regionalista, movimento que desponha como resposta às preocupações estéticas do modernismo paulista de 20, produziu verdadeiros relatos de especificidades locais nos detalhes paisagísticos e nas denúncias sociais (PIVA, 2000).

Para Cândido (2006b), o mote norteador desse ideário literário era buscar no passado nossas origens étnicas, estruturando o presente, pautado em um sentimento nacionalista e planejar um futuro moderno. Nesse ponto, o Brasil vivenciou uma experiência que era contrária ao que acontecia na Europa, marcada pela experiência das guerras, como consequência das teorias racistas. Enquanto isso, nos trópicos, esse resgate histórico de nossas origens étnicas e culturais nos levou a trilhar um caminho rumo a uma valorização da cultura negra, um trajeto iniciado por Silvio Romero, quando inseriu o negro nos debates étnicos, contrariando os pensadores românticos de sua época que valorizavam apenas o branco civilizador e o índio, livre e amante da natureza. Essa tríade étnica esteve presente ao longo do debate de toda a geração de 1870, mas, foi na década de 30 com Freyre e Amado que o negro ganhou nova visibilidade.

Esse protagonismo decorreu do sociólogo pernambucano através das análises e contribuições culturais do povo negro, pelas vias culturais. Freyre analisou a tradição oral, seja nas palavras ou nas cantigas proferidas pelas amas de leite e cuidadoras das crianças da Casa Grande, formadoras da personalidade na primeira infância dos filhos dos senhores de engenho. Dedicou grande atenção às esferas cotidianas, onde investigou álbuns fotográficos e receitas culinárias²¹.

Enquanto isso, na Bahia, Jorge Amado lançava *Jubiabá* (1934) incorporando um regionalismo urbano do recôncavo baiano, com personagens comuns entre soldados, estivadores e estudantes. O nome do livro é uma referência ao pai de santo “Jubiabá”, líder do

²¹ Receitas culinárias e doces caseiros uniram folcloristas Freyre e Cascudo por meio de temas comuns. Freyre escreveu *Açúcar: uma sociologia do doce, com receitas de bolos e doces do nordeste do Brasil*, por sua vez, Cascudo lançou um livro denominado *Antropologia da Alimentação no Brasil*. Esse exemplo mostra como esses pensadores estavam sintonizados pela antropologia, particularmente pelo folclore e preocupados em debater a cultura de um povo.

morro onde o protagonista da história Antônio Balduino (Baldo) teria nascido. Baldo era um negro aventureiro, lutador, sambista e ativista político, nascido no morro do “Capa Negro”, assim denominado por ser uma antiga fazenda, onde seu antigo proprietário era conhecido por ordenar mutilação dos órgãos genitais de escravos fujões.

Baldo foi criado pela tia Luiza, que findou enlouquecendo, com isso, ele passou a ser criado por uma família de brancos detentoras de posses. Nessa nova família, Baldo é acusado por uma negra, empregada da casa grande, de assédio sobre a filha do patrão. Antônio Balduino levou uma tremenda coça e decidiu fugir de “casa”, inaugurando uma nova fase de sua vida, quando passa a conviver nas ruas, aprendendo as malícias com outros meninos de rua.

Via de regra, os intelectuais dessa geração foram fundamentais na tentativa de forjar uma identidade genuinamente brasileira. Suas obras ilustram esforços teóricos e metodológicos para a compreensão da sociedade brasileira, ao passo que alimentam elementos que são vistos como ilustrativos de nossa identidade nacional. Eles buscaram, no passado, nossas origens e identidades étnico-culturais, e formularam hipóteses de bom relacionamento e cordialidade entre diferentes povos e etnias existentes no Brasil.

O debate entre modernidade e tradição brasileira, ocorrido nos idos de 30, revertia uma visão pessimista que justificava racialmente a ideia de fracasso de uma nação para uma visão otimista, que despertava a atenção de intelectuais que queriam testar tais hipóteses raciais, bem como do capital internacional, preocupado em investir em territórios que não estivessem diretamente envolvidos com o cenário de Guerras Mundiais.

A modernidade anteriormente projetada de forma literária na década de 20 na sequência ganha contornos empírico-sociológicos com a inserção de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque e Caio Prado. Essa tríade intelectual refletiu, cada um ao seu modo, a partir de diferentes contextos e realidades, tal como sugere a sociologia do conhecimento de Mannheim. Entre os três, a diferença mais abissal talvez seja entre Freyre e Caio Prado.

Aqui, destacamos três situações: muito provavelmente, esses pensadores perpetuam as rivalidades entre norte e sul, base de debates do Instituto Histórico; de um lado, Freyre busca recuperar o prestígio que o Nordeste exerceu no período colonial, projetando a região por um viés culturalmente; pelo lado sulista, Caio Prado traz uma leitura mais econômica, com ênfase para aspectos urbanos, industriais e valorizando o discurso que coloca a cidade de São Paulo como locomotiva do Brasil. Portanto, o pensador paulista é lembrado por ser um grande, não apenas um grande receptor das ideias de Marx no Brasil, dada sua ênfase ao caráter econômico, mas alguém ligado a um projeto industrial que era encabeçado pela cidade de São Paulo (IGLÉSIAS, 1982).

Os três pensadores tinham em comum o elemento diacrônico como chave para o entendimento do presente e possibilidades no futuro. Via de regra, a diacronia seguia uma narrativa linear, de tempo finito, que levava necessariamente a um projeto de civilização ideal-desses três, a exceção seria Freyre, que, apesar de diacrônico, não vislumbrava um projeto civilizador. Mas, Guerreiro Ramos (1996 [1958])²², descredenciava esse modelo explicativo, que busca no passado um elemento formulador de futuro de modo tão concreto, inabalável.

Ramos (1996 [1958]) é reconhecido por deslocar um viés diacrônico para o sincrônico, chamando atenção para a necessidade de uma discussão organizada sobre teoria sociológica, métodos de pesquisas e análises próprias, livres no neocolonialismo. Ramos percebeu a necessidade de consolidação de uma sociologia genuinamente brasileira, capaz de libertar-nos da condição de dependência e de estagnação econômica. O referido intelectual foi lembrado pela sua dedicação em elaborar teorias sobre raça no Brasil, bem como

pela sua capacidade de influenciar a juventude, com um trabalho muito sério de se comunicar sempre com o Nordeste, sempre com jovens inteligentes no Nordeste.

O acervo dele tem mais de 4.000 correspondências, com acervo de correspondências do mundo inteiro. A maior frequência de correspondências era intelectualidades nordestinas com Calasans, pedindo a ele livros sobre teoria, perguntando a ele como se faz pesquisa. (BARROS²³, 2021, 24-25m30s)

Entre os nomes sergipanos que pedem orientações teórico-metodológicas a Ramos a professora Luitgarde Barros (2021) destaca José Calasans, um intelectual que, na década de 1940 já era reconhecido no campo, conforme indicações do professor Ibarê Dantas (2004). A professora Ramos (2021) afirmou que Calasans foi atendido por Artur Ramos e, desse contato, originaram-se seus estudos sobre Canudos.

Por sua vez, Felte Bezerra não teve a mesma “sorte” de Calasans. Em 1947, quando decidiu procurar o ex-professor Artur Ramos, solicitando-lhes orientações sobre questões étnicas com o intuito de escrever *Etnias sergipanas*, ele não obteve êxito do seu antigo professor. A boa receptividade do seu texto “Xangô de Zeca”, na Subcomissão de Folclore, chamou a atenção de Emilio Willems, sociólogo alemão radicado em São Paulo, que percebeu afinidades entre seus estudos étnicos e aqueles apresentados pelo intelectual sergipano.

Nos idos de 1940, assistiu-se à formalização de uma sociologia brasileira, enquanto disciplina e ramo do saber, por meio da promoção de um ensino sistemático da disciplina e

²² Texto escrito e assinado em 1957, publicado em 1958 e reeditado em 1996.

²³ BARROS, Luitgarde. José Calasans / memória e reconhecimento. In: *TV UFS*. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=eTEYcmBFpx4> > e acessado em 13 de julho de 2021.

realização de projetos de pesquisa entre diferentes instituições e pesquisadores. De acordo com Renato Ortiz (1988), as diferenças de perspectivas alimentavam uma qualidade de trabalhos e disputas regionais entre o Nordeste e São Paulo.

Enquanto o primeiro era liderado por Gilberto Freyre, que seguia tradições clássicas aos institutos históricos, São Paulo se apresentava com um projeto moderno, onde se autointitulava “a locomotiva do país”. O grupo paulista procurou então romper com antigas tradições e, assim, criou universidades e cursos como os de sociologia, história, geografia, que estiveram intimamente relacionados à formação de quadros político-administrativos, técnicos e burocráticos voltados para a gestão desse projeto de modernidade. E assim, por um viés administrativo, marcado pela carência de intelectuais qualificados para tal missão, se dá a recepção das ideias de Karl Mannheim.

Fruto de um programa de institucionalização das ciências sociais, Costa Pinto, Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes são expoentes de uma primeira geração de sociólogos genuinamente brasileiros. O governo de Vargas, que havia convidado muitos dos intelectuais da geração de 1920 para a sua gestão, inclusive Oliveira Vianna, que se tornou o grande ideólogo dessa fase, estava preocupado em superar o atraso brasileiro, passando a investir maciçamente em questões de infraestrutura em seu governo.

Surgiram instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, maio de 1936) e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, janeiro de 1937). Despontaram políticas que visavam povoar as recém-fundadas cidades de Goiás e de Goiânia, por meio de programas como a Marcha Para o Oeste e Projeto Rondon. Para facilitar a circulação de pessoas e mercadorias, foi criado o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) em 1937.

E, assim o mito da democracia racial cumpriu um importante papel, projetando o Brasil no cenário internacional, atraindo capitais que foram úteis para implementar tais estruturas e pesquisadores interessados em testar tais hipóteses. Internamente, o campo das ciências sociais se consolidava com a importação de missões estrangeiras, solidificação de graduações, pesquisas e publicações.

Conforme observado por Florestan Fernandes (1976), a implementação de uma sociologia no Brasil só foi possível pela via da secularização, do urbanismo e da industrialização. Até os idos de 30 tínhamos, no Brasil, uma sociedade tradicional, marcada pelo pensamento religioso e pela inexistência de um capitalismo industrial propriamente dito. Foi quando se deu uma política nacional-desenvolvimentista, criação de universidades em São Paulo e Rio de Janeiro

A professora Villas Bôas (1997) tem um trabalho genealógico acerca de autores responsáveis pela recepção das ideias de Karl Mannheim no Brasil. Especificamente sobre o sociólogo paulista Florestan Fernandes (1920-1995) e o contexto onde ele estudou, Bôas lembra que

[...] as ciências sociais brasileiras, em especial a sociologia, seriam decorrentes da união entre a teoria sociológica francesa e métodos empíricos norte-americanos. No entanto, há alguma conexão entre a sociologia brasileira e a alemã, em que estão inclusos os trabalhos de Mannheim. No Brasil, a sociologia surge para investigar a identidade da sociedade brasileira, sendo que, posteriormente, a Sociologia do Conhecimento engajou-se no processo de desenvolvimento histórico do Brasil (BORTOLI; GALLON, 2015, p. 172).

No que tange a influência de Mannheim sobre a abordagem sociológica de Fernandes, essa se dá principalmente pela proposta de Fernandes (1970) ao defender uma “sociologia com o objetivo de síntese das múltiplas perspectivas sociológicas” (p. 173). Fernandes contribuiu ainda para o estatuto de uma sociologia brasileira pela sua perseverança na tese de que cabia aos intelectuais e sociólogos a tarefa de elaborar uma síntese das tendências históricas. De posse desse trâmite acerca da recepção das ideias de Mannheim no Brasil, passemos ao debate teórico de uma sociologia do conhecimento.

1.3 Possibilidades metodológicas

As transformações sociais ao longo do século XIX suscitaram o surgimento e aprimoramento epistemológico das ciências voltadas para os estudos humanos nos aspectos históricos, espaciais, culturais, linguísticos, culturais etc²⁴. Essa empreitada propiciou uma ampliação do conhecimento acerca da produção humana com critérios empíricos, embora compartimentado por seções, mas que permitiu avançar nas especulações metafísicas. Nesse sentido, por meio de um exame genealógico acredita-se que *A Ideologia alemã*, escrito por Marx e Engels em 1845, em certa medida, inaugura uma sociologia do conhecimento, preocupada em investigar as ideias, a cultura, a questão moral, entre outros, do assim denominado *idealismo*. Por sua vez, esse idealismo está pautado em uma espécie de crença de uma natureza humana mutável, de que as verdades não são eternas, de que essas dependem de experiências sensoriais.

Ainda no século XIX, Nietzsche (1993), quando se propôs a examinar a questão da verdade, parece ter sugerido um outro caminho seminal para a própria sociologia do

²⁴ Esse quadro se dá pelo surgimento da sociologia e da psicologia, bem como pelo aprimoramento metodológico da antropologia, antes presa às cartas de viajantes, cronistas e especulações filosóficas, bem como da arqueologia, que constituía uma atividade restrita a afortunados colecionadores de excentricidades.

conhecimento. O referido filósofo alemão examinou os escritos de Marx e Engels e concluiu que esse posicionamento se dava essencialmente por uma postura assumida pelo sujeito histórico. Isso quer dizer que aquela teoria, tomada suposta verdade, dependia do posicionamento social tomado pelo seu autor, que ganhava visibilidade e tomava força a partir da recepção dessa no seio de seu grupo social, dada pelo exercício gramatical de palavras e expressões que necessariamente não seriam universais, mas atende aos interesses daquela demanda social de determinados debates em contextos específicos (NIETZSCHE, 1993).

Encerrando essa tríade formativa, que sai de uma fase despreziosa e adentra propriamente em uma sociologia do conhecimento, temos Karl Mannheim, autor responsável pela sistematização dessas pistas, que unem ideologia, conhecimento e sujeitos sociais. Para Mannheim, inspirado em Nietzsche e em Weber, culturas, linguagens, tradições são operacionalizadas pelos grupos preocupados em manifestar seus interesses e que o saber é uma forma de controlar o conhecimento. E, assim, surgiu uma sociologia do conhecimento em 1929, que começou examinando a produção de um historicismo alemão e, como esse, preocupado em estabelecer novos critérios de validade, findou alterando substancialmente a própria história.

Assim sendo, o projeto teórico-metodológico de Karl Mannheim (2004) consistia em tentar compreender que, dado determinado contexto histórico existem grupos disputando espaços de visibilidade, fazendo usos da racionalidade, imprimindo uma gramática de expressões e conceitos, incorporado por esse grupo, pois estão atrelados aos interesses desse grupo. Por fim, gostaríamos de lembrar que, para Florestan Fernandes (1976), um dos mais profícuos receptores de Mannheim no Brasil, a sociologia aparece como uma técnica racional de consciência social, onde os grupos operam diferentes culturas em busca de espaços de reconhecimento e visibilidade social.

Tomamos por empréstimo a figura do intelectual sergipano Felte Bezerra buscando entender sua inserção e contribuição no debate acerca da modernidade do Estado Brasileiro nos idos de 40 e 50. Para isso, seguindo o método sugerido por Mannheim buscamos entender o contexto vivido por Bezerra e o grupo ideológico ao qual ele esteve associado, suas ideias e espaços de enunciação das mesmas.

No âmbito da sociologia do conhecimento, Bourdieu nos forneceu ferramentas para entender como o campo das teorias sociais se estruturaram no Brasil admitindo o trânsito epistemológico entre história, geografia, folclore etc. e a adesão de profissionais qualificados em outras áreas do saber. Bourdieu foi fundamental ainda para investigar o ator social Felte Bezerra, percebendo a importância familiar para formação do *habitus*, permitindo acumular capital cultural e social. Nesse sentido, essas ideias vieram *pari passu* com as sugestões de

Sirinelli (2003) acerca do itinerário cultural, por meio do qual ele recomenda examinar professores escolares, agendas e diários de classe do aluno objeto da pesquisa. Nesse ponto, foram bastante relevantes os trabalhos de Oliveira (2011; 2015) sobre Felte Bezerra e o seu itinerário.

Mapeamos e analisamos monografias, dissertações e teses onde Bezerra figura como objeto de estudo da história, educação e folclore. Esses trabalhos forneceram pistas e subsídios que nos ajudaram a compreender a teia de relações sugeridas por Collins (2004), percebendo as pessoas com quem ele se solidarizava, seus interlocutores e parceiros intelectuais, bem como seus opositores. Estando a par desse cenário, fizemos uma entrevista aberta e semiestruturada com o casal de professores e pesquisadores Beatriz Dantas e Ibarê Dantas²⁵.

O trabalho seguiu uma linha que remonta à chegada da família real no Brasil, particularmente com a criação do IHGB, que surge com o objetivo de criar uma narrativa capaz de apaziguar as contendas e insurreições decretadas ao longo do período do Império. Por se tratar de um tema clássico ao pensamento social, este é abordado de forma diacrônica e longitudinal, reportando à criação de instituições no Brasil, como a própria FAMEB, criada na passagem da família real pela Bahia, Silvio Romero e a revolução e a geração de 1870. O pressuposto é que FAMEB, ER e IHGB lançam o conjunto de ideias norteadoras que irão guiar os pensadores do século XIX até os trabalhos de 1950, seja ratificando esse conjunto de teses ou contestando-as, como fez Bomfim, o debate higienista e a incorporação literária dos idos de 1920, até chegarmos aos idos 1930, que mesmo, substituindo a categoria *mestiçagem* por *miscigenação* manteve a ideia da fabula das três raças e o folclore como método.

Seguindo uma intuição de Mannheim (2004), procuramos investigar as interpretações históricas, geográficas e antropológicas sugeridas por Felte Bezerra. Para isso, foi preciso realizar uma imersão no contexto histórico, compreendendo o cenário mundial, as ideologias, o contexto do entreguerras e a paisagem político-ideológica brasileira. Do ponto de vista da análise pessoal, acionamos Bourdieu (2005) que nos permitiu situar Bezerra entre outros intelectuais sergipanos nos idos de 1940 e 1950, bem como instituições e entidades às quais ele acessou, como a Academia Sergipana de Letras (ASL), no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), Subcomissão de Folclore do Estado de Sergipe.

No âmbito do itinerário pessoal, formativo recorreremos ainda ao pensador francês Jean-François Sirinelli (1949-...) e do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002). Essa primeira perspectiva metodológica nos proporciona uma espécie de arqueologia das sociabilidades de

²⁵ Como a entrevista foi realizada de modo simultâneo e ambos compartilham o mesmo sobrenome, a professora Beatriz Dantas será identificada por (DANTAS, B. 2020) e o professor Ibarê Dantas por (DANTAS, I. 2020).

laços familiares, educacionais, instituições de formação e dos contextos político, econômico e social. A ideia de itinerário, sugerida por Sirinelli (1998, 2003, 2019), fornece pistas entendermos formação intelectual pela influência do seio familiar, recuperando o contexto formativo de um referido intelectual. Bourdieu nos forneceu ferramentas metodológicas para compreender a importância do seio familiar na formação do capital social e cultural do professor Felte Bezerra e como esse transitou de uma heterodoxia para uma ortodoxia no campo intelectual sergipano nos idos da década de 1940.

Felte Bezerra descendia de uma família de educadores. Era neto de Amâncio Bezerra, que havia sido professor na cidade de Siriri e filho de Abdias Bezerra. Seu pai além de ter sido um importante educador do Colégio Atheneu Sergipense, foi responsável pela recepção do modelo escolanovista no Estado de Sergipe. Abdias Bezerra além de transitar em várias disciplinas na escola em que ensinava, logo cedo ensinou francês, na língua nativa, sem traduções, a seu filho Felte que foi lembrado em seus relatos autobiográficos como sua grande influência.

Como se pode perceber, desde cedo, Felte teve acesso a um ambiente que lhe proporcionou acumular capital intelectual e social. Para além desse acúmulo, ele soube transformar esse capital em *Habitus*, rotinizando disputas intelectuais que lhes rendeu destaque entre os colegas de graduação, o inseriu em uma geração de renovação intelectual, tendo acesso ou mesmo liderando diversas instituições de fomento à pesquisa ao longo da década de 40.

Por meio de instituições, eventos, congressos e publicações Felte Bezerra esteve envolvido em contendas que alimentavam o pensamento social brasileiro de seu tempo. Um exemplo disso foi quando Bezerra recuperou o tema dos limites territoriais entre Sergipe e Bahia, clássico aos institutos dos referidos Estados. Ele o fez inovando no debate tendo lido Vital de la Blache no original, sem traduções, Bezerra adicionou elementos de uma antropogeografia ao debate territorial (SÁ, 2009). Note que seu *approach* decorreu, portanto, do capital intelectual formado no seio familiar.

Tendo compreendido seu grupo de inserção, bem como seus interesses sociológicos (MANNHEIM), seu itinerário formativo e o peso do ambiente familiar em sua formação (SIRINELLI e BOURDIEU) utilizamos as ideias propostas pelo sociólogo norte americano Randall Collins (1941-). O pensador estadunidense foi utilizado como elemento de compreensão das microsociabilidades estabelecidas por Bezerra nas décadas de 1940 e 1950.

Na primeira década percebemos como o pensador galgou espaços de projeção, chegando a liderar a Subcomissão de Folclore em Sergipe, onde apresentou um trabalho, que gozou de boa receptividade, lhes abrindo as portas para a consolidação de *Etnias sergipanas* (1950). Seu

trabalho de maior projeção biográfica serviu para que o professor assumisse diversas atribuições pedagógicas e burocráticas, mas em meados dessa década, quando seu grupo político perdeu espaços, o professor Bezerra passou a sofrer diversas perseguições pessoais nos jornais da cidade, culminando com sua saída para o Rio de Janeiro em 1960.

Collins (2004), transita por uma *microsociologia do conhecimento*, que procura compreender a manutenção do intelectual e de suas ideias por meio de ritos cotidianos no interior de seu grupo. A sua preocupação metodológica estava ávida em entender como determinados modelos de pensamentos eram espalhados em determinadas redes intelectuais, mostrando, fenomenologicamente, como determinadas ideias surgem e ganham reforços sociológicos.

Portanto, a preocupação desse intelectual é investigar como determinadas ideias são pulverizadas a partir da recepção no interior de seu grupo. Para isso, ele percorre por relações que não são necessariamente teóricas, mas, que ocorrem por meio de redes intelectuais e de ritos simbólicos. Perceba que, diferentemente de Mannheim, que estava preocupado em examinar a questão da verdade a partir de mecanismos ideológicos, para Collins (2004) a verdade está atrelada a um determinado foro social dado por relações de amizades internas ao grupo, onde suas ideias são recepcionadas e incorporadas. E, assim, temos uma outra abordagem na sociologia do conhecimento, pautada nos ritos e amizades pessoais como elemento motivador da produção intelectual.

Aqui, gostaríamos de lembrar que Felte Bezerra havia tentado publicar seu livro *Etnias sergipanas* por intermédio de Emilio Willems, que havia orientado ao intelectual sergipano a produzi-lo. Entretanto, o sociólogo alemão, alegando dificuldades financeiras em São Paulo e atraso nas publicações da Revista *Sociologia*, sugeriu que Bezerra procurasse uma editora no Rio de Janeiro, então capital do Brasil. Porém, a resposta positiva de uma publicação, com a tiragem de 500 exemplares, veio de Garcia Moreno. Velho amigo de pensão na Bahia, quando ambos eram estudantes de graduação, que além de médico, era o então Presidente do IHGSE. A publicação do livro projetou Bezerra para outro patamar, dada a boa receptividade que o texto teve entre intelectuais de peso como Donald Pierson, Roger Bastide, entre outros. Por sua vez, em decorrência dessa receptividade, veio o convite para que seu autor ingressasse na recém fundada Faculdade de Filosofia de Sergipe.

A tese consiste em uma pesquisa bibliográfico-qualitativa e caminha por uma sociologia do conhecimento pautada em Mannheim, na análise de grupos, ideologias e instituições, mas, também, dialoga com as ideias de Collins (2004), buscando entender as relações simbólico-ritualísticas no interior desse grupo. Do ponto de vista pessoal, da formação familiar e do

itinerário formativo desse pensador utilizamos Sirinelli (2003; 2019) e sua sugestão de uma *arqueologia das sociabilidades* e também Bourdieu (2005), por intermédio de categorias como *capital cultural* e *social*.

Pesquisamos em monografias, dissertações e teses que versam sobre Felte Bezerra como objeto da história, educação e do folclore, esses trabalhos permitiram constituir sua rede de sociabilidades escolares, intelectuais, parceiros e inimigos políticos. Na monografia de Amanda de Matos Pereira (2016), temos as transcrições de textos jornalísticos, jornais entre 1946 a 1953; outra monografias a respeito foram escritas por Lucicleide Nunes Freire, Maria Conceição Aragão Oliveira e Sandra Ribeiro Alves Martins (2009). Completa a segunda fase da vida do autor, a análise de *Uma breve história do intelectual sergipano: Felte Bezerra e seus artigos jornalísticos* (1959-1988). Ainda no que toca à historiografia, coletamos a monografia intitulada *Análise historiográfica da obra Etnias sergipanas*, escrita por Gilvan Felix Nascimento (2015).

No que concerne ao campo da educação, colhemos trabalhos de dissertação e tese, realizados por Anna Karla de Melo e Silva (2014) e de João Paulo Gama Oliveira (2015), ex-alunos do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe. O nome do professor Felte Bezerra aparece em outros três trabalhos, originalmente destinados à Comissão Sergipana de Folclore, sendo eles: uma tese escrita por Mesalas Ferreira Santos (2016); e, duas dissertações, uma de autoria de Tatiana Silva Sales (2018) e outra de Jean Costa Souza (2019).

Os professores Ibarê Dantas e Beatriz Dantas também contribuíram para a pesquisa por meio de uma entrevista aberta, semiestruturada, onde detalharam, conforme lhes era pedido, sobre as redes de sociabilidades das quais Bezerra fazia parte nos idos de 40 e 50. Eles também elucidaram questões fundamentais sobre a institucionalização das ciências sociais no estado de Sergipe, as tramas políticas, como eram divididas as competências e atribuições financeiras de instituições, eventos, publicações etc.

Por fim, encontramos informações substanciais nos sites do IHGSE e GMBahia, que digitalizaram diversos exemplares de edições anteriores, inclusive de meados do século XIX. O acesso aos artigos e manchetes da época, nos possibilitaram perceber as preocupações e temas evidenciados em suas respectivas sociedades, por meio de discursos e documentos.

2 INSTITUIÇÕES, ESCOLA DE PENSAMENTO E *INTELLIGENTSIA*

A vinda da Família Real para o Brasil, que abandonou Portugal fugindo das tropas napoleônicas, foi responsável por grande parte do avanço do conhecimento em terras tropicais. Em 1808, a família real desembarcou por um mês na Bahia, e, em sua estadia, percebeu-se a carência e a necessidade de uma escola voltada para a área da saúde que fosse responsável por atender parte daquela população. Foi quando, em 18 de fevereiro de 1808, por ordem do príncipe regente D. João, se deu a criação da Escola de Cirurgia da Bahia, a primeira instituição de ensino superior no Brasil.

Em 1832, por determinação da Regência Trina Permanente, a antiga Escola de Cirurgia da Bahia foi transformada na Faculdade de Medicina da Bahia. Desde então, os intelectuais da referida instituição perceberam o descompasso entre a literatura científica e as doenças encontradas na realidade da população baiana e, assim, passaram a pesquisar doenças que atingiam de fato aquela população. Surgiu, daí, uma linha de pensamento denominada Escola Tropicalista da Bahia cujo principal meio de discussão e divulgação de suas ideias era a *Gazeta Médica da Bahia* (SCHWARCZ, 1993).

A ETB tinha ideais que foram respaldados pelo contexto de recepção de uma ideologia positivista no Recife, que procurou romper com séculos de domínio escolástico religioso; o poder do Império com seus hábitos afrancesados e o Romantismo Literário. Apesar da necessidade empírica como ponto comum, Bahia e Recife tinham posturas relativamente diferentes. Na primeira cidade, desenvolveu-se um positivismo mais sincrético, em especial a partir da postura adotada por Nina Rodrigues, médico que visitou terreiros, realizou pesquisas *in loco*, ajudando a consolidar um legado empírico-metodológico que marcou a FAMEB e a ETB²⁶. Apesar de ter avançado no que tange ao modo empregado de como fazer ciência, Rodrigues ainda estava muito preso ao determinismo e a uma agenda racial de seu tempo, classificando a cultura de povos não brancos como inferiores, bem aos moldes dos padrões evolucionistas.

Por sua vez, no ano de 1826, foi criado o curso de Direito na cidade de Olinda, mesmo ano de criação do curso na cidade de São Paulo. Em Pernambuco,

Essa decisão foi ratificada através de lei de 11 de agosto de 1827, que se definia pela criação de um dedicado às populações do Norte, que esteve situado na cidade de Olinda, mas logo foi transferido para o Recife, no ano de 1854, e outro que visava atender as populações da região sul, localizado na cidade de São Paulo (SCHWARCZ, 1993, p. 143).

²⁶ Esse legado marca os alunos das instituições baianas, inclusive Garcia Moreno e Felte Bezerra, sergipanos, formados na Bahia, que, de volta ao seu Estado natal, desenvolveram pesquisas nos terreiros de Laranjeiras e Aracaju, mantendo uma tradição que aprenderam em suas graduações.

Os cursos de Direito em São Paulo e Olinda adotaram perspectivas diferentes. O primeiro teve maior influência do modelo liberal, enquanto na cidade de Olinda, os debates na faculdade aproximaram-se mais dos problemas raciais, adotando o darwinismo e o evolucionismo como referências analíticas. A professora Lilia Schwarcz assinala, ainda, que

Em Olinda, tudo se assemelhava à metrópole portuguesa que se buscava combater. A estrutura do curso era idêntica à da escola de Coimbra assim, como os hábitos, já que em pleno verão, “era comum ver-se acadêmicos usando chapéu alto, fraque e sobrecasaca preta” (SCHWARCZ, 1993, p. 144).

A vinda da família real para o Brasil, em 1808, despertou a necessidade de consolidar um quadro burocrático administrativo composto por médicos, engenheiros e advogados, capazes de planejar e gerir o Estado. Em 26 de abril de 1821, D. João VI decide regressar para Portugal, que estava abandonada à sorte, em seu lugar, assume D. Pedro I, que governa de 1822 a 1831, quando decide retornar para a Europa. O substituto imediato ao trono era menor de idade, então, foi criado um governo regencial entre 1831-1840.

Em 1838, diante do descontentamento geral e das inúmeras insurreições que marcavam o Brasil, o governo regencial criou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). A instituição foi então criada para a narrativa capaz de pacificar as diferentes regionais e suas disputas políticas (ROSI, 2016). Lamentavelmente, o IHGB findou por não dar conta dessa missão, mas coletou bastante material, que estava disperso e se transformou em memória e patrimônio da nação.

2.1 Instituições baianas

Ao longo de todo o período colonial, Portugal se mostrou contrário ao estabelecimento de universidades no Brasil, procurando evitar um maior conhecimento dessa população e possíveis crises em sua colônia. Durante todo esse período,

[...] o governo central não buscou incentivar, ao contrário, procurou, de todas as formas, impedir o desenvolvimento intelectual ou financeiro dos brasileiros. Serve de comprovação deste posicionamento a Lei de 01 de maio de 1800, cujo teor determinava, como uma concessão, que a municipalidade do Rio de Janeiro escolhesse quatro alunos para irem estudar em Portugal, sendo dois destinados às matemáticas, um à medicina e o outro à cirurgia (1). Pinho (29) nos transmite informação extraída da “Lista de Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil” que, até 1821, estudaram na Universidade de Coimbra 2.089 brasileiros, dos quais, 32% eram baianos. (NÁDIA; TRANQUILLI; LEPIKSON, 2004, p. 104).

Em 1808, fugindo da Guerra Napoleônica, a família real se viu forçada a abandonar Portugal e migrar para o Rio de Janeiro. Nesse trajeto, antes de seu destino final, a corte portuguesa desembarcou em Salvador, antiga capital do Brasil, onde permaneceu por quase um mês, quando se deu a criação da Escola de Cirurgia da Bahia. Fundada em 18 de fevereiro de 1808, por ordem de D. João, então príncipe regente, a Escola é fruto do empenho do Dr. José Correa Picanço, médico pernambucano e cirurgião da corte portuguesa, que havia observado a existência de universidades nas colônias espanholas no continente americano (NÁDIA; TRANQUILLI; LEPIKSON, 2004). A Escola de Cirurgia da Bahia foi a primeira instituição de ensino superior no país e constitui um marco na história da educação pública brasileira.

Em 1832, por determinação da Regência Trina Permanente, foi então criada a Faculdade de Medicina da Bahia, entidade responsável por substituir a antiga Escola de Cirurgia da Bahia. Conforme observado por Marcos Maio, a referida Faculdade enfrentava os

Recursos escassos, excessiva centralização administrativa sob responsabilidade do Governo Imperial, o que reduzia drasticamente a autonomia da Faculdade, despreparo de professores e alunos, instalações precárias e arcaicas, carência de funcionários, falta de equipamentos, baixos salários, eram registros recorrentes nas “Memórias Históricas da Faculdade de Medicina da Bahia”. Este quadro gerava um jogo contraditório de contestação verbal e acomodação burocrática (MAIO, 1995, p. 227).

A Faculdade de Medicina da Bahia atuou como um importante espaço de produção e desenvolvimento de ideias. Em sua fase inicial, esteve norteadas pelos ideais franceses e pela “influência de Auguste Comte sobre o legislador” (NÁDIA; TRANQUILLI; LEPIKSON, 2004, p. 106) no Rio de Janeiro. De acordo com Marcos Maio (1995) nos idos de 1860 percebeu-se o descompasso entre a literatura científica, europeia, francesa e a realidade local, que levava a produção de estudos de doenças europeias, descontextualizadas da realidade brasileira. Como consequência dessa constatação surgiu um grupo formado por médicos preocupados em pesquisar e debater etiologia, buscando causas e origens de doenças tropicais. Denominados “Tropicalistas”, esse grupo foi responsável pelo que se convencionou chamar de Escola Tropicalista Baiana (ETB) e tiveram como objetivos

O reconhecimento de doenças e afecções reinantes em outros países e que grassariam no Brasil, repetiram pesquisas pela microscopia, repetiram exames histo e anatomo-patológicos, observaram a sintomatologia, conseguiram, por vezes, acrescentar novos dados à etiologia, à própria sintomatologia e à terapêutica, e confirmaram, em primeira mão, a presença de entidades mórbidas da chamada patologia tropical. Foram pioneiros. Demonstraram, em qualquer dúvida, a incidência de diversas e graves doenças. São perfeitas as suas observações considerando-se os conhecimentos que possuíam e o confinamento científico em que viviam (MAIO, 1995, p. 228).

Para se libertar da influência e do ideal francês, a ETB findou por se aproximar do pensamento dos seguintes médicos: Otto Wucherer (1820-1875), português de origem alemã; John Paterson (1820-1882) escocês; e, José Francisco Silva Lima (1826-1910), português. O professor Maio (1995) salientou ainda que, já naquele tempo, o grupo formativo da ETB foi bem-sucedido no diagnóstico preciso das epidemias presentes na população de Salvador e, assim, conseguiu grande notoriedade.

Em 1866, o grupo tropicalista criou a Gazeta Médica da Bahia (GMBahia), principal revista científica nacional do século XIX (MAIO, 1995), onde produziam e discutiam textos sobre doenças regionais como beribéri, lepra, entre outros.

Maio (1995, p. 228) credits que,

o sucesso de tal empreendimento não deve ser atribuído somente à competência científica dos médicos da ETB. A conjuntura política dos anos 70 favorecia a politização de diversas demandas da sociedade civil. Alguns membros da ETB, além de médicos, eram políticos, o que não destoava da tradição da época. Muitos deles eram republicanos e sensíveis ao “bando de ideais novas” (Silvio Romero) do darwinismo, positivismo, materialismo, que aportavam na antiga capital do Brasil colonial.

A Escola Tropicalista de Medicina encontrou amparo ideológico e metodológico na recepção positivista no Brasil por parte de Romero e sua tentativa de ruptura de um estado vinculado à religião, por meio do que ficou denominado de “bando de ideias novas”. A necessidade de um levantamento empírico da realidade social, diagnosticando doenças regionais, distúrbios mentais supostamente associados à raça, questões coléricas e higiênicas, bem como a necessidade de vacinação, proporcionaram um diferencial que singularizou a Bahia perante outras escolas no Brasil. Entre seus formandos, temos Afrânio Peixoto, Homero Pires, Oscar Freire, Arthur Ramos e Flaminio Favero, além dos sergipanos Felisbello Freire, o primeiro governador de Sergipe pós-império e considerado um pensador republicano da primeira geração.

O grande mérito da FAMEB/ETB foi o trabalho empírico realizado por professores e alunos, decorrente de uma necessidade gerada pelo descompasso entre a literatura médica e doenças que permeavam, de fato, na realidade da população baiana. Esse método, embora já praticado pela ETB, ganhou sistematização e passou a caracterizar a escola, principalmente a partir das pesquisas de Nina Rodrigues, quando esse discutiu a responsabilidade penal de etnias consideradas culturalmente inferiores.

A professora Eugênia Andrade Vieira da Silva (2004) lembra que, na Faculdade de Medicina da Bahia, sempre houve um grande debate racial e, maior era a preocupação quanto

à questão do método. Ela sugeriu, ainda, que seus estudantes incorporaram essa correlação entre debate racial e metodologia empírica a partir de investigações nas populações periféricas da Bahia e, que esses alunos tendiam a levar essa correlação em suas reflexões, no trato dos problemas sociais brasileiros (SILVA, 2004).

Não por acaso, o republicano de primeira geração e primeiro governador do Estado de Sergipe, Felisbelo Firmo de Oliveira Freire (1858-1916), estudante graduado na Bahia, parece ter seguido essas orientações em suas pesquisas sobre a história de Sergipe. Além dele, os intelectuais sergipanos Garcia Moreno e Felte Bezerra demonstram evidências de tais incorporações temáticas e metodológicas, prova disso é que o médico psiquiatra e o odontólogo, graduados na FAMEB, de volta à sua cidade natal já em 1939, estavam desenvolvendo incursões etnográficas aos terreiros de Laranjeiras, refletindo sobre o tema étnico e ajudando a consolidar o folclore/antropologia. Mas, voltemo-nos a tratar de Felisbelo Freire e sua importância ao recepcionar as ideias advindas de Romero no Recife, em especial a relação entre homem e paisagem, tema posteriormente consagrado por Euclides da Cunha em *Os sertões*.

Felisbelo Freire foi aluno do curso de medicina da FAMEB e graduou-se em 1882. Intelectual engajado com a causa republicana, Freire acusou o Império pelo atraso brasileiro. Com o advento republicano no Brasil em 1889, tornou-se ministro dos Negócios Estrangeiros no Governo de Floriano Peixoto e assumiu como primeiro Governador no Estado de Sergipe. Do ponto de vista intelectual, o sergipano compartilhou angústias e preocupações científicas que foram propostas pelo conterrâneo Silvio Romero, procurando romper com o catolicismo hegemônico, a monarquia e o romantismo literário.

Navegando nessa direção, Felisbelo Freire escreveu o livro *História de Sergipe* (1891). Ele começou pela discussão da terra, explicou território e clima, falou sobre a presença humana e enfatizou a relação paisagem e homem. *História de Sergipe* é um livro que se antecipa em quase uma década a outro grande clássico do pensamento social, denominado *Os sertões* (1902), desta feita, escrito por Euclides da Cunha. Ambos tinham em comum o republicanismo de primeira geração e o cientificismo paisagístico descritivo como elemento de compreensão da relação natureza e cultura.

A década de 70 do século XIX é considerada essencial para a formação de uma sociologia brasileira, pautada no direito e no evolucionismo. No final do século oitocentista, havia uma tríade dominante da *intelligentsia* brasileira composta por juristas, médicos e engenheiros, mas em especial, coube aos primeiros definir o Estado Moderno e interpretar as relações entre estrutura política e vida econômica. Nesse mesmo século, o surto findou por alavancar as relações entre positivismo e biologia.

Conforme observado pelo professor Antônio Candido (2006) o positivismo científico e o evolucionismo transformaram-se em obsessão. Como consequência dessa obsessão, atribuiu-se uma ênfase aos fatores naturais, especialmente à biologia, que, por meio da questão racial enfatizava as etapas históricas de povos e civilizações, por meio de estudos generalizantes em busca de grandes sínteses. Candido (2006) destacou ainda que o evolucionismo importado pelo Brasil não foi completo, ele foi adaptado às realidades locais, isso perpassava essencialmente a possibilidade de ter de lidar com o passado escravocrata, assim como as possibilidades de desenvolvimento futuro com a mestiçagem e, conseqüentemente, com a presença de diferentes raças (CANDIDO, 2006).

Nos idos de 1870, configurou-se, no Brasil, uma preocupação na busca de atingir uma modernidade, científico e intelectual, capaz de romper com o pensamento religioso e a ancestralidade portuguesa, que se mostrava economicamente falida. Os intelectuais desse período investiram com afincio no que seria a essência do “povo brasileiro”.

A professora Lilia Schwarcz (1993, p. 208) observou que

O problema negro no Brasil (Rodrigues, 1933/88:1) passava, de fato, a ser entendido como uma questão científica. É famosa a citação de Silvio Romero, presente logo na abertura do livro de Nina Rodrigues, *Africanos no Brasil*, e na qual o polêmico jurista da Escola de Recife afirmava:

[...] Quando vemos homens como Bleck refugiarem-se dezenas e dezenas de anos nos centros da África somente para estudar uma língua e colligir uns MITOS, nós que temos o material em casa, que temos a África em nossas COZINHAS, a América em nossas SELVAS e a Europa em nossos SALÕES, nada havemos produzido nesse sentido! É uma desgraça... O negro não é só uma máquina econômica; ele é antes de tudo, e malgrado a sua ignorância, um objeto de sciencia (Romero, *in* Rodrigues, 1933/88: XV).

A citação de Silvio Romero resumia as perspectivas de Nina Rodrigues, que pretendia fazer nesse livro um grande inventário das populações negras residentes no país, para que se pudessem perceber diferenças e hierarquias entre os próprios grupos negros africanos [...].

Em busca de uma origem étnica do povo brasileiro, despontaram obras pioneiras de uma sociologia no Brasil, como: *Escravidão no Brasil* de Brandão Júnior, (1865), *Etnologia Selvagem e Etnografia brasileira*, ambas escritas por Silvio Romero. Esse caminho vinha sendo trilhado também no IHGB, desde Capistrano de Abreu, e foi norteador de importantes ideias desenvolvidas por Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906).

Nina Rodrigues foi um médico maranhense, professor de medicina legal na FAMEB, considerado pioneiro nos estudos em antropologia física no Brasil e um dos principais representantes do racismo científico nessa nação. Filho de Francisco Solano Rodrigues e Luiza

Rosa Solano Rodrigues, casal de judeus sefarditas migrados para o Maranhão tentando escapar das perseguições político-religiosas da Península Ibérica (MAIO, 1995). Rodrigues ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia em 1882, em 1885 transferiu-se para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e depois regressou para a Bahia, onde realizou estágio na Santa Casa de Misericórdia, instituição bastante atrelada à ETB.

Em 1886, voltou ao Rio de Janeiro para concluir o curso de graduação e elaborou sua tese de doutorado, sobre três casos de paralisia progressiva cujo título era *Das Amiotrofias de Origem Periférica*, defendida no final de 1887” (MAIO, 1995, p. 229).

Reconhecido por ter elevado a medicina legal ao patamar de especialidade e disciplina científica, Rodrigues foi responsável pela criação de uma linha de pensamento denominada “Escola Nina Rodrigues”. Denominação datada da década de 30, esse nome derivou do reconhecimento atribuído por essa geração aos trabalhos de pesquisa de campo realizados por Rodrigues na Bahia (MAIO, 1995). Conforme observado pela professora Lilia Schwarcz (1993), havia um fio condutor que unia o médico maranhense Nina Rodrigues ao jurista sergipano, Silvio Romero.

Ambos viveram em uma sociedade etnocêntrica, positivista e estiveram preocupados com a questão étnico-racial. O médico maranhense radicado na Bahia, pesquisou empiricamente os terreiros e a periferia baiana, investigando diferenças culturais de grupos étnicos considerados inferiores e, em face da elaboração de uma primeira constituição republicana, argumentou sobre a menoridade desses grupos étnicos e defendeu a legalização das diferenças jurídicas. Por sua vez, Romero percebeu na mestiçagem um elemento degenerativo, observando que o extermínio indígena e o fim de tráfico negreiro levariam, inevitavelmente, a uma predominância do elemento branco (SCHWARCZ, 1993).

As explicações teóricas de Rodrigues são pautadas pelos preceitos científicos do século XIX, especialmente no positivismo e evolucionismo que caracterizou a geração de 70, por isso estão presas a um limite temporal. São ideias etnocêntricas foram influenciadas pelo iluminismo de John Locke e, na crença da passagem da menoridade para a maioridade²⁷ (SCHELLING, 1991). Tomando esses ideais como ponto de partida Rodrigues fez várias incursões em terreiros na Bahia e comparou mitos africanos e brasileiros com o objetivo de debater o novo Código

²⁷ Lembremos que a antropologia começa com as grandes navegações do século XV para XVI. É quando o europeu se encontra com o *Outro*, seu primeiro impulso foi classifica-lo. Então no decorrer de séculos esse mesmo outro que era tido como um Selvagem, que vivia nu ou seminú nas selvas, na época do Iluminismo, passou a ser considerado alguém desprovido de razão, inocente e por isso precisava dos cuidados de um adulto civilizado. E finalmente com Rousseau, quando a Europa foi percebida pelas suas guerras, cóleras, epidemias, veio então o romantismo e percebe no outro alguém que tem o bom viver.

Penal (1891), instaurado a partir da Proclamação da República. O fruto dessas pesquisas e reflexões foi publicado em seu livro *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (1894).

Ao analisar as raças humanas e a responsabilidade penal de cada uma dessas, Rodrigues percebeu no não europeu o “leque de ausências”, entenda-se, um ser desprovido de idioma, religião, cultura. Diante de tal constatação, o médico e professor analisou o Código Penal de 1891 e, percebendo que negros e índios não eram portadores de maturidade, nem consciência jurídica, não poderiam, em si, carregar o livre arbítrio. Sendo coerente com sua postura iluminista “Nina Rodrigues considera que “a indolência de nossos mestiços é um legado de seus maiores”, e, é em Spencer que vai buscar explicação para isso: o menor desenvolvimento do cérebro e que explica sua fraqueza física” (LEITE, 2002, p. 285).

No livro *Os africanos no Brasil*, Rodrigues foi além e afirmou serem os mestiços amorais e impulsivos em virtude de sua herança genética. Esse tipo de pensamento era predominante entre intelectuais e na sociedade.

Também é preciso lembrar que Nina Rodrigues não estava isolado. O momento em que o médico escrevia e pesquisava era dado a determinismos de toda ordem: raciais, biológicos e, até mesmo, sociais. E ainda, nesse contexto, a ciência era entendida quase como uma missão, tal a maneira que se vinculava ao Estado, ou melhor, ao que considerava ser as necessidades prementes do Estado. E Nina Rodrigues adotaria o darwinismo social de forma bastante radical, opondo-se ao evolucionismo e selecionando a criminologia italiana de Lombroso como modelo de análise. Diferente de seus colegas, da Escola de Recife – especialmente Silvio Romero –, Nina Rodrigues negou o suposto evolucionista da “perfectibilidade”, ou seja, a noção de que a evolução era comum a toda a humanidade. Além do mais, ao conferir às raças humanas o estatuto de realidades estanques e ontológicas, passou a advogar que toda mistura de espécies era sinônimo de degradação e perversão.

Com sua posição extremada e pessimista, até para a própria época, Nina Rodrigues confrontou diretamente os colegas do Direito, responsáveis nesse período pela conformação do Código Penal, de 1894. Segundo ele, o Direito – nomeadamente o jusnaturalismo – apostava em concepções “ultrapassadas” (como a igualdade e o livre-arbítrio), que, segundo o médico, levariam ao obscurantismo. Acreditava que só os médicos teriam o controle sobre tais corpos doentes, porque mestiçados, e que, ao invés de investir na concepção de “igualdade”, era preciso reconhecer a “diferença” existente entre os homens. Isto é, apostar na concepção “moderna” da relatividade do crime e sua imputabilidade: certas raças seriam responsáveis; outras parcialmente; outras não. (SCHWARCZ, 2006/2007, p. 883-884).

O médico natural do Maranhão teve o mérito de ser pioneiro em observar *in loco* os terreiros de Salvador, estudou e transcreveu línguas africanas, artes, músicas, danças, lendas,

folclore e festas religiosas, que eram contados pelos negros na Bahia e fez comparações dessas lendas com outras coletadas na África.

O método aplicado por Nina Rodrigues foi destacado e reconhecido pela geração de 30, que passou a denominar aquela linha de pensamento pela alcunha de “Escola Nina Rodrigues”, dado as suas inovações metodológicas e suas técnicas de observação, o professor, médico e pesquisador conseguiu admiração pessoal entre seus ex-alunos, entre eles, estavam Afrânio Peixoto, Homero Pires, Oscar Freire e, de modo indireto, Arthur Ramos e Flaminio Favero que, inspirados pelo professor Nina Rodrigues findaram por caracterizar a Faculdade de Medicina da Bahia, pelo método empírico (LEITE, 2002), em um tempo em que as pesquisas ainda estavam presas a um caráter mais literário ou filosófico, lembremo-nos, por exemplo, que *A América Latina: males de origem* (1905) obra escrita por Manuel Bomfim, fugia de um paradigma eurocêntrico, culpando o atraso dos povos latinos dado ao parasitismo europeu. A obra, apesar de sua coerência, foi acusada de não apresentar fundamentos empíricos e, por isso, caiu no esquecimento, só sendo retomada depois de quase 70 anos.

Do ponto de vista interpretativo

Procurando relativizar o determinismo biológico do médico maranhense num período em que prevalecia o interesse pelas investigações sobre as “sobrevivências” africanas e a concepção de aculturação, Arthur Ramos afirma que: “*se, nos trabalhos de Nina Rodrigues, substituímos os termos raça por cultura, e mestiçamento por aculturação, pôr exemplo, as suas concepções adquirem completa e perfeita atualidade*” (MAIO, 1995, p. 235).

Conforme observado na passagem anterior, Nina Rodrigues esteve influenciado pelo positivismo. Some-se a ele as pesquisas de Capistrano de Abreu no IHGB e Silvio Romero no Recife, esses nomes formaram uma tríade de pensadores dedicados a refletir sobre uma ancestralidade do povo brasileiro. Rodrigues esteve preso ao determinismo racial de seu tempo, embora tenha avançado nas formulações metodológicas de campo na FAMEB e no conjunto de análises que ganharam reconhecimento, conclamadas pela geração de 1930, o referido médico, em sua análise sobre o Código Penal (1894), afirmou, “serem os mestiços amorais e impulsivos, em virtude de herança genética, e viu o resgate étnico do país na imigração maciça” (LÓPEZ, 1995, p. 68). Em linhas gerais, o traço metodológico de Nina Rodrigues marcou a FAMEB e abriu portas para que alunos dessa faculdade se interessassem por temas que uniam religião e medicina, investigando sobre a relação entre transe e possessão, como fez Garcia Moreno e Felte Bezerra nos terreiros de Laranjeiras em Sergipe.

2.2 Escola do Recife

Em agosto de 1926, é celebrada a criação de dois centros dedicados aos estudos do Direito no território brasileiro, sendo um ao norte e outro ao sul. Essa decisão foi posteriormente ratificada através da lei de 11 de agosto de 1827, sendo um dedicado às populações do Norte, localizado na cidade de Olinda, posteriormente transferido para o Recife no ano de 1854. O outro curso localizou-se na cidade de São Paulo e tinha com o objetivo atender as populações da região sul.

Conforme descrito pelo professor Hélio Jaguaribe,

Junto ao positivismo e ao catolicismo, a ER foi um dos três únicos exemplos de um movimento intelectual brasileiro que, além de formar escola perdurou além de seus fundadores. Gilberto Freire (1971, p.132) enseja que a Escola do Recife foi um movimento teuto-recifense de renovação cultural dominada pela figura carismática de Tobias Barreto (JAGUARIBE apud BARBOSA, 2010, p. 15)

Em Olinda, os cursos funcionavam de modo muito precário e incipiente. Durante o tempo de instalação e consolidação, os cursos ficaram marcados também pelas dificuldades encontradas nos seus primeiros anos de atividades. Entre as principais dificuldades, configuravam-se: escassez de educadores e carência de uma equipe com intelectual qualificada (SCHWARCZ, 1993). Esses cursos foram relevantes por se transformarem muito rapidamente em *locus* de produção intelectual de elites rurais e dominantes e, embora as profissões gozassem de pouco prestígio, esses cursos foram fundamentais para a formação de homens que atuaram na política enquanto deputados, senadores, governadores e ministros ao longo do Império.

No plano das ideias, São Paulo e Olinda adotaram perspectivas teóricas distintas. Enquanto a primeira se viu mais influenciada pelo modelo liberal, a faculdade de direito do Recife já se alinhava mais com o problema racial, adotando como referência o darwinismo e o evolucionismo como modelo analítico. Como observado por Schwarcz (1993), o curso de Direito de Olinda encontrava-se essencialmente inspirado em modelos portugueses.

Em Olinda, tudo se assemelhava a metrópole portuguesa que se buscava combater. A estrutura do curso era idêntica à da escola de Coimbra assim, como os hábitos, já que em pleno verão “era comum ver-se acadêmicos usando chapéu alto, fraque e sobrecasaca preta”. (RAFDR apud SCHWARCZ, 1993, p. 144).

O curso de direito funcionou na cidade de Olinda ao longo de 22 anos, mas no ano de 1854, veio enfim a mudança para a cidade do Recife. Aí se deu não só uma mudança geográfica, mas acima de tudo uma guinada conceitual e produtiva, abandonando a pouca produção intelectual, o enraizamento de base religiosa e o jusnaturalismo católico, passando a ser orientado por uma verdadeira virada na produção intelectual.

Um dos principais responsáveis por influenciar a Escola do Recife rumo a uma produção laica foi o sergipano Tobias Barreto (1839-1889). Vale salientar ainda que um

estudo sobre a vida literária no século XIX, destaca que foi graças à figura singular de Tobias Barreto e ao *grupo de jovens pensadores que o genial sergipano conseguiu reunir em torno de suas “idéias novas”*, que a cidade e a faculdade do Recife alcançaram uma *significação extraordinária na distribuição ecológica de nossa vida intelectual. Na história intelectual do país, a cidade e a faculdade estão imortalizadas na realidade e na legenda da ER.* (MACHADO NETO *apud* BARBOSA, 2010, p. 17)

Ainda sobre esse período, nos idos de 1870, o Brasil assistiu a uma virada epistemológica no sentido de uma secularização. Nesse momento, o poeta, filósofo, crítico e jurista sergipano Tobias Barreto (1839-1889) passou a defender maior ênfase ao pensamento e à cultura alemã, em detrimento da cultura francesa, predominante no Império situado no Rio de Janeiro. Polêmico, Tobias Barreto atentou contra os defensores do positivismo quando afirmou que “os pensadores alemães, em quase todos os domínios da inteligência, andam dez anos, pelo menos, adiante dos franceses” (BARRETO, 2000, p. 19). A proposta de Tobias Barreto penetrou a Escola do Recife (ER) por meio do culturalismo jurídico alemão, caracterizando, assim, um “estilo de pensamento” que deu feição àquela escola.

Tobias Barreto era um intelectual polêmico e sua opção pelo germanismo não foi por acaso. Em 1867, Tobias Barreto se submeteu, por meio de concurso, à vaga de professor de Filosofia no Ginásio Pernambucano; foi classificado, mas não foi convocado para a vaga. Por ser mestiço, se achava discriminado devido à cor da pele. Logo, seria uma enorme contradição a Tobias Barreto partilhar de ideias positivistas, evolucionistas e racistas. Então, em 1870, ele decide estudar alemão por conta própria, exercendo seu autodidatismo. Ele pretendia reformular um conjunto de ideias literárias, político e filosóficas. Barreto fundou, na cidade de Escada, próximo ao Recife, um jornal denominado *Deutscher Kämpfer* (Lutador Alemão) que teve pouca repercussão, pois quase ninguém, a não ser o mesmo, sabia ler naquele idioma.

O poeta, filósofo e jurista sergipano morreu em junho de 1889, poucos meses antes da Proclamação da República. Apesar de ter vivido uma vida relativamente curta, precisamente de 50 anos, Tobias Barreto foi de grande importância por combater discursos políticos e filosóficos em uma sociedade predominantemente racista²⁸, oligarca e conservadora, marcada por inúmeras revoltas e abolição da escravidão. Junto com Silvio Romero (1851-1914) atribuiu

²⁸ Apesar de sua luta contra o pensamento francês, em linhas gerais no pensamento social brasileiro, predominava os ideais de sugeridos por Comte, Spencer e Lombroso. Como consequência se produziu entre nós um pensamento sobre a identidade nacional onde predominava o racismo e os prejuízos da miscigenação racial, quase sempre enaltecendo uma visão pessimista sobre o Brasil.

à Escola do Recife um perfil de teor revolucionário quando se opuseram ao *status quo* da escolástica metafísica, e fez suscitar estudos de sociologia, política de forma séria, objetiva e que levou a Faculdades de Direito em Olinda a rivalizar ideologicamente com os hábitos afrancesados que permeavam o Império no Rio de Janeiro.

Ainda em 1870, Sílvio Romero escreve um prefácio para o livro de Barreto onde apresenta novos critérios de cientificidade advindos diretamente da Europa, a saber; o positivismo. Esse conjunto de ideias anunciadas por Romero ficou conhecido como *Bando de Ideias Novas*, e foi responsável por avançar na relação dialética homem-natureza. Esse prefácio avassalador provocou verdadeiro impacto na estrutura do curso em Recife, onde foram introduzidos novos processos de críticas à história literária, instrução do direito e da política. Para além da Escola do Recife, o texto impactou também ao romper com o catolicismo hegemônico e propor uma secularização; com o Império e sua ligação com Portugal, que se encontrava decadente e era tido como causa de nosso atraso enquanto nação e, finalmente, com o romantismo literário, dado a necessidade de aprofundamentos empíricos. Enfim, Romero conseguiu, com esse prefácio, constituir uma tríade de ilustres inimigos formados pelo catolicismo hegemônico, Império e romantismo literário.

Na avaliação do professor Antônio Candido (1959), foi na Faculdade de Direito do Recife, anteriormente pautada em princípios religiosos, que se deu uma virada epistemológica no pensamento social brasileiro. As antigas orientações foram abandonadas e passou-se a adotar o positivismo científico e o evolucionismo como linhas mestras do pensamento social, orientados, principalmente, por uma obsessão científica com ênfase nos fatores naturais, em especial com a preocupação biológica sobre a raça. Nessa linha de pensamento, seguiu-se, ainda, a busca pelo conhecimento e construção das etapas históricas, estudos generalizantes e elaboração de grandes sínteses.

Candido (1959) salientou que a fase compreendida entre 1870 e 1930 ficou marcada pela atuação de intelectuais não especializados, preocupados em formular princípios teóricos ou interpretar a sociedade brasileira de modo global. Conhecidos como a “geração de 1870”, esses intelectuais adentraram nos círculos científicos e foram amplamente recepcionados, especialmente “depois das leituras que Tobias Barreto fez dos filósofos alemães – Haeckel e Buckle – e da difusão de autores como Spencer, Darwin, Littré, Le Play, Le Bon e Gobineau, entre outros” (SCHWARZ, 1993, p. 148-149).

A Geração de 1870 requer uma definição à qual recorreremos à professora Ângela Alonso (2002). Ela sugere que essa geração é vista por alguns intelectuais com receptora de ideais científicos, positivistas, evolucionistas, darwinistas, bem como ao liberalismo político e

econômico no Brasil. Mas há, também, outro grupo que percebe na Geração de 70 os indícios de um pensamento social genuinamente brasileiro, argumentando que os intelectuais dessa geração se valeram especialmente da literatura e da filosofia social em busca de ideias que propiciem credibilidade e autonomia no campo.

Ainda de acordo com a professora Alonso (2002), um traço comum liga esses grupos a saber a condição de exclusão ou, o fato de não participarem politicamente do Império. Esse descontentamento levou os excluídos a se rebelarem por meio de instituições e academias civis e militares, que eclodiram em diversas manifestações ao longo do país.

As influências advindas da ER marcaram uma geração, se fez na passagem à República e se manteve de forma subliminar a partir das discussões entre pensadores das décadas de 30 e 40. Em sua tese de doutorado, o professor Ivan Barbosa (2010) utilizou o método sugerido pelo sociólogo Randall Collins (2004), buscando medir o alcance da influência dessa rede de sociabilidades denominada ER. Ele percebeu que a ER constituía uma rede de parceiros intelectuais e amigos que tinham em comum a Faculdade de Direito do Recife (FDR) mas que, entre esses atores sociais, não havia, necessariamente, uma unidade teórica que os interligasse.

Barreto e Romero são exemplos desse distanciamento teórico, enquanto o primeiro tomou o caminho do germanismo e influenciou a FDR nesse sentido, Romero trilhou um percurso positivista afrancesado, valendo-se do determinismo biológico. Ambos conviveram na FDR sem nenhum atrito pois, conforme observado pelo professor Barbosa (2010) recaía sobre Tobias Barreto uma diferenciação que o colocava como herói simbólico perante os demais.

Para Barbosa (2010), o que mantinha a coesão em torno das relações do grupo eram as indicações, os prefácios, as trocas de elogios etc. Perceba que o comportamento de Romero foi bem diferente diante da crítica ao seu pensamento, apresentada no livro *América Latina males de origem* (1905) escrito por Bomfim. Sem pestanejar, no ano seguinte já estava disponível, um livro relativamente volumoso com 361 páginas, assim denominado, *A América Latina: analyse do livro de igual título do Dr. M. Bomfim*²⁹(1906), por meio do qual Romero se dedica a responder às críticas que recebeu do intelectual e conterrâneo Manoel Bomfim.

Como se vê, Tobias Barreto foi fundamental para a renovação do pensamento jurídico, introduzindo o germanismo. Sua liderança na FDR e na ER manteve um grupo unido não por afinidades teóricas, mas por ritos acadêmicos em prefácios e elogios etc. Prova disso foi a adesão e participação do também contemporâneo Silvio Romero, pensador que esteve

²⁹ Cf. ROMERO, S. *A América Latina: analyse do livro de igual título do Dr. M. Bomfim*. Porto: Chardron, 1906. Disponível em: < <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/25976> > acessado em 22 de abril de 2022.

influenciado pelo positivismo e pelo determinismo biológico, mas que é reconhecido pelo seu investimento nas pesquisas sobre a cultura e o folclore como elementos definidores de um povo e de uma nação.

Em linhas gerais, esses autores ganharam prestígio e suas teorias se mantiveram enquanto paradigmas, pois tinham respaldo de orientações científicas oriundas da Europa. Essa geração foi responsável por um pacote de ideias que perdurou até os idos de 1930, e resultou, entre outras coisas, na “teoria do branqueamento”, que findou estimulando a imigração européia para o Brasil (SCHWARCZ, 1993).

Dessa seção, pode-se perceber que o Brasil, ao longo do século XIX, vivenciou intensos conflitos sociais. O Império criou então o IHGB, onde uma *intelligentsia* buscou equacionar as agitações por meio de narrativas que incluíssem os desvalidos, pessoas que estavam à margem da história e, por isso, não se achavam pertencentes ao Brasil, os excluídos, daí as revoltas que marcaram o período imperial.

Essa experiência ficou restrita a uma realidade de uma elite no Rio de Janeiro e, por isso, não foi bem-sucedida. Na Bahia, a FAMEB percebeu o descompasso entre literatura científica e doenças encontradas na realidade daquela cidade. Criaram a GMBahia, onde discutiam as doenças de fato diagnosticadas e assim criaram a ETB, que ganhou tradição e reconhecimento a partir dos trabalhos e discussões de Nina Rodrigues. Por sua vez, a ETB ganhou respaldo na revolução epistêmica que se dava nos idos de 1870 na Faculdade do Recife, onde seguiu uma geração que propôs a recepção do positivismo, avanço no método, abandonando as deduções meramente reflexivas e investindo no trabalho empírico.

A Faculdade do Recife e a Faculdade de Medicina da Bahia, em certa medida, estavam vinculadas, se a primeira procurou romper com séculos de tradição religioso escolástico do ponto de vista racional, na outra, se pôs em prática, a empiria suscitada pelo positivismo. E, o médico Nina Rodrigues ao produzir seu livro *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (1894; 2011), escreveu capítulos como: “As raças humanas nos códigos penais brasileiros”; “O Brasil antropológico e étnico”; “A população brasileira no ponto de vista da psicologia criminal – Índios e negros”; [...]; “Os mestiços”, entre outros.

Os referidos capítulos revelam a tensão de um autor preso às ideias de seu tempo, paradigmas eurocêntricos, evolucionistas, mas, ao mesmo tempo, alguém que propõe uma revolução epistêmica, quando propõe uma antropologia étnica e relativiza a imputação penal de povos considerados inferiores. Essas ideias começam a influenciar a FAMEB e dada a estrutura como é feito *Casa grande e senzala* (1933), discutindo a contribuição étnica de cada grupo formativo do povo brasileiro, acreditamos que Rodrigues também pode ter influenciado

o pensamento de Freyre, mas, que esse omitiu o médico radicado na Bahia, dado o peso de seus pressupostos eurocêntricos racistas.

A preocupação com um Brasil étnico antropológico, o estudo da cultura popular e a contribuição de negros, indígenas e portugueses para a formação brasileira parece ter sido o fio condutor que uniu Romero, Rodrigues e Freyre e, por consequência, a FAMEB e a ER. Nossa intuição é que o jurista sergipano iniciou um percurso metodológico fundamental não apenas para a FAMEB, como, também, para a geração de folcloristas que transitaram entre as décadas de 1930 e 40, entre os quais Freyre, Cascudo e Bezerra.

Esses pesquisadores se valeram da ideia de Romero sobre as contribuições culturais para a formação do povo brasileiro, bem como do folclore como ferramenta metodológica para suas investigações. Portanto, Romero forneceu não apenas um aprimoramento metodológico para as instituições baianas, entenda-se FAMEB e ETB, como também elementos substanciais para o que veio constituir as pesquisas folclóricas entre os idos de 30 e 40, especialmente aquelas empreendidas por Bastide e Bezerra, que observavam os terreiros, o sincretismo religioso e se faziam valer do folclore como recurso metodológico.

As ideias de Romero transitaram o pensamento freyreano, que omitiu o nome do intelectual sergipano do século XIX, muito provavelmente por suas ideias estarem associadas a um determinismo racial. Apesar do sociólogo pernambucano inaugurar uma geração com um estilo de escrito ensaístico e uma mudança epistêmica que sugeria a troca do pessimismo da mestiçagem pelo otimismo intrínseco à miscigenação. Romero e Freyre apresentavam preocupações comuns como a: relação meio e homem; além dos tipos formativos do povo brasileiro. Além disso, ambos utilizaram o folclore como ferramenta metodológica-investigativa para tal fenômeno, como podemos perceber nas imagens a seguir de duas obras centrais desses autores.

FIGURAS 5 e 6: Imagens de obras de Silvio Romero e Gilberto Freyre

ÍNDICE	
Dedicatória.....	V
Prologo da 2ª edição.....	VII
Prologo da 1ª edição.....	IX
LIVRO I	
Factores da Litteratura Brasileira	
Capitulo I. — Trabalhos estrangeiros e nacionaes sobre a litteratura brasileira. Dixisão d'esta. Espirito geral d'este livro.....	1
Capitulo II. — Theorias da historia do Brasil.....	10
Capitulo III. — A philosophia da historia de Buckle e o atrazo do povo brasileiro.....	22
Capitulo IV. — O meio. Physiologia do brasileiro.....	42
Capitulo V. — A nação brasileira como grupo ethnographico e producto historico.....	51
Capitulo VI. — Raças que constituíram o povo brasileiro. — O mestiço.	57
Capitulo VII. — Tradições populares. Cantos e Contos anonymos. Alterações da lingua portugueza no Brasil.....	77
Capitulo VIII. — Relações economicas. As instituições politicas e sociais da Colonia, do Imperio e da Republica.....	94
Capitulo IX. — Psychologia nacional. Prejuizos de educação. Inilitação do estrangeiro.....	101

Sumário	
Um livro perene (Fernando Henrique Cardoso)	19
Prefácio à 1ª edição (Gilberto Freyre)	29
I Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida	64
II O indígena na formação da família brasileira	156
III O colonizador português: antecedentes e predisposições	264
IV O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro	366
V O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro (continuação)	498
Bibliografia	575
Apêndice 1 – Biobibliografia de Gilberto Freyre (Edson Nery da Fonseca)	643
Apêndice 2 – Edições de <i>Casa-grande & Senzala</i>	671
Índice remissivo	677
Índice onomástico	703

ROMERO, S. Factores da Litteratura Brasileira. In: *História da Litteratura Brasileira*

FREYRE, G. *Casa grande e Senzala*

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Nesta seção, pudemos nos ater a ER, sua criação e seus personagens. Enfatizamos, dada a sua influência sobre a geração de 1870, por meio do determinismo racial, da relação homem e natureza, do folclore como elemento investigativo das etnias formativas do povo brasileiro. Conforme observado nas imagens anteriores, extraída do índice/sumário dos dois maiores expoentes das gerações de “1870” e “1930”, respectivamente, percebemos que muitos dos debates sugeridos por Tobias Barreto, Silvio Romero e a ER continuaram a se perpetuar até meados do século XX.

De um lado Barreto, intelectual mestiço que, dada à sua condição racial e de itinerário pessoal, findou por optar pela recepção do germanismo, em clara oposição aos hábitos afrancesados da corte, sediada no Rio de Janeiro. Por outro, na mesma ER, Silvio Romero um pensador responsável pela incorporação de um positivismo e todos os dilemas raciais no Brasil. Barreto ficou reconhecido e consagrado na história do direito, da literatura e da sociologia brasileiras a partir das redes intelectuais (BARBOSA, 2010), que contaram a história desses campos, Romero sugeriu a fabula das três raças e o folclore como método. Enfim, a ER plantou elementos que se perpetuaram na história do pensamento social brasileiro até os idos da década de 1950.

2.3 IHGB e identidade nacional

A preocupação com a formação de uma nação brasileira começou a ser ensaiada no início do século XIX, com a vinda da família real para o Brasil em 1808. A vinda da realeza apontou carências e fez suscitar uma nova realidade social por meio da formação de um quadro burocrático administrativo composto por médicos, engenheiros e advogados, capazes de planejar e gerir o Estado. Nos idos de 1820, com Portugal abandonada à sorte, D. Joao VI decidiu regressar a sua terra natal em 26 de abril de 1821. No ano seguinte, em 1822 o Brasil tornou-se independente e iniciou o Primeiro Reinado que durou até 1831, quando se deu a abdicação de D. Pedro I e seu retorno a Portugal. Diante da menoridade de seu herdeiro, foi criado um governo regencial (1831-1840), que ficou marcado por diversos conflitos orientados por ideologias liberais. Como tentativa de conter as diversas insurreições que eclodiram no Brasil, em 1838 o governo regencial criou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Ao longo de todo o Império, o Brasil vivenciou fortes dilemas sociais, resquícios do período colonial e da forte associação entre Estado e Igreja Católica. Especificamente, no decorrer da década de 1830 o Brasil havia vivenciado intensos conflitos de caráter regional e turbulências que poderiam levar a uma fragmentação territorial. A criação do IHGB tinha por objetivo a elaboração de uma narrativa capaz de pacificar as diferentes elites regionais que tomavam forma política, através de disputas políticas entre regressistas, apelidados de Saquaremas e formadores do Partido Conservador, em oposição aos progressistas, chamados de “Luzia”. Responsáveis pelo Partido Liberal, que lutou pela antecipação da maioridade de D. Pedro II, como consequência de seu apoio, esse grupo findou por assumir o controle em grande parte dos gabinetes quando Pedro II assumiu o poder (ROSI, 2016).

Para pacificar tais revoltas e dado a impossibilidade de vencer as elites regionais, foi necessário construir uma narrativa, que fosse capaz de incorporar os revoltosos e sua relação com a nação. Como parte dessa política, voltada para pacificar revoltas e inibir a fragmentação territorial, foi criado em 1838, o IHGB, com a missão de coletar materiais e elaborar uma narrativa capaz de criar ideologicamente uma nação. De acordo com Godoy (2009, p. 70-71) o:

Conjunto de escritos encontrados, preservados e publicados sobre o patrocínio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838 num contexto de formação do estado nacional após o processo de Independência de 1822, e que teria possibilitado um passo importante no processo de institucionalização da pesquisa histórica no Brasil.

Em 1840, se deu a declaração da maioridade de D. Pedro II, que assumiu o governo do Brasil aos 14 anos de idade e encontrou um Brasil imerso em revoltas. Nesse mesmo ano, foi

realizado um concurso no IGHB, que teve como vencedor o naturalista alemão Karl Friedrich P. Von Martius (1794-1868). Seu papel junto ao IHGB era organizar, sistematizar toda carga documental daquela instituição e formular uma síntese interpretativa capaz de criar uma narrativa, genuinamente nacional, capaz de agregar os excluídos e pacificar as diferentes elites regionais. Von Martius, então, “funda o mito das três raças, que passou a ser usado para pensar a História do Brasil e a nacionalidade brasileira [...]” (COSTA, 2009, p. 98).

A criação do IHGB permitiu projetar um ideal de nação por meio da sistematização documental e do mito fundacional das três raças. Mas o paradoxo do IHGB foi refletir sobre a nação pensado apenas por uma especificidade da realidade do Rio de Janeiro, de uma elite situada na Rua do Ouvidor. Na avaliação de Guimarães (1988, p. 6)

A criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) vem apontar em direção à materialização deste empreendimento, que mantém profundas relações com a proposta ideológica em curso. [...].

E aqui tocamos em um ponto que nos parece central para a discussão da questão nacional no Brasil e do papel que a escrita da história desempenha neste processo: trata-se de precisar com clareza como esta historiografia definirá a Nação brasileira, dando-lhe uma identidade própria capaz de atuar tanto externa quanto internamente. No movimento de definir-se o Brasil, define-se também o "outro" em relação a esse Brasil. Num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da ideia de Nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa; muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. Nação, Estado e Coroa aparecem enquanto uma unidade no interior da discussão historiográfica relativa ao problema nacional.

Vale salientar que a categoria identidade como elemento norteador da história, geografia, biologia etc., possa refletir sobre um sentimento de pertencimento,

A *identidade* implica a produção de discursos portadores de signos de identificação. Nem sempre um grupo com uma cultura em comum percebe-se, denomina-se, reconhece-se ou é objeto de discursos identitários. A identidade estaria ligada, desta forma, à *representação* da cultura de um ou mais grupos humanos. Essa constatação leva o influente sociólogo contemporâneo, Manuel Castells (1996, p.26), a definir a identidade como um “processo de construção de significado com base em um atributo cultural ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado”. (MORENO, 2014, p. 08)

Nota-se, desde já, que a construção do projeto de uma nação pela via das narrativas do IHGB parecia fadado ao fracasso. Primeiro, porque estava muito atrelado a uma realidade específica da corte, às particularidades de uma elite, não representando seu principal objetivo, que seria incluir os revoltosos como parte de sua narrativa. Ademais, a tentativa de criar um

discurso nacional identitário parecia carregar consigo um problema que é intrínseco a tal categoria sociológica, a saber, a ideia de *pluralidade de interpretações e ações discursivas* (MORENO, 2014). Em termos práticos, é possível afirmar que a missão atribuída ao IHGB perpassava pela dicotomia de interesses entre a corte, e continuísmo do elo Brasil-Portugal, em oposição aos interesses dos liberais, apoiadores de Pedro II e da antecipação de sua maioridade política como elemento de ruptura do elo político entre colônia e metrópole (ROSI, 2016).

A construção de um ideal de nação brasileira estava influenciada por tendências europeias, mais especificamente, francesas e alemãs. Enquanto a corte se aproximava dos ideais franceses, trazendo missões intelectuais e ideias para o Brasil, o oposto se dava na ER, por meio da escolha dos ideais germânicos advindos de Tobias Barreto. A opção pelos ideais alemães tem razões muito óbvias para o intelectual sergipano Tobias Barreto. Ele tinha muito claro que, aceitar os hábitos afrancesados da corte significava acatar ao determinismo racial e, por consequência, acolher sua inferioridade enquanto mestiço. De modo claro e consciente ele rejeitou tais e ideais e projetou sobre a ER um ideal germânico que configurou uma tradição entre os alunos dessa instituição.

Afirmar que a Corte tinha hábitos afrancesados significa dizer que o Império brasileiro percebeu que o positivismo, em alta, viu nessa aproximação uma possibilidade de modernizar-se por meio da secularização, procurando romper com séculos de predomínio religioso. Como parte dessa estratégia de modernidade, o Império brasileiro elaborou uma Missão Artística Francesa, responsável por substituir um modelo educacional jesuítico e implementar uma educação laica. Essa experiência não foi bem-sucedida e, como consequência, assistiu-se ao retorno jesuítico educacional.

Enquanto isso, no IHGB, Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) sucedeu a Von Martius e avançou no trabalho historiográfico. Ele atribuiu um critério classificatório às obras e as distribuiu por crônicas históricas, eruditismo, obras modernas e historiadores episódicos (GODOY, 2009). O fio condutor dessa historiografia tradicional é a busca de forma local, procurando afirmar identidades regionais específicas, modelo perpetuado entre 1868 a 1920. Completando a tríade desse momento historiográfico veio, então, João Capistrano Honório de Abreu (1853-1927).

Capistrano de Abreu era natural de Maranguape, no Ceará. Estudou no Recife, onde viveu o entusiasmo da possibilidade de um avanço da secularização. Paralelamente, foi contemporâneo de um momento histórico quando o romantismo teria adotado o índio como protagonista da história. Para o romantismo, era preciso buscar um mito heroico, ponto de partida de uma ancestralidade, um mito fundador, capaz de atribuir um caráter nacional. Vale

lembrar que, na Europa, o romantismo adotou o cavaleiro medieval como símbolo dessa bravura, um personagem cheio de liberdade e amor à natureza. No Brasil, a ausência de um período medieval levou o romantismo a adotar, por essa analogia, o índio como elemento dessa representação.

Os autores românticos de então começaram a pesquisar sobre mitos, religiões e superstições, modo de conhecer esse personagem em sua dimensão real, não idealizada, compondo um mito da nacionalidade. Nesse ponto, assistiu-se por parte de Capistrano de Abreu, João Ribeiro (1860-1934), entre outros, um romantismo influenciado pelo historicismo alemão de Werner Sombart (1863-1941).

Como consequência dessas influências historiográficas, Capistrano de Abreu voltou-se para as pesquisas coloniais e se debruçou sobre o tema indígena em busca de um mito fundacional do povo brasileiro. Prova disso está em seu livro *Capítulos de história colonial*, onde apresenta capítulos como: “Antecedentes indígenas”; “Os descobridores”; “Primeiros conflitos”; “Franceses e espanhóis”; “Guerras flamengas”; “O sertão”, entre outros, produzindo uma obra ao mesmo tempo moderna e romântica, de modo a fornecer subsídios norteadores para obras para além de seu tempo e, que irão refletir sobre a nação. Ao se debruçar sobre o tema da nação, Capistrano se deparou inevitavelmente com a questão do atraso brasileiro. Ele, então, criticou duramente a colonização portuguesa, as classes dominantes no Brasil e percebeu que o problema do atraso brasileiro não está no povo e, sim, nas elites dominantes.

De certo modo, seu pensamento apresenta indícios explicativos que remetem ao culturalismo, que, dado às limitações de seu tempo, não houve como se aprofundar em sua reflexão naquele momento. Apesar dessa limitação, o pensamento de Capistrano e a sua análise sobre as elites dominantes fornecem pistas substanciais para uma linha de raciocínio desenvolvida posteriormente por Manoel Bomfim (1868-1932).

A rigor, o cerne do projeto do IHGB, capitaneado por Varnhagen e por outros historiadores, revelou-se comprometido pelo projeto político e ideológico de uma elite tradicional, monárquica, constitucional, centralizadora e político-administrativa. O distanciado de sua missão inicial, que seria a de agregar documentos historiográficos e criar uma narrativa inclusiva dos desvalidos, findou servindo ideologicamente a um determinado elitismo. Prova disso é que ao longo da década de 1880 não houve, nessa instituição, nenhum debate sobre o republicanismo, proclamado em 1889.

Além disso, contribuíram para um certo enfraquecimento do IHGB a permanência de diversas revoltas presentes no período imperial e o desgaste com a Guerra do Paraguai. Somando-se a esse cenário de guerras, revoltas e disputas ideológicas, na segunda metade do

século XIX a sociedade brasileira passou por profundas transições estruturais, a saber: a libertação dos escravos (1888), a Proclamação da República (1889), a primeira constituição republicana (1891), entre outras.

Paralelamente, em outros cantos do Brasil, se o IHGB não conseguia agregar com suas narrativas, na ER, motivados pelos novos debates metodológicos, as elites regionais perceberam a necessidade de construir narrativas que atendessem seus propósitos. Então, a 28 de janeiro de 1862, foi criado o Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP), cujo cerne de sua narrativa consistia em alegar que o embrião do Brasil estava na região Nordeste e o marco dessa criação se deu a partir da expulsão dos holandeses de Pernambuco.

Essas intrigas ressurgiram com a Proclamação da República, período quando Pernambuco se viu diante da perda de espaços políticos no âmbito nacional. Então os intelectuais locais, capitaneados por Gilberto Freyre na década de 1920, buscaram enfatizar um sertão idealizado pelo imaginário medieval, meio do regionalismo, que buscava entender o Brasil partindo do passado colonial período no qual Pernambuco gozava de prestígio político.

São Paulo respondeu criando, também, seu mito fundacional, recorrendo ao bandeirantismo como figura desbravadora do interior, no sentido oeste da nação, anunciando São Paulo como a “locomotiva do país”, por meio do qual foi possível a interiorização do Brasil, trilhando em direção a Minas Gerais e Goiás. Essa empreitada foi patrocinada pelos barões do café, visivelmente interessados em um projeto de modernização industrial da cidade.

Esse grupo, avalista dessa política, cercou-se de uma conjuntura por meio da qual assumiu o controle econômico e político, alternando-se no executivo com Minas Gerais na chamada “Política café-com-leite”. Essa hegemonia durou até os idos de 1930, quando veio a Revolução de 30 e eles perceberam que lhes faltavam uma *intelligentsia* qualificada para não apenas assumir o controle, mas, manter a locomotiva ativa, à frente, guiando a nação. Tentando equacionar tal situação, eles decidiram pela importação de missões intelectuais estrangeiras e pela criação de faculdades com vistas a formar essa *intelligentsia*.

Em Sergipe, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe IHGSE é criado em 1912, idealizado por um grupo de pensadores interessados em criar uma sociedade que reunisse uma intelectualidade guardiã do patrimônio cultural do referido Estado. Sob o comando do sociólogo Florentino Teles de Menezes (1884-1959) aconteceu uma primeira reunião em 6 de agosto de 1912, cujo objetivo foi criar a referida instituição. Para tal encontro, foram convidadas quarenta pessoas, mas só estiveram presentes vinte e duas dessas, que compartilham com Florentino Menezes, o desejo de constituir uma associação científica em território sergipano,

por meio do qual seriam evidenciados notáveis pensadores sergipanos como Tobias Barreto, Sílvio Romero e Fausto Cardoso.

O IHGSE foi reconhecido oficialmente por meio da Lei Estadual n. 694, de 9 de novembro de 1915 (FREITAS, 2000; FREITAS, 2002; DANTAS, 2012). Temas como limites entre Sergipe e Bahia, a mudança da capital e as revoltas no cenário político eram recorrentes nas publicações da Revista do IHGSE. De acordo com o professor Ibarê (2020) nos idos de 1920 se deu uma contenda ferrenha entre Francisco de Carvalho Lima Junior e Ivo do Prado, representantes dos interesses sergipanos e, do outro lado, Braz do Amaral, responsável pelos argumentos territoriais baianos. Ainda de acordo com a entrevista do professor Ibarê, ao final do debate, os representantes do IHGSE provaram que o território em questão era de fato sergipano, mas ao final, a bancada baiana, junto ao Governo Federal, em maior número, fez prevalecer os interesses políticos em detrimento do debate intelectual.

Felte Bezerra é um herdeiro dessa tradição e desse debate acerca dos limites territoriais. Ele publicou diversos artigos na *Revista do IHGSE* entre as décadas de 40 e 50, entre 1949-1951 assumiu a instituição como 1º vice-presidente em uma chapa que tinha João Batista Perez Garcia Moreno como Presidente eleito para o IHGSE. Na sequência, Bezerra assumiu como presidente da instituição entre os anos de 1951-1953.

Neste capítulo, discutimos a atuação de “três” instituições fundamentais, seus personagens e tentáculos atuantes para a consolidação do pensamento social brasileiro, e, também, as instituições baianas, incluídas a FAMEB, ETB e a GMBahia, a necessidade empírica e a atuação de Nina Rodrigues, pensador que consolidou uma tradição que encontrou respaldo nos discursos advindo de Sílvio Romero na ER, por meio do rompimento com o pensamento religioso e recepção do positivismo no Brasil. Vimos, ainda, como Tobias Barreto optou pelo germanismo em clara oposição aos hábitos afrancesados da corte.

Por fim, discorreremos sobre a criação do IHGB e sua necessidade de firmar uma narrativa conciliadora, lamentavelmente, não muito bem sucedida. Precebemos que o IHGB findou servindo aos interesses de uma elite específica no Rio de Janeiro e que, apesar de não ter cumprido sua missão principal, ela fincou organizando documentos, propondo hipóteses que oreintaram gerações futuras como Romero e Bomfim. Mais que isso, o IHGB despertou nas elites regionais a necessidade de discursos acerca de suas necessidades específicas, decorrendo, daí, a criação do IAHGP e o mito da fundação do Brasil pela expulsão dos holandeses de Pernambuco, que teve como resposta paulista pelo mito do bandeirantismo como elemento de desbravamento do interior rumo ao oeste, para Minas e Goiás, conclamando São Paulo como a “locomotiva do país”.

3 O DILEMA DE UMA NAÇÃO

Nesta seção, veremos como o conjunto de ideias sugerido por Romero ajudou na consolidação da geração de 1870. Perceberemos que, algumas de suas indicações, tais como a relação entre meio natural e adaptação antropológica estiveram presentes nas obras de pensadores republicanos de primeira geração, como Felisbello Freire e Euclides da Cunha. Discutiremos a fabula das três raças como elemento formativo do povo brasileiro e o folclore como ferramenta metodológica empreendida para coletar informações culturais sobre cada uma dessas etnias.

As teses de Romero repercutiram de modo paradigmático entre os intelectuais de seu tempo, sendo recepcionada por muitos desses, mas contestadas, inicialmente, por abolicionistas, que não conseguiram repercutir tais críticas, dada a estrutura econômico-social escravocrata. Já no início do século seguinte, o também sergipano Manoel Bomfim propôs uma nova reflexão, por meio da qual o pensador argumentava que o atraso não apenas brasileiro, mas de toda América Latina, não se devia à mestiçagem e, sim, ao parasitismo ibérico de seus conquistadores. Essa reflexão foi acusada de ausência de testemunho empírico e relegada ao esquecimento até os idos de 1970, quando foi retomada pelos pesquisadores vinculados aos estudos culturais.

O determinismo racial de Romero sofreu uma nova crítica advinda de médicos e sanitaristas. Eles argumentavam que as doenças que acometiam os brasileiros não derivavam dos cruzamentos inter-raciais e, sim, das péssimas condições higiênicas encontradas no Brasil. Essas teses ganham projeção e visibilidade popular com a adesão de personagens literários como *Jeca Tatu* e *Macunaima*, personagens que perduraram como estereótipos de brasilidade por décadas. E, assim, o Brasil ensaiou uma modernidade estético-literária, capitaneada por pensadores paulistas, nos idos da década de 1920.

Essa modernidade não se propagou para o restante do país e a resposta que se teve foi uma reação regionalista. Esse movimento era predominantemente caracterizado por traços nordestinos com debates sobre seca, fome, pobreza e êxodo rural, à exceção era *Grande sertão veredas* ambientado no Rio Grande do Sul e *Jubiabá* escrito por Jorge Amado na Bahia, um Estado que não queria estar conectado aos temas da região norte, por isso, apresentou um regionalismo litorâneo, urbano, atrelado ao sincretismo religioso e com o protagonismo negro.

A obra em questão foi publicada no ano subsequente à *Casa grande e senzala*, em comum elas enalteciam a contribuição do negro para a cultura brasileira. Essa tese despertou a atenção de pesquisadores internacionais e impactou nomes como Donald Pierson e Roger Bastide, que vieram para a Bahia, testar as hipóteses aventadas pelo sociólogo pernambucano.

Enquanto isso, nesse mesmo tempo, os sergipanos Felte Bezerra e Garcia Moreno, que haviam estudado na FAMEB/ETB, estavam fazendo observações nos terreiros de Laranjeiras, no estado de Sergipe. Em outras palavras, as ideias de Freyre haviam interessado uma comunidade de cientistas, que passaram a querer testá-las empiricamente.

Paralelamente ao lançamento de *Casa Grande e senzala* no Nordeste, a elite paulista acusava o golpe da revolução de 30, percebendo o seu despreparo político para conduzir a nação. Então, esse grupo preocupou-se em fundar faculdades, com o intuito de formar uma *intelligentsia* capaz de ditar os rumos da modernidade do país. Para isso, foram importadas missões de intelectuais compostas por franceses, que vinham instruir no campo das humanidades, e, americanos advindos da Escola de Chicago, trazendo suas experiências no que tangem os conflitos urbanos. O primeiro grupo veio para os trópicos mais preocupado em construir carreiras pedagógicas, enquanto o outro, a exemplo de nomes como Pierson e Willems, já tinha passado pelo Brasil para testar hipóteses raciais e pesquisas de migrações, respectivamente.

Este capítulo se encerra com o debate acerca do projeto UNESCO, encomendado pela respectiva instituição e afinado com os ideais freyreanos. A pesquisa realizada em quatro cidades do Brasil, sendo elas Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, tinha por objetivo conhecer o bom convívio inter-racial no Brasil, como exemplo a ser seguido por outras nações no pós-guerra. Em linhas gerais, os pesquisadores fizeram observações afinadas com o projeto, a exceção se deu em São Paulo, onde o grupo de seus representantes, alegando os conflitos da sociedade capitalista, sinalizaram para as críticas relativas ao “mito da democracia racial”.

3.1 Romero e seus interlocutores

Esta seção nos remete ao contexto de uma sociologia supostamente denominada pré-científica, constituída pelo positivismo, evolucionismo e republicanismo que caracterizou a geração entre 1870-1930, decorrentes das propostas advindas da Escola do Recife. Desde já queremos fazer uma ressalva, acerca da expressão “pré-científica”. Comumente utilizada para um pensamento social compreendido entre 1860 e 1920, aproximadamente, essa expressão esteve associada a um período de crise durante o governo de D. Pedro II, duramente criticado pelos militares, decorrendo daí, a necessidade de explicações mais racionais, que resultaram em uma aproximação com o positivismo cientificista.

Influenciados por uma literatura estrangeira, especialmente pela obra *O homem delinquente*, escrita pelo psiquiatra, higienista e antropólogo italiano Cesare Lombroso (1835-1909). Os intelectuais da geração entre 1860 a 1920, incorporaram muito da reflexão proposta

pelo médico italiano, pautado pela biologia e pelo debate racial determinista como elemento característico dessa geração (BORGES, 1993). No Brasil, esse debate

coincidiu com o período final do Império (1880-1889), um momento radical nas ideias e política brasileiras quando o zelo do romantismo idealista estava sendo combinado com arrogância científica, fervor abolicionista, fanatismo republicano, a rebelião de uma geração jovem e um novo rancor anticlerical (BORGES, 1993, p. 48).

Esse paradigma, que relacionava atraso brasileiro com mistura racial, embora fosse eventualmente relativizado por pensadores como Bomfim, findou perdurando até meados da década de 1920 aproximadamente. Ainda conforme registrado por Borges (1993, p. 48), nas “décadas republicanas tardias de 1910 e 1920, os debates sobre a saúde nacional e a degeneração frequentemente implicavam a crítica da “corrupção moral” da política republicana”.

Esse foi o momento quando médicos sanitaristas passaram a criticar com maior veemência o modelo explicativo que relacionava atraso brasileiro à mistura racial. Em substituição a hipótese da mestiçagem, esses pensadores passaram a defender a ideia em que pese afirmar que as doenças que acometiam os brasileiros eram derivadas das condições econômico-sanitárias e, não estavam atreladas a um determinismo biológico.

O determinismo biológico foi um conjunto de ideias anunciadas por Silvio Romero. Sergipano natural de Lagarto, Romero concluiu o curso de Bacharelado em Direito na Faculdade do Recife (FDR) em 1873 e

iniciou sua atividade intelectual como jornalista e crítico literário no primeiro ano do curso, momento em que professou advogar abertamente a adesão ao positivismo de Augusto Comte e a alguns elementos da perspectiva evolucionista de Herbert Spencer (BARBOSA, 2018, p. 43-44).

Romero esteve imerso em parte dessa agenda que norteava o IHGB e proclamava a necessidade pela busca de elementos étnicos como formadores do povo brasileiro. Pautado nesse debate, Romero procurou estudar as contribuições culturais dos grupos formativos do povo brasileiro e o fez por meio do folclore.

Ainda conforme observado pelo professor Barbosa (2018, p. 49) “as primeiras análises sobre o fenômeno literário no Brasil dos novecentos, assentadas em presumidos critérios objetivos, contaram com a significativa contribuição da geração de 1870”. Romero foi influenciado pelo positivismo e pelo determinismo racial; com estas referências, ele partiu em busca de um objeto de fato sociológico e observou que, no Brasil,

A literatura romântica e a indianista eram efeitos de uma imitação e desmereciam o componente negro e mestiço no processo de inspiração de obras e fenômenos culturais que manifestavam a autenticidade da situação nacional. O que existia como realidade modeladora da “excentricidade” e singularidade do brasileiro não estava apenas no português, no índio ou no africano. Essa realidade, apreendida em função de fatores biossociológicos, era o mestiço. (BARBOSA, 2018, p. 50).

Silvio Romero, em sua crítica à literatura percebeu que, no Brasil as raças formativas do povo brasileiro não permaneceram puras, elas se miscigenaram racialmente. No seu texto *Introdução à história da literatura brasileira* (ROMERO, [1882]; 2002), Romero apresenta um roteiro constituído de capítulos que deixam explícito um grande salto epistêmico ao romper com século de pensamento religioso, por outro lado assistimos às amarrações teórica de seu tempo por meio do positivismo racial e do determinismo biológico, evidenciando na estrutura de seu pensamento e, em suas conclusões pessimistas sobre a relação entre mestiçagem e nação.

Romero recorreu à história como mecanismo de entendimento do presente e utilizou-se da relação meio e raça como elemento determinante de um tipo brasileiro. Influenciado por Lombroso e Gobineau, Romero condenou a mestiçagem como elemento responsável pelo atraso da nação. Na obra de Romero, é possível perceber influências de uma história evolucionista, uma geografia descritiva do meio e um determinismo biológico racial, elementos que compuseram o debate nos capítulos do referido livro, assim denominados: “teorias da história do Brasil”; “a filosofia da história de Buckle e o atraso do povo brasileiro”; “o meio”; “fisiologia do brasileiro”; “a nação brasileira como grupo etnográfico e produto histórico”; “raças que constituíram o povo brasileiro o mestiço”; “literatura e folclore”; “tradições populares cantos e contos anônimos alterações da língua portuguesa no Brasil”

A apresentação dos capítulos revela como Romero relacionava, em seu discurso, história, geografia e biologia para debater as contribuições etnológicas de “índios”, “negros” e “portugueses” e a composição do povo brasileiro. Uma inovação reflexiva que norteou o debate de toda uma geração e se manteve, mesmo sem menção ao seu autor, nos textos de Freyre e entre os pensadores de 34 e 40, que se voltaram para a história, o período colonial, procurando entender a contribuição cultural, a distribuição geográfica entre outros elementos que compuseram a nação brasileira.

Outra inovação advinda de Romero foi a sua metodologia, fazendo-se valer dos estudos sobre o folclore brasileiro como ferramenta de acesso à discussão etno-antropologia. A proposta de Romero era inovadora à medida em afastava do padrão civilizatório do branco e se afastava da hipervalorização idealizada pelo romantismo acerca do nativo, colocando o negro nessa

tríade formativa do povo brasileiro, elemento que, até então, não figurava nesse debate, sempre destinado ao papel do europeu civilizado e do nativo, cheio de amor à liberdade e a natureza, como “bom selvagem”. O folclore como elemento de pesquisa foi elemento decisivo para uma geração entre os quais destacamos Freyre, Cascudo e Bezerra, nomes que pesquisaram, participaram e lideraram comissões de folclore, debatendo sobre a contribuição étnica e formação do povo brasileiro.

Mas, Romero ganhou projeção, reconhecimento e encontrou interlocutores mesmo no seu tempo, quando Felisbello Freire, Euclides da Cunha, fizeram valer das correlações entre meio e raça em suas reflexões. As ideias de Romero sofreram críticas por parte de Bomfim, que deslocou o debate do campo determinista racial para debate culturalista, relacionando o atraso brasileiro ao parasitismo ibérico. Suas ideias foram acusadas pela ausência empírica, relegadas ao esquecimento e ao final prevaleceu o paradigma proposto por Romero.

Suas ideias ainda reverberavam na primeira metade do século XX, por meio de Gilberto Freyre, de modo velado e sem fazer menção a Romero, muito provavelmente por sua posição racista, o sociólogo pernambucano recorreu a intuições do pensador sergipano. As discussões sobre contribuições de índios, negros e portugueses na composição do povo brasileiro, a utilização do folclore como método, são bem similares à estrutura que é trabalhada por Freyre em diversas de suas obras. Ademais, a estruturação do texto de “Introdução à história da literatura brasileira”, presente no livro *Literatura, história e crítica*, escrito por Romero, analisando o Brasil colônia, império, brancos, negros e índios é muito similar ao que encontramos em *Casa grande e senzala*.

Também, nesse roteiro discursivo, tivemos o intelectual sergipano Felte Bezerra, pensador que segue as intuições culturalistas de Freyre, inclusive na composição do texto *Etnias sergipanas*. No referido livro, Bezerra discute sobre o povoamento, distribuição territorial de Sergipe e, depois, passa a analisar a contribuição étnico-cultural de brancos, negros e índios, seguindo os moldes de um debate iniciado por Silvio Romero. Diferentemente de Freyre, que fez questão de omitir o nome de Romero, o posicionamento de Bezerra foi mais nítido, tomando partido e criticando tanto Romero como Viana, autores racistas e proponentes de uma teoria do branqueamento do povo brasileiro, acusando-os de terem um pensamento ingênuo, inocente ou pretensamente preocupados em terem suas ideias incorporadas pelo Estado (BEZERRA, 1950).

Em linhas gerais, Romero pensou na colonização, no meio geográfico e na contribuição cultural de cada raça como mecanismo para debater a composição do povo brasileiro. A colonização, o meio geográfico e a contribuição cultural são debates presentes em, pelo menos, quatro grandes obras do pensamento social brasileiro. A primeira delas é *História de Sergipe*:

1575-1855, escrita pelo sergipano Felisbello Freire em 1891, onde o autor avalia as reflexões advindas de Romero, como na passagem a seguir, onde ele afirma;

[...] esta posição dúbia, que o ilustrado critico sergipano Sylvio Romero põe em saliência, mostrando que a substituição proposta pelo litterato portuguez do nome *Seytho-mongolicas* pelo de *raças turanianas*, não indica mais do que a convicção do litterato portuguez sobre a inanidade do *turanismo*, a impossibilidade de uma divisão symetrica das línguas, como diz Gaidoz, do mundo inteiro, em uma triada de famílias não se prestando a natureza a uma cathégorisação tão simples.

Deixando isto, porém, de lado, vejamos se a primitiva raça que colonizou o Brazil foi a raça *turaniana*, como quer Theophilo Braga. No Brazil, Sylvio Romero já refutou o *turanismo*, auxiliado pelos trabalhos de Meyer, Nott e Gliddon” (FREIRE, 1891, p. 14)

Pela referida citação, nota-se que Freire está preocupado em debater as ideias de Romero sobre raça e composição do povo brasileiro, para isso, ele se vale dos registros mineralógicos e arqueológicos. No capítulo seguinte, Freire abordou os “Elementos ethnicos do brasileiro. Sua physiologia e psychologia” “[sic]”, onde analisou os diferentes tipos físicos e o resultado do cruzamento desses. Ele seguiu apresentando os “Factores externos da civilização no Brazil” “[sic]”, e, a importância de estudos que relacionem homem e sua adaptação ao meio aparecem no capítulo intitulado “O Evolucionismo, a melhor teoria histórica”.

O determinismo do meio geográfico sobre a psicologia que distingue povos do Norte e Sul fica nítido na passagem assim descrita:

habitando uma zona mais fértil, sente a vida mais fácil e, por conseguinte, torna-se mias indolente, o que dificulta o espirito de iniciativa, a organização da indústria, o levantamento da descrença contra as classes dirigentes da política (FREIRE, 1891, p. 48).

Em seu livro, Felisbello Freire estabeleceu uma relação entre clima, adaptação, sistema nervoso e industrialização, que muito lembrou as quatro disposições propostas por Hipócrates, considerado o pai da medicina, e seguiu essa primeira parte discutindo sobre formação geológica e fauna. Os capítulos que se seguem são mais históricos, pelos quais o autor discorre sobre o tema da colonização. Igualmente comum a Romero, Freire se atenta especificamente à colonização em Sergipe, com ênfase à invasão e domínio holandês, tema que chamou a atenção de Câmara Cascudo, nos idos de 1940, quando publicou pela *Revista do IHGSE* em 1941. Esse foi um tema que o aproximou a Felte Bezerra, que também estudou sobre o povoamento de Sergipe e, inevitavelmente, recaiu sobre os estudos do domínio holandês por esse território.

História de Sergipe, de Felisbello Freire, seguiu os passos sugeridos por Silvio Romero e nessa mesma direção tivemos também o livro *Os sertões* (1902) escrito por Euclides da

Cunha. A obra narra a Guerra de Canudos e é escrita aos moldes do teatro grego, sendo dividida em três atos. Assim como Freire, Cunha era um republicano de primeira geração, que responsabilizava o Império pelo atraso brasileiro. Formado pela Escola Militar, uma instituição pautada nos altos estudos e voltadas especialmente para as ciências exatas, matemática, e formação para engenharia, Cunha fez parte de um grupo republicano com orientações muito próximas dos jacobinos.

Cunha filiou-se a um grupo político republicano e projetou-se a deputado, chegou a intervir dentro do Exército Brasileiro e participou do Ministério das Relações Exteriores, junto ao Barão de Rio Branco. Esse itinerário torna possível pensar que Euclides da Cunha tinha, de fato, a pretensão de tornar-se um grande líder republicano. Mas, com a chegada desse grupo ao poder, o intelectual se viu desiludido com as posturas políticas assumidas por seus correligionários, entre as quais, a prática de desterro, que consistia em enviar inimigos políticos para regiões desérticas bem distantes, no Amazonas, em Minas Gerais entre outros.

Influenciado pelo evolucionismo e defensor do processo civilizatório, Euclides da Cunha via a prática do desterro com muita tristeza, chegando mesmo se decepcionar com os republicanos, grupo ao qual ele estava vinculado. Sua decepção e rebeldia lhe custaram caro, então, mesmo pertencente ao alto escalão do exército Cunha foi enviado para trabalhar no interior de Minas Gerais, seguindo depois para as fronteiras do norte do Brasil. “Homem de ciência”, conhecedor de matemática e engenharia, sua função era mapear, descrever e publicar textos sobre lugares e zonas desérticas, até então pouco conhecidos, a exemplo da região amazônica, denominada “deserto verde”³⁰.

Cumprindo essa saga desbravadora, Cunha foi enviado para cobrir jornalisticamente a Guerra de Canudos. Sua chegada a Monte Santo virou sua cabeça às avessas, foi quando aquele “homem das letras e ciências” se defrontou empiricamente com um sertão vivo, colorido e totalmente oposto ao que tradicionalmente era anunciado pela literatura. Em meio a esse choque entre expectativa e realidade, se deu uma virada no pensamento euclidiano, dessa forma, foi produzido sua obra de referência, *Os sertões* (1902).

O livro está dividido como uma peça de teatro grego. O cenário, dado pelo sertão, o autor descreve a paisagem local nos seus mínimos detalhes. Na sequência, são apresentados os atores desse teatro, os atores sociais compostos por jagunços e sertanejos, por meio dos quais o

³⁰ A categoria *deserto* que se caracteriza pela ausência do Estado, delimitando um território marcado pela ausência de perspectivas, governo e leis fazendo prevalecer à lei do mais forte. O deserto é dado pelo abandono e esquecimento, a exemplo do “deserto da Amazônia” e “deserto do sertão baiano” esses territórios são tidos como sinônimos de esquecimento por parte do Estado e configuram como espaços de resistência frente ao processo civilizatório.

autor registra a presença humana. Por fim, temos a guerra, como o ato final do teatro grego, por meio da qual seu autor registra o confronto feroz pela disputa hegemônica do território. Em linhas gerais, pode-se dizer que Cunha seguiu à risca o cientificismo sugerido por Silvio Romero, descrevendo as paisagens naturais, analisando os tipos humanos e valorizando o elemento branco, representado pelo exército, perante os “jagunços”, fazendo prevalecer o cientificismo evolucionista que permeava a sua geração.

O pensamento euclidiano é marcado pelo cientificismo evolucionista e pelas contradições geradas por uma expectativa literária e empiria. Sua postura romântica é dúbia, apesar de enaltecer o branco e o exército, Cunha valoriza a figura do sertanejo como um herói nacional, denominando-o de jagunço. O livro está situado em um período de transição do século XIX para o XX e tem, ainda, o mérito de propor um Brasil diferente, dado pela contradição entre o litoral moderno e o sertão arcaico, esquecido pelo Estado e marcado pela lei dos mais fortes.

Freire e Cunha foram dois expoentes seguidores dos traços descritivos e relacionais entre meio e homem sugeridos por Romero. Em comum, o fato de serem também republicanos e de creditarem todas as mazelas da nação ao império brasileiro. Na sequência, veremos como as ideias de Romero se mantiveram mesmo entre os pensadores da década de 30.

O conjunto de ideias anunciadas por Silvio Romero transitou o século XX e foi acolhido por Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala* (1933), isso fica evidente pela distribuição dos capítulos na obra e a discussão acerca das contribuições étnico-culturais. Gilberto de Mello Freyre nasceu em Pernambucano, no Recife, e viveu entre 1900 e 1987; oriundo de uma família de classe média alta, seu pai, Alfredo Freyre, foi jurista e professor de Direito. Freyre viveu no casarão familiar denominado Solar de Apipucos, e estudou no Liceu Batista do Recife.

Ainda no Brasil, iniciou sua formação em Ciências Sociais e, em 1918, partiu para a Universidade Batista de Baylor, na cidade do Texas, nos Estados Unidos. Depois, prosseguiu seus estudos de pós-graduação na Columbia University, na cidade de Nova Iorque, onde foi aluno do físico e geógrafo alemão, criador do Difusionismo Cultural, Franz Boas. Em 1922, Freyre defendeu sua tese intitulada *Vida Social no Brasil em meados do século XIX*, na Universidade de Columbia.

Sua convivência com pesquisadores difusionistas lhes possibilitou relacionar a antropologia cultural junto à geografia e à psicologia, em clara oposição ao evolucionismo que era essencialmente atrelado à história. Apesar de não abandonar a história como elemento explicativo, no culturalismo ou também denominado “Escola Americana”, a história passa a não ser determinista e sim particularista de cada cultura. O pernambucano esteve imerso em um

circuito acadêmico boasiano, que contava com nomes como Margaret Mead e Ruth Benedict que dedicaram especial atenção a relação entre cultura e personalidade. Freyre por sua vez se dedicou mais à relação entre geografia e cultura, outro clássico do Difusionismo e desenvolveu uma tradição de estudos que relaciona o homem e sua adaptação aos trópicos, denominada *Tropicologia*.

De volta ao Brasil, Freyre viveu um período marcado pela transição de um pensamento pseudocientífico, permeado do kantianismo e a crença obsessiva da razão. Em 1933, o sociólogo pernambucano lança *Casa Grande e Senzala* onde se dá uma revolução metodológica ao utilizar os usos e costumes, expressões do cotidiano, receitas culinárias, álbuns de fotografia e epistêmica acerca de seus objetivos, colocando o negro no mesmo patamar do português. *Casa Grande e Senzala* é, portanto, parte fundamental virada na plasticidade cultural brasileira.

No referido livro, Freyre alertou para o papel do negro em uma postura quase idealizada. Mais uma vez, percebemos que o sociólogo pernambucano fez questão de omitir o intelectual e jurista sergipano Silvio Romero, que foi o primeiro a reclamar a necessidade de rever os estudos sobre o Brasil e colocar o negro enquanto força cultural e elemento constituidor da nação brasileira.

O tema da mistura racial que norteou o debate sociológico e os rumos da nação desde os tempos de Romero volta a ser debatido. A novidade, na década de 1930, é a substituição do termo *mestiçagem* e sua conotação pessimista pela expressão *miscigenação* e a conotação ufanista, que interessava ao projeto de Estado moderno, despertando ainda a atenção do capital estrangeiro e de intelectuais que queriam testar as hipóteses raciais sugeridas pelo sociólogo pernambucano.

Internamente, essas hipóteses estiveram em sincronia com interesses políticos nacionalistas, não só para atrair capital internacional, de modo a implementar uma modernidade, como também pela virada de chave pessimista, representado pela mestiçagem, para um sentimento ufanista nacionalista, fundamental para esse processo.

A substituição do termo *mestiçagem* pela expressão *miscigenação* revelou um Brasil que passou a ser visto pelo ideal de uma democracia racial. Esse ideal se contrapunha ao arianismo evolucionista vivido na Europa e o risco muito evidente de uma segunda guerra mundial. Nesse sentido, as ideias de Gilberto Freyre inauguraram um importante debate e forneceu elementos corroborativos para as hipóteses de Donald Pierson, Roger Bastide e do antropólogo Charles Wangle, entre outros.

Nesse período, Freyre publicou *Casa-Grande & Senzala* (1933), *Sobrados & Mucambos* (1936) e *Nordeste* (1937) demonstrando a força produtiva e o fôlego de seu

pensamento, lançando três obras em quatro anos, sendo duas delas bastante volumosas. A primeira, debate o Brasil Colônia e, a seguinte, o período imperial, por fim, já no final da década de 1950, Freyre publicou *Ordem & Progresso* (1959), de modo a compor sua trilogia, que cobre, respectivamente, a Colônia, o Império e a Primeira República.

Na década de 1920, no Brasil, emerge uma discussão acerca da modernidade. Para criar uma identidade nacional, era preciso buscar subsídios no passado, esquadrinhando elementos que possibilitassem construir uma narrativa nacional. Essa necessidade fica evidente quando comparamos os principais pensadores do período: Gilberto Freyre busca essa referência no passado colonial, período em que o Nordeste, e, mais especificamente, Salvador e Recife, desempenhavam um papel primordial na vida econômica e administrativa do Brasil.

Outro pensador fundamental nesse período foi Sérgio Buarque de Hollanda, autor de *Raízes do Brasil* (1936), ele refletiu sobre o estudo das oligarquias, buscando, no passado, elementos que permitissem compreender o presente. Sérgio Buarque refletiu sobre como as relações de cordialidade norteiam as decisões no âmbito público, constituindo uma tradição desde os tempos coloniais, atravessou o império e se manteve na república.

Por fim temos Caio Prado Junior, que completa uma tríade de pensadores clássicos na sociologia brasileira. Autor do livro *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), o referido intelectual recorreu ao período colonial para entender o atraso brasileiro. Assim sendo, ele buscou denunciar o arcaísmo devido à presença de latifúndios, principalmente no Nordeste.

Entre os idos de 30 e 40, a sociedade brasileira assistia a um movimento de industrialização, urbanização e consequente reestruturação familiar. Por sua vez, o pensamento de Freyre era marcado pelo conservadorismo, especialmente do passado heroico do Recife no período colonial. Ademais, Freyre é um relativista, sua metodologia combina elementos culturais e psicológicos e suas técnicas de coleta de informações são inovadoras derivadas de observações do cotidiano, através de cartas, diários, álbuns fotográficos, de modo anterior ao que veio a constituir a Escola dos Annales, balizada por Lucien Febvre e Marc Bloch.

A obra *Casa Grande & Senzala* tem um estilo de escrita ensaísta, o autor anuncia vários temas e elementos, que se estendem da família patriarcal, religiosidade popular, adaptação do homem aos trópicos etc., sem haver desfechos nem elementos conclusivos em nenhum desses. Dividido em cinco capítulos, o livro apresenta uma discussão desde a colonização portuguesa no Brasil; formação de uma sociedade agrária; contribuição cultural de índios, portugueses e negros.

A visão acerca da modernidade de Freyre e Caio Prado são bem distantes. O primeiro ressaltou a importância da atividade agrícola como elemento impulsionador de uma economia,

elemento demiurgo de uma estrutura social e entendeu a modernidade pela transformação do engenho em usina, bem como todas as consequências nas relações sociais de seus trabalhadores. Caio Prado assume um perfil mais sulista, motivado com as questões urbano-industriais da cidade de São Paulo, é totalmente contrário aos engenhos e latifúndios, chegando mesmo a compará-los com um feudo, argumentado sobre sua preocupação com o comércio externo.

Freyre foi acusado de uma análise com destaque para a agricultura pautada no trabalho escravo, sem se preocupar com debates internos à escravidão, como a violência sofrida pelos escravizados. Em sua defesa, Freyre afirmou que a violência na escravidão não era foco de sua análise, pois a considera como algo intrínseco a esse sistema, e lembra que essa era uma prática comum entre romanos, gregos, egípcios etc.

Nesse ponto, encontramos elementos que caracterizam o dualismo do pensamento freyreano. Apesar dele hipervalorizar a contribuição cultural do negro na cultura brasileira, Freyre reconhece a escravidão de índios e negros como um mal necessário à colonização do Brasil (VELOSO; MADEIRA, 1999); (KOSMINSKY; LÉPINE; PEIXOTO, 2003); (BASTOS, 2004). O pensador pernambucano lembra ainda que a colonização se deu pelo hibridismo dos primeiros portugueses que vieram para o Brasil, quase sem mulheres brancas e, se adaptaram as que aqui se encontravam. Esse cruzamento formativo foi acrescido com a contribuição do negro, que contribuiu decisivamente para a cultura brasileira, não só no plano econômico, mas, especialmente, na estrutura cultural.

No livro *Casa Grande & Senzala* enfatizou aspectos culturais e relatou que, na maioria das vezes, a educação primária dos filhos de senhor de engenho se dava pelo contato das amas de leite, escravas da casa-grande que cuidavam dos filhos de seus senhores, contando-lhes histórias, cantando músicas etc. Freyre relatou, ainda sobre o contato das sinhás com as escravas na Casa Grande e, dado ao ócio das primeiras, sobrava-lhes tempo para conversas, pelas quais as escravas transmitiam receitas e mandingas.

O ponto provavelmente mais enfático do livro é a questão do sexo. Para isso, em Freyre, há uma nítida distinção de concepção que se distancia da noção clássica grega, onde o corpo é realçado pela harmonia e perfeição, diferentemente dos trópicos, onde se enaltecem as partes que se apresentavam expostas. Em linhas gerais, percebe-se que o índio foi lembrado por suas características poligâmicas, tanto masculinas como femininas, o branco, por sua vez, é lembrado enquanto elemento facilitador da adaptação portuguesa aos trópicos, visto que o colonizador trazia essa herança cultural, fruto da “poligamia pelo contato com os mouros” (FREYRE, 2003, p. 168). O negro, assim como em outras partes do livro, ganhou maior evidência, sendo dedicado, a essa etnia, os dois últimos capítulos, denominados: “O escravo

negro na vida sexual e de família do brasileiro”; e, “O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro (continuação)”, respectivamente.

Acerca da adaptação à vida econômica, o autor lembra que os nativos não teriam se adaptado à vida sedentária no engenho e, por esse motivo teria resistido à escravidão. Os portugueses são grandes latifundiários, eles implementaram a irrigação, a lavoura e a criação de gado e tiveram a plasticidade adaptativa, tanto geográfica como familiar, além do mérito de deslocar africanos para um novo continente, indispensáveis para a lavoura. Em linhas gerais, Freyre trata a escravidão como um mal necessário ao Brasil, ele não adentra em questões como violência ou exploração, pois esses seriam temas redundantes à própria escravidão e, classifica o colonizador português como o menos cruel dos colonizadores.

Em nosso entendimento, Freyre seguiu as intuições de Romero e apresentou o negro por sua contribuição à cultura brasileira, mas, omitiu o nome do jurista sergipano dado a associação de suas ideias com o racismo. O sociólogo pernambucano também substituiu a ideia negativa de mestiçagem por um ideal ufanista de miscigenação, que despertou a atenção de pesquisadores estrangeiros e do capital internacional, sendo atraente, também, para o projeto de modernização do Estado, que vinha sendo implementado entre as décadas de 1930 e 1940.

Esse mesmo roteiro em busca de uma ancestralidade étnica do povo brasileiro, a partir da colonização, povoamento e territorialidade, analisando a contribuição de brancos, negros e índios está presente em *Etnias sergipanas* (1950), obra escrita por Felte Bezerra. Pensador sergipano, formado em odontologia na FAMEB, onde fora aluno de Artur Ramos e apresentou o método empírico de pesquisa. Em 1938, nas humanidades pela geografia e, em 1941, publicou seu primeiro texto sobre o tema étnico pela *Revista do IHGSE*. Anos mais tarde, em 1947, apresentou um trabalho sobre uma festa de xangô em Aracaju, sendo muito bem recepcionado pela subcomissão de folclore, fato que o motivou a procurar seu antigo professor, Artur Ramos, mas, sem sucesso.

Ramos, que já havia se transferido para o Rio de Janeiro e era muito requisitado, não atendeu ao chamado de seu ex-discípulo. Mas, Bezerra entrou em contato com o alemão Emílio Willems, lhe enviando o texto *O Xangô de Zeca*, que percebeu afinidades temáticas entre ele e o intelectual sergipano, decorrendo, daí, uma série de correspondências, publicadas no livro organizado pelas professoras Beatriz Gois Dantas e Verônica Nunes (2009). Nessas missivas, o sociólogo alemão sugeriu algumas reformas no texto, que Bezerra, lhe informou o interesse em publicá-lo na *Revista Sociologia* (ELSP). Mais que isso, Willems aceita orientá-lo na confecção de *Etnias sergipanas*.

Logo em seu primeiro capítulo, Willems percebeu a capacidade por parte de Bezerra e, sugestiona que ele produza o livro, pois já estaria em condições de fazê-lo sem sua ajuda, sendo publicado em 1950. Bezerra é um odontólogo de formação e um culturalista por convicção; essas combinações ficam muito evidentes no índice e discussões dos capítulos, por exemplo: “biotipologia brasileira”; “o caldeamento brasileiro” etc.

Essa linha tênue entre o paradigma estrutural e as ideias do autor fica evidente em *Etnias Sergipanas*. Por um lado, o professor Bezerra faz uso de descrições e expressões típicas da antropologia física, como “tipos caucasianos”, ou “braquicéfalos humanos”, deixando transparecer o peso do paradigma biológico. Entretanto, sua posição é nítida e fica evidente quando Felte Bezerra se contrapõe à sugestão de Willems de análises cranianas de filhos descendentes de casamentos inter-raciais, pois, ele sabia que esse método o levaria, inevitavelmente, a métodos evolucionistas dos quais ele se recusava a crer (DANTAS, B. 2020). Apesar disso, ele não deixou de fazê-las, analisando a estatura desses descendentes pelo universo econômico e a dieta familiar, concluindo pela perda da estatura, não pela degeneração da raça e, sim, pela baixa ingestão calórica (DANTAS, B. 2020).

Bezerra seguiu os moldes de Romero, que atravessou Freyre e apresentou a clássica discussão acerca das três etnias constituintes do povo brasileiro. *Etnias sergipanas* discute o “Panorama da colonização sergipana”; “O elemento europeu em Sergipe”, por meio de categorias como casamento, miscigenação, portugueses, franceses, holandeses etc. Segue analisando “O elemento africano em Sergipe” a partir da migração, mercado de negros, libertação dos escravos, alforria e mecanismos de urbanização do negro. Bezerra seguiu com o capítulo intitulado “O elemento indígena em Sergipe” onde apresentou o nativo desde os cronistas coloniais, perpassando a fuga indígena para o interior do Estado, e concluiu com “a reduzida influência ameríndia na formação do sergipano”.

No capítulo que dá o nome ao livro, “Etnias sergipanas”, Felte Bezerra adota como foco de discussão especial “a questão do branqueamento”, palavra bastante recorrente nos vários itens que compõe o referido capítulo. Bezerra concluiu com um balanço étnico apresentando um capítulo onde discutiu os casamentos inter-raciais. Suas teses são bastantes parecidas com as que são defendidas por Gilberto Freyre quando refletiu que “preconceito racial é ausente aqui no Brasil, mas presente nos Estados Unidos e em países europeus” (DANTAS, B. 2020).

A leitura do livro *Etnias sergipanas* nos leva a indagar de que maneira a obra *Etnias Sergipanas* se encaixa com o dilema racial no período pós-escravidão, no que tange à formação étnica do povo brasileiro nos anos 40 e 50. Vale lembrar que Bezerra, desde sua formação na Bahia, sempre esteve associado ao culturalismo, isso ficou evidente pela sistematização de seus

textos, opções tanto geográficas, acolhendo La Blache, como antropológicas, sendo um dos pioneiros a recepcionar as teses de Freyre.

Freyre e Bezerra tiveram realidades de formação bem distintas, o pernambucano estudou no sul dos Estados Unidos, onde a segregação racial é muito mais intensa. Por sua vez, Bezerra foi aluno da FAMEB, onde conviveu com uma tradição empírica de pesquisas em morros e periferias que moldaram suas pesquisas em Laranjeiras e em Aracaju. Por fim, Freyre fez questão de omitir o nome de Romero, enquanto Bezerra foi categórico, criticando nominalmente Silvio Romero e Oliveira Viana, acusando-os de produzir um pensamento preocupado com o reconhecimento e acolhimento por parte do Estado.

Nossa intuição é que o ponto comum que une Romero, Freyre e Bezerra era desenvolver uma sugestão segundo a qual a miscigenação era um elemento decisivo para o entendimento da sociedade brasileira. Considerando Romero como proponente dessa ideia, observamos que Freyre preferiu omitir essa influência, dado o rumo que ela desembocou, entenda-se, uma política de branqueamento. Bezerra, por sua vez, confluiu influências culturalistas de seu antigo mestre Artur Ramos, com as ideias que começavam a ser projetadas por Freyre. E, assim, adotou um posicionamento culturalista, criticando nominalmente ideias racistas de Romero e Viana. Em linhas gerais, tais ideias biológicas racistas já vinham sendo colocadas a teste por médicos e higienistas, que deslocavam o debate para o campo econômico e alertavam para as péssimas condições sanitárias a que estavam submetidos o povo brasileiro. Apesar de tais críticas, o referido modelo perdurou entre 1860 a 1930.

3.1.1 Críticas ao determinismo racial

As influências advindas da ER marcaram uma geração, e se mantiveram de forma subliminar, mesmo entre pensadores das décadas de 30 e 40. Em linhas gerais, os autores desse grupo impulsionaram um caldeirão político, ideológico, evidenciado pelo cientificismo e abandono de ideais religiosos. Dada essa tendência, ao longo da Primeira República, muitos dos pensadores brasileiros estiveram influenciados pelas ideias do filósofo francês Conde Gobineau (1816-1882), do geógrafo e etnólogo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904) e, além do zoólogo e geólogo suíço Louis Agassiz (1807-1873). Esse conjunto de ideias levou esses pensadores a um ideal de dominação branca, percebendo o Brasil pelas suas características tradicionais e agrárias, somando-se a isso, o fracasso dado à miscigenação racial ou da mestiçagem.

Acatar esse pacote ideológico significava aceitar que o Brasil vivia uma condição de periferia econômica e cultural dado à sua miscigenação racial. Mas entre 1870 e 1920, começou

a despontar, no Brasil, uma outra ocupação urbana, com mão-de-obra qualificada e mentalidade secular. Foi quando Capistrano de Abreu, no IHGB, e João Ribeiro (1860-1934), por meio de obras como *História do Brasil* (1901), *Estudos filológicos*³¹ (1902), entre outros títulos, começaram a se debruçar sobre a transição de uma sociedade agrária para um modelo urbano-industrial.

Essa ocupação urbana, sua mão-de-obra qualificada e uma nova mentalidade secular suscitaram, na virada do século XX, uma nova ideia sobre o debate de um povo indolente. Como consequência, a responsabilidade sobre nossa condição de atraso não deriva propriamente da nossa miscigenação racial. A nova intelectualidade brasileira passa a refletir sobre a questão da tradição e modernidade e o peso do modelo de civilização que se exerceu entre nós.

Um dos primeiros intelectuais a refletir sobre essa condição foi Joaquim Nabuco, no livro *O abolicionismo* (1883), mudando o enfoque e alertando que o problema não é o negro em si, a cor da pele, mas a instituição. Dito de outra forma, o problema são os males ou as mazelas intrínsecas à escravidão. Nabuco foi certamente uma exceção à regra no seu tempo, uma voz dissonante entre os intelectuais em uma sociedade escravista.

O discurso de Nabuco foi radicalizado por Manuel Bomfim, para quem essa teoria das desigualdades raciais só servia para legitimar a dominação das nações imperialistas contra as nações colonizadas. Bomfim afirmou que os colonizadores ibéricos juntaram diferentes povos, culturas e tradições, sob a denominação “latina” e observaram apenas o universo lucrativo. Suas ideias, embora pactuassem com os fatalismos dominantes acerca do homem brasileiro, denunciavam o colonialismo e introduzia um tom de combatividade no pensamento social brasileiro (LOPÉZ, 1995).

Essas ideias não quebraram o paradigma racista de Romero, mas lançaram novos olhares sobre a sociedade. Elas abriram perspectivas e fizeram refletir sobre o racismo utilizado como uma ideologia para poder justificar a conquista e dominação sobre o outro e, mesmo entre classes e castas diferentes (LEITE, 2002), que passou a ser combatido pela empiria de médicos e higienistas.

Então, contrariando uma ideologia racista e o mito racial, Haddock Lobo (1817-1869) médico e político; Juliano Moreira (1873-1933) médico; e, Teodoro Sampaio (1855-1937) engenheiro geógrafo, perceberam que tais doenças, quase generalizadas entre os brasileiros, não se dava pelo caráter negativo da miscigenação. Eles perceberam que essas doenças tinham

³¹ Filologia é a ciência que tem como objetivo o estudo de uma língua por meio de textos escritos e podendo também ocupar-se com a literatura e a cultura.

mais afinidades com as péssimas condições de saneamento e, em particular, com a picada de mosquitos (ODA; DALGALARRONDO, 2000).

As descobertas de médicos e higienistas passaram a afetar o modo de pensar do brasileiro. Uma das primeiras manifestações literárias críticas ao ideal racista foi esboçado na obra *Ideias de Jeca Tatu* (1918), apesar desse mérito, seu autor, Monteiro Lobato, não tinha essa visão crítica quando criou o personagem. No conto *Urupês* (1918), por exemplo, Jeca Tatu é apresentado em uma visão depreciativa do caboclo brasileiro, percebido e admitido como um personagem miscigenado e doente. Em escritos posteriores, Lobato apresenta o personagem de outro modo, não mais como um ser miscigenado e doente e, sim, como alguém de aparência desleixada, que detestava calçar sapatos, sem nenhum hábito higiênico, de coloração amarela e muita magreza. O médico, então, diagnostica em Jeca a ancilostomose ou amarelão e, orienta que ele use sapatos e tome os remédios contra os vermes.

O protagonista, agora curado, volta a trabalhar e muda radicalmente sua vida. O conto em questão é bastante rico sociologicamente, ele tanto denuncia a precária situação do trabalhador rural, como também se inscreve contra o discurso eurocêntrico de degeneração das raças. A aposta de Lobato nessa sua segunda fase pauta-se nos discursos de médicos e higienistas, que creditam o atraso brasileiro às péssimas condições sanitárias, negando um paradigma racial pautado no evolucionismo biológico. Na avaliação de Dante Moreira Leite (2002), Monteiro Lobato não criou o caboclo, apenas reproduziu nesse uma arte camponesa oriunda de diversos países e introduziu nele o gosto pela viola. O personagem “Jeca tatu” criado por Lobato incorporou uma linguagem nacional e por muito tempo foi considerado símbolo de uma brasilidade caricatural e idealizada.

Nesta seção da tese, vimos como Romero produziu um pensamento influenciado pelas ideias de Gobineau, Ratzel e Agassiz. Suas teses formataram uma geração compreendida entre 1870 e 1930, onde pairava o determinismo racial, o ideal de dominação branca e o pessimismo decorrente da ideia de mestiçagem. Seu modelo de pensamento sofre alguma crítica por parte de Joaquim Nabuco, que não reverberou graças a uma estrutura social escravista. Mais adiante, em 1902, Romero sofre nova crítica por parte de Bomfim, que analisou o atraso brasileiro pelo parasitismo das nações dominantes. Essa crítica foi acusada de carência de evidências empíricas e delegada ao esquecimento.

Por fim, vimos que médicos e higienistas, entre os quais Haddock Lobo, Juliano Moreira e Teodoro Sampaio, contestaram o determinismo racial sugerido por Romero. Eles perceberam que tais doenças, que afetavam os brasileiros, tinham maior relação com as péssimas condições de saneamento e com a picada de mosquitos. Essas teses foram popularizadas pela literatura,

criando-se um estereótipo de brasilidade dado por *Jeca Tatu* e *Macunaíma*. Embora essas teses não tenham tido força suficiente para derrubar um paradigma racista, a aproximação do pensamento social com a literatura abriu uma possibilidade de modernidade literária capitaneada por um grupo de intelectuais paulistas.

3.2 Modernidade estético-literária

No livro *Introdução à história da literatura brasileira* (2002) Romero propôs um modelo de análise e interpretação da sociedade brasileira que marcou um período delimitado entre 1870 a 1930. Dentro desse macro período, consolidaram-se pequenas nuances que tornam possível distinguir uma Primeira Fase do Pensamento Regionalista, com destaque para José de Alencar e a figura indígena como protagonista de uma Segunda Fase do Pensamento Regionalista, através da Semana de Arte Moderna (1922), narrando uma fase poética brasileira, essencialmente preocupada com a forma estético-artística, daí a denominada Modernidade Estética (PIVA, 2000).

Na sequência, se deu, no Brasil, entre os idos de 1930, uma Escola Realista, que marcou a construção da prosa literária e pela reflexão sobre diferentes realidades locais e regionais. Nessa fase, ressaltamos que o contexto político brasileiro e a institucionalização de um novo modelo de governo findaram pela incorporação de alguns desses intelectuais, como parte da *intelligentsia* e de suas respectivas ideologias, assumindo coordenações de cultura, presidências de institutos históricos, afirmando territórios e identidades frente a um debate de uma nova Constituição publicada em 1937. Feita essa delimitação das três escolas literárias, vejamos a relevância da literatura como elemento crítico na análise social.

Para discutirmos tal assertiva, recorremos a Antônio Candido (1918-2017), no texto “crítica e sociologia”, publicado no livro *Literatura e Sociedade* (2002). No referido livro, o sociólogo e crítico literário se propôs a responder a seguinte questão: qual a utilidade da literatura para o campo da sociologia? Ele, então, argumentou que a literatura regionalista delegou ao campo literário o elemento de observação da realidade social. Mais que isso, Candido observou que essa literatura crítica assumiu o papel de apresentar um homem rural, sentimental, pitoresco e jocoso, sem nenhum prejuízo estético ao bom nível literário que caracteriza as obras desse contexto (LEITE, 2002).

A segunda fase literária brasileira se deu a partir de um grupo de intelectuais paulistas, autointitulados “modernistas”. Esse ar de superioridade derivou-se, muito provavelmente, de fatores políticos e econômicos atribuídos ao período de alternância de poderes entre São Paulo e Minas Gerais. Mas, a visão desse grupo não se fez ecoar no restante do país e, o que se revelou

foi uma aversão a tal movimento promovido por meio de uma literatura regionalista e multifacetada, preocupada em apresentar as realidades em suas especificidades, revelando o regionalismo nordestino, gaúcho e baiano.

O romance regionalista da “Geração de 30” pretendia narrar as particularidades regionais e realidade social do Brasil, em oposição à preocupação estética, tão enfática na geração modernista de 1920 (VELOSO; MADEIRA, 1999; PIVA, 2000). Nesse sentido, a literatura produzida nos idos de 30 revelou uma nação multifacetada, onde a modernidade era apresentada pela dicotomia entre São Paulo e demais regiões, com foco no Nordeste. Na avaliação do o antropólogo Renato Ortiz (2001, p. 36-37)

[...] é justamente este acriticismo que nos diferencia do Modernismo europeu. No Brasil, sintomaticamente, os críticos da modernidade sempre foram os intelectuais tradicionais. Talvez o exemplo mais significativo de todos seja os escritos de Gilberto Freyre. Sua insistência em retratar uma história brasileira a partir da Casa-Grande não revela somente uma atitude senhorial, ela possui, ainda, uma dimensão mais ampla quando se opõe à ordem industrial que se implanta no Brasil na década de 30. Por isso, não é difícil reencontrar, em sua obra, a polaridade entre o tradicional e o moderno, só que, neste caso, interpretada enquanto valorização da ordem oligárquica. É sugestivo o contraste que se constrói entre São Paulo e o Nordeste. São Paulo é “locomotiva”, “cidade”, e o paulista é “burguês”, “industrial”, tem gosto pelo trabalho e pelas realizações técnicas e econômicas. O Nordeste é “terra”, “campo”, seus habitantes são telúricos e tradicionais e por isso representam o tipo brasileiro por excelência. Espremida entre o pensamento conservador e a questão nacional, tal como ela havia sido posta, a modernização foi assumida como um valor em si, sem ser questionada. [...].

A passagem escrita por Ortiz (2001) nos credita afirmar uma diferença fundamental entre a modernidade europeia e a modernidade brasileira, sendo que, na primeira, se deu a passagem e ruptura entre campo e cidade. Já no Brasil, houve um modelo de modernidade pensado pela vida no campo, pelas mudanças técnicas e pelos relacionamentos culturais entre seus habitantes, não só nas cidades, mas nos campos. Ortiz destacou Freyre como um pensador moderno que analisa a vida no campo. Outro autor modernista, dessa feita não nordestino, que pensa a partir do campo é Érico Veríssimo (1905-1975), que apresenta uma narrativa preocupada com a relação homem e terra, característico desse movimento, mas, centrada na realidade do Rio Grande do Sul.

Veríssimo foi uma exceção no movimento regionalista, que, via de regra, esteve preocupado com o caráter político, social e econômico do ambiente e da paisagem nordestina. Entre os intelectuais de destaque, encontramos José Américo de Almeida (1887-1980), advogado, sociólogo, folclorista, escritor romancista e ensaísta, que viveu em João Pessoa e foi

autor do livro *A bagaceira* (1928), obra que relata a visão brutal e autoritária dos senhores de engenho e o êxodo nordestino motivado pelos horrores ocasionados pelas secas.

O Nordeste e a seca são comuns, também, em *Vidas secas* (1938), obra escrita por Graciliano Ramos (1892-1953), que mostra a exploração capitalista do coronel sobre seus dependentes. Esse tom de denúncia foi perpetuado em José Lins do Rego (1901-1957), no livro *Fogo morto* (1943), onde o autor tomou como referência o ciclo da cana-de-açúcar para demonstrar, do ponto de vista econômico, as mudanças sociais a partir da chegada da usina de cana-de-açúcar em substituição aos antigos engenhos.

Ainda no território nordestino, a exceção às temáticas regionalistas, ligadas à questão econômica e a vida agrária, se deu pelo romance *Jubiabá* (1934), escrito por Jorge Amado, onde seu autor apresenta um regionalismo litorâneo, associado ao sincretismo religioso. A obra, que é contemporânea à *Casa grande e senzala* (1933) demonstra outra de nossas intuições, em que pese afirmar que a Bahia não queria estar associada à essa visão arcaica, tradicional, sertaneja. Esse posicionamento ideológico se manteve até o final dos idos da década de 1950, quando foi criada a SUDENE e, então, a possibilidade de capitanear recursos junto ao governo federal, que fez as autoridades políticas mudarem sua postura com relação ao Nordeste.

De qualquer modo, o regionalismo soteropolitano, aliado ao espírito culturalista, que começava a soerguer naquele momento, sugere um espírito que parece ter animado outras pesquisas, a exemplo do trabalho de Roger Bastide, *O candomblé na Bahia* (1940). Bastide veio para o Brasil junto a uma missão francesa, destinado a trabalhar com Florestan Fernandes e lecionando na Universidade de São Paulo, era amigo do também francês e fotógrafo Pierre Verger, que lhes sugeriu pesquisar na Bahia, alegando que, ali, o sociólogo encontraria um candomblé mais original do mundo. Verger levou Bastide aos terreiros soteropolitanos, onde fez um trabalho etnográfico metuculoso em Salvador e no Recôncavo Baiano.

O trabalho do professor Bastide é datado de 1940, lembremo-nos que em 1939 Garcia Moreno e Felte Bezerra, ex-alunos da FAMEB, estavam pesquisando nos terreiros de Laranjeiras, em Sergipe. Em 1941 Bezerra publica seu primeiro texto sobre unidade étnica pelo IHGSE e essa parece ter sido a tônica dos debates dos idos de 40. Uma Geração que começa com as pretensões modernistas de um grupo paulista, que sofre reações regionais, por meio das quais os intelectuais passam a descrever e analisar as realidades sociais de modo literário, mas que, ao final dos idos de 30, já ganham contornos etnográficos, que serão fortalecidos com as comissões de folclore e suas pesquisas.

3.3 Anos 30 e as novas diretrizes do pensamento social brasileiro

Ao longo da década de 1930, por conta da experiência ideológico-racial nazista, que findou em guerras na Europa, Estados Unidos e Brasil passaram a atrair a atenção do capital internacional. O interesse de grupos estrangeiros nessas nações se dava, principalmente, pela necessidade de compreender o tema da integração racial. Para isso, era preciso a presença de intelectuais devidamente qualificados e empenhados em se debruçar empiricamente sobre o tema, compondo uma *intelligentsia* responsável por reconhecer o Brasil, esquadrinhando sua geografia e população, de modo a se pensar estratégias de planejamento desenvolvimentista.

Estados Unidos e Brasil tinham realidades econômico-sociais e um quadro intelectual completamente distintos. Na América do Norte, desenvolveu-se o fordismo e o taylorismo, atraindo milhares de trabalhadores para Detroit. Essas pessoas, na sua maioria, eram refugiadas da guerra que estavam em busca de segurança e de melhores salários. Mas, os intelectuais, principalmente judeus, de várias nacionalidades, também buscaram abrigo nos Estados Unidos.

Esse misto de multiplicidade étnico-cultural com o ingresso de uma intelectualidade favoreceu a consolidação de importantes centros de estudos sociológicos e antropológicos nesse país. A exemplo disso, consolidou-se uma tradição no pensamento social dada pela Escola de Chicago, reconhecido centro de estudos e mediações de conflitos urbanos, por sua vez, a antropologia cultural desenvolveu uma reação ao evolucionismo denominada Difusionismo Cultural ou Escola Americana de Antropologia. Enquanto isso, o que o Brasil discutia acerca do dilema acerca da modernidade e tradição, vivia um modelo agroexportador que se viu inviabilizado pela crise de 1929 e despertou um direcionamento moderno industrial, denominado de “industrialização restringida”, que tinha a cidade de São Paulo como principal eixo econômico e logístico do país (DANTAS, 2004).

O Brasil do idos de 1920 ficou marcado por políticas de direita, entre as quais, a defesa de um grupo autoritário e uma repulsa ao individualismo. Houve, também, um forte apego às tradições por meio do modernismo, que tendia a procurar na história e no passado elementos que possibilitassem a criação de uma identidade brasileira, por meio do distanciamento de uma tradição portuguesa e a valorização do índio. Os modernistas brasileiros apegaram-se às tradições e à ênfase ao papel do Estado como um elemento de organização social. Nessa perspectiva, propuseram um líder forte, que não fosse chefe de partido, com menor participação do Parlamento e uma recusa à participação popular.

Essa proposta política foi capitaneada por Oliveira Vianna (1883-1951), que era jurista, historiador, sociólogo, etnólogo e professor, e atuou como principal ideólogo do Estado Novo. O referido intelectual teve como referência o cenário da experiência da Primeira Guerra

Mundial, a derrota do nazismo alemão e do fascismo italiano, elementos que findaram por facilitar a difusão e o prestígio de ideologias vinculadas à direita.

Vianna percebia nessas derrotas um possível enfraquecimento do Estado e o reforço do prestígio de ideias liberais que vinham sendo gestadas desde a Proclamação da República. As práticas oligárquicas ganharam maior notoriedade, em especial a partir dos anos 20, quando entrou em vigor um regime oligárquico liberal no país (FAUSTO, 2001). As diferenças regionais estavam sendo denunciadas pela literatura em associação ao pensamento social. O Brasil estava fragmentado politicamente por diversas lideranças regionais, dessa observação, ergueu-se uma proposta de modernidade brasileira pela consolidação de um Estado forte e autoritário, como elemento combativo das diferenças defendidas pelas elites regionais entre 1930 e 40 (PIVA, 2000).

Conforme ressaltado pelo professor Boris Fausto (2001), a ideia de um Estado liberal estava intimamente associada a práticas oligárquicas e o pressuposto de fraudes eleitorais, escassa participação política e controle do país, levava o país a um risco eminente de enfraquecimento da União. Com a derrota nazifascista na Europa e do autoritarismo liberal, o Estado brasileiro foi sendo coordenado por meio de instituições representativas, voto secreto, justiça eleitoral e educação destinada ao povo (FAUSTO, 2001).

E assim, do ponto de vista político, o Brasil vivia o dilema entre autoritarismo e democracia, outro elemento significativo para distinguir a geração de 20 e a de 30. Se a primeira geração viveu uma perspectiva moderna pelo viés estético-literário, do ponto de vista político, o que se viu foi a resposta tenentista parecia refletir a crise da República Velha, dada as rebeliões dentro da instituição militar, a marginalização política de parte da classe média paulista e influência direta de uma ideologia positivista.

Por sua vez, a geração de 30 buscou uma crítica social mais apurada e elementos que dessem mais rigor científico. Na década de 30, se deu o acirramento sociopolítico generalizado, com profundas mudanças estruturais no sistema oligárquico, foi quando, em outubro de 1930, deflagrou-se uma remodelação política do Estado nacional, surgindo, assim, uma Nova República que substituiu a antiga República, que havia sido promulgada em 15 de novembro de 1889 e permaneceu até 1930 (DANTAS, 1930).

Do ponto de vista social, havia um clima de instabilidade generalizada, maior complexidade urbano-social, uma série de revoltas populares, como a Revolta da Vacina e revoltas nos quadros médios das forças armadas, além da emergência da nova geração, que permeou a elite e a classe média. Além disso, instalou-se um quadro político marcado pelo conflito de interesses entre diversos grupos e, para tentar equacionar esses conflitos, desponta-

se, então, um Estado mediador intervencionista, que assumia, para si, o gerenciamento de conflitos, como, também econômico-administrativo por meio da criação de diversas empresas.

Desse modo, o Governo de Getúlio Vargas optou por um estado gerenciador de empregos e rendas, criou e programou empresas estatais, incentivou a agricultura e a pecuária, patrocinou a modernização das cidades, por meio de calçamentos de vias públicas, construções de prédios escolares, e estimulou o crescimento de empresas privadas, o que findou por atrair o capital internacional (DANTAS, 2004).

Esse conjunto de mudanças estruturais e administrativas cobravam um conhecimento geográfico e distributivo do povo brasileiro, para, depois de esquadrinhado o território, o governo pensar estratégias desenvolvimentistas. Entretanto, o Brasil não dispunha sequer de especialistas qualificados para tais pesquisas e, por isso, se viu obrigado a afrouxar suas fronteiras epistemológicas, admitindo, para essa empreitada, médicos, sanitaristas, odontólogos, juristas, engenheiros, entre outros. Ademais, de acordo com o professor Antônio Candido, o pensamento até então encontrava atrelado “a obsessão com os fatores naturais, notadamente o biológico (raça); a preocupação com etapas históricas; o gosto pelos estudos demasiado gerais e as grandes sínteses explicativas” (CANDIDO, [1959] 2006, p. 272).

A questão da modernidade, que havia despontado na geração de 1920, estava mais atrelada ao estético-literário, então, nos idos de 1930, se deu uma virada epistemológica com a passagem de um discurso mestiço para outro miscigenado. Essa guinada epistêmica foi reforçada pela importação de missões intelectuais, preocupadas em testar as hipóteses aventadas por Gilberto Freyre, surgimento de novas instituições e entidades de classe, com eventos, publicações e formação de uma *intelligentsia*, que deram suporte e densidade.

A geração de 30 decorreu pela necessidade real e emergente de comprovações empíricas que, de algum modo, suplantassem a lógica subjetiva de análises filosóficas e literárias anteriores. Nos idos de 30, formou-se uma geração com escrita ensaísta, preocupada com a necessidade de pesquisas empíricas, e que concordava com a ideia de buscar no passado uma compreensão do presente, como vistas a um planejamento futuro. A geração de 1930 teve o mérito de romper com a perspectiva evolucionista e cientificista com o debate racial pelo seu viés biológico, passando a refletir sobre as contribuições étnicas de cada grupo.

O projeto de modernização ocorridos nos idos de 1930 desperta, no Brasil, um problema que já havia atravessado a Alemanha culturalista do século XIX, a saber: qual a contribuição da cultura alemã para a história da civilização? Perceba que, na sua tentativa de unificação de seu povo e criação de um Estado moderno, a Alemanha fez a opção pela valorização dos aspectos espirituais ou não materiais de sua cultura, dado pela expressão *Kultur*.

Nesse contexto, a categoria *espírito do mundo*, que é originariamente de Hegel, foi posteriormente importada por Sérgio Buarque de Holanda, quando indagou, em sua problemática: qual o legado do Brasil para o “espírito do mundo”? Os intelectuais da geração de 1930, inspirados pelo idealismo de Hegel e pela recepção das ideias de Mannheim, se voltam para o passado, nossas raízes coloniais e, buscam refletir sobre nós mesmos em busca de uma identidade brasileira, se debruçando na árdua missão de elaborar um conceito de cultura em uma perspectiva pensada enquanto objetivação do espírito humano (DIAS, 1985; PIVA, 2000).

O Brasil vivia um momento de virada epistemológica e abandono da relação entre natureza e cultura, bem como discussões abstratas dadas pela literatura e pela filosofia. Era preciso abandonar essa orientação que nos levava a um pensamento positivista, e colocava o Brasil em uma condição de inferioridade. Na década de 30, os pesquisadores no Brasil se voltaram, essencialmente, para o estudo e compreensão do passado, tentando identificar nossas peculiaridades e raízes étnicas em busca de uma construção identitária.

Do ponto de vista metodológico, o rompimento abstrato cobrava um trabalho empírico por parte desses intelectuais. No universo teórico-reflexivo, o que se procurava era entender: Qual o nosso legado para a história da humanidade? Por isso, era preciso nos reconhecermos etnicamente e buscar superar o atraso, que, para muitos autores, estaria em nossa colonização portuguesa. Daí, essa busca pelo passado colonial ter sido tão recorrente entre os pensadores dessa fase. Com esse pano-de-fundo, surgiram obras fundamentais para o pensamento social brasileiro, entre elas, *Casa Grande e Senzala* (1933) e *Sobrados e Mocambos* (1937), de Gilberto Freyre; *Raízes do Brasil* (1936) escrita por Sérgio Buarque de Holanda; e, *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), de Caio Prado Junior.

Todos esses pensadores e títulos tinham em comum a busca de nossas raízes étnico-identitária, procurando no passado colonial, elementos para compreender o presente e, assim, planejar uma modernidade futura. Freyre, era muito bem quisto no Recife, lugar de onde liderou um movimento regionalista nordestino; para isso; ele construiu uma retórica valorizando o passado, período histórico em que Pernambuco desempenhou um importante papel no cenário político nacional (SOARES, 2002).

O projeto culturalista proposto por Freyre pretendia romper com autores racistas, em especial Oliveira Viana (*Id.*, 2002). O pensador pernambucano tem um posicionamento contrário às teses de Varnhagen, no que diz respeito à uma colonização alternativa baseada em pequenas doações. Para Freyre, a colonização latifundiária e escravocrata constituiu uma alternativa capaz de resistir aos enormes obstáculos em terras brasileiras. Nesse ponto, ele foi

severamente criticado pelo professor Caio Prado Junior (*Ibid.*, 2002), ponto que voltaremos a debater logo em breve.

Soares (2002) aponta pontos de ambiguidades no pensamento freyreano. Para o autor, o projeto do sociólogo pernambucano de se contrapor ao ideal racista e negação de dominação branca consolidado na obra *Casa Grande e senzala*, tensiona com uma determinada simpatia de seu autor pelo elemento branco, ao elogiar os méritos da colonização portuguesa em um território tão distante e desconhecido, entre outros elementos. Enfim, toda uma gama de superação de dificuldades e limitações em uma obra verdadeiramente empreendedora de transformação colonial, em uma terra tão inóspita (SOARES, 2002).

Ainda de acordo com Soares (2002), Freyre é ambíguo ao tentar se contrapor ao determinismo racial, ao passo em que enalteceu a iniciativa do português, que teve o mérito de deslocar africanos para um novo continente, indispensáveis à lavoura (*Id.*, 2002). E, lembra da fácil adaptação portuguesa, herança do contato com os mouros, que quase sem mulher branca, mas, com grande plasticidade, se misturou com índias e africanas, produzindo uma grande obra de colonização pela iniciativa individual e pela organização familiar (*Ibid.*, 2002).

As proposições freyreanas e seu estilo de escrita ensaísta, primando pelo fácil acesso, de forma quase literária, propondo uma linguagem que evita a retórica e o formato acadêmico, foram alvos de diversas críticas, em especial, de Afonso Arinos de Melo Franco (SOARES, 2002). Afonso Arinos foi bem duro e objetivo com Freyre afirmando que a linguagem pelo referido pensador deveria ter um pouco mais de dignidade (*Id.*, 2002), vários outros pensadores o criticam pelo estilo pantagruélico³² em sua escrita.

Em tempos de muita presença religiosa na sociedade brasileira *Casa grande e senzala* foi acusado de exagerar na descrição de um ambiente quase que orgíaco, um paraíso tropical para o Brasil, excessivamente sensualizado, uma espécie de Jorge Amado da sociologia brasileira (SOARES, 2002). Por fim, *Casa grande e senzala* foi acusado de negligenciar a violência praticada pelo colonizador e “adocicar” o debate racial (*Id.*, 2002).

Em defesa de suas teses, Freyre recorreu à antiguidade clássica, argumentou que a violência é intrínseca à escravidão e que sua preocupação era a de pesquisar os aspectos e trocas culturais interétnicas. Ele lembrou que a aproximação entre senhores e mucamas trazia consigo um certo propósito de construir um ambiente de harmonia social e que essa se perpetuava através das mucamas, diretamente responsáveis pela primeira socialização dos filhos desses senhores, por meio da amamentação, histórias e cantigas contadas por essas negras.

³² Relativo a Pantagruel, personagem caricatural de um romance de Rabelais, o qual se singulariza por ser amante da boa mesa e do bom vinho.

Acerca das relações sexuais interétnicas, em períodos mais antigos, Freyre criticou a documentação que utiliza de narrativas de viajantes europeus, alegando que, naquele modelo social, havia uma outra moral sexual e, que padres não poderiam produzir julgamento que não fosse de ordem moral (SOARES, 2002). O pensador produziu uma ideia que tendia a valorizar o passado como forma de recuperar o prestígio político das elites açucareiras nordestinas no cenário político nacional, mas essa sua tese central, raiz do movimento regionalista, tem no pensador paulista Caio Prado Junior (1907-1990) um forte opositor.

Prado Junior foi formado em São Paulo, onde vivenciou um duro golpe político pelo qual passou as elites daquela cidade em 1932. Seu pensamento era fruto da necessidade de uma intelectualidade, capaz de produzir uma narrativa de modernidade via urbanização e industrialização. Esse discurso colocava a cidade de São Paulo como a locomotiva econômica impulsionadora da nação. A posição geográfica e o grupo político ao qual o intelectual paulista estava associado era diametralmente oposto a Freyre e, isso se revelou em suas conclusões que findavam por revelar uma estrutura dicotômica, apresentada por uma elite latifundiária e decadente da cana-de-açúcar no Nordeste, que era o oposto da modernidade sugerida pelos barões de café, por meio da urbanização e industrialização paulista.

Além dos diferentes interesses políticos entre Recife e São Paulo, a estrutura científica institucional das redes que alimentavam os debates sugeridos por Freyre, Holanda e Caio Prado eram bem distintas (SOARES, 2002; DIAS, 1985); (IGLÉSIAS, 1982). Sobre essas diferenças substanciais, o professor Renato Ortiz (2006, p. 40-41) lembra que

Carlos Guilherme Mota, em seu livro *Ideologia da Cultura Brasileira*, considera que os anos 1930 foram decisivos na reorientação da historiografia brasileira. Partindo de um testemunho de Antônio Candido, ele analisa três obras mestras desse período: *Evolução Política do Brasil*, de Caio Prado Jr. (1933), *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre (1933), e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1936). A colocação, tal como está formulada, se tornou clássica. Eu me pergunto, no entanto, se ao considerarmos desta forma não estaríamos tomando o testemunho de um autor pela própria explicação histórica. A meu ver, Sérgio Buarque e Caio Prado Jr. estão na origem de uma instituição recente da sociedade brasileira, a universidade. Neste sentido eles são fundadores de uma nova linhagem, que busca no universo acadêmico uma compreensão distinta da realidade nacional. Não é por acaso que a USP é fundada nos anos 1930; ela corresponde à criação de um espaço institucional onde se ensinam técnicas e regras específicas ao universo acadêmico. Gilberto Freyre representa o ápice de uma outra estirpe, que se inicia no século anterior, mas que, como veremos nos outros capítulos, se prolongou até hoje como discurso ideológico. Sérgio Buarque e Caio Prado Jr. significam rupturas não tanto pela qualidade de pensamento que produzem, mas sobretudo pelo espaço social que criam e que dá suporte às suas produções. Gilberto Freyre representa continuidade, permanência de uma tradição, e não é por acaso que ele vai produzir seus escritos fora desta instituição “moderna” que é a universidade, trabalhando numa organização

que segue os moldes dos antigos Institutos Históricos e Geográficos. Não há ruptura entre Silvio Romero e Gilberto Freyre, mas reinterpretação da mesma problemática proposta pelos intelectuais do final do século.

O Nordeste contava com os cursos de direito no Recife e medicina na Bahia, que foram fundamentais para recepcionar o positivismo no Brasil e propor novos horizontes livres do pensamento religioso, que não se deu por medidas oficiais, expulsando os jesuítas. Entretanto, do ponto de vista das ciências humanas, história, geografia, sociologia entre outras, os cursos só começaram a se consolidar a partir de uma carência efetiva de intelectuais que se disponibilizassem a esquadrihar o território, seu povo, recorrendo ao passado, para, assim, criar uma cultura capaz de nos libertar da ideia degenerativa, propondo, assim, uma argamassa ideológica capaz de dar sustentáculo à nação brasileira. A busca de uma construção identitária, buscando elementos no passado, levou a

Gilberto Freyre reedita a temática racial, para constituí-la, como se fazia no passado, em objeto privilegiado de estudo, em chave para a compreensão do Brasil. Porém, ele não vai mais considerá-la em termos raciais, como faziam Euclides da Cunha ou Nina Rodrigues; na época em que escreve, as teorias antropológicas que desfrutam do estatuto científico são outras, por isso ele se volta para o culturalismo de Boas. A passagem do conceito de raça para o de cultura elimina uma série de dificuldades colocadas anteriormente a respeito da herança atávica do mestiço. Ela permite ainda um maior distanciamento entre o biológico e o social, o que possibilita uma análise mais rica da sociedade. Mas, a operação que *Casa Grande e Senzala* realiza vai mais além. Gilberto Freyre transforma a “negatividade do mestiço” em positividade, o que permite completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada. Só que as condições sociais eram agora diferentes, a sociedade brasileira já não mais se encontrava num período de transição, os rumos do desenvolvimento eram claros e até um novo Estado procurava orientar essas mudanças, O mito das três raças torna-se então plausível e pode-se atualizar como ritual. A ideologia da mestiçagem, que estava aprisionada nas ambiguidades das teorias racistas, ao ser reelaborada pode difundir-se socialmente e se tornar senso comum, ritualmente celebrado nas relações do cotidiano, ou nos grandes eventos como o carnaval e o futebol. O que era mestiço torna-se nacional (ORTIZ, 2006, p. 41).

São Paulo se sentiu incomodado com a situação política do país, por isso, no ano de 1932, representantes da elite daquela cidade forçaram o governo federal a convocar uma nova assembleia constituinte, no episódio conhecido como Revolução Constitucionalista. Getúlio Vargas estabeleceu, então, eleições previstas para maio de 1934 e, há dois meses da data prevista, os grupos políticos começaram a se mobilizar em torno das campanhas eleitorais (DANTAS, 2004). Os políticos eleitos findam por ratificar uma constituição com um perfil mais democrático, introduzindo o voto secreto, o sufrágio universal e a justiça eleitoral.

Acabamos de perceber então que, durante a Primeira República, as elites de Recife e do Nordeste se viram esvaídas do prestígio político federal que gozaram no período colonial, o que levou Freyre a capitanear um movimento regionalista na região. O intelectual procurava romper com o determinismo racial consolidado por Romero e que tinha ganho novos ares a partir de Oliveira Viana. Recorrendo ao passado colonial, Freyre buscou no passado nossas origens étnico-culturais e escreveu *Casa grande e senzala*, uma obra que inovava na escrita e no método, apresentando traços do cotidiano por meio de álbuns de fotografias, receitas culinárias e relações sexuais.

Por outro lado, São Paulo, que vinha se alternando no poder, se propôs a criar uma *intelligentsia* onde a referida cidade era apresentada como locomotiva impulsionadora e centro econômico da modernidade brasileira. Mas a formação dessa *intelligentsia* cobrava a formação de cursos de graduações em ciências humanas, então diante da defasagem de professores qualificados para assumir tal papel, essa elite decidiu pela importação de missões estrangeiras que formaram o quadro docente de universidades recém-formadas em São Paulo e no Rio de Janeiro, como veremos a seguir.

3.4 A Institucionalização das ciências sociais

A década de 30 ficou marcada pela criação de diversas universidades em São Paulo e no Rio de Janeiro. A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP) em 1933, a Universidade de São Paulo (USP) em 1934 e, a Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935 (FERNANDES, 1977; CÂNDIDO, 2006; JACKSON, 2007; KANTOR *et. al.*, 2010).

De acordo com o professor Luiz Carlos Jackson (2007, p. 117)

Em São Paulo, o arranjo histórico dado pela supremacia econômica do estado – impulsionada pelo processo de industrialização e crescimento dos centros urbanos durante a República Velha – e pelas derrotas políticas sofridas em 1930 e 1932, possibilitou o investimento político na reforma educacional, que teve como pilar a criação da Universidade de São Paulo em 1934 e, nela, da FFCL. Também a criação da ELSP (1933) resultou desse contexto. Imaginavam os mentores das duas escolas que as elites nelas formadas constituiriam quadros políticos e técnicos envolvidos na retomada da hegemonia política do país por São Paulo.

Particularmente, é possível salientar que

A Escola Livre de Sociologia e Política, criada em 1933, como primeiro curso de Sociologia do Brasil, por iniciativa de figuras da intelectualidade paulista, estava voltada para os processos de modernização e transformação da realidade social e a formação de quadros técnicos e dirigentes empenhados na dinamização da sociedade. Com a criação do mestrado em Sociologia em 1941, a ELSP passou a formar a primeira geração de pesquisadores em Sociologia, Política e Administração e teve importância fundamental na criação de uma escola paulista de pensamento sociológico. Mas, desde a década de 1950, a liderança nessa área foi assumida principalmente pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). (FERRETTI, 2017, p. 227)

O professor e historiador Fabio Maza (2003, p. 68) lembra ainda que

A ELSP foi criada em 1933 com objetivos bem determinados. Para seus fundadores, ela visava a formação de uma elite sob uma égide das ciências. Destinadas aos negócios públicos e privados.

[...] Surge a escola com a preocupação de vincular estudos e pesquisa, organizando-se nos moldes das instituições americanas e europeias. Seus objetivos são apresentados como: “proporcionar conhecimentos objetivos (...) do meio; formar (...) uma elite numerosa (...) *orientar o povo e a nação* no reajustamento indispensável ao moderno equilíbrio social”.

Com a exceção de profissões como medicina, engenharia e direito, que já tinham um campo institucional consolidado e resguardado, profissões atreladas às “ciências humanas e sociais, *no Brasil*, eram exercidas livremente, algo próximo do diletantismo” (GUIMARÃES, 2011, p. 29). Na década de 1930, o dilema da modernidade brasileira suscitou uma importância muito grande para as ciências humanas. Nesse sentido, foi a criação da “ELSP teve como um de seus propósitos utilizar o conhecimento científico das Ciências Sociais para uma intervenção mais direta na vida social local, especialmente através da formação de uma elite dirigente” (GUIMARÃES, 2011, p. 28). Vale ressaltar que, grande parte da intelectualidade que compunha o Instituto Histórico da cidade de São Paulo findou migrando para essas instituições - USP e ELSP. Entre os anos de 1933 e 34,

As Ciências Sociais e a Sociologia passaram por um processo rápido de desenvolvimento e institucionalização acadêmica. Foram criados vários cursos de Sociologia a partir do modelo da Escola Livre de Sociologia e Política, em Campina Grande, Natal, Rio de Janeiro (PUC) e de Ciências Sociais como o da Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, em 1934, e, ao longo dos anos seguintes, em cidades distantes dos grandes centros urbanos das regiões Sul e Sudeste. (LIMA; CORTES, 2013, p. 421 -422).

A passagem anterior reforça a tese de uma necessidade de instituições, de modo a reforçar o campo. Na avaliação do professor Luiz Carlos Jackson (2007, p. 116):

As mudanças decorrentes da institucionalização das ciências sociais em São Paulo definiram novas condições de possibilidade à produção intelectual inicialmente no âmbito local, processo ampliado progressivamente no Brasil, apesar das dificuldades que marcaram experiência similar ocorrida no Rio de Janeiro a partir dos anos de 1930.

Tal processo foi condicionado pela disponibilidade de recursos públicos e privados, decisivos para o sucesso ou fracasso das instituições de ensino e pesquisa criadas no período.

Então, provido de capital, para compor essa primeira fase de institucionalização situada entre 1934 e 35, foram contratados seis professores originários de universidades e liceus franceses: Emile Coornaert (História); Pierre Deffontaines (Geografia); Robert Garric (Literatura Francesa); Paul-Arbousse Bastide (Sociologia); Étienne Borne (Filosofia e Psicologia); e, Michel Berveiller (Literatura Greco-latina) (LIMA; CORTES, 2013). A fase seguinte foi compreendida entre 1935 e 37 e, apenas dois intelectuais tiveram seus contratos renovados, Berveiller e Arbousse-Bastide. Os novos contratados vieram para um período de três anos,

Eram jovens sem experiência no ensino superior, mas tiveram forte influência na organização inicial dos cursos e na definição da agenda de interesses de pesquisa da Sociologia da USP nas décadas seguintes. Dentre eles, sobressaíram-se: Pierre Monbeig (Geografia), Fernand Braudel (História, o único já docente), Pierre Hourcade (Literatura Francesa), Jean Maugüé (Filosofia), Claude Lévi-Strauss (Sociologia) e François Perroux (Economia). (LIMA; CORTES, 2013, p. 421).

Em linhas gerais, entre 1933 a 1939 destacou-se o pensamento de Horace Davis e Samuel Lowrie e a preocupação de uma sociologia aplicada para uma reforma social (LIEDKE FILHO, 2005). Em julho de 1937, o ensino superior no Brasil ganhou maior visibilidade com a instalação da Universidade do Brasil, por outro lado, a constituição implementada nesse mesmo ano findou por realizar algumas restrições ao nível superior e findou pela valorização do ensino técnico profissionalizante (MAZA, 2003).

Já no ano de 1938, desembarcou, no Brasil, uma nova missão de intelectuais, “composta de professores mais experientes como Roger Bastide (que substituiu Lévi-Strauss), Jean Gagé (substituindo Braudel), Alfred Bonzon (Literatura Francesa) e Paul Hugon (Economia) (Fundação Biblioteca Nacional, 2009)” (LIMA; CORTES, 2013, p. 421). Donald Pierson completa esse quadro de importação intelectual e formação docente universitária em 1939, trazendo larga experiência nos estudos sobre tradições de comunidades, que havia aprendido e vivenciado na Escola de Chicago, onde fora aluno de Robert Park. Na avaliação do professor Liedke Filho (2005), a atuação de Donald Pierson, liderando um grupo capaz de realizar análise

e tratamento sistemático de dados sociais, foi fundamental para aquele momento de transição de uma sociedade tradicional para um planejamento moderno, urbano-industrial.

A chegada de Donald Pierson inaugurou uma terceira fase na Universidade de São Paulo, compreendida entre 1939 a 1950. Conforme destacado pelo professor Maza (2003, p. 72-73).

o acontecimento que irá marcar de forma decisiva a orientação da instituição é a contratação de Donald Pierson. Formado em Chicago, iniciou seus trabalhos no ano de 1940 e foi marco de significativa mudança na orientação do projeto da ELSP. Sua preocupação básica era a de formar profissionais capacitados para as pesquisas no plano cultural e social, possibilitando um cunho mais acadêmico à escola. A partir da data de sua vinda, cria-se o setor de pós-graduação e sua perspectiva parece coadunar-se às aspirações de setores médios emergentes de uma sociedade que, desde os anos de 1930, vinha se urbanizando rapidamente.

Pierson pertencia à chamada Escola de Sociológica de Chicago. Sua característica principal era ser “fortemente atraída pela pesquisa empírica”. Pierson defendia que escolas em sociologia era algo do passado e que Platão, Aristóteles, Hegel, Kant, Marx, Spencer, Comte etc. não eram cientistas, pois que seus conhecimentos “não eram formulados como hipóteses e submetidos deliberadamente à verificação do mundo real”.

Um importante elemento para institucionalização de uma área científica é a criação de “sociedades” com o intuito de agregar cientistas que apresentem e discutam suas pesquisas. Nesse sentido,

Em 1937, foi fundada a Sociedade Paulista de Sociologia e, em 1950, a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Seu primeiro congresso ocorreu em 1954, na cidade de São Paulo, com o tema “O ensino e as pesquisas sociológicas: organização social, mudança social”. O segundo aconteceu oito anos depois, em 1962, na cidade de Belo Horizonte, com o objetivo de realizar um balanço da produção sociológica no Brasil. As atividades da Sociedade foram interrompidas entre 1964 a 1985, período da ditadura militar. Em 1987, foi realizado o terceiro congresso de Sociologia, em Brasília, com o tema “Sociologia, Sociologias”. A partir daí, os congressos passaram a ter periodicidade bianual, sempre em cidades diferentes (SBS, 2013). (LIMA, CORTES, 2013, p. 422)

O mote que norteava as pesquisas sociais daqueles intelectuais passava pela busca de nossas origens e das contribuições étnico-culturais de bancos, negros e índios em busca de uma composição do povo brasileiro. Nesse sentido, o marco zero desse debate se deu pelas intuições sugeridas por Silvio Romero, que percebeu a possibilidade de percorrer um caminho por meio da relação entre literatura e folclore. Câmara Cascudo e Felte Bezerra, que já haviam publicado diferentes artigos pela *Revista do IHGSE* em 1941, estreitaram laços de amizade, que se concretizou na segunda metade da década de 40, por ocasião da criação dos encontros da

comissão de folclore. Cascudo e Bezerra tinham em comum a preocupação com o tema da formação étnica do povo brasileiro e, isso levou ambos os intelectuais a tratarem sobre a formação e povoamento do Nordeste brasileiro e, mais especificamente, a contribuição holandesa nesse debate.

O diálogo sobre folclore como recurso metodológico ganhou projeção nacional e balizou um universo de pesquisa de diversas redes de sociabilidades intelectuais. Diante de tal projeção e evidência, foi então criada a Comissão de Folclore, que, em Sergipe contou com a liderança do professor Felte Bezerra. A respectiva Comissão esteve dividida nas alas “literária” e “científica”, sendo a primeira destinada a pesquisa de fatos e personalidades alusivas ao povo sergipano e a seguinte associada às pesquisas empírico-etnográficas.

Os intelectuais nordestinos formaram uma rede de debates e o laço que os uniu veio por meio do folclore. Enquanto isso, na região Sudeste, assistia-se à chegada de uma nova geração de intelectuais, entre os quais destacamos o nome de Florestan Fernandes, que, mais uma vez, reacendendo a rivalidade entre Norte e Sul, passou a defender a tese pela qual se associava a ideia de folclore com o pensamento tradicional. Oriundos de uma preocupação voltada para a formação de uma *intelligentsia* e a elaboração de um discurso hegemônico, esses intelectuais reforçaram a oposição entre rural e urbano, tradição e modernidade e outras dicotomias afins para sugerir uma substituição do termo *folclore* pela ideia de cultura popular.

Paralelamente, os folcloristas nordestinos, adeptos da substituição do termo *mestiçagem* pela expressão *miscigenação*, continuaram os debates sobre contribuições étnico-culturais. Grande parte dos debates entre os intelectuais nordestinos se dava pelas Comissões de Folclore e pelos diferentes institutos históricos. As intuições de Romero sobre as contribuições étnico-culturais formadoras do povo brasileiro, trabalhadas e omitidas na obra de Freyre, mas com a lógica da miscigenação, agora eram passíveis de verificação empírica pela via do folclore. Esse foi o caminho trilhado por Bezerra ao apresentar “O xangô de Zeca”, na ala científica da subcomissão de folclore ocorrida em Sergipe, em 1947. A boa aceitação do texto encorajou o intelectual sergipano a procurar Artur Ramos, seu antigo professor da FAMEB, que não o respondeu. Em contrapartida, o texto despertou o interesse de Emílio Willems, que se dispôs a ajudar Bezerra a aperfeiçoá-lo e assim publicá-lo na *Revista Sociologia*.

As hipóteses raciais aventadas por Gilberto Freyre que havia despertado o interesse de pesquisadores internacionais na transição de 30 para 40, atraindo Pierson, em sua primeira passagem no Brasil, para a cidade de Salvador em 1935, quando realizou pesquisas relacionadas a sua tese de doutorado. Roger Bastide foi outro intelectual estrangeiro atraído aos terreiros daquela cidade no ano 1940, sob o pretexto que ali se encontrava o exemplo de umbanda mais

representativa do sincretismo entre catolicismo, espiritismo e religiões afro-brasileiras, mais especificamente o candomblé, uma religião de matriz africana. De um lado, as teses freyreanas continuaram alimentando pesquisas nas Comissões de Folclore, por outro, a formação do quadro docente nas recém fundadas faculdades no Rio de Janeiro e em São Paulo contava com a experiência de pesquisadores que haviam vindo para o Brasil testar hipóteses sugeridas pelo sociólogo pernambucano, mantendo esse diálogo entre seus discentes.

Entre os idos de 1930 a 1964 se deu, no Brasil, um processo de institucionalização intelectual das ciências sociais, por meio de uma organização universitária pública e disponibilidade de recursos governamentais (MICELI, 2001). Diferentemente dos Estados Unidos reconhecido pela criação do Difusionismo cultural antropológico e pela Escola de Sociologia de Chicago, o Brasil encontrava-se marcado pela carência de uma intelectualidade qualificada capaz de compor a docência das recém fundadas universidades.

Foram então contratados intelectuais franceses e americanos que vieram desempenhar um importante papel formativo naquele momento. Conforme observado por Fernanda Arêas Peixoto (2001) os intelectuais franceses que vieram para o Brasil estavam mais preocupados em constituir carreiras acadêmicas. Por sua vez, os estadunidenses, oriundos especialmente da Escola de Chicago, importante centro de estudos e tradicional centro de pesquisas sobre conflitos urbanos e étnicos, vieram para São Paulo com um papel mais de esquadrihar e gerir a modernidade que se gestava. Isso ficou muito claro em 1939, a partir da chegada de Donald Pierson, passando a assumir a liderança sobre essas pesquisas o intelectual propôs uma importante mudança estrutural e metodológica que perdurou até os idos de 1950.

O contexto de necessidade de criação das faculdades em São Paulo decorreu de suas derrotas políticas da elite paulista, que vinha se alternando no poder com Minas Gerais, na política café-com-leite e isso revelou a fragilidade administrativa desse grupo. Coube ao economista e industrial Roberto Simonsen idealizar uma escola capaz de oferecer formação filosófico científico aos seus alunos e que fosse capaz de gerenciar os conflitos entre operários e capitalistas, decorrente do processo de industrialização na cidade de São Paulo (GUIMARÃES, 2011).

E, assim, foi apresentado um programa de formação de uma *intelligentsia*, qualificados pelas recém fundadas USP e da ELSP. Decorrente ainda das necessidades teórica e administrativa foram pensadas duas linhas de frente, uma mais abstrata, formada pelos pensadores franceses, responsáveis pelos fundamentos filosóficos e trânsito em áreas psicológicas. Por sua vez os americanos foram chamados para questões mais pragmáticas, dada a sua ampla experiência em gerenciamento de conflitos na América do Norte.

Donald Pierson foi aluno de Robert Park no programa de pós-graduação, e veio ao Brasil entre 1935 a 1937, motivado pelo mestre, quando aqui permaneceu por 22 meses na Bahia, coletando dados para sua tese de doutorado denominada *Negroes in Brazil: a study of race contact at Bahia* (1942). A tese em questão foi motivada pelo impacto da leitura de *Casa Grande e senzala* (1933), na ocasião, o pesquisador americano queria testar as hipóteses sugeridas por Freyre e seu trabalho foi traduzido para o português com o título *Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial* (1945). As teses freyreanas eram inovadoras e atraiu intelectuais como Pierson e Bastide para a Bahia, interessados em testar a veracidade de tais ideias. Felte Bezerra era um intelectual atento, percebeu a movimentação sobre o referido tema e *paripassu* com as pesquisas desses cientistas, já em 1939, começou a realizar incursões aos terreiros de Laranjeiras, interior do Estado de Sergipe, e em 1941 publicou seu primeiro texto acerca do debate étnico, pelo IHGSE.

De volta ao Brasil 1939, Pierson regressa na condição de professor catedrático de Antropologia Social contratado pela Escola de Sociologia e Política (ELSP). Sua vinda para instituição foi significativa ao menos em dois aspectos, tanto pela implementação de um modelo institucional como pela importação da problemática trabalhada pela Escola de Chicago sobre estudos de comunidades (PEIXOTO, 2001). A vinda de Pierson ao Brasil como professor catedrático de Antropologia Social é passível de algumas interpretações contextuais.

No âmbito internacional, a antropologia vinha procurando se estruturar como ciência autônoma desde o difusionismo sugerido por Franz Boas nos Estados Unidos. O reconhecimento, entretanto, só ocorreu em 1930 com o lançamento do livro *Argonautas do Pacífico ocidental* escrito por Malinowski, que inovou radicalmente o método antropológico, quando transferiu-se para Nova Guiné e conviveu por longos meses entre os nativos da Melanésia (MALINOWSKI, 1978).

O convívio do pesquisador junto aos nativos possibilitou um olhar afastado da história e por isso diferente do evolucionismo, onde esse elemento é determinante, como também do difusionismo que usa a história como um elemento auxiliar para entender “o todo”. Malinowski radicalizou o método, rompendo com a diacronia e propondo uma perspectiva sincrônica preocupada com a função das instituições (Idem, 1978). As viagens e pesquisas empreendidas por Malinowski se deram entre os idos de 1915 a 1920, portanto durante a Primeira Guerra Mundial, culminando com seu retorno para Inglaterra em 1921, quando este já se encontrava infectado com tuberculose. Enquanto isso, nos Estados Unidos, a antropologia, considerada ciência da alteridade, sofria um novo desafio.

Em Detroit, situada a pouco mais de 300 quilômetros de Chicago, a antropologia, considerada ciência da alteridade, sofria um outro desafio. Em 1907, a revolução taylorista consolidada na fábrica da Ford, em Detroit, dissipou um modelo produtivo que se replicou para o industrial de eletrodomésticos. Esse modelo permitiu que essas fábricas pagassem os melhores salários do mundo a seus empregados; isso produziu um estilo de vida estadunidense (SOUZA, 2020). Em decorrência da Primeira Guerra e, atraídos por esses salários, milhares de trabalhadores de todo o mundo e das mais variadas etnias foram atraídos para as fábricas daquela região (*Id.*, 2020). Isso proporcionou um novo desafio à antropologia, pois seu objeto tradicionalmente classificado como o “outro”, que estava distante, que só se tinha contato por cartas de navegantes, missionários ou informantes, se viu desafiada a pensa-lo como alguém próximo, como alguém do bairro ou algum um vizinho (MELO, 1987).

Considerando o objeto antropológico como algo distante, pelo qual só se tem contato de forma indireta, considera-se o outro como qualquer não europeu, seja ele americano, africano ou australiano. No Brasil elegeu-se o índio como objeto antropológico e essa ideia ganhou reforço no romantismo quando, o amor ao passado e a liberdade, levaram a enaltecer essa etnia, que passou a contar com status de herói nacional por meio de obras como *O Guarani* (1857), *Iracema* (1865) entre outras.

Silvio Romero, por meio de estudos folclóricos-literários, se contrapôs aos românticos, ampliou o leque de possibilidades étnicas e incluiu o negro nesse rol de contribuições formativas do povo brasileiro. E assim nasce no Brasil, uma antropologia altamente vinculada ao folclore, traço que se manteve firme e declarado ainda nos idos de 30 como podemos perceber na passagem sugerida pelos professores Peixoto e Simões (2003, p. 385) ao afirmar que

Desde 1935, por exemplo, a *Revista do Arquivo Municipal* – ligada ao Departamento de Cultura de São Paulo, dirigida e secretariada por Mário de Andrade e Sérgio Milliet, respectivamente – acompanha as pesquisas levadas a cabo na Escola de Sociologia e Política (ESP), contando ainda com a colaboração sistemática dos professores da Faculdade de Ciências e Letras da USP. Esses professores, estrangeiros em sua maioria, estão ligados à Sociedade de Etnografia e Folclore e à Sociedade de Sociologia (Rubino, 1995), participando também da Divisão de Documentação Social e Estatística, criadas por Mário no interior do Departamento de Cultura.

A *Revista do Arquivo Municipal* era formada por professores ligados ao campo etnográfico, folclórico e sociológico, o que reforça a nossa intuição de ascensão de uma antropologia a partir dos desafios que eram postos a essa área do saber. Quanto à reformulação do método e o consequente reconhecimento de um estatuto científico, houve a transformação

do objeto a partir das migrações ocorridas na América do Norte e, finalmente, um ambiente nostálgico, vivido pelos românticos de apego ao passado e amor à liberdade, enaltecendo o índio como herói nacional, negado por Romero que pensou em três etnias como constituintes do povo brasileiro.

E assim, foi sendo constituída, no Brasil, uma antropologia moderna, que trazia a experiência do folclore e das novas perspectivas metodológicas, principalmente com a chegada e liderança de Donald Pierson, assumindo o controle sobre os grupos de pesquisa em São Paulo. De tal forma, foram instituídos cursos nas faculdades de São Paulo, Rio de Janeiro e, posteriormente, em Brasília, que incorporaram elementos etnológicos, literários e folclóricos, unidos aos privilégios do reconhecimento da antropologia como ciência.

Conforme sugerido pelo professor Sergio Miceli (2001), essa safra de institucionalização e difusão das Ciências Sociais no Brasil se propagou de São Paulo, Rio de Janeiro em direção a Minas Gerais e Recife. Acerca desses dois novos polos é possível frisar que eles foram importantes por

Explicitar as peculiaridades alternativas em contextos marcados por uma indiferenciação relativa das elites, por uma estratificação social e ocupacional menos complexa e por um rarefeito mercado local de produção e consumo de bens culturais (MICELI, 2001, p. 24).

Em Minas Gerais, as ciências sociais penetram por meio da organização universitária, através de um grupo liderado por Júlio Barbosa, e contou com o apoio do Governo Federal, além de intelectuais que buscaram um impulso através de empresários e lideranças privadas (MICELI, 2001). Em Pernambuco, esse período de recepção das ciências sociais contou com o protagonismo intelectual de Gilberto Freyre, que se mostrava interessado em recuperar o prestígio de Recife no cenário nacional pré-republicano.

Freyre havia feito doutorado na *Columbia University* e fora orientado por Franz Boas, estava mais voltado para o particularismo histórico. De volta para o Brasil o referido intelectual trouxe o Difusionismo Cultural e desenvolveu trabalhos literários e ensaios culturalistas, com forte diálogo do cotidiano, por meio de receitas culinárias, álbuns fotográficos e outros temas. As ideias apresentadas por Freyre foram responsáveis pela primeira vinda de Pierson ao Brasil, preocupado em testar as hipóteses aventadas pelo sociólogo pernambucano sobre as teorias raciais.

As teses de democracia racial sugeridas por Freyre colocam o Brasil na situação de laboratório racial diante de um mundo em conflito por conta de ideologias racistas. Suas ideias

atraem pesquisadores, capital internacional e chamam a atenção da UNESCO, que encomenda um grande projeto de estudos sobre a população brasileira, no qual

O paradigma da “democracia racial”, associado a Gilberto Freyre, por algum tempo valorizado, inclusive, por causa de sua oposição acintosa às teses do nacional socialismo, é contestado nas bases epistemológicas, na filosofia da história e no programa social e político nele implícitos. Entretanto, ainda num momento de transição, Gilberto Freyre é convidado a participar do projeto em Pernambuco, delegando sua realização ao antropólogo recifense René Ribeiro (MATTA, 2007, p. 38).

Embora nunca tenha escrito propriamente a expressão “democracia racial”, Freyre é tido como um dos sociólogos proponentes de explicação acerca de tal mito social brasileiro. A reflexão do referido pensador pernambucano, por meio da qual há a substituição de uma explicação social dada pela mestiçagem para a miscigenação configurou uma nova geração, situada entre 1930 e 1950, atraindo pesquisadores do porte de Pierson, Willems e o próprio Bezerra, interessados em testar tais hipóteses raciais.

Apesar da inovação teórica sugerida na reflexão de Freyre, ao que nos parece, algumas de suas intuições como a fabula das três raças e o folclore como recurso metodológico foram adotadas por Romero, no final do século XIX. A narrativa de uma nação miscigenada, sugerida por Freyre, interessava ao projeto modernista de Estado dos idos de 1930, de um lado era responsável por amenizar tensões e conflitos, internos à nação, por outro, findou por atrair investimentos e despertou a atenção da recém fundada UNESCO, que passou a financiar projetos de pesquisa no Brasil, com o intuito de estudar esse convívio inter-racial e promover a paz entre as nações associadas.

O referido projeto, encomendado pela UNESCO, transcorreu em quatro diferentes cidades do país, mais especificamente Bahia, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro. O folclore continuou sendo a ferramenta teórico metodológica e a umbanda, pela sua capacidade de dialogo inter-religioso, tornou-se um objeto sedutor para pesquisadores inclinados a provar as teses freirianas.

Mas, o ingresso de nomes no projeto UNESCO, como Oracy Nogueira e Florestan Fernandes, ex-alunos das faculdades paulistas que tinham por objetivo criar uma *intelligentsia* capaz de guiar o projeto de modernidade do país, findou por lançar um novo olhar, contrário a visão macroestrutural de Freyre e adotando um olhar microsocial, por meio do qual a igualdade ideológica anunciada pelo pensador pernambucano não foi percebida nas realidades estatísticas, índices de escolaridade, empregabilidade etc. (PAIXÃO, 2014).

3.5 O projeto UNESCO

A ideia de uma amálgama racial em um país sem racismo, incorporado pelo moderno projeto de Estado brasileiro, estruturava uma utopia da igualdade racial, que despertou o interesse da UNESCO. Logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas criou uma agência responsável por pensar conflitos e mediar conflitos diante da diversidade humana por meio da Educação, Ciência e Cultura. E, assim, entre os dias 01 a 16 de novembro de 1945, ocorreu uma Conferência Geral das Nações Unidas, realizada em Londres, que resultou na criação da UNESCO. A referida agência, especializada na educação e na cultura, teve a difícil missão de manter a paz mundial entre as nações associadas por meio da cooperação intelectual entre essas.

Pautada em um projeto iluminista, a UNESCO acreditava na possibilidade de mudar a maneira como as pessoas compreendem umas às outras. A instituição adotou o referencial cultural e conhecimento como elementos centrais de transformação, capazes de tornar possíveis a convivência entre diferentes povos e suas respectivas experiências culturais. Como parte significativa dessa sua intenção, a instituição em seus primeiros anos ajudou a reconstruir escolas, bibliotecas e museus, destruídos durante o período da Segunda Guerra Mundial.

Preocupada em implementar um vasto programa de combate ao racismo, a UNESCO contou com a colaboração de intelectuais como Claude Lévi-Strauss, Alva Myrdal, Alfred Métraux, Michel Leiris, entre outros. A aposta desde o início era negar os argumentos pseudocientíficos que pairavam no debate racial e assim, em 1949, adota uma primeira “Declaração sobre a Raça”. No site da UNESCO, encontra-se um artigo intitulado “O Correio da UNESCO chega aos 70 anos! Uma leitura inspiradora”³³. No referido artigo, a UNESCO lembra que o periódico mensal, *O Correio da UNESCO* (Idem), foi criado em 1948,

começou com edições em três línguas: inglês, francês e espanhol. Esse número foi aumentando com o passar dos anos até que, em 1988, edições em 35 línguas estavam sendo publicadas – e mais quatro edições em braile, em quatro línguas.

Em 1949, foram produzidas 4 mil cópias da revista; esse número aumentou para 500 mil no início dos anos 1980.

Esse mesmo artigo destaca que o combate ao racismo sempre foi uma prioridade da agência e lembra que

³³ O Correio da UNESCO chega aos 70 anos! Uma leitura inspiradora. Disponível In: < <https://pt.unesco.org/courier/janeiro-marco-2018/o-correio-da-unesco-chega-aos-70-anos-uma-leitura-inspiradora> > acessado em 23 de julho de 2020.

O primeiro artigo de *O Correio* que abordou diretamente a questão da raça veio em novembro de 1949: “*The question of race and the democratic*” (A questão da raça e do mundo democrático, em tradução livre), por Arthur Ramos. Um psicólogo e antropólogo brasileiro que foi diretor do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, Ramos combateu o racismo durante toda sua vida, e foi preso duas vezes pela polícia especial brasileira durante a ditadura de Getúlio Vargas.

O artigo argumentava que: “Em qualquer discussão sobre a reorganização do mundo pós-guerra, deve-se dar particular atenção à antropologia. Nenhuma outra ciência desviou-se tanto de seus fins verdadeiros. Em seu nome, nações inteiras lançaram mão de conflitos, para defender o falso ideal da supremacia racial ou étnica. É, portanto, totalmente natural que a antropologia, de volta a seu lugar adequado e livre dos mitos com os quais foi encoberta, possa agora transmitir sua mensagem científica ao mundo”.

Depois, quando foi lançada a Declaração sobre a Raça e os Preconceitos Raciais da UNESCO “*Statement on Race*” *O Correio* de julho-agosto de 1950 trazia a manchete: “*Fallacies of Racism Exposed*” (Falácias do racismo desmascaradas, em tradução livre). A declaração foi publicada por completo, com as conclusões na primeira página. Foi acompanhada por um artigo, “*Race and civilization*” (Raça e civilização, em tradução livre), de Alfred Métraux, o antropólogo argentino nascido na Suíça. (Ibdem).

A agenda da UNESCO parecia coadunar com as propostas de Gilberto Freyre acerca do bom convívio inter-racial. Então, no ano de 1950, a instituição estabeleceu parcerias com diferentes institutos de investigação situados na Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco com a intenção de

Organizar, no Brasil, uma investigação sobre contatos entre raças ou grupos étnicos, com o objetivo de determinar os fatores econômicos, sociais, políticos, culturais e psicológicos favoráveis ou desfavoráveis à existência de relações harmoniosas entre raças e grupos étnicos. (MAIO, 2007, p. 12)

E assim, por volta de 1950, foi realizado um projeto sobre relações raciais no Brasil patrocinado pela UNESCO. Conforme observado pelo professor Marcos Chor Maio (2007, p. 17)

O trabalho da Unesco representou um novo patamar no padrão de pesquisa existente à época, superando a “aventura pessoal”, como diria Florestan Fernandes (1976 [1962], p. 66). Até então, o trabalho sociológico era realizado com ausência de apoio financeiro, apenas com o “tempo que dispusesse do próprio lazer e de algumas sobras do próprio salário.

Raramente caía do céu uma oportunidade promissora, como aconteceu com a pesquisa entre negros e brancos, suscitada pela UNESCO” (*idem*, p. 66). O patrocínio da agência internacional representava prestígio, recursos e trabalho em equipe, além de ser um passo a frente no processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil.

A referida instituição pretendia conhecer mais sobre as contribuições culturais de brancos, negros e índios no território brasileiro, com a intenção de investigar sobre a harmonia desses povos. Essas pesquisas tomaram o folclore como elemento colaborativo para compreender essas trocas culturais por meio de pesquisas que repercutiram no Nordeste e, por consequência em Sergipe, quando, em 1948, foi criada a Comissão Sergipana de Folclore (CSF), entidade vinculada à Comissão Nacional de Folclore, criada em 1947.

A subcomissão sergipana, dirigida pelo professor Felte Bezerra, esteve dividida em duas alas, sendo uma científica e outra literária. Enquanto a primeira se ocupava de estudos etnológicos e etnográficos, a outra voltava-se para a pesquisa de grandes nomes e personalidades históricas do Estado.

E assim, pelo viés ideológico, a sociedade brasileira parecia ter ganho

No pós-guerra, o consenso doméstico de intelectuais e ativistas antirracistas e já adquirira, naqueles anos de 1950, através do ativismo internacional de figuras como Gilberto Freyre e Arthur Ramos, projeção e reconhecimento mundiais, sob o nome de *democracia racial*, como alternativa de política de combate ao racismo (GUIMARAES, 2007, p. 34).

Essas comissões foram consolidadas no final da década de 40 e início de 50, período no qual as teses raciais de Freyre e seus adeptos começam a ser rebatidas com maior veemência por uma nova geração, formada propriamente em São Paulo. As referidas críticas, em sua maioria, estavam pautadas no “mito da democracia racial”, como as que foram elaboradas por Oracy Nogueira ao professor Felte Bezerra, acusando-o de praticar um modelo epistêmico defasado, pautado em uma análise macroestrutural e de negligenciar as intrigas sociais, conforme sugerido em modelos de análises microssociais.

Essa nova geração de intelectuais paulistas, da qual destacamos Fernandes e Nogueira, adotaram outro modelo interpretativo para análise do problema racial a partir de uma microssociologia do conflito. Mais que isso, eles criticaram as propostas de debate racial sugeridas por Freyre e, por consequência, todos os seus adeptos, que se estendiam dos intelectuais nordestinos, ao qual incluímos Felte Bezerra e *Etnias sergipanas* aos intelectuais estrangeiros impactados por essas ideias, inclusive Donald Pierson, seu antigo professor em São Paulo. Fernandes e Nogueira se opuseram ao modelo freyreano, sugeriram uma análise microssocial e uma substituição do folclore pela cultura popular, enfatizando os aspectos urbanos em detrimento do tradicionalismo agrário do primeiro e, assim, eles reacenderam fagulhas da rivalidade norte e sul.

O professor Pierson, na década de 1940, foi responsável pelos “estudos pós-graduados na ELSP e tornou-se um dos principais protagonistas da então incipiente profissionalização das

ciências sociais no Brasil” (MAIO, 2014, p. 11). Marcos Maio (2014) pesquisou sobre o que Mannheim considera ser um choque entre gerações e destacou a militância política como um ponto de inflexão entre o professor Pierson e seus alunos, Maio (2014, p. 11) salientou então que “Oracy Nogueira (1917-1996) e o antropólogo³⁴ foram do Partido Comunista Brasileiro (PCB) enquanto Florestan Fernandes (1920-1995) militou no Partido Socialista” (MAIO, 2014, p. 11).

O engajamento político por parte dessa geração possibilitou uma diferente compreensão acerca do papel da ciência. Enquanto

Darcy, Oracy e Florestan estavam simultaneamente inseridos no processo de institucionalização das ciências sociais e mantinham uma militância político-intelectual centrada na reforma social em face das transformações urbano-industriais em curso na sociedade brasileira. Na perspectiva de Pierson, por sua vez, a sociologia seria “uma disciplina de pesquisa, não-especulativa e não normativa, de caráter sistemático, interessada primordialmente no desenvolvimento de suas formulações teóricas por meio de investigações concretas e comparativas (MAIO, 2014, p. 11).

Essa compreensão acerca do engajamento científico e do papel político reverberou em duas frentes antagônicas no projeto da UNESCO. Uma liderada por Freyre e suas teses culturalistas, endossadas pelas pesquisas de Pierson e, posteriormente, Bastide sobre negros na Bahia, que foram replicadas por Bezerra em Sergipe e, assim por diante. E, outra frente formada por uma nova geração de pensadores, entre os quais, estavam Fernandes e Nogueira, que refletiam sobre relações raciais pelo viés da dominação e do conflito (MAIO, 2014). A postura contrária ao mestre Pierson foi destacada por Maio (2014), que levou em consideração a história de vida de cada um deles. Recuperando uma fala do professor Fernandes, datada de 1978, onde ele afirmou que

Estabeleceu-se uma base de identificação psicológica profunda, em parte por causa do meu passado, em parte por causa da minha experiência socialista prévia, em parte graças à origem que tenho – descendo de uma família de imigrantes portugueses que se destroçou em São Paulo –, condições sem as quais provavelmente tudo isso não apareceria e eu seria o típico sociólogo profissional “neutro”, “seco” e “impecável”. (FERNANDES, in MAIO, 2014, p. 35).

Enquanto isso, o professor Nogueira

[...] declarava que “a adesão ao socialismo intensificou meu interesse pelas pessoas de cor e seus problemas, dada a frequente coincidência entre a condição de trabalhador e a identificação como mulato ou preto” (NOGUEIRA, in MAIO, 2014, p. 35).

³⁴ Entenda-se o antropólogo Darcy Ribeiro

Essas explicações são interessantes para compreendermos como as dificuldades econômicas e experiências sociais forjaram um itinerário formativo e as escolhas epistêmicas desses intelectuais, que findaram por optar por um engajamento político. O projeto UNESCO, ao eleger duas capitais nordestinas e outras duas na região sudeste trouxe para seu núcleo dois grupos antagônicos, entre culturalistas que seguiam teses freyreanas e, de outro, lado uma nova geração de intelectuais paulistas, inseridos no contexto de urbanização e industrialização e preocupados com as iguais condições de oportunidades entre negros e imigrantes europeus, na cidade de São Paulo.

Apesar dessa exceção, o projeto UNESCO, em linhas gerais, era muito afinado com as ideias sugeridas por Freyre e continuava apostando na imagem do Brasil como um laboratório racial. Um exemplo dessa aposta está no artigo estampado no jornal *O Correio*, editado pela instituição, publicado entre agosto e setembro de 1952, em um artigo assinado por Alfred Metreaux com o título “informe sobre las relaciones raciales em el Brasil”, onde o autor se propôs a responder a seguinte questão:

¿Cuál es la razón de que la Unesco haya elegido el Brasil para realizar allí una investigación sociológica sobre relaciones raciales? En este artículo desearíamos responder cabalmente a esa pregunta, que se nos ha formulado repet veces. Puede parecer sorprenden le. Em efecto, que para realizar. un estudio de esa índole una organización internacional elija un país que, según todas las trazas, no presenta ningún problema urgente al respecto. Estamos tan acostumbrados a dirigir concentradamente nuestros esfuerzos al estudio de condiciones os estados de crisis, que resulta lógico que una situación más o menos armoniosa escape a nuestra atención.

Se saluda al Brasil como a uno de los raros países que han llegado a implantar en el mundo la «democracia racial». Pero la ciencia no puede darse por satisfecha con comprobar estas cosas de un modo general: la ciencia quiere saber si esta armonía es real o sólo aparente, y si manifiesta de la misma manera en todos los medios sociales y en todas las regiones del Brasil (METREAU, 1952, p. 6).

Metreaux (1952) fala do papel das ciências sociais acostumadas a pesquisar em momentos de crises do interesse em pesquisar um objeto que, aparentemente, vive um estado de harmonia. Ele lembra que o Brasil traz um legado para a humanidade e que, esse exemplo desperta no homem de ciência

el deber de preguntase cuales han sido los factores determinantes de que el Brasil se libere de los frutos amargos que en tantas otras partes ha producido la discriminación racial Con la esperanza de extraer una lección del caso brasileño, la Unesco há delegado en diversos equipos de sociólogos, antropólogos y psicólogos la tarea de completar los trabajos ya existentes por medio de estudios llevados a cabo en regiones no examinadas todavía y en grupos sociales diferentes de los ya considerados (METREAU, 1952, p. 6).

Na sequência dessa edição, o jornal *O correio* trouxe quatro artigos assinados respectivamente por Gilberto Freyre, Roger Bastide, Costa Pinto e Thales de Azevedo, a partir de pesquisas nas regiões de Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, respectivamente. Esses pensadores apresentaram reflexões fruto do

trabajo realizado por ellos consistió en el estudio, por contacto directo y observación de casos determinados, de las actitudes de la población de cuatro grandes zonas metropolitanas del país hacia los problemas raciales, y en particular hacia el negro y su posición en la escala social (METREAU, 1952, p. 6).

Em sua análise, Freyre (1952, p. 7) voltou a tratar das três raças formadoras do povo brasileiro. Ele observou que

Mucho de lo que contribuye a cimentar este vigoroso comienzo de una cultura originalmente brasileña se debe a que el negro, gracias al trato relativamente liberal de que fuera objeto por parte del portugués, ha tenido oportunidad de expresarse como brasileño, no viéndose forzado a comportarse como un intruso desde el punto de vista étnico y cultural; como brasileño de origen africano, no como africano indeseable que nunca debiera haber sido introducido en el país.

Freyre (1952, p. 07) falou do empenho português em capturar

en Africa esclavos, utilizados luego para trabajos domésticos y como mano de obra en las plantaciones. Algunos de estos esclavos fueron tratados como miembros de las propias familias blancas, por las que llegaron -a- sentir, como es natural, una devoción enorme

Ele lembrou que eram os negros da Casa Grande os principais responsáveis pela formação dedicada

a los que de niños se enseñó y educó igual que a los hijos de esas familias, y a quienes se casó de la manera más cristiana del mundo con blancos de origen portugués (FREYRE, 1952, p. 07-08).

O índio foi lembrado como elemento nativo e de um trato difícil para a escravidão, dado ao seu traço antieconômico, assim descrito:

Se trajo al negro como esclavo, primero para completar las filas serviles del indio, natural del lugar, y luego para reemplazarlo, por ser éste tan difícil de mantener en la esclavitud que su empleo resultaba antieconómico. Los indianófilos encuentran en el hecho de ser el indígena tan difícil de capturar y mantener en esclavitud una prueba de que fué y es étnicamente superior al africano, en quien los psicólogos dedicados al estudio de cuestiones sociales, como McDougall, no han vacilado en encontrar una especie de instinto de sumisión (FREYRE, 1952, p. 07)

Freyre finaliza seu texto lembrando das contribuições de cada etnia para a música brasileira, a culinária, incluindo receitas picantes e afrodisíacas, as contribuições árabes, tema comum a Câmara Cascudo, das fábulas de animais e da curiosidade etnográfica de museus sobre essas culturas. Na sequência Roger Bastide tratou das relações raciais em São Paulo evidenciando o processo de urbanização e industrialização como oportunidade de emprego em meio ao anonimato das grandes metrópoles.

A chamada editorial da UNESCO (1952, p. 09) que apresenta o professor Bastide, apresenta o Brasil como

[...] uno de los pocos países que han logrado armonía y democracia raciales; y aunque en él puedan encontrarse unas pocas notas discordantes, capaces de turbar las relaciones entre blancos y negros en ciertas grandes ciudades industrializadas, esas notas no hacen sino destacar la condición social alcanzada por el negro en el resto de la nación.

Acerca desse fenômeno, o professor Bastide (1952, p. 09) observou a cidade de São Paulo colocando-a como “[...] segunda ciudad del país, con más de un millón y mediu de habitantes, y el mayor centro industrial de toda América Latina”. Em sua análise o professor Bastide (1952, p. 09) lembrou que

La urbanización y la industrialización presentan oportunidades que el hombre de color ha sabido aprovechar con agudo sentido de la realidad. Cuenta. en primer lugar con el anonimato de la gran ciudad, que le permite escapar al paternalismo de las viejas familia-s rurales y a la capitulación pasiva o la sumisión servir ante el blanco.

La vieja sociedad brasileña favorecía la ascensión del mulato o del negro, pero al mismo tempo la restringía, efectuando para ello una rigurosa selección. La urbanización e industrialización, conjuntamente con las leyes obreras, que se aplican a todos los trabajadores, sin distinción de color o de origen, tienden actualmente a substituir ese ascenso de unos pocos individuos por el ascenso del grupo de color en su totalidad.

E, conclui afirmando:

Quiero decir con ello que todas esas gentes serán tratadas como blancas gracias al anonimato de la gran ciudad, que no permite el control genealógico de las familias; pero también quiero decir que habrán adoptado, contra los que siguen siendo «de color», los misnros prejuicios y los mismos complejos de los blancos (BASTIDE, 1952, p. 09).

O dossiê editado e patrocinado pela UNESCO recebeu o nome de “Brasil: un vasto estudio sobre las relaciones raciales”. Ele investigou acerca da realidade racial no Brasil em quatro capitais brasileiras e teve o professor Costa Pinto como responsável pelas pesquisas na

cidade do Rio de Janeiro. Seu artigo foi assim anunciado pelo editorial da UNESCO (1952, p. 10)

El artículo que publicamos en esta página constituye un resumen de las conclusiones formuladas por el Profesor L. A. Costa Pinto en su estudio “El Negro en Río de Janeiro - Las relaciones raciales en una sociedad en evolución”. Dicho estudio será publicado por la Unesco en 1953.

Costa Pinto (1952, p. 10) apresentou em sua pesquisa no Rio de Janeiro

grandes analogías con la descrita a propósito de São Paulo. También en la capital del Brasil, la integración armoniosa considerada como característica de las relaciones interraciales en el país no corresponde a la realidad que se desprende las investigaciones sociológicas realizadas.

Ele lembrou de uma categoria proposta pelo sociólogo Renzo Sereno e ratificou a ideia de uma harmonia racial, escrevendo

[...] Tras dicho dogma se disimulan no obstante ciertos sentimientos de rencor y un malestar evidente. Podemos. Pues para servinos de una expresión muy utilizada por el sociólogo Renzo Sereno a propósito de Puerto Rico-calificar ese fenómeno de *criptomecanismo*. onsieste el mismo en el miedo a admitir, o en el deseo de esconder la importância que en realidad se atribuye a la cuestión de raza y color. Tal negativa a enfrentar los hechos responde a diversas causas. La primera hemos de buscarla en las formas extremas que ha revestido el racismo en otros países, y que, por comparación, muestran la situación brasileña como un modelo de tolerancia y armonía social [...] (PINTO, 1952, p. 10).

Por fim, temos os resultados da pesquisa desenvolvida por Thales de Azevedo, intitulada “Bahia: la metropolis negra” classificada pelo autor como

las mejores relaciones sociales entre blancos y personas de color son probablemente las que se registran en las regiones colonizadas por los portugueses en los cuatro últimos siglos. [...]. En realidad, una de las características de la civilización brasileña es la convivencia armónica de diversos grupos étnicos, oriundos del propio país, de Europa, de Africa y, más recientemente, de Asia; grupos que constituyen actualmente la población de aquella tierra. En varios otros países, la convivencia entre blancos de diversas procedencias os diversos grupos de color es igualmente pacífica y exenta de tensiones; pero en pocas partes del mundo moderno serán más satisfactorias que em el Brasil las relaciones entre blancos y hombres de color, especialmente por lo que se refiere a los descendientes de los viejos esclavos africanos (AZEVEDO, 1952, p. 14).

Os autores curiosamente realizaram pesquisas em quatro capitais, sendo todas essas grandiosas em seus papéis, Salvador e Recife, no Nordeste, antigo eixo político e econômico e São Paulo e Rio de Janeiro, que respondiam pelos centros econômico e administrativos do país naquela época. Em linhas gerais, os autores no Nordeste destacaram o empreendimento

português e sua adaptabilidade ao cruzamento inter-racial. O professor Azevedo (1952, p. 15) salientou

Que en Bahía se hallan reducidos a un mínimo los antagonismos entre individuos y grupos étnicos diferentes. Estos antagonismos, por otra parte, quedan atenuados por los procesos de ajuste que actúan también en otros sectores de la vida social, limando las asperezas del conflicto individual y restando agresividad a la competencia.

Por sua vez, nas cidades ao sul do país, seus pesquisadores enfatizaram a urbanização enquanto elemento essencial para o anonimato, diferente do trato personificado de como eram tratados os negros nas zonas produtoras de cana-de-açúcar. Bastide, em São Paulo e, Costa Pinto, no Rio de Janeiro, enalteceram o fenômeno da industrialização como oportunidade de emprego, projeção social e visibilidade do indivíduo que, dada à harmonia racial, poderia concorrer livremente aos cargos ofertados. Apesar das críticas advindas da geração de 1950, que passaram a utilizar o marxismo e priorizaram os conflitos em suas investigações, a preocupação da UNESCO era com a boa convivência e a harmonia inter-racial, eixo que norteou a tônica comum aos quatro artigos.

Do ponto de vista do método e do objeto, muitos dos defensores da ideia de harmonia racial fizeram valer-se das pesquisas por meio do folclore, investigando e catalogando contribuições e trocas culturais próprias a cada grupo. O objeto de muitas dessas pesquisas se dava pela umbanda, uma religião que, dada a sua capacidade de dialogar com o catolicismo, kardecismo e o candomblé, findou atraindo a atenção de cientistas preocupados interessados em examinar as teses sobre a miscigenação e boa convivência inter-racial.

Felto Bezerra foi um dos pioneiros a recepcionar as ideias sobre o debate racial sugeridas por Freyre. Essa afirmação pauta-se pelo fato do pesquisador sergipano ter realizado, já em 1939, incursões etnográficas aos terreiros de Laranjeiras, em 1939, junto ao amigo e médico Garcia Moreno. Essas incursões estão situadas entre a ida de Pierson para a Bahia, onde permaneceu por dois anos, permanecendo entre 1935 e 37, coletando dados para sua tese de doutorado denominada *Negroes in Brazil: a study of race contact in Bahia*.

As incursões de Bezerra aos terreiros de Laranjeiras em 1939 são anteriores à ida de Roger Bastide para a Bahia, em 1941, ano no qual o intelectual sergipano, já demonstrando seu interesse pelo tema, publicou o texto “unidade étnica” (1941) pela Revista do IHGSE. No nosso entender, o professor Bezerra percebeu a importância do tema para o debate naquele momento. Sua capacidade e liderança o levou a presidir a Comissão de Folclore de Sergipe (CFS) em 1947, onde apresentou um texto fruto de uma observação etnográfica em uma festa de xangô ocorrida na Atalaia Velha, na capital sergipana.

O trabalho gozou de boa repercussão no evento e, estimulou seu autor a pesquisar seu antigo professor, Artur Ramos. Mas, o texto chamou a atenção mesmo foi de Emilio Willems, que percebeu afinidades entre esse e as ideias sugeridas por Pierson, se propondo a orientar seu aperfeiçoamento, de modo a publicá-lo na *Revista Sociologia* (ELSP). No que tange à importância do referido texto e sua repercussão nacional, o professor Petrônio Domingues (2019, p. 130) avalia que

Se Freire Ribeiro se apropriou da literatura para abordar os cultos afro-brasileiros, Felte Bezerra preferiu se valer da linguagem acadêmica. Em 1947, o antropólogo sergipano assistiu a uma festa do “xangô” de Zeca, situado nas imediações do bairro de Atalaia Velha, e produziu um relato etnográfico metuculoso. O “terreiro” funcionava dentro da própria residência do “pai de santo”, uma casa de “estilo rural nordestino, de telha vã, com alpendre e atijolada interiormente” (Bezerra 1984 [1950]:137-142). O relato de Felte Bezerra deve ser compreendido no contexto de expansão dos xangôs em Sergipe, quando alguns intelectuais sinalizaram interesse em cartografar as “sobrevivências” africanas no estado. Porém, se, por um lado, se ampliou o número de centros de cultos e de adeptos da religião, por outro, ampliou-se também o número de reclamantes. Em 18 de fevereiro de 1939, o *Correio de Aracaju* publicou o referido artigo em sua primeira página.

Na referida passagem, Domingues (2019) alerta para o contexto de expansão dos xangôs e da preocupação de intelectuais em registrá-los. De acordo com o Antônio Flávio Pierucci (2021)³⁵ as religiões afro traziam um certo grau de encantamento à medida que eram capazes de dialogar com o catolicismo, o espiritismo kardecista e o candomblé. Dialogando com uma vasta diversidade étnica, houve um tempo que as religiões afro brasileiras despertaram muita atenção dos pesquisadores sociais, que passaram a considerá-las como uma manifestação propensa ao sucesso, dado esse perfil agregador. Lamentavelmente, a falta de federações e entidades que agregassem uma unidade, junto a autonomia de cada centro ou terreiro, criou uma competição entre esses e essa previsão de estudiosos não se concretizou (PIERUCCI, 2021).

Norteador por esse conjunto, acreditamos que a intenção do professor Bezerra, mais uma vez, não era a de estudar o racismo em si, em termos de conflitos, como pensado pela geração seguinte composta por Nogueira, Fernandes etc. A geração de Bezerra estava mais alinhada com a substituição do pessimismo da mestiçagem sobre a nação pelo modelo encantado da miscigenação, responsável por um ufanismo que despertou o interesse interno do Estado e atraía pesquisadores interessados em comprovar tais teses.

³⁵ PIERUCCI, Antonio Flávio. Religiosidade, racionalização e desencantamento. In Balanço da contemporaneidade. Gravado em 11 de maio de 2004. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=F9eR1Awny-U&t=27s> > acessado em 05 de outubro de 2021.

O conflito relatado pelos pesquisadores não era de ordem econômico-social, mas, em especial, relativos à manutenção da paz. Lembremo-nos que os terreiros desse período, via de regra, precisavam de registros em delegacias e, isso servia como controle social e mote norteador das normas de códigos que deveriam seguir aqueles adeptos. Sobre esse tema, o professor Domingues remete às palavras de Bezerra, afirmando

A nossa reportagem constatou, ontem, a existência de um “toré” na Getimana, dirigido por um grupo de pretos que se entregam, ainda hoje, ao fetichismo africano. Lamentável é que os cafuzos que organizam a extravagante festa, onde os atabaques e abocós entram numa barulheira infernal, incorporem ao grupo crianças que deveriam ser encaminhadas à escola. A polícia deve dar um passeio àquela zona e acabar com o tal “toré”, que é um atentado à moral e à civilização. (BEZERRA *apud* DOMINGUES, 2019, p. 130).

Domingues (2019) lembra do relato etnográfico de Bezerra como uma primeira publicação, onde o xangô sergipano adentra nos principais circuitos de produção acadêmico-científico, dentro e fora do Estado. Do ponto de vista metodológico, o professor Bezerra pôs em prática a etnografia que havia aprendido na FAMEB, e experimentado, junto ao amigo e médico Garcia Moreno, nos terreiros de Laranjeiras, em Sergipe.

Se, de um lado, interessava à UNESCO a proposta de harmonia entre diferentes povos e etnias, por outro, Bezerra estava ciente da relevância desse tema e da importância de estudar as religiões afro por uma perspectiva sincrética, culturalista. Não por acaso, os pensadores que perseguiam a ideia de miscigenação foram convidados a liderar as comissões de folclore encomendadas pela UNESCO. Freyre, como mentor dessa ideia que inspirou diversos pesquisadores, foi convidado a liderar as pesquisas no Recife, mas, ele declinou da oferta e repassou o convite a René Ribeiro. Em Sergipe, a formação e liderança do grupo coube a Felte Bezerra, que findou por apresentar um trabalho em total sintonia com os interesses dessa agenda e de seus patrocinadores.

De posse das ideias sugeridas por Romero, acerca da relação entre como o debate racial e o folclore desembocaram no pensamento social brasileiro, apresentamos um diagrama, norteador por indicações metodológicas sugeridas por Collins (2004). Nessa imagem, percebemos com essas ideias foram questionadas, mas se mantiveram fortes, norteador os debates de modo tácito até os idos de 1930, quando Freyre propôs uma substituição da mestiçagem pela miscigenação, mas, nutriu a tese das três raças formadoras do povo brasileiro e todo um conjunto de pesquisadores, que quiseram testar as hipóteses freyreanas, na transição das décadas de 1930 e no decorrer da década seguinte, manteve-se aliado metodologicamente ao folclore, passando a investigar sobre o sincretismo religioso existente nos terreiros, como

O diagrama em questão traz como elemento central o tema do pensamento social brasileiro. Na parte superior esquerdo, partimos das contribuições de Silvio Romero, seguindo com as contestações advindas de Manoel Bomfim e depois as críticas empreendidas por médicos e sanitaristas, bem como o reforço ideológico-literário, de personagens que moldaram o estereótipo do ieário brasileiro. A coluna dorsal do diagrama apresenta então uma primeira tentativa de modernidade estético-literária, arquitetada por uma elite paulista, que não se fez reverberar pelo Brasil e que, contrapartida, findou por suscitar um movimento regionalista, que tinha um núcleo nordestino, mas atuava em também no Sul, englobando, os pampas gaúchos e o regionalismo soteropolitano, caracterizado pelo sincretismo religioso e litorâneo, em oposição às mazelas e sofrimentos do sertão.

Gilberto Freyre e Jorge Amado lançaram obras que tinham em comum o protagonismo negro na cultura brasileira, mas essas teses necessitavam de comprovações empíricas. Vem então os intelectuais da geração de 1930 e 1940, com eles a preocupação em testar tais hipóteses. Esse grupo de pensadores, muitos deles associados aos institutos históricos de seus respectivos Estados, além de pesquisadores estrangeiros, passam então a se debruçar sobre as relações sociais nos terreiros. Na transição da década de 1930 e início do decênio seguinte, Pierson elaborava sua pesquisa de doutorado sobre as relações sociais na Bahia. Em 1939, Felte Bezerra e Garcia Moreno realizavam incursões etnográficas aos terreiros de Laranjeiras. Por sua vez, Bastide fora atraído a investigar o candomblé na Bahia em 1941, convencido que ali encontraria a mais genuína manifestação sincrética. Todos esses autores e suas pesquisas, colocavam em teste as hipóteses de bom convívio inter-racial aventadas nos livros *Casa Grande e Senzala* e *Jubiabá*, obra que tinha em comum o protagonismo negro na cultura brasileira.

4 FELTE BEZERRA: ITINERÁRIO DE UM INTELLECTUAL

Felte Bezerra (1908-1990) foi um intelectual sergipano, natural de Aracaju, graduado em odontologia pela FAMEB (1933). Ainda durante a sua graduação, Bezerra decepcionou-se com a falta de compromisso do corpo docente no curso, em sua maior parte, constituído por médicos que não dedicavam a mesma atenção a outros cursos da saúde. Seguindo uma tradição familiar, no ano seguinte à sua formatura, Bezerra ingressou para o magistério lecionando inglês e, em 1938, defendeu sua tese intitulada *Da terra*, tornando-se catedrático em geografia, por meio da qual acionou sua verdadeira vocação na antropologia³⁶ (DANTAS, 1998; DANTAS; NUNES, 2009).

Em 1939, Bezerra ingressou no IHGSE e fez incursões etnográficas aos terreiros de Laranjeiras, acompanhando o médico e psiquiatra Garcia Moreno, que investigava sobre fenômenos de transe e possessão em rituais afro-religiosos. Na década de 40, o professor Bezerra, transitando pela geografia, folclore, história, sociologia e antropologia, fez parte de um cenário intelectual e ganhou reconhecimento nacional que o levou a escrever seu livro referência *Etnias Sergipanas* (1950).

A obra seguia intuições de Silvio Romero, que transitaram posteriormente por Gilberto Freyre, por meio da qual o pensador, tomando o Estado de Sergipe como amostra, procurou analisar diferentes grupos étnicos formativos dessa população. O livro atendia a um apelo de Pierson diante da necessidade de esquadrihar a geografia e a população do Brasil por Estados, para, assim, se pensar estratégias desenvolvimentistas. O trabalho foi orientado e prefaciado por Emilio Willems, que percebeu a ligação entre as ideias de Bezerra e seu colega de trabalho o professor Pierson.

O livro contou com uma tiragem de 500 exemplares e, foi publicado pelo IHGSE, que tinha, como então Presidente, o amigo e médico Garcia Moreno. A boa receptividade do livro, que é elogiado por nomes como Donald Pierson, Roger Bastide, Câmara Cascudo, serviu como carta-convite para que Bezerra ingressasse na recém-criada FAFI, fundada em 12 de julho de 1950 (DANTAS, 1998; DANTAS; NUNES, 2009; DANTAS, B. 2020) E assim Bezerra foi

³⁶ Lembremo-nos que o debate antropológico tem por base o estudo da alteridade e o dilema do atraso brasileiro trilhava uma explicação que era determinado pela mistura racial. A antropologia enquanto ciência estava vivenciando uma revolução metodológica nos idos de 30, com as pesquisas realizadas por Malinowski nas ilhas Trobriandes. A antropologia, apesar de consolidado um método a partir do referido trabalho, entre os idos de 1930 e 40 ainda não havia difundido propriamente tal metodologia.

Enquanto isso, intelectuais brasileiros, norteador por sugestões advindas de Silvio Romero, procuravam acessar informações e levantamentos culturais pela literatura, os contos e romances, bem como pelo folclore. Do ponto de vista metodológico, Felte Bezerra além de acessar crônicas e cartas de viajantes, trazia consigo o método empirisco adquirido em sua graduação na Faculdade de Medicina da Bahia e já em 1939, de modo simultâneo às pesquisas de doutorado de Donald Pierson, iniciadas em 1937, praticava incursões etnográficas aos terreiros de Laranjeiras, praticando uma antropologia que estava na crista metodológica.

convidado a lecionar as disciplinas Etnologia Brasil, Geografia Humana e Antropologia Física na Faculdade Católica de Filosofia (FAFI)³⁷.

Ainda fruto desse prestígio e como sucessão da chapa onde ele era o vice-presidente de Garcia Moreno, em 15 de julho de 1951, Bezerra foi eleito Presidente do IHGSE. Ele assumiu o cargo em 06 de agosto de 1951, nesse momento ele “já reconhecido nacionalmente como um estudioso sério, competente e merecedor de grande honraria” (DANTAS, 2012, p. 217) e permaneceu por um mandato no cargo até o ano de 1953.

O ano de 1951 foi muito intenso na vida de Bezerra, além de assumir várias atividades, ele juntamente com outros intelectuais, seus conterrâneos, fundaram a Sociedade de Cultura Artística de Sergipe (SCAS), onde permaneceu e ficou na direção por sete anos (1951-1958). Nesse mesmo ano, mais especificamente em 1º de dezembro de 1951, Bezerra foi recebido por João Perez Garcia Moreno para sua posse na cadeira número 2 na Academia Sergipana de Letras (ASL), que tem como patrono Silvio Romero.

Bezerra ingressou no cenário intelectual no final da década de 30, amadureceu ideias, ganhou projeção e visibilidade entre os idos de 40 e viveu o auge de sua primeira fase na primeira metade da década de 50 que culminou com sua transferência para o Rio de Janeiro em 1960. Entre os intelectuais sergipanos da década de 40,

Felte Bezerra sempre foi uma pessoa correta, sisuda, de pouca conversa. Era bem o filho de Abdias Bezerra, o grande mestre do nosso tempo ao lado de Arthur Fortes e de Clodomir Silva. Culto e talentoso, derivava sempre, para a área do ensino e da investigação. Leal, sincero, amigo dos seus amigos, valorizava o renome da década de 40. Ali estava o homem que iria escrever, depois, *Etnia Sergipanas*, um livro capaz de fixar uma reputação literária e cultural. Um ser humano ágil, leve e destro. (CABRAL, 1980, p. 64).

Seu nome é destacado enquanto antropólogo pelas pesquisas de Beatriz Dantas (1998, 2009) e por Verônica Nunes e Beatriz Dantas (2009). O professor Ibarê Dantas lembra a atuação de Felte junto ao IHGSE, seu trabalho como fundador do Centro Cultural de Sergipe, vice-presidente da Associação Comercial de Sergipe e diretor da Sociedade de Cultura Artística de Sergipe (SCAS) (CARDOSO, 2014). O professor e historiador Fernando Sá (2009) aponta correlações entre esse e a tradição do IHGB, e se reporta a Felte como um dos melhores pesquisadores sergipanos dos dias presentes, misto de geógrafo e historiador. Bezerra é destacado como educador nos textos de Garcia Moreno (1952), diante da sua posse na Associação Sergipana de Letras (ASL), por Jackson da Silva Lima (1984), Gustavo Aragão

³⁷ A FAFI consolidou diversos cursos ao longo da década de 50 a exemplo de Serviço Social em 1954 e Medicina em 1959. Dessa agremiação de cursos derivou então a Universidade Federal de Sergipe em 1960.

Cardoso (2005) e pela professora Thetis Nunes (1992), logo após o seu falecimento, conclamando-o como seu grande professor (MAYNARD; SOUZA, 2016). Bezerra tem uma produção intelectual de relevância, reconhecida pelo campo intelectual a nível nacional com uma produção atenta e na crista da produção do que ocorria nas ciências sociais no Brasil do seu tempo.

4.1 Uma incursão biográfica

Felte Bezerra (1908-1990) era filho de Esmeralda Araújo Bezerra e Abdias Bezerra, e descendia de uma família de educadores, seu avô paterno, João Amâncio Bezerra, lecionava em Siriri, cidade do interior do Estado de Sergipe. Aos seis anos de idade, Felte Bezerra ficou órfão de mãe e passou a ser criado por seu pai, Abdias Bezerra e uma tia paterna chamada Eurídice Bezerra. Felte estudou no Colégio Tobias Barreto, na cidade de Aracaju. Em sua autobiografia (BEZERRA, 1988) ele destaca a importância e influência dos professores, José de Alencar e professor Zezinho no ensino primário, além dos professores do ensino secundário Alcebíades Correa, Arthur Fortes, Manuel Franco, José Augusto Lima e seu pai, professor Abdias Bezerra, considerado por Felte mestre de tudo, pela sua capacidade de transitar nas mais diversas áreas.

Abdias Bezerra nasceu na cidade de Siriri, em 07 de setembro de 1880, era filho de João Amâncio Bezerra e Hermínia Rosa Bezerra. Estudou o curso primário nas cidades de Siriri, Itabaiana e Japaratuba, depois, transferiu-se para Aracaju, onde estudou o curso secundário no colégio Ateneu Sergipense. No ano de 1900, Abdias Bezerra ingressou na Escola Militar do Realengo, na cidade do Rio de Janeiro, onde realizou o ensino secundário e o primeiro ano do ensino superior. Quatro anos depois, em 1904, Abdias Bezerra foi expulso da referida instituição por ter participado da Revolta da Vacina, quando, então, voltou para Aracaju e deu início à sua carreira docente, trabalhando em escolas particulares.

Em maio de 1909, Abdias Bezerra prestou concurso e foi aprovado para a cátedra de Francês do colégio Ateneu Sergipense. Dois anos depois, em 1911, o professor Abdias Bezerra passou a lecionar álgebra e aritmética no curso ginásial. Ele também ensinou português e, em 1915, assumiu as cadeiras de Geometria e Trigonometria.

Em novembro de 1922, Abdias Bezerra assumiu o cargo de diretor de Atheneu Sergipense. Em abril de 1923 foi dirigir o curso comercial do Conselheiro Orlando e em maio do mesmo ano passou a exercer o cargo de diretor da instrução pública do Estado. (NASCIMENTO J., 2004, p. 36).

Nesse mesmo ano, o professor Abdias Bezerra foi a São Paulo com a intenção de estudar o programa de reformas educacionais implementadas naquele Estado. Ficou sob a responsabilidade do professor Bezerra a criação de um novo modelo de ensino em Sergipe, pautado na Escola Nova, oficializado em Sergipe, pelo Regulamento da Instrução Pública editado, no dia 11 de março de 1924 e assinado pelo então Presidente de Estado Maurício Graccho Cardoso (NASCIMENTO J, 2004). No dia 14 de julho de 1944, morreu o professor Abdias Bezerra, seu corpo foi velado na rua de Maroim, onde residia seu filho Felte Bezerra, seu velório reuniu autoridades políticas que enaltecera a importância pública do mesmo.

Em sua autobiografia, Felte (1987) se reportou a Abdias Bezerra, juntamente com o professor Alcebíades Correia como

Mestres de tudo, mas, principalmente, de caráter. Ambos eram capazes de lecionar qualquer disciplina. Completamente, devo mencionar um terceiro professor, Arthur Fortes, que também influenciou com seus exemplos em minha formação. Abdias ensinou-me um ano de francês, matemática, desenho geométrico, física e química. Alcebíades ensinou-me um ano de francês, inglês, português, geografia e biologia. Fortes um ano de francês, história geral e do Brasil. (BEZERRA, 1987, p. 2)

Alcebíades Correia Paes nasceu no dia 10 de junho de 1883 e, era natural de Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas. Graduou-se em medicina na cidade do Rio de Janeiro (1907), ingressou no Atheneu Sergipense para a cátedra de Inglês e ficou reconhecido como médico humanista, alguém amante da cultura, líder do Clube Esperanto, que participava de modo incansável dos principais movimentos voltados para o

Progresso intelectual e moral dos sergipanos, tais como a *Liga Sergipana Contra o Analfabetismo* (1916) e o *Centro Socialista Sergipano* (1918), bem como da comissão para criação do Recreio Clube. Foi um dos grandes nomes do magistério sergipano. Faleceu em 20.07.1927. Entusiasta dos movimentos culturais, na criação IHGSE participou ao lado do seu irmão, Major Zacarias Correia Paes, e de seu pai, José Correia Paes, todos como sócios fundadores (DANTAS, 2012, p. 39).

Felte Bezerra estudou no Colégio Tobias Barreto. Em 1925, ele estava com 16 anos de idade, havia concluído o ensino médio, quando viu muitos colegas de escola partirem para outros Estados, na busca de cursos superiores. Desprovido de faculdades, os estudantes do Estado de Sergipe que buscavam uma graduação tinham de se deslocar para outras cidades, sendo Bahia e Recife as mais próximas. Mas, Abdias Bezerra, pai de Felte, era um professor e não dispunha de recursos financeiros suficientes para lhes ofertar tais condições de estudo em outro Estado.

Felte, então, participou de um concurso para o Banco de Sergipe e foi aprovado em primeiro lugar. Mas, a presença do professor Abdias Bezerra como um dos membros julgadores na seleção gerou dúvidas e questionamentos acerca da neutralidade da banca, como consequência, Felte foi então realocado para terceiro lugar, só vindo assumir a função no dia 02 de outubro de 1925, quando se tornou funcionário do banco. No ano seguinte, em julho de 1926, com menos de um ano de atividades no banco, Felte assumiu como gerente do escritório comercial de uma empresa exportadora de sal e outros produtos menores, em uma empresa pertencente ao senhor Heráclito Rocha. Diante da crise econômica mundial de 1929, vieram as dificuldades econômicas nos negócios e os atrasos salariais. E assim, no dia 30 de novembro de 1929, Felte Bezerra decidiu afastar-se da referida empresa e assim buscar seu ingresso em um curso de graduação.

Sem querer sacrificar seu pai, um professor provinciano, com uma família relativamente grande e com poucos recursos financeiros (BEZERRA, 1987), Felte junta o dinheiro acumulado ao longo de anos de trabalho e decide ir para Salvador estudar em um curso preparatório para o vestibular. Sua vontade inicial era fazer medicina, mas findou por optar pela odontologia, um curso menos extenso e mais barato (DANTAS; NUNES, 2009). Ele foi aprovado no vestibular, com uma média de 8,75 ficou em primeiro lugar em Odontologia, na Bahia e assim ingressou para a área de cursos que contemplavam Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária na Faculdade de Medicina na Bahia, onde estudou de 1930 a 1933 (BEZERRA, 1988).

Ainda nos tempos de graduação, veio a decepção com o curso, na sua avaliação, decorrente, em grande parte, da fragilidade do corpo docente (BEZERRA, 1988). De acordo com Bezerra (1988, p. 6)

dois ou três professores de valor e o resto de uma mediocridade sem par [...]. Minha sorte foi que na pensão de estudante pobre onde morei em Salvador, juntei-me a conterrâneos [...] a maioria era de estudante de medicina e com eles fui aprendendo muitas coisas.

Conforme descrito por Bezerra (1988), em sua estada na Bahia, sua maior alegria vinha do convívio e brincadeiras com outros acadêmicos sergipanos nas pensões de Salvador, entre os quais, Garcia Moreno, Lourival Bonfim, Marques Guimarães (MACHADO, 1998). O Trabalho de Conclusão de Curso de Bezerra foi intitulado *O Primeiro Dente* onde ele argumentou que, na primeira dentição, não há uma doença específica, mas uma fragilidade na criança decorrente de uma menor resistência por parte dos primeiros alvéolos (OLIVEIRA, 2017). Bezerra graduou-se em odontologia no dia 20 de novembro de 1933, sua dedicação nos

estudos lhe rendeu, juntamente com outros quatro colegas primeiros colocados da turma, uma “viagem de estudos” para o Rio de Janeiro, assim descrito pelo próprio: “[...] na verdade um passeio de 15 dias” (BEZERRA, 1988, p. 5), quando por fim, em dezembro de 1933, retornou a Aracaju.

4.2 Formação intelectual

Ao longo de seu itinerário formativo, Felte Bezerra estudou o ensino primário e secundário no Colégio Tobias Barreto, dirigido por José de Alencar Cardoso, o professor Zezinho. Foi aluno dos professores Alcebíades Correa Paes, Artur Fortes e do próprio Abdias Bezerra, sua grande inspiração, mestre de várias disciplinas, inclusive, francês “nativo” sem traduções³⁸.

Em sua autobiografia, Bezerra (1988) enaltece três de seus professores, sendo eles: o professor Zezinho, que além de diretor do colégio Tobias Barreto, foi lembrado por Felte como um excelente pedagogo e, mais tardiamente, como membro da família, cunhado de seu pai, professor Abdias Bezerra; que, além de ser pai, do próprio Felte foi seu professor no secundário e, foi lembrado, em sua autobiografia, pelas pegadas de caráter que procurou seguir (BEZERRA, 1988). Por fim, o professor Alcebíades Correia Paes, “cujo lar frequentei em minha adolescência [...]. Abdias meu pai, e Alcebíades, [...], foram mestres de tudo, mas, sobretudo de caráter. Ambos eram capazes de lecionar qualquer disciplina” (BEZERRA, 1988, p. 2).

Os professores Abdias Bezerra e Alcebíades Correia, foram lembrados de maneira igualitária, classificados pela expressão “mestres de tudo”. Isso se deve possivelmente ambos docentes eram capazes de lecionar diferentes áreas do saber (OLIVEIRA; ALVES, 2018). O quadro a seguir é bem sugestivo da capacidade e da abnegação desses dois professores.

³⁸ Saber um outro idioma rendeu vantagens a Felte Bezerra no curso de graduação e posteriormente, na década de 30, o aproximou da leitura de Vital de la Blache, antes mesmo de sua tradução para o português (SÁ, 2009). De acordo com o professor Fernando Sá (2009), aprender o francês possibilitou a Felte Bezerra recepcionar uma geografia possibilista francesa, sem traduções e simultânea ao que acontecia na USP através de Caio Prado Junior.

Quadro 1: Felte Bezerra e professores no Colégio Tobias Barreto

CADEIRAS	PROFESSORES
História Universal	Artur Fortes
História do Brasil	Artur Fortes
História Natural	Alcebíades Paes
Geometria	Abdias Bezerra
Álgebra	Abdias Bezerra
Física	Abdias Bezerra
Química	Abdias Bezerra
Geografia	Alcebíades Paes
Português	Alcebíades Paes
Alemão	
Latim	José Augusto da Rocha Lima
Francês	Abdias Bezerra Alcebíades Paes Artur Fortes
Inglês	Alcebíades Paes Manoel Franco Freire

Fonte: Oliveira; Alves (2018)

Apesar do grande exemplo enquanto caráter, Abdias Bezerra foi lembrado por Felte como “um simples professor de Província, e que vivia de seus minguados ganhos, atingindo a paternidade de cinco filhos: meu irmão Floro, do primeiro matrimônio, e minhas irmãs Maria, Dulce e Hermínia, filhas de minha madrasta” (BEZERRA, 1988, p. 2). Por conta disso, quando ele decidiu fazer uma graduação em outro Estado, resolveu não sacrificar o seu pai. Felte ingressou no mercado de trabalho, juntou dinheiro e, em 1929, foi para a cidade de Salvador estudar em um curso preparatório para o vestibular (BEZERRA, 1988). Sua vontade inicial era fazer medicina, mas, findou optando pela odontologia, um curso menos extenso e, por isso, mais barato. Na avaliação de Bezerra, o curso contava com

dois ou três professores de valor e o resto de uma mediocridade sem par [...] Minha sorte foi que na pensão de estudante pobre onde morei em Salvador, juntei-me a conterrâneos [...] a maioria era de estudante de medicina e com eles fui aprendendo muitas coisas (BEZERRA, 1988, p. 6)

Entre as experiências mais valiosas de sua formação acadêmica, podemos afirmar a influência culturalista do professor Artur Ramos (DANTAS, 1998; DANTAS; NUNES, 2009). De acordo com nossa intuição, outro traço igualmente valioso foi o convívio com as pesquisas empíricas que caracterizavam a ETB, traço posteriormente empregado em suas pesquisas sobre na Comissão de Folclore, que renderam projeção e visibilidade nacional.

Quadro 2: Felte Bezerra e professores no curso de Odontologia na Faculdade de Medicina da Bahia (1930-1932)

1ª Série – 1930		2ª Série – 1931		3ª Série – 1932	
CADEIRA	PROFESSOR	CADEIRA	PROFESSOR	CADEIRA	PROFESSOR
Anatomia em geral e especialmente de boca	Eduardo Diniz Gonçalves	Patologia geral e anatomia patológica, especialmente da boca. Técnica odontológica Prótese (1ª parte) Patologia e clínica odontológica	Mario Peixoto Augusto Lopes Pontes	Clínica odontológica	Mario Peixoto
Histologia e noções de microbiologia Fisiologia	Mario Andrea dos Santos			Ortodontia e prótese de maxilares, higiene, especialmente da boca terapêutica	
Metallurgia e Química Aplicada	Euvaldo Diniz Gonçalves				

Fonte: Oliveira; Alves (2018)

Sua estada na Bahia é lembrada muito mais pelo convívio com “outros sergipanos, acadêmicos, entre estudos e brincadeiras, pelas pensões de Salvador - Travessa dos Aflitos, rua do Bispo. Na pensão Glória, fora colega de Garcia Moreno, Lourival Bonfim, Marques Guimarães e outros em 1932” (MACHADO, 1998, p. 135). Em dezembro de 1933, quando retornou para Aracaju, Felte Bezerra adquiriu do senhor João Resende, tio de Elza Resende (sua futura esposa), os equipamentos do seu consultório odontológico, que passou a funcionar em março de 1934.

Dada a sua decepção com a odontologia, paralelamente, nesse mesmo ano (1934), Felte ingressou no campo educacional lecionando inglês. Bezerra (1988) relatou que, durante o tempo em que esteve na Bahia, realizou um curso de inglês em um programa destinado às populações rurais no Mato Grosso, ministrado pela esposa de um médico americano (BEZERRA, 1988). Em seu relato, não consta nenhuma referência aos nomes dessas pessoas. A carga horária do referido curso foi completada através de seu contemporâneo e companheiro de pensão, o também estudante de medicina Lourival Bomfim. A validação desse curso lhe abriu oportunidades para um contrato no Colégio Estadual de Sergipe, que foi conferido em março de 1934.

Dois anos depois (1936), o professor Bezerra assume como interino da disciplina e, em 1938, ele prestou concurso para geografia, escrevendo a monografia intitulada *Da Terra* (1938), tornando-se catedrático em geografia. O concurso foi realizado pelo Colégio Atheneu Sergipense do qual Bezerra passa a integrar o quadro docente e, chega posteriormente à direção daquela renomada escola de Ensino Secundário. Nesse mesmo ano (1938), Felte Bezerra, Garcia Moreno e Colombo Felizola fundaram o Centro Cultural de Sergipe em 1938, onde

promoviam reuniões semanais na casa de seus membros para discutirem os mais diversos temas culturais.

Por meio da geografia humana e do convívio com o médico e amigo Garcia Moreno, interessado em pesquisar sobre os fenômenos de transe e possessão nos rituais afro-brasileiros, Felte Bezerra vai conhecendo um universo antropológico. Já em 1941, ele apresenta o texto *Unidade Étnica* no Congresso de Brasilidades, ocorrido em Sergipe. A professora Beatriz Gois Dantas lembra que

Felte não apenas lia e repassava o que estava nos livros. Ele também pesquisava, fazia trabalhos para apresentar em encontros como o Congresso de Brasilidades ocorrido em Sergipe em 1941, do qual resultou o texto *Unidade Étnica*, onde já se percebe sua atração pelos temas tradicionalmente trabalhados pela Antropologia (DANTAS, 1988, p. 35).

Sendo uma das preocupações da sociologia do conhecimento investigar sobre os objetivos, promoção e patrocínio dos eventos de natureza intelectual. Nesse sentido, Felte Bezerra está sendo utilizado, em nossa tese, para investigar as redes intelectuais e institucionais que permitiram a consolidação de um campo intelectual em Sergipe, que desembocou, entre outras coisas, na Comissão de Folclore e na criação da FAFI. E, assim, em nossa entrevista aos professores Ibarê Dantas e Beatriz Dantas, indagamos sobre quem patrocinava esses eventos e com quais recursos naquele momento. De acordo com o ex-presidente do IHGSE e professor Ibarê Dantas (2020):

Quase não havia participação do Estado a não ser em pesquisas específicas de pessoas que eram funcionários públicos a exemplo de José Cruz que fez uma grande pesquisa de levantamentos estatísticos.

Particularmente o IHGSE tinha apoio em momentos específicos por parte dos governos, um em particular foi José Valadão, momento em que foi criado uma lei de doação de recursos ao instituto. No geral era Epifânio Dórea quem via de regra procurava capitanear recursos, inclusive com verbas federais e dotações irregulares de parlamentares que vieram principalmente até a construção da sede em 1939, no período de Eronildes Carvalho (DANTAS, I., 2020)

A professora Beatriz Dantas (2020) lembrou, ainda, que:

O Estado financiava esses pensadores em momentos específicos, não regulares, como por ocasião do centenário de Silvio Romero, quando Câmara Cascudo esteve em Sergipe. Houve uma junção do governo do Estado, responsável pela vinda de Cascudo, a prefeitura de Aracaju, responsável pela publicação de uma edição comemorativa da Revista de Aracaju, especialmente editada em homenagem a Silvio Romero. E o IHGSE ficou responsável pela organização do evento (DANTAS, B. 2020).

A professora Beatriz Dantas (2020) mencionou, ainda, um outro evento em sua fala, lembrando que, no

Congresso Internacional de Americanistas, ocorrido em 1954, por exemplo. Seus organizadores enviaram convites e o Estado patrocinou a ida desses intelectuais para o referido encontro, que contou com a participação Felte.

Por fim o professor Ibarê Dantas (2020) afirmou, categoricamente, que, “a participação do Estado no financiamento a ciência era esporádica, ela ocorria através de eventos específicos e que, em maior parte, esses intelectuais eram professores ou tinham outras fontes de rendas próprias”. A colocação dos professores demonstra as dificuldades e limitações de se fazer ciência em Sergipe nos idos de 1940 e a vontade desses pioneiros desbravadores.

4.3 O retorno à cidade natal

Aracaju, nos idos de 1930, convivia com a efervescência de vários espaços de difusão cultural, formais e informais, entre editoras, livrarias, jornais, emissora de rádio Aperipê, cafês, além do IHGSE e a ASL que foram fundamentais para a renovação do campo intelectual em Sergipe (SANTOS, 2018).

Enquanto isso, no meio intelectual, ia se esse registrando o desaparecimento da geração dos sergipanos mais destacados. Faleceram Clodomir Silva e Prado Sampaio em 1932, João Ribeiro em 1934, Oliveira Teles em 1935, Manoel Bomfim 1936 e Laudelino Freire no ano seguinte. Dos mais famosos que residiam em Aracaju, continuavam vivos o sociólogo Florentino Menezes, ensinando e publicando seu *Tratado de Sociologia* (1931), os poetas Arthur Fortes e Garcia Rosa, este sempre recluso na colina de Santo Antônio. (DANTAS, 2014, p. 114).

O lado eufórico era contrabalanceado com a crise financeira, que se abatera a nível global ao longo da década de 1930. Como consequência dessa, o Brasil se viu forçado a investir em um paradigma moderno industrial, que o fez abandonar decisivamente a ideia de um modelo tradicional agroexportador. São Paulo foi adotada como polo econômico-industrial e logístico para redirecionamento do capital que seria gestado no Brasil. Por sua vez, o Governo federativo de Getúlio Vargas investiu maciçamente em um programa de emprego e renda, responsável pela modernização de cidades, incentivando a agricultura, a pecuária e as empresas privadas (DANTAS, 2014). No bojo desses investimentos, reforçou-se, ainda, a cultura e a ideologia nacional por meio da criação do “Serviço Nacional do Teatro, Serviço de Rádio Difusão Educativo, Instituto Nacional do Livro e o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional” (DANTAS, 2004, p.106).

Diferente de outras áreas do saber como o direito e a medicina, as ciências sociais ainda não gozavam de um campo científico realmente consolidado, como consequência, muitos que adentravam na área de humanidades, nos idos de 30, o fazia por diletantismo intelectual. O projeto de modernização do Estado brasileiro levou à necessidade de qualificar pesquisadores capazes de esquadriñar a nação, assumindo e coordenando projetos em diversos órgãos estatais como IBGE, SPHAN e DNER, bem como em políticas de povoamento, como a que aconteceu rumo ao oeste, por meio do Projeto Rondon.

A necessidade de modernizar a nação diante da crise pós 1929, implementando um modelo urbano-industrial em substituição à produção agroexportadora cobrava pesquisadores qualificados. Diante da carência de uma *intelligentisia* qualificada capaz de pensar e executar o projeto de modernidade da nação, foram criadas universidades em São Paulo e Rio de Janeiro, como a ELSP (1933), USP (1934) e a UDF (1935). Nesse momento se deu a criação de cursos de história, geografia, sociologia e antropologia, bem como uma virada estrutural no campo, dada pelo reconhecimento institucional, advinda por meio de eventos, congressos e publicações.

Na década de 30, ao longo do governo de Getúlio Vargas, a geografia foi bastante valorizada pela sua viabilidade através de projetos de reconhecimento geográfico e populacional. Embora elaboradas e construídas, essas faculdades estavam formando seus alunos, essa carência permitiu ao campo uma dupla flexibilização: a primeira foi a admissão de intelectuais oriundos de outras áreas do saber, permitindo o acesso de médicos, advogados, engenheiros etc.

Felte Bezerra, em sua sagacidade, percebeu essa abertura no campo e, não por acaso, a geografia foi sua porta de acesso às humanidades. A outra flexibilização do campo se deu pelo trânsito entre diferentes ciências. Entre os intelectuais dos idos de 30, era comum vê-los transitar pela geografia, história, antropologia etc. E, esse foi o segundo passo de Bezerra, por meio das incursões geográficas ele findou adentrando para a antropologia e descobrindo sua grande vocação (DANTAS, 1998)

A institucionalização da geografia, por exemplo, começava a dar seus primeiros passos por meio da

[...] criação das faculdades de Letras e Educação, quando o ministro Francisco Campos, com o Decreto 19.851, nº de 11 de abril de 1931, modificou a estrutura do ensino superior brasileiro introduzindo o sistema universitário. Através desse Decreto foram criadas as faculdades de Educação, Ciências e Letras, espaço acadêmico que passou a abrigar, dentre outros cursos, o de Geografia. [...]. Outra instituição de igual importância foi a AGB, criada em 1934, em São Paulo, responsável pela difusão dos conhecimentos geográficos no Brasil e que deu grandes contribuições às discussões sobre o ensino escolar da Geografia. Em Sergipe, a Diretoria Estadual de Estatística, criada em 1931, [...] dava substância ao Estado e garantia sua visibilidade para o resto do país e do mundo [...] 27, uma vez que a estatística naquele momento, além de ser um importante meio de divulgação dos feitos governamentais, proporcionou o conhecimento amplo e sistematizado das variadas modalidades da vida do Estado (SANTOS, 2004, s.p).

Do ponto de vista geográfico, Sergipe contava com obras como o *Álbum de Sergipe: 1820-1920*, escrito pelo professor Clodomir Silva. O livro, que apresenta um levantamento detalhado dos municípios sergipanos, com suas freguesias e limites territoriais, número de habitantes e principais atividades econômicas. Entretanto, do ponto de vista institucional, nos limites do referido Estado, esses intelectuais estavam vinculados especificamente ao IHGSE. Lembremo-nos que as primeiras faculdades em Sergipe só começam a surgir em 1948 e, a criação de uma universidade só ocorre efetivamente em 1960.

Em linhas gerais, o Brasil, nos idos de 30, encontrava-se em uma encruzilhada entre a tradição agrícola e a modernidade urbano-industrial. Se a geografia serviu para esquadrihar o território e sua população, a história forneceu elementos para busca no passado nossa identidade e assim despertar um sentimento nacionalista e/ou regionalista. Então, no dia 13 de janeiro de 1937 o Governo do Brasil, por meio do Ministério da Cultura, cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). A referida instituição, fundada e dirigida por Rodrigo de Melo Franco, foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro do mesmo ano. E, lá estive no bojo de um ideal de recuperação histórica e busca de uma identidade nacional brasileira, nesse caso, especificamente, voltada para um nacionalismo via preservação e divulgação do patrimônio material e imaterial do país.

Para a realização de tal missão foi, então, feito um trabalho de levantamento e catalogação de monumentos que pudessem ser inseridos no livro de Tombo do SPHAN. Nesse sentido, a criação do Ministério da Cultura findou contribuindo para a institucionalização das ciências sociais por meio de pesquisas, eventos e publicações, a exemplo do que ocorreu

Em agosto de 1939, esteve no Estado o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), Rodrigo Melo Franco de Andrade, interessado em conhecer os monumentos de Sergipe. A referida autoridade deslocou-se ao interior do Estado acompanhado de auxiliares técnicos e do professor Calasans. Certamente em decorrência dessa visita, em 1941, o interventor Eronides de Carvalho nomeou o professor sergipano delegado do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em Sergipe. DANTAS, 2012, p. 176)³⁹

O ambiente de euforia artística e cultural provavelmente tenha estimulado Felte Bezerra, Garcia Moreno e outros intelectuais que se reuniram para criar o *Centro Cultural de Sergipe*. Conforme descrito pelo professor Ibarê Dantas,

Em 1938, um grupo criou o *Centro Cultural de Sergipe* e perdurou por cerca de dois anos estimulando produções. Deixando de lado as questões político-ideológicas, reuniam-se em casas alternadas para discutir assuntos literários, filosóficos e afins. Foi-se gestando uma nova intelectualidade que se foi revelando com ensaios de mérito: José Calazans (1915-2001) era um dos expoentes do momento. Sua tese da cadeira de História do Brasil na *Escola Normal* tratado de *Aracaju* (1942) foi muito bem recebida. Fernando Porto divulgou *A Cidade de Aracaju* (1850-1865), 1945, um marco dos ensaios sobre a capital. Felte Bezerra (1908-1990), já participando de congressos nacionais, passava a ser reconhecido como ser estudioso no campo da geografia e antropologia; Orlando Dantas jornalista inquieto angariou prestígio com o livro *O Problema Açucareiro de Sergipe* (1944); Garcia Moreno publicou o saboroso livro de crônicas, *Temas da Província* (1944), mostrando seu talento. [...]. (DANTAS, 2004, p. 114-115).

Em 1940, Felte Bezerra assumiu a direção do Colégio Estadual de Sergipe, nessa década ele participou de diferentes circuitos de sociabilidade intelectuais, publica vários artigos em jornais e nas Revista de Aracaju e do IHGE-SE. Em 1941, Bezerra apresentou o texto “Unidade étnica” e, no ano seguinte, Felte lançou o artigo “A doutrina possibilista em Geografia Humana” (1942), publicada pela *Revista do IHGSE*, onde discute sobre a relação homem e natureza.

Nesse momento, percebemos indícios de interesses por temas de relevância nacional inseridos na agenda do professor Bezerra. Como prova desse pensamento, intuímos, no seu trânsito da geografia para a antropologia e, sua primeira publicação sobre a questão étnica datada de 1941, tema que o projetará para um reconhecimento nacional no final dessa década e início da seguinte, quando publica *Etnias sergipanas* (1950). Essa edição da revista do IHGSE, a de número 16, contou, ainda, com a publicação do folclorista Câmara Cascudo, que debateu sobre a presença holandesa no território sergipano.

³⁹ Nota de rodapé. Sobre a visita de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Sergipe, ver *Folha da Manhã*, 13.08.1939. In: DANTAS, 2012.

Bezerra e Cascudo estiveram juntos na comissão de folclore, eles estabeleceram diálogos e concordavam em muitos pontos sobre a quentão do povoamento do Nordeste. De acordo com o professor Ibarê Dantas (2012, p. 163),

Durante o tempo da presidência do professor José Augusto, foram publicados três números da Revista do Sodalício. O primeiro saiu em 1942. Antes, o último fora dedicado a reproduzir as falas da Semana dedicada a Tobias Barreto em 1939. O número 16, de 1942, circulou obedecendo às normas do DIP, sob a responsabilidade de Epifânio Dória como diretor licenciado por aquele órgão.

Abriu a Revista o artigo de Câmara Cascudo tratando da Geografia de Sergipe no Domínio Holandês, trabalho que ficaria como referência obrigatória nos estudos do tema. Nessa publicação, estrearam três sócios que iriam ter presença forte na Revista do IHGSE: José Calazans escreveu sobre a atuação dos franceses na formação histórica dos sergipanos, Felte Bezerra discorreu sobre a doutrina possibilista na Geografia e o magistrado João Dantas Martins dos Reis divulgou dois textos, um sobre as almas das Carnaíbas no Riachão e o outro sobre o Tribunal de Relação. Foi incluído na Revista o trabalho de Carvalho Neto sobre as causas e consequências da seca. Da velha geração, apenas Epifânio Dória, com informativo artigo sobre o difícil processo de formação da Biblioteca Provincial. Notou-se um certo empenho dos organizadores do periódico no sentido de despertar interesses científicos com a reprodução de duas palestras, uma de Jorge Bahlis, motivando o estudo da Arqueologia na América e outra de Edmundo Krüge sobre as superstições como tema antropológico. A edição foi enriquecida com a transcrição de vários documentos de valor histórico.

Aqui, chama a atenção a presença de Câmara Cascudo, intelectual com quem Bezerra irá se aproximar por meio de temas comuns, convivências em congressos e troca de correspondências. Ambos estiveram juntos na Comissão de Folclore e quando Bezerra publicou *Etnias Sergipanas* (1950) o pesquisador potiguar lhe escreveu uma carta concordando com as descrições antropométricas e culturais apresentadas pelo sergipano em seu livro, remetendo a tipos portugueses que ele mesmo havia percebido em suas viagens (DANTAS; NUNES, 2009). Ainda sobre a amizade e produção conjunta de ambos, vale registrar que há dicionário de folclore organizado por Cascudo e lançado originalmente em 1954 no qual Bezerra publicou um verbete sobre “Lambe-sujos” (2008).

E, assim, percebemos que, nos idos de 1930 e 40 as ciências sociais estavam sendo recepcionadas no Brasil. Dada à carência de profissionais qualificados para a missão de planejar a modernidade brasileira, criou-se uma necessidade de conceber vários cursos na área de humanidades, além de eventos, publicações etc. principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, consolidando uma institucionalização do campo.

Enquanto não se constituía uma geração academicamente formada em suas respectivas áreas, as ciências sociais ainda admitiam profissionais advindos do direito e de cursos de saúde,

que foram responsáveis por grande parte dos estudos produzidos nesse período. Assim, foi construído o perfil de Felte Bezerra no campo do pensamento social. Um intelectual formado em odontologia, que encontrou na geografia, em ciência em ascensão, uma porta de acesso para as humanidades, migrando, posteriormente, para o folclore e descobrindo sua vocação na antropologia.

4.4 O folclore como recurso de investigação cultural

O folclore como recurso metodológico começou a ser utilizado no Brasil por sugestões de Silvio Romero (SALES, 2018). Essa proposta, que marcou a geração de 1870, perdurou entre os intelectuais modernistas da década de 1930 e, esteve presente nas pesquisas do projeto UNESCO, que tinham uma afinidade com as ideias sugeridas por Freyre na virada epistêmica dos idos da década de 30.

O estudo da cultura local, das manifestações religiosas e do folclore constituíram um meio eficaz para se conhecer o povo brasileiro. José Calazans, importante intelectual dedicado ao estudo do folclore, ao longo da década de 1940 (SÁ, 2010), (DANTAS, 2012), (SANTOS, 2016), foi também professor de história do Colégio Ateneu e membro do IHGSE. Ele Acompanhou as visitas de representação do SPHAN no Estado de Sergipe e teve importante participação no que tange ao levantamento de bens representativos de “interesse artístico e histórico” que poderiam caracterizar o patrimônio em Sergipe⁴⁰.

Nos idos de 1938, José Calazans já desenvolvia trabalhos junto com Felte Bezerra por meio de visitas a cidade de Laranjeiras, onde os pesquisadores se debruçavam sobre o estudo de danças folclóricas e culto os afro-brasileiros. Essas pesquisas contavam ainda com a presença do médico Garcia Moreno, que estava particularmente interessado em observar o transe nos rituais afro-brasileiro (DANTAS; NUNES, 2009). Calazans permaneceu no Estado de Sergipe até 1948 quando se retirou da delegação do SPHAN em Sergipe e se transferiu para a Salvador onde veio se tornar professor de história na Universidade Federal da Bahia. Nessa nova cidade, continuou os estudos sobre folclore, abarcando o Estados de Sergipe produzindo uma vasta e significativa obra para historiografia sergipana (DANTAS; NUNES, 2009; SÁ, 2010).

Entre 1947 e 1948, o folclore ainda estava muito preso à antropologia, quando foi criado o Instituto Brasileiro de Educação pela Ciência e Cultura (IBECC) que pretendia romper com essas amarras e criar um campo institucional próprio. No Estado de Sergipe, o então governador

⁴⁰ Lembremo-nos da política de nacionalização praticada por Vargas e da recém criação do Serviço do Patrimônio Artístico e Nacional (SPHAN) e uma de suas missões acerca de manutenção e preservação de monumentos materiais como memória e sentimento nacionalista.

José Rollemberg Leite (1947-1951), a pedido da UNESCO criou uma “Comissão Nacional Brasileira da Unesco” por meio de nota publicada no Diário Oficial do dia 22 de julho de 1947. Ainda sobre esse percurso de institucionalização do folclore, frisamos que, sob os cuidados da UNESCO, foi criada, em 1948, a Comissão Sergipana de Folclore (CSF), denominada “Subcomissão Sergipana de Folclore”, nome mantido até 1951⁴¹.

No ano de 1947, Levi Fernandes Carneiro, então presidente do IBECC, um órgão respaldado pela comissão nacional da UNESCO, solicitou ao Governo do Estado o nome de cinco representantes locais, brasileiros e de notória idoneidade, que pudessem vir compor a Subcomissão de Folclore em Sergipe. Foram, então, indicados ligados à ASL e ao IHGSE, entre eles, João Batista Perez, Garcia Moreno, Acrísio Cruz, Fernando de Figueiredo Porto, Severino Pessoa Uchôa, Epifânio da Fonseca Dória, Exúpero Monteiro e Felte Bezerra, indicado ao cargo de primeiro secretário-geral.

Apesar de todas as indicações, caberia à diretoria do IBECC designar oficialmente quem seria seu secretário-geral. Foi, então, que o antropólogo Felte Bezerra assumiu a função de secretário-geral da Subcomissão Sergipana de Folclore e, liderando essa entidade na qualidade de secretário-geral, encaminhou uma carta, no dia 05 de julho de 1948, onde respondeu a Renato Almeida informando a composição do referido grupo, formado por duas alas, sendo uma “científica” e outra “literária”.

A “ala científica” era composta por Garcia Moreno, Acrísio Cruz (membros da comissão local do IBECC), Fernando Porto, além do próprio Felte Bezerra. Esse grupo foi responsável por pesquisas de cunho empírico e caráter antropológico. A expressão “caráter antropológico” não é fortuita, ela deriva da necessidade de testemunho empírico para reconhecimento da população brasileira, que desembocou no trabalho de campo, coleta de dados e trabalhos descritivos, o trabalho que desenvolveram em especial pela pesquisa de campo, coleta de dados e trabalhos descritivos acerca de costumes e crenças locais desenvolvido por essa ala. Por sua vez, a “ala literária”, estaria mais voltada para o estudo de autoridades ilustres e grandes

⁴¹ IBECC – Instituto Brasileiro de Educação pela Ciência e Cultura, era um órgão respaldado pela comissão nacional da UNESCO. Ao longo desse período (48-51) registram-se os seguintes eventos; 1ª Semana Nacional de Folclore no Rio de Janeiro em 1948; no ano seguinte a 2ª Semana Nacional de Folclore ocorrida na cidade de São Paulo no ano de 1949; a 3ª Semana Nacional de Folclore foi sediada em Porto Alegre no ano de 1950, por fim a 4ª Semana Nacional de Folclore ocorrida em Maceió no ano de 1952.

Paralelo a Semana Nacional de Folclore, no ano de 1951, ocorreu o I Congresso Brasileiro de Folclore realizado no Rio de Janeiro. Através de proposta de José Calazans ao secretário-geral da comissão baiana Antônio Vianna e aceita por Renato Almeida, esse encontro teve como principal produto a discussão e aprovação da Carta do Folclore Brasileiro. O II Congresso Brasileiro de Folclore foi realizado em Curitiba em 1953 e trouxe como temática principal os folguedos populares. Quatro anos mais tarde, em 1957, na cidade de Salvador, Bahia, foi realizado o III Congresso Brasileiro de Folclore norteado por três linhas de debates, sendo eles: artesanato; folclore do mar e dos rios e o terceiro tema o folclore da Bahia.

personalidades históricas representativas do cenário político no Estado de Sergipe. Esse grupo foi formado por nomes como Severino Uchôa, Epifânio Dória e Exúpero Monteiro.

De acordo com a professora Beatriz Dantas (2020), em entrevista concedida ao autor, “a essa altura, Felte Bezerra já era um intelectual reconhecido nacionalmente. Ele vinha escrevendo artigos em várias frentes e gradativamente testando hipóteses por meio desses artigos”. Em 1949, enquanto amadurecia seu livro referência ele publicava artigos nos jornais (PEREIRA, 2016), mantinha correspondência com seus pares, ampliando sua rede de intelectuais e pensava sobre a publicação de *Etnias sergipanas*. Na ocasião Bezerra chegou a cogitar sobre a publicação com Willems em alguma editora em São Paulo, o mesmo lamentou as dificuldades do mercado editorial e sugeriu que esse procurasse algo no Rio de Janeiro, então capital federal (DANTAS; NUNES, 2009).

Bezerra vivia momentos áureos e esse reconhecimento o levou a compor uma chapa administrativa do IHGSE, formada por

Presidente, João Batista Perez Garcia Moreno; 1º vice-presidente, Felte Bezerra; 2º vice-presidente, Fernando Figueiredo Porto; secretário geral, Epifânio Dória; 1º secretário, José Hermenegildo; 2º secretário, Maria da Conceição de Melo Costa; tesoureiro, Antônio Soares de Mendonça; orador, José Augusto da Rocha Lima. José Augusto da Rocha Lima. (DANTAS, 2012, p. 198).

A troca de correspondências entre Willems e Felte se intensificaram, entre os assuntos estavam o envio de artigos de ambas as partes, publicados na imprensa, as sugestões de organização de *Etnias* e a publicação do referido livro. Em uma das correspondências assinadas pelo alemão, datada de 04 de março de 1949, ele iniciou se desculpando pela demora em respondê-lo, pois durante todo mês de fevereiro, esteve ministrando um curso na cidade de Belo Horizonte. A seguir, Willems, sugere uma melhor organização do capítulo, alertando que, apesar de bem escrito, de forma didática, ele trazia uma carga volumosa de assuntos para um único capítulo e sugeriu que algo fosse suprimido e colocado no prefácio do livro.

Felte Bezerra seguiu as sugestões de Willems e aprimorou seu livro quando, por fim, no dia 10 de abril de 1949, o alemão lhe responde informando que a introdução ficou bastante interessante, e, que não era preciso fazer mais nenhuma anotação em seus manuscritos. Nessa mesma correspondência o professor, sediado em São Paulo, volta a lamentar não poder ajudar na publicação do livro devido à crise e retração do mercado editorial, ele exemplificou com os atrasos da *Revista Sociologia* naquela cidade e sugeriu que o sergipano procurasse alguma editora no Rio de Janeiro.

No dia 25 de Abril de 1949, Bezerra escreveu uma carta para Willems, onde informou sobre a boa notícia acerca da publicação do seu livro, *Etnias Sergipanas*, viabilizado pelo seu capital social. Nessa postagem, o Bezerra informou que o amigo e então presidente do IHGSE (1949-1951), Garcia Moreno, por meio de carta escrita, o parabenizou pela importância e mérito da obra e informou que seriam publicados 500 exemplares da referida obra, das quais serão reservadas 100 para seu respectivo autor.

Assim que soube da boa notícia, Willems respondeu a Bezerra, em carta datada de 08 de maio de 1949, onde relatou da satisfação em saber sobre a grata notícia acerca da publicação do livro. Nessa mesma carta, Willems voltou a destacar o atraso editorial no Brasil e indicou ao pensador sergipano livros utilizados em orientações com seus alunos, títulos na paleontologia e antropologia, em francês e inglês, procurando suprir a tal defasagem editorial brasileira. Entre as indicações de antropologia cultural estava o *American Journal of Physical Anthropology*, onde constavam artigos dos professores Franz Boas e Ralph Linton, entre outros autores culturalistas (DANTAS; NUNES, 2009).

Como vimos, o folclore foi um importante mecanismo metodológico utilizado pela geração de 1870. Apesar da virada culturalista e a substituição do termo mestiçagem pela miscigenação, debate que interessava a UNESCO, os intelectuais de meados do século XX continuaram a investigar as contribuições étnico culturais de brancos, negros e índios, o folclore era a ferramenta metodológica e os terreiros constituíam o objeto por onde se confirmavam as teses de boa convivência racial.

4.5 Instituições e sociabilidades intelectuais

Felte Bezerra descende de uma família tradicional de educadores, fato que lhe rendeu determinado capital social e cultural. Conforme lembrado pelo amigo Garcia Moreno no discurso de posse de Felte na ASL (1952), Felte Bezerra parecia que não iria trilhar caminhos quando ingressando no banco e depois passou gerenciando uma empresa exportadora de sal. Mas, logo no ano seguinte à sua formatura, Bezerra ingressou no magistério lecionando inglês e assim mantendo uma tradição familiar.

Em meados da década seguinte, quando Felte Bezerra já gozava de certa reputação como intelectual ele publicou uma série de artigos⁴² em jornais locais, onde tratou diversos assuntos.

⁴² BEZERRA, Felte. A federalização do Ensino. Correio de Aracaju, Aracaju, 17 de agosto de 1946. In: PEREIRA, 2016.

BEZERRA, Felte. O concerto de Blanca Antony. Correio de Aracaju, Aracaju, 24 de agosto de 1946. In: *Ibdem*.

BEZERRA, Felte. Crítica de Teatro. Sergipe Jornal, Aracaju, 06 de setembro de 1946. In: *Ibdem*.

BEZERRA, Felte. Crítica de Teatro. Sergipe Jornal, Aracaju, 10 de setembro de 1946. In: *Ibdem*.

O professor Bezerra esteve imbuído com a vinda de grupos artísticos para a cidade de Aracaju. Ele sempre escrevia artigos sobre tais espetáculos, que eram publicados nos jornais, avaliando atuação cênica, impostação de voz, entre outros detalhes técnicos até comportamento do público durante o espetáculo (PEREIRA, 2016).

Pereira (2016) fez uma monografia com uma série de transcrições de artigos desse período, no qual destacamos “A federalização do Ensino” (agosto de 1946) e “Rotary Club” (novembro de 1946). Temas assaz relevantes para entender o universo científico e o engajamento do referido professor com as questões educacionais. Lembremo-nos que a educação sempre foi uma ferramenta importante em toda a sociedade, principalmente naquele momento, em que se discutia o processo de modernização e redemocratização da sociedade brasileira. No texto “A Federalização do ensino”, percebemos que Felte lamentou a pouca remuneração dos professores no estado de Sergipe, e afirmou:

Falta-nos apenas uma melhor remuneração, que o Estado não nos pode oferecer, por motivos óbvios, mau grado a simpatia com que nos têm olhado alguns governos estaduais [...].

Nossa equiparação aos mestres do Pedro II, portanto, constitui uma legítima aspiração, e creio firmemente em sua concretização, agora, com o presente movimento, ou mais tarde, porque só acredito em elevação do nível mental de nosso povo, em difusão cultural no Brasil, com um magistério, em todos os graus, composto de gente rigorosamente selecionada, bem paga, e com ensino gratuito, absolutamente gratuito, em todos os graus, e formação de boas bibliotecas, ao alcance da consulta dos mais estudiosos, não importa sua condição material [...].

A nossa Congregação tem perdido elementos de alto valor, como os mestres falecidos nos últimos anos, tem adquirido, por outro lado, ótimos elementos, muitos vindo do seio de nossos colegas contratados, onde há gente capaz, por todos os títulos, de pertencer ao nosso quadro. [...]. (BEZERRA *apud* PEREIRA, 2016, p. 15-18).

No texto *A federalização do Ensino* (1946) é possível perceber um intelectual, catedrático do Colégio de Sergipe, engajado e preocupado com a questão do ensino em seu Estado. O artigo se propõe uma reflexão enquadrada no contexto econômico, histórico-social que se impunha desde a posse do Presidente General Gaspar Dutra e o início dos trabalhos de uma nova Assembleia Nacional Constituinte, que findou por ser promulgada em 18 de setembro de 1946.

Ainda em 1946, o rotariano Felte Bezerra publica⁴³ sua palestra proferida no Rotary Club, na reunião ocorrida em 13 de novembro de 1946. A referida palestra foi publicada no contexto pós “segunda guerra mundial” e o consequente surgimento das Organizações das Nações Unidas (ONU), datada de 24 de outubro de 1945, uma entidade cujo principal objetivo é assegurar e manter a paz entre os diferentes povos do mundo inteiro, em especial seus associados. No artigo, denominado “Rotary Club”, Felte lamentou que os povos ainda não tivessem encontrado uma maturidade capaz de estabelecer entre si marcos divisórios do direito e da justiça.

No artigo em questão, Felte Bezerra alertou sobre o caminho ainda incerto, ao qual teria de trilhar o Conselho de Segurança da ONU destacou sua atuação no terreno político. Por fim, ele propõe uma saída para as nações, que se daria pela valorização no campo do entendimento das ideias e dos pensamentos, e lembra que a ciência não tem fronteira, nem elege um povo para servir exclusivamente. Para Felte, esse parece ser um caminho para um entendimento e meio para atingir essa missão deve ocorrer pela escola, orientando os jovens ao caminho do sadio nacionalismo, nos quais se exaltam as qualidades do país, o culto de seu passado, suas tradições e sua história em cooperação honesta entre os cidadãos (BEZERRA, 1946).

Do texto de conferência no Rotary Club, foi possível a sintonia de pensamento de Bezerra com as preocupações e perspectivas de seu momento. Ele falou sobre o surgimento da ONU e a preocupação dessa instituição em evitar conflitos e guerras entre nações associadas e sugeriu caminhos para o entendimento político entre essas. Como intelectual engajado que era, Bezerra lembrou que a ciência e o conhecimento devem ser universais, extensivos todos, sem “eleger” um determinado povo escolhido e sugeriu a educação como caminho para tal mecanismo.

Outra instituição de sociabilidade intelectual frequentada pelo professor Bezerra foi o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Surgido em 1912, no ano seguinte, a instituição passou a editar sua revista, onde, desde então, ficaram clássicos temas como: limites entre Sergipe e Bahia, mudança da capital e revoltas no cenário político. Particularmente, a questão dos limites territoriais tornou-se clássico quando a rivalidade produzida entre Sergipe e Bahia levou seus respectivos institutos históricos a produzirem uma série de pesquisas e artigos sobre o tema.

Nos idos de 1920 do século passado, por conta do momento da elaboração de uma nova constituinte, o meio intelectual de cada Estado delegou representantes que se reuniram para

⁴³ BEZERRA, Felte. Rotary Club. Correio de Aracaju, Aracaju, 28 de novembro de 1946. In: PEREIRA, 2016.

defender os limites de suas federações. Pelo lado de Sergipe, tivemos os trabalhos assinados pelo intelectual e republicano Francisco de Carvalho Lima Junior e por Ivo do Prado. Por sua vez, a Bahia confiou seus argumentos a Braz do Amaral, historiador baiano que representava interesses da antiga capital nesse debate. Em entrevista cedida ao autor, o professor Ibarê Dantas (2020), pontuou que

Do ponto de vista intelectual, o debate pretendia fazer justiça a divisão territorial de Sergipe. Porque, para os sergipanos, o território ao qual eles teriam direito era muito mais amplo, tanto na fronteira sul, como na parte oeste. Ivo do Prado, representante do Estado de Sergipe, demonstrou que as fronteiras desse Estado, eram muito maiores e não se limitavam ao rio Real... Ao final dessa contenda, embora Sergipe estivesse bem representado nesse debate, findou prevalecendo o poder político da Bahia junto a assembleia constituinte.

Felte Bezerra é considerado um herdeiro dessa tradição, que remete ao debate dos limites territoriais. Em seu tempo e, apostando em outras perspectivas geográficas, como temos debatido na presente tese, ele publicou, pela revista do IHGSE artigos como “A doutrina possibilista em Geografia Humana” (1942); “Fronteiras” (1943); e, “As Origens do Rio Real” (1948).

No primeiro texto, o autor discutiu sobre a relação homem e natureza, “estabelecendo contrapontos entre as correntes deterministas, proposta por Ratzel e o possibilíssimo francês, aventado por Vidal de la Blache” (BEZERRA, 1942). No texto denominado “Fronteiras”, o autor discorre sobre as diversas concepções que abordam o tema das fronteiras estabelecendo um diálogo entre os limites dos Estado de Sergipe e Bahia (BEZERRA, 1943). Por fim, temos “As Origens do Rio Real” (1948), no qual são apresentados critérios para diferenciar um rio principal e seus afluentes, feita essa diferenciação, o professor Bezerra toma o rio Real como objeto de sua análise para discutir as mais variadas contestações acerca dos limites territoriais entre Sergipe e Bahia (BEZERRA, 1948).

Vale lembrar que esse tipo de debate sempre vem à tona quando estamos em fase de elaboração de uma nova constituição. Isso já tinha acontecido como mencionado nos idos de 1920 e voltou a acontecer quando o Brasil vivia momentos de elaboração de uma nova Constituição, que foi promulgada em 1946. Dado ao momento de debate constitucional, a geografia ganhou nova projeção e evidência, tendo sofrido uma virada epistemológica com o abandono de antigos padrões descritivos da natureza, realizados de modo direto e assistemático, passando a adotar um método de observação mais metódico (FREITAS, 2002).

Ainda do ponto de vista epistemológico, ocorreu uma substituição de uma geografia humano-determinista proposta pelo alemão Friedrich Ratzel por um possibilíssimo francês

sugerida por Vital de la Blache (SÁ, 2009). O artigo escrito por Bezerra e publicado em 1942 revela a perspicácia de um intelectual agudo com os debates mais recentes na Europa, recepcionando tais ideias *pari passu* com o que vinha engatinhando no Brasil, através das leituras de Caio Prado Junior em São Paulo (SÁ, 2009).

Para entendermos o referido contexto, vale a pena recuperarmos uma história das ideias geográficas e como se deu, por sugestão de Ratzel, a passagem de um determinismo naturalista para um determinismo humanista. O passo seguinte trilhado pela geografia se deu pela substituição do determinismo humanista pela proposta possibilista sugerida por Vidal de la Blache, modelo que passou caracterizar a escola de pensamento geográfico francês⁴⁴ em detrimento ao pensamento alemão.

No século XIX e início do século XX predominou, nas ciências em geral, o debate entre naturalista, evolucionista, determinista. Na geografia, essa discussão levou a um determinismo da natureza sobre as atividades humanas e Friedrich Ratzel (1844-1904), geógrafo alemão, foi responsável pela inserção de elementos humanos no debate geográfico, através da etnologia e psicologia.

De acordo com o professor Antônio Carlos Robert Moraes (1990), Ratzel configura na geografia como um intelectual de destaque por incorporar o elemento humano ao debate da paisagem. Embora influenciado por teorias e intelectuais do século XIX, o geógrafo alemão foi capaz de idealizar um objeto ainda não formulado pelos cientistas de seu tempo. Os diálogos entre geografia, etnologia e psicologia sugeridos por Ratzel, em certa medida, anteciparam-se ao difusionismo norte-americano, conforme podemos notar:

⁴⁴ Alemães e franceses por diferentes motivos alimentaram longas disputas intelectuais, em especial a distinção entre *Kultur* (alemão) e *Civilization* (francês), ambas as expressões antecederam a palavra *Culture* (inglês). A primeira está atrelada aos aspectos simbólicos, não materiais, enquanto *Civilization* está associada às representações materiais de um povo.

Kultur foi uma expressão que tinha por objetivo criar o Estado alemão, por meio de um idioma oficial, ritos, símbolos e por isso a filosofia se desenvolveu tanto na Alemanha do século XIX. A necessidade de criar um Estado que tinha por base um território centralizado e por isso deveria ser forte, levou os intelectuais a concentrarem esforços para tal objetivo (ELIAS, 1994).

A França, por sua vez, já tinha um Estado consolidado, sua preocupação era manter a ordem nesse. Eles então trabalharam a expressão *Civilization* diretamente associada aos elementos materiais de uma cultura, o termo serviu aos propósitos franceses, ao menos em quatro perspectivas:

1. A plebe começou a imitar os hábitos da corte, buscando reconhecimento e distinção por meio de futilidades sociais (ELIAS, 1994);
2. Serviu para classificar hierarquicamente diferentes povos por meio de estágios culturais em *selvagem*, *bárbaro*, *civilizado*.
3. Possibilitou, por meio da curiosidade e do neoimperialismo, o furto, o saque, a pilhagem de objetos produzidos por povos clássicos da história. Derivando, daí, as coleções particulares, a princípio simplesmente pelo valor estético, mas totalmente descontextualizados e depois sim, catalogados e sistematizados em seus contextos, originando um trabalho museológico (BRUNO, 2014);
4. A busca de objetos raros e de difíceis acessos fez com que os franceses se dedicassem e desenvolvessem, ali, um refinamento e melhores estruturas para os trabalhos de exploração arqueológica (LIMA, 2011).

A incidência das colocações ratzelianas, entretanto, não diz respeito apenas ao universo de preocupação da geografia. Pelo menos mais dois campos de pesquisa das ciências humanas mostraram interesse por suas ideias. Sua teorização passa por problemas bastante relevantes para a investigação antropológica. Um de seus principais trabalhos, intitulado *As raças humanas*, foi assumidamente redigido como um estudo de *etnografia*. Não são estranhas às suas páginas alusões a teses de Fraser, Tylor, Morgan ou Blumenbach. Malinowski colocou-o como *um dos pioneiros formuladores da teoria difusionista, alertando para sua influência sobre a obra de Boas* (grifos nossos. MORAES, 1990, p. 07).

Ratzel trouxe para o debate geográfico a etnologia e o debate sobre raças humanas, vale frisar, como vimos, que Malinowski, considerado pai do funcionalismo, ao lado de Radcliffe-Brown, aponta influências de Ratzel sobre o criador do difusionismo cultural Franz Boas (1858-1942). Alemão formado em física e geografia, migrou para os Estados Unidos no início do século XX, onde, por meio da geografia, aproximou-se dos nativos americanos e orientou vários alunos, criando o difusionismo cultural americano.

Boas ficou reconhecido por essa sua revisão teórica, que retirou o determinismo histórico das análises, relativizando-as e incorporando elementos que dialogavam com a geografia e a psicologia (de algum modo já presentes em Ratzel). O referido intelectual alemão é lembrado ainda pela reverberação de suas ideias entre seus orientandos, a exemplo de Gilberto Freyre que apontou para os estudos de tropicologia, e nas pesquisas de Margareth Mead e Ruth Benedict, reconhecidas pelas relações que fazem entre cultura e personalidade.

Ainda conforme Moraes (1990), Ratzel tem seu nome cravado na ciência política por meio de

Temas como o do Estado, das relações internacionais, *das fronteiras*, ou da guerra, entre outros, estão no centro de suas considerações. Ratzel escreve, inclusive, um trabalho com o título, até então inédito, de *Geografia política*. (“das fronteiras” grifos nossos. MORAES, 1990, p. 08).

Em linhas gerais, Ratzel teve o mérito de introduzir o homem no debate geográfico, escapando ao determinismo natural e abrindo portas para o diálogo com a etnologia e a ciência política. Ele elaborou esse debate discutindo e relacionando temas como o crescimento populacional, limites territoriais, entre outros assuntos que alimentaram o debate alemão, a exemplo do debate acerca do denominado Espaço Vital. Sua crítica ao determinismo natural o levou a outra extremidade dada pelo determinismo antropológico, uma tensão evidenciada pelas categorias, “força da densidade” (o crescimento populacional) e a “força do meio” (o condicionamento ambiente) como os elementos impulsionadores desse processo” (MORAES,

1990, p. 14). Como resposta a essa “força da densidade”, que é determinado pelo crescimento populacional, surge, então, o possibilismo francês.

O legado ratzeliano consistiu em afirmar que as condições naturais não determinam a passividade do elemento humano, que é provido de estímulos psicológicos, constituição social e étnica. Considerando esse legado, La Blache criou o possibilismo francês, que tentou se contrapor ao determinismo antropológico alemão. O professor Bezerra herdou pontos desse debate antropológico alemão por meio de temas como limites territoriais e etnias, mas fez isso recepcionando ideias que surgiam no debate francês (SÁ, 2009).

Uma das instituições pelas quais Bezerra projetou suas ideias foi o IHGSE. De acordo com Freitas (2002), a geografia foi uma ciência estatutária desde a criação a entidade do IHGSE. O professor Itamar Freitas (2002) lamentou ainda o paradoxo de uma ciência tão importante para a instituição poder contar com pouco mais de vinte trabalhos e escassos pesquisadores dos saberes geográficos, entre os quais Prado Sampaio, Oliveira Teles e Felte Bezerra.

Nesse momento, de posse da história das ideias geográficas e de seus autores, podemos distinguir claramente o debate sobre limites territoriais entre Prado Sampaio e Felte Bezerra. Joaquim do Prado Sampaio Leite (1865-1932) estudou direito na Escola do Recife, graduou-se em 1889 e foi contemporâneo da virada epistêmica ocorrida naquela faculdade, sugerida por Romero e responsável pela formação da geração de 1870.

As ideias de Prado Sampaio eram inspiradas nas concepções geográficas de Ratzel. Como tal, ele procurou demonstrar uma unidade “etno-meso-psicológica” do povo de Sergipe pautado nas leis da hereditariedade e da adaptação. Para comprovar sua tese, Sampaio utilizou o método filogenético proposto por Ernest Haeckel⁴⁵, mas não obteve êxito em tal empreitada, pois lhes faltaram domínio teórico e adequação da metodologia (FREITAS, 2002, 2003⁴⁶).

Sampaio e Bezerra, cada um em seu tempo, tiveram em comum no IHGSE os debates sobre limites territoriais entre Sergipe e Bahia. O primeiro utilizou ideias deterministas de Ratzel presas a um saber descritivo, com observações assistemática e de caráter impressionista. Bezerra, por sua vez, vivia um momento de virada epistêmica e adotou o relativismo francês proposto por Vidal de la Blache Freitas (2002, 2003).

⁴⁵ Ernst Heinrich Philipp August Haeckel (1834-1919), nasceu na Prússia, Alemanha, foi um biólogo, naturalista, médico, professor e filósofo que se dedicou a difundir as ideias propostas por Charles Darwin.

⁴⁶ FREITAS, Itamar. O sergipanismo de Prado Sampaio. *A Semana em Foco*, Aracaju, p. 6B-6B, 05 out. 2003. Disponível em < <http://itamarfo.blogspot.com/2003/10/o-sergipanismo-de-prado-sampaio.html> > acessado em jan de 2022

Felte Bezerra lançou o artigo “Fronteiras”⁴⁷ (1943) pela revista do IHGSE, no ano seguinte ele representou o Estado de Sergipe na reunião anual do Congresso de Geografia (1944), voltando a fazer parte dessa reunião entre 1955 a 1959. Em dezembro de 1944, Felte Bezerra, Garcia Moreno, José Amado, Orlando Dantas, Gonçalo Rollemberg, Fernando Porto, entre outros, criam o Centro de Estudos Econômicos e Sociais de Sergipe, que tinha a preocupação de discutir os problemas do Estado e servir de estímulo às atividades culturais por meio de conferências, pesquisas e publicações (DANTAS, 2004).

No dia 20 de abril de 1945, foi comemorado o centenário de nascimento do Barão do Rio Branco, na ocasião, o professor Felte proferiu uma conferência no IHGSE em um discurso que foi publicado com o título “Rio Branco: o vulto e a obra”⁴⁸. Em 1949, o professor Felte Bezerra assumiu a vice-presidência do IHGSE e, no ano de 1951, assumiu a direção da instituição, eleito Presidente para o biênio seguinte (1951-1953).

A eleição de Felte Bezerra para a presidência do IHGSE foi assim descrita pelo professor Ibarê Dantas (2012, p. 216-217):

Eleito presidente do IHGSE em 15 de julho de 1951, numa quadra de muitas solicitações, Felte Bezerra tomou posse na sessão de 06.08.1951, já reconhecido nacionalmente como um estudioso sério, competente e merecedor de grande honraria. Pode-se dizer que estava no ápice de sua vida intelectual.

A chapa eleita contava com Felte Bezerra como Presidente e tinha como companheiros de diretoria: vice-presidente: Lauro Barreto Fontes; secretário geral perpétuo: Epifânio da Fonseca Dória; 1ª secretária, Maria da Conceição de Melo Costa; 2º secretário, Severino Pessoa Uchôa; tesoureiro, Amyntas Garcez; orador, José Augusto da Rocha Lima. (DANTAS, 2012, p. 216-217).

De acordo com o historiador e ex-diretor do IHGSE, professor José Ibarê a contribuição de Bezerra

[...] na Casa de Sergipe como sócio efetivo em 1939, nesse mesmo ano, foi eleito para a Comissão de Geografia e aí permaneceu até 1947, quando ingressou na diretoria como secretário geral. Em 1949 foi elevado para a vice-presidência. Diante do afastamento de Garcia Moreno, substituiu-o de setembro a novembro de 1949 e em setembro e outubro de 1950, quando aquele médico foi a Paris partilhar de Congresso e de curso. Antes, já vinha participando da vida do Instituto, proferindo palestra e publicando artigos nos quatro números da Revista que circularam de 1942 a 1948. (DANTAS, 2012, p. 216-217).

⁴⁷ BEZERRA, 1943.p. 95-102. nº 17.

⁴⁸ BEZERRA, 1945. p. 24-41. nº 18.

Concluído o biênio de sua gestão, Felte Bezerra não se recandidatou à presidência da instituição, isso ocorreu, certamente, por conta do acúmulo de suas múltiplas atividades. Além de lecionar no Atheneu, ele ingressou na Faculdade de Filosofia de Sergipe (FAFI), assumiu a gerência do Banco Rezende, a direção da Sociedade de Cultura Artística (SCAS) e pertencia a quase todas as entidades culturais do Estado (DANTAS, 1998; DANTAS, B. 2020).

As primeiras ideias e iniciativas de implantação de ensino superior em Sergipe datam de 1860, quando se deu a visita de D. Pedro II ao referido Estado. As professoras Josefa Eliana, Patrícia Santos e Ana Paula Lima (2011) encontraram pistas nos trabalhos de Luiz Mott (1986) indícios dessa intenção durante o governo de Pedro II de criar o Imperial Instituto Sergipano de Agricultura (IISA) em Sergipe, assim relatado

O Instituto deverá, em proporção com os seus recursos:1. Fundar escolas e estabelecimentos normais em que se ensinem os princípios e ensaiem os sistemas mais convenientes de cultura da terra e sua preparação, os métodos que possam melhor concorrer para aperfeiçoar o fabrico dos produtos agrícolas, fazendo às expensas suas a introdução de máquinas e instrumentos que facilitem o trabalho e melhorem os processos até agora empregados. (MOTT, *apud*: SOUZA; SANTOS; LIMA, 2011, p. 05)

O contexto histórico educacional trazia em sua agenda e, encontrava-se motivado pela criação de outras instituições análogas, ocorridas em outras regiões do Brasil, a exemplo da Imperial Escola Agrícola da Bahia. Infelizmente, o IISA não chegou a funcionar de fato e, lamentavelmente, “os responsáveis pela instituição se envolveram em uma mal explicada história de prestação de contas dos recursos que o Imperador Pedro II destinou à sua implantação e funcionamento” (NASCIMENTO *apud* SOUZA; SANTOS; LIMA, 2011, p. 05).

Já na Primeira República, em 20 de agosto de 1898, Daniel Campos, então Presidente do Estado em exercício, procurou criar uma Academia de Direito em Sergipe, mas não obteve sucesso. De acordo com Nunes (1984 *apud* SOUZA; SANTOS; LIMA, 2011), no dia 20 de novembro de 1907, o Presidente do Estado, Guilherme de Souza Campos, tentou criar, sem sucesso, uma Faculdade de Direito, chegando mesmo a disponibilizar vinte contos de reis (20:000\$000) para a criação da mesma.

Por fim, no ano de 1913, foi criado o Seminário do Coração de Jesus, uma instituição implementada durante o governo e José Siqueira de Menezes, em parceria com a Igreja Católica, na pessoa de Dom José Tomás Gomes da Silva, primeiro Bispo do Estado de Sergipe. O Seminário do Coração de Jesus funcionou entre 1913 e 1933, oferecendo curso propedêutico, preparatório para o ingresso no nível superior, além dos cursos Superiores de Filosofia e de Teologia. A instituição acolheu jovens desprovidos de recursos financeiros, instigando

vocações sacerdotais e preparando futuros sacerdotes de representatividade religiosa, educacional e política (NASCIMENTO *apud* SOUZA; SANTOS; LIMA, 2011).

Na década de 1920, o governo do Estado de Sergipe, Maurício Graccho Cardoso (1922-1926), conseguiu consolidar o Instituto de Química Industrial em 1923, dirigido pelo professor Archimedes Pereira de Guimarães, tendo como auxiliar Antônio Tavares de Bragança. O referido instituto ofereceu curso de técnico superior, qualificando profissionais químicos destinados especialmente para realizar análises na indústria açucareira, exploração de sal, preparação do couro e aproveitamento de plantas oleaginosas (SOUZA; SANTOS; LIMA, 2011). Ainda nesse governo, buscou-se criar a Faculdade de Farmácia e Odontologia, Aníbal Freire e a Faculdade de Direito, Tobias Barreto (CRUZ, 2012) que funcionaram apenas no ano de 1926.

Dado o contexto nacional ocorrido na década de 30, que revelava a carência e necessidade de instituições capazes de qualificar pesquisadores que tinham como missão de esquadriñar o Brasil com vistas a planejar seu desenvolvimento. Em Sergipe, por iniciativa do governador José Rollemberg Leite (1947-1951) foram criadas a Escola de Química e a Faculdade de Ciências Econômicas, por meio da lei n. 26, de 25 de dezembro de 1948.

O cenário internacional era marcado pelo fim da Segunda Guerra Mundial e criação da ONU, que trazia consigo a missão de mediar conflitos entre nações, criando uma expectativa de um mundo marcado por determinada paz e maior liberdade política. Do ponto de vista econômico, o mundo vivia o conflito de polarização ideológica denominado Guerra Fria, que dividiu os países entre capitalistas e socialistas. Por sua vez, o Brasil vivia uma fase de transição dado pelo fim do Estado Novo e início de um novo período democrático, pautado pela ideia de maior presença da sociedade civil, intensificação do processo de industrialização e de urbanização (CRUZ, 2012).

No ano de 1948, ocorreu a criação da Faculdade de Ciências Econômicas no Estado de Sergipe. As primeiras tentativas de faculdades sergipana foram a antiga Escola de Comércio e a Escola de Química, que tiveram com sua composição no ano de 1923 (BRETAS; OLIVEIRA, 2014). Mas, em 1946, com o fim do Estado Novo, o Brasil ficou marcado por importantes fatos políticos como a extinção da Força Expedicionária Brasileira (FEB), a posse do Presidente General Gaspar Dutra e o início dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, que fora promulgada a 18 de setembro desse mesmo ano.

Felte Bezerra, como afirmado em um momento anterior da tese, tinha uma preocupação face à federalização do ensino no Estado de Sergipe. Ele concedeu entrevista ao Jornal Correio de Aracaju, que foi publicada no dia 17 de agosto de 1946, onde expressou sua preocupação

com a questão da educação em face da nova Constituição. O Estado de Sergipe formou uma delegação composta pelos professores José Augusto da Rocha Lima, Napoleão Dórea e José Olinó Neto, que ficaram responsáveis pelos debates da causa frente à nova constituinte (PEREIRA, 2016).

No ano de 1947, festejou-se, no estado de Sergipe, o centenário da implantação do ensino secundário, por meio de várias manifestações no campo educacional. Entre essas celebrações, esteve o discurso em 15 de março de 1947, proferido por José Augusto da Rocha Lima, professor do Colégio Estadual de Sergipe. Conforme descrito pelo professor José Vieira da Cruz (2012, p. 07) a fala de Rocha Lima “[...], entre outros aspectos, ele destaca o crescimento do ensino primário e do ensino secundário, enfatizando que isso deveria abrir caminhos para a instalação do ensino superior no estado”.

Perceba que o empenho dos professores Felte Bezerra, Rocha Lima, Napoleão Dórea e José Olinó em 1947, serviu como pano-de-fundo para a criação da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) e da Escola Superior de Química (ESQ) no ano seguinte. Os textos de Cruz (2012) e Pereira (2016) corroboram nossa intuição em afirmar que se ensaiava, por meio desses intelectuais, a necessidade real de consolidar instituições de nível superior no Estado de Sergipe. Esses cursos começaram a despontar por meio de através de faculdades isoladas, sendo depois agremiadas através da Faculdade de Filosofia de Sergipe (FAFI), em 1951.

A criação da FAFI se deu quando o então governador José Rollemberg Leite implementou oficialmente a Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) e a Escola Superior de Química (ESQ), por meio da lei n. 26, de 25 de dezembro de 1948. Quando questionados sobre o papel desempenhado por José Rollemberg Leite, os professores Ibarê Dantas e Beatriz Dantas (2020), em entrevista cedida ao autor, lembraram que: José Rollemberg não era professor nem frequentador assíduo dos debates intelectuais, sua importância se deu, principalmente, por sua sensibilidade na função de Governador de Estado, viabilizando as faculdades em Sergipe, escutando lideranças intelectuais como Felte Bezerra, Garcia Moreno e Gonçalo Rollemberg, que não faziam parte de nenhum partido político propriamente dito, mas, sempre tiveram a sabedoria de unir forças com a igreja católica, parceiro importante, responsável por disponibilizar prédios, viabilizando o funcionamento da FAFI (DANTAS, B. 2020; DANTAS, I, 2020).

O então padre Luciano José Cabral Duarte (depois, Dom Luciano) foi o primeiro diretor da instituição que, por meio da igreja católica, através da Diocese de Aracaju, cedeu o prédio para o funcionamento das aulas. Essa estrutura física estava situada no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, um espaço físico cedido pela Congregação das Religiosas do Santíssimo

Sacramento, localizado na rua Itabaianinha, 586 (OLIVEIRA, 2011). Nessa parceria, cabia ao Governo do Estado de Sergipe custear os cursos de economia e química, e, ficava a cargo da Sociedade Sergipana de Cultura o papel de principal entidade mantenedora da faculdade, responsável pelos gastos com infraestrutura, como água, luz etc.

O professor Cruz (2012, p. 08) observa as consequências de uma união político-religiosa na avaliação de

[...] Manoel Cabral Machado, intelectual católico, ligado ao PSD, essas duas iniciativas dariam a sustentação para a construção de uma política de desenvolvimento, em particular, no longo processo de efetivação do ensino superior em Sergipe, que só se concluiria em 1968.

Apesar do mérito, a referida faculdade enfrentou adversidades. De acordo com a pesquisa realizada pelas professoras Silvana Bretas e Iadrelhe Oliveira (2014, p. 159),

A Faculdade de Ciências Econômicas, criada em novembro de 1948, instalada em 1950 e reconhecida em 10 de janeiro de 1954. Assim como grande parte dos cursos de Economia do Brasil dos anos de 1950, a Faculdade de Economia de Sergipe sofria as debilidades da identidade acadêmica do curso e da ausência de estatuto profissional do economista. Desta forma, a Faculdade carecia de professores especialistas da área e, por isso, recorria aos bacharéis de Direito para ministrar suas disciplinas.

Dois anos após a sua criação, as faculdades de economia e química uniram-se à recém fundada Faculdade de Direito de Sergipe, resultando, daí, a criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FCFSE), ou, simplesmente, FAFI. A referida instituição, que contou com o apoio fundamental da igreja católica de Sergipe por meio da Diocese de Aracaju, que cedeu o espaço físico para o funcionamento das aulas.

A FAFI foi criada no dia 20 de setembro de 1950, e oficializada por meio dos decretos nº. 29.311, de 28/02/1951; 30.697, de 01/04/1952; 34.961, de 19/01/1954, publicados no Diário Oficial da República. Além dos renomados professores do Atheneu Sergipense, geralmente vinculados ao IHGSE e/ou ASL, foram convidados, ainda, docentes do ensino superior, professores oriundos da Faculdade de Ciências Econômicas, que concordaram com a criação da FAFI.

Em contrapartida, a criação dessa não foi aceita facilmente pelos professores da Faculdade de Direito de Sergipe (FDS), que contavam com a federalização de recursos e, por isso, foram contrários à união com outros cursos em vistas à criação da FAFI. O que estava em jogo era um certo prestígio econômico de um curso federalizado em oposição a todas as outras faculdades que conviviam com constantes atrasos salariais e, por isso, seus professores tinham

como primeira atividade remunerativa alguma profissão liberal ou, em alguns casos, eram servidores do Estado (DANTAS, 2019).

A junção dos três cursos consolidando a FAFI só foi possível dado ao poder de convencimento do então Padre Luciano José Cabral Duarte junto ao corpo docente da Faculdade de Direito. Entre os criadores da FDS, estavam os nomes de Antônio Manuel Carvalho Neto, Armando Leite Rollemberg, Francisco Rollemberg Leite, Gonçalo Rollemberg Leite, Manoel Cabral Machado e Mário de Araújo Cabral.

Os professores da FDS, em geral, eram juristas ligados ao PSD, personalidades de destaque que compuseram uma elite intelectual, jurídica e política, no Estado de Sergipe, entre as décadas de 1940 a 1960 (CRUZ, 2013), a exemplo de Gonçalo Rollemberg Leite, que havia sido governador do Estado e de Manoel Cabral Machado, que era formado em ciências sociais e jurídicas, foi vice-governador do Estado, professor de sociologia e participou da fundação de quatro faculdades, tendo lecionado em todas elas (DANTAS, 2019).

A implantação FDS se deu por meio de uma reunião ocorrida no dia 28 de fevereiro de 1950, na sede do Conselho Penitenciário e contou com diversos intelectuais e juristas sergipanos (CRUZ, 2013). Dessa reunião, originou-se os trâmites administrativo-legais que desembocaram na realização do exame destinado à seleção de futuros acadêmicos do curso de Direito. A aula inaugural do curso de Direito de Sergipe se deu a 15 de março de 1951, no prédio do IHGSE e, foi proferida pelo Ex-Governador do Estado e idealizador da faculdade, Gonçalo Rollemberg Leite, que discorreu sobre o “Direito em Sergipe” (LEITE *apud* CRUZ, 2013).

A FAFI contou com renomados pesquisadores no âmbito local e nacional. Através de nomes como Gonçalo Rollemberg, reconhecido pesquisador da vida cultural e reconhecido por seus estudos acerca dos temas sergipanos, professor Bonifácio Fortes, que pesquisou sobre o tema das eleições em Sergipe e Manuel Cabral que pesquisou sobre o movimento operário no referido Estado. Coube ao padre Luciano a direção geral da FAFI, por sua vez, Gonçalo Rollemberg Leite compôs uma primeira diretoria eleita, assumindo o cargo de (Vice-Diretor) da Faculdade de Direito de Sergipe, ao lado do professor Otávio de Souza Leite eleito Diretor (CRUZ, 2013).

Assumiram como conselheiros da FDS os professores Enoch Santiago, Manuel Ribeiro, Armando Leite Rollemberg e Afonso Moreira Temporal (Idem, 2013). No mesmo ano de sua fundação, 1951, criou-se no curso de direito: a) o Centro Acadêmico Silvio Romero, b) um órgão de imprensa denominado *Jornal Academus* e c) ainda a Associação Atlética da Faculdade de Direito de Sergipe (*Ib.*, 2013).

Dois anos após sua criação e funcionamento, entenda-se, em 12 de novembro de 1953, passou a circular o primeiro número da *Revista da Faculdade de Direito de Sergipe*, que fora concebida e dirigida pelo, sempre ativo, professor Gonçalo Rollemberg Leite. A revista contou com a colaboração dos professores Manuel Cabral Machado, Mário de Araújo Cabral e Armando Leite Rollemberg como parte integrante da comissão redatora (CRUZ, 2012).

Conforme observado pela professora Terezinha Cruz (2013), os professores criadores da FDS mantinham entre si laços de amizade e interdependência, compondo entre as décadas de 1940 a 60 uma elite política, jurídica e intelectual no Estado de Sergipe. Ela justificou sua afirmação descrevendo que

[...] é possível se pensar na política e nas relações de parentesco como os móveis que permeavam as relações entre esses docentes. José Rollemberg Leite o Governador que inicia o processo de implantação do Ensino Superior era irmão de Gonçalo Rollemberg, que era irmão de Francisco Leite Neto, que era casado com a filha de Antônio Manuel Carvalho Dantas. Armando Rollemberg primo de Gonçalo Rollemberg e de Francisco Leite Neto. De uma maneira ou de outra, todos estiveram ligados em diferentes momentos de sua trajetória política seja como detentor de cargo eletivo, seja como ocupante de cargo no Executivo (CRUZ, 2013, p. 10).

A FAFI, fundada em 1951, reuniu professores dos cursos de Ciências Econômicas, Direito e Filosofia. Nesse mesmo ano foi criado ainda um primeiro curso de Pedagogia em uma Faculdade de uma rede privada de ensino no Estado de Sergipe, conseguindo a autorização para o seu funcionamento no ano seguinte e obtendo reconhecimento pelo Governo Federal em 1954.

Na prática, o primeiro vestibular do curso de pedagogia, ocorrido em 1951, não conseguiu atrair candidatos dispostos a pagar mensalidades e submeter-se à precária remuneração do magistério (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2012). O pouco sucesso desse primeiro vestibular em pedagogia se deu também pela concorrência de cursos de Geografia, História, Matemática e Filosofia, que passaram a ser ofertados pela FAFI, que tinha interesse de formar professores para os ensinos normal e secundário.

Muito provavelmente em decorrência do prestígio e da necessidade que gozavam as ciências humanas, os cursos de Geografia e História funcionaram perfeitamente entre as licenciaturas ofertadas pela FAFI. O curso de pedagogia sequer conseguiu candidatos para completar uma turma em seu primeiro vestibular. Por sua vez, as licenciaturas em Filosofia e de Matemática enfrentaram sérios problemas em sua caminhada, de tal maneira que esses cursos só se mantiveram até 1957 (OLIVEIRA, 2011).

Quadro 3: Alunos de licenciatura do vestibular de 1951

Filosofia	Matemática	Geografia e História
Acirema Manguiera Marques; Elysa Sílvia Leite, Joana Vital de Souza Joviniano de Ferreira Filho Maria Umbelina S. Mendonça	Nalda Xavier de Oliveira, Olga Batista Andrade, Mariadyr Cardoso Soares Manuel Santiago Meneses	Maria Clara Vieira de Faro Passos; Elisete Oliveira Andrade; Gildete Santos Lisboa; Josefina Sampaio Leite (que substituiu posteriormente o professor Felte Bezerra), Beatriz Sampaio; Elisete Batista Nogueira; Magnória de Nazareth Magno.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de informações de Oliveira (2011)

Felte Bezerra ingressou na FAFI pelo curso de geografia, em 1951, ensinando geografia humana e, por meio dessa, realizou incursões à Laranjeiras junto ao médico e professor de antropologia Garcia Moreno. Por conta de sua formação em odontologia, o professor Bezerra não podia assumir a disciplina de antropologia, por isso, assumiu etnologia e etnografia. Ele se manteve na disciplina e só foi substituído por ocasião de seu afastamento, quando decidiu transferir-se para o Rio de Janeiro, assumindo, em seu lugar, uma ex-aluna, agora professora, Josefina Leite Campos, sendo mais tarde substituída pelas professoras Beatriz Gois Dantas e Luiza Maria Gonçalves (DANTAS, 2019).

Conforme observado pelos pesquisadores Souza, Santos e Lima (2011), entre 1951 e 1962, o curso de geografia trazia em sua grade curricular as seguintes disciplinas e professores:

Quadro 4: Professores das disciplinas de geografia no curso de Geografia e História da FAFI (1951-1962)

Série	Disciplinas	Professores	Formação	Período de atuação
1 ^a	Geografia Física	a. Maria Thétis Nunes; b. Petru Stefan; c. Cleonice Xavier de Oliveira; d. Fernando de Figueiredo Porto	a. Lic. em Geografia e História b. Engenheiro c. Lic. em Geografia e História d. Engenheiro	a. 1951-1952 b. 1953-1955 c. 1956 d. 1957-1963
	Geografia Humana	a. Felte Bezerra; b. José Bonifácio Fortes Neto	a. Odontólogo b. Bac em ciências jurídicas e sociais	a. 1951-1952 b. 1953-1968
2 ^a	Geografia Física	a. Petru Stefan; b. Cleonice Xavier de Oliveira; c. João Aragão d. Fernando de Figueiredo Porto	c. Sem informação de formação	a. 1952-1955 b. 1956/1 c. 1956/2 d. 1957-1963
	Geografia Humana	a. Joaquim Fraga Lima b. José Bonifácio Fortes Neto	a. Médico	a. 1952 b. 1953-1968
3 ^a	Geografia do Brasil	a. Cleonice Xavier de Oliveira; b. Severiano Pessoa Uchôa	b. Bac em ciências jurídicas e sociais	a. 1954-1961/1 b. 1956/2-1962

Fonte: Souza; Santos; Lima (2011)

Complementando as informações do quadro acima vale registrar também os professores que atuaram com as disciplinas de história, já que o curso era de Geografia e História. Para essas informações valemo-nos dos trabalhos do professor Oliveira (2011, p. 01) que assinala como constituinte do

Primeiro corpo docente do curso de Geografia e História da faculdade, que foi composto por: Gonçalo Rollemberg Leite lecionando História Antiga e da Antiguidade, João Perez Garcia Moreno professor de Antropologia, Felte Bezerra ministrante de Geografia Humana e a professora Maria Thétis Nunes com a disciplina de Geografia Física.

O ano de 1954 foi bastante significativo no campo das intelectualidades sergipanas. A frente do Governo de Estado estava Arnaldo Garcez (PSD), que governou entre 12 de março de 1951 a 31 de janeiro de 1955. Nesse período, se deu a criação do curso de Didática Geral, autorizado a funcionar por meio do Decreto nº 34.961 publicado em 19 de janeiro de 1954. Nesse mesmo ano se deu a criação da Faculdade de Serviço Social por meio de uma parceria em parceria entre Diocese de Aracaju, Governo de Estado e a própria FAFI.

Nesse mesmo ano, se deu ainda “um convênio com o pessoal do folclore e a realização do Congresso Internacional de Americanistas na cidade de São Paulo, entre os dias 23 e 30 de

agosto⁴⁹ (DANTAS, B., 2020). Ainda conforme afirmado pela professora Beatriz Dantas (2020), em linha gerais “os organizadores desses eventos enviavam convites às instituições dos respectivos Estados, que ficaram responsáveis por patrocinar a ida de seus intelectuais”. E, concluiu lembrando que o professor Felte Bezerra foi um desses agraciados a participar do Congresso de Americanistas ocorrido em 1954.

Dada a criação do curso de Didática, o então diretor da FAFI, Padre Luciano Cabral Duarte, sugeriu, então, o nome do professor Felte Bezerra para assumir a cadeira de Didática de Geografia e História. Foi, então, publicada uma Ata Geral com vistas à composição do referido curso assim definido:

Fundamentos Sociológicos da Educação, Administração Escolar, Psicologia Educacional, Fundamentos Biológicos da Educação, Didática Especial de História da Civilização, Didática Especial da Geografia, Didática Especial da Filosofia e Didática Especial da Matemática. Conforme as cadernetas da FAFI, os professores e as disciplinas ficaram distribuídas segundo o quadro abaixo:

Quadro 4b⁵⁰: Curso de Didática da FAFI - 1954

Docentes	Disciplinas
Gonçalo Rollemberg Leite	Didática Especial da História da Civilização
Felte Bezerra	Didática Especial da Geografia
José Silvério Leite Fontes	Didática Especial da Filosofia
José Rollemberg Leite	Didática Especial da Matemática
Cleone Menezes	Psicologia Educacional
Garcia Moreno	Fundamentos Biológicos da Educação
Manoel Cabral Machado	Fundamentos Sociológicos da Educação
José Silvério Leite Fontes	Didática Geral
Maria Thétis Nunes	Administração Escolar

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas cadernetas do curso de Geografia e História da FAFI (OLIVEIRA, s.d., p. 04).

A referida Ata Geral nos fornece pistas sobre a abertura de espaços institucionais para a recepção da sociologia pela inclusão da disciplina Fundamentos Sociológicos da Educação. Também é forte a presença de professores ligados ao PSD, quadro que se manteve até 1955, quando chega ao Governo de Estado Leandro Maciel, que era de oposição e mudou todo o cenário demonstrando o quanto o campo estava preso a essa rede de sociabilidades pessoais.

Em novembro de 2019, aconteceu, na Universidade Federal de Sergipe (UFS) a “IX Semana de Ciências Sociais”, que trouxe a professora Beatriz Góis Dantas para o evento de abertura. Então, no dia 19 de novembro de 2019, ela discursou sobre o tema “As Ciências

⁴⁹ Os resumos do referido congresso foram publicados posteriormente nos Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas (Editora Anhembi, 1955)

⁵⁰ O numero “4” não segue nossa contagem, mas a numerarão que se encontra no texto original.

Sociais nos primórdios da UFS (1968-1978)”. Conforme suas palavras, sua palestra trazia um “tom de depoimento memorialista” (DANTAS, 2019), valendo-se, ainda, de documentos gerais da UFS, em especial os catálogos de 1974 e 1980, que mapeava a situação geral da instituição naqueles momentos específicos (DANTAS, 2019).

A professora, entretanto, não deixou despercebido as faculdades de economia, química e direito como elementos fundadores da FAFI, caracterizando-as como traço comum, a grande carga de disciplinas metodológicas. A conferencista lembrou que, muitos desses professores, a exemplo de Garcia Moreno, médico, e Felte Bezerra, odontólogo, tinham em comum suas formações nas áreas da saúde e, um traço comum era a preocupação em estudar e pesquisar sobre o tema das relações biológico-raciais, muito comum naquele momento e bem presente nas ementas das disciplinas (DANTAS, 2019).

Do ponto de vista político, Beatriz Góis Dantas ratificou a ligação de pessoas, amigos e parentes, que dominaram o cenário político e jurídico entre os idos de 40 a 60 e que, de algum modo estavam ligadas ao PSD. Entretanto, a chegada de Leandro Maynard Maciel ao poder em 31 de janeiro de 1955 e, permanecendo até 31 de janeiro de 1959 mudou todo o cenário do campo e na própria FAFI. Maciel era oposição ao PSD e havia sido derrotado no pleito anterior, obtendo a segunda colocação. Com esse novo cenário político nacional, Maciel sagra-se vitorioso e, como consequência da falta de autonomia do campo, o então governador do Estado de Sergipe opta pela demissão de parte do corpo docente

das faculdades estaduais a exemplo de Economia, os professores eram sujeitos a forte influência política. As lutas entre os partidos PSD e UDN geravam demissão dos professores, como foi o caso do Dr. Manoel Cabral Machado, então professor na Faculdade de Economia e deputado pelo PSD, demitido pelo governador Leandro Maciel da UDN. Outro exemplo de ingerência da política partidária na vida acadêmica ocorreu com Felte Bezerra. Professor Catedrático de Geografia no Colégio Ateneu e de Antropologia na Faculdade Católica de Filosofia, Felte, que já era autor consagrado, com o livro *Etnias Sergipanas* sendo bem aceito no Sudeste, queria dedicar-se à pesquisa e conseguiu, no final do governo de Arnaldo Garcez do PSD, licenciar-se do Ateneu ficando à disposição da Faculdade de Filosofia para pesquisar. O decreto assinado pelo governador, já em final de mandato, foi anulado, tão logo assumiu o governante do partido contrário (DANTAS, 2022)⁵¹

Especificamente no que tange ao professor Felte Bezerra, a professora Beatriz Dantas (2019) lembrou que, um ano antes, o Governador Arnaldo Garcez elaborou um decreto que

⁵¹ Conforme apresentado nos agradecimentos, a professora Beatriz Dantas, de posse da tese e tendo acompanhado a defesa da mesma, fez algumas ponderações por meio de um documento denominado “Carta a Fábio”, que a professora me enviou por e-mail, onde apresentou algumas correções de suas apresentações de 2019 e mesmo da entrevista concedida ao autor de 2022.

colocava Felte Bezerra à disposição da FAFI, para realizar pesquisas. Esse ato significa, por outro lado que o referido professor

seria liberado das tarefas de ensino no Ateneu, colégio estadual do qual Felte era professor concursado. Com a revogação do decreto por Maciel, Felte reassume suas atividades no Ateneu e os projetos de pesquisa a serem realizados na FAFI se inviabilizam (Idem, 2022).

Lembremo-nos, ainda, que desde 1951, o mesmo vinha assumindo inúmeras atribuições administrativas no IHGSE, na gerência do banco etc. Confirme salientado pela professora Dantas (2020), apesar da ligação do professor Bezerra com o PSD, nesse momento, Bezerra já gozava de boa reputação como intelectual com projeção nacional e, seria muito difícil, ao governador Maciel, desligá-lo da FAFI. Foi quando, o então governador do Estado decidiu pela retirada dos benefícios concedidos pelo ex-governador. Como consequência, professor Bezerra teve de retornar a sua carga horária na FAFI, assumindo, além de Etnologia e Etnografia do Brasil, outras disciplinas como Antropologia e Didática Especial de Geografia (DANTAS, B. 2020).

Ainda sobre essa rede de sociabilidades da qual o professor Felte Bezerra estava inserido a professora Beatriz Dantas (2020) lembrou que, apesar das várias atribuições, o mesmo envolveu-se com a criação do Conselho do Desenvolvimento Econômico de Sergipe (CONDESE). A referida instituição era voltada para a promoção e “formação de grupos de trabalho, animando políticos e, sobretudo, empresários, envolvendo-os na discussão das potencialidades de Sergipe no tocante à exploração de minérios” (DANTAS, 2004, p. 134). Dito isso, a professora lamentou a ausência de um trabalho que correlacione a Faculdade de Economia, a CONDESE e a SUDENE no Estado de Sergipe.

Nesse momento da entrevista, generosamente ela pegou o referido livro de sua autoria, junto com a professora Verônica Nunes, abriu entre as páginas 94 e 95, e elencou uma série de atribuições administrativas assumidas pelo professor Bezerra e leu uma passagem que dizia: “com a criação da CONDESE o referido pensador produziu vários artigos sobre economia em Sergipe, minérios, potássio, entre outras coisas, fase concomitante a criação da SUDENE⁵²” (DANTAS; NUNES, 2009, p. 94).

Passando à página seguinte, mas ainda enumerando essa série de atribuições assumidas pelo professor Bezerra, a professora Beatriz Dantas leu que ele: “*tornara-se diretor do Departamento Econômico da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (FIES), o que lhe*

⁵² A criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), se deu pela Lei nº 3.692, datada de 15 de dezembro de 1959.

assegurou uma viagem à Alemanha em 1959” (DANTAS; NUNES, 2009, p. 95). Ela concluiu que as atividades assumidas pelo professor Bezerra resultaram no distanciamento de sua rede de intelectuais construída desde os idos de 1940 e culminaram com a publicação de *Etnias sergipanas*.

Mais que isso, após um momento de pausa e reflexão, a professora argumentou que aquela entrevista lhe fez refletir uma outra situação. Ela colocou que após *Etnias*, livro que lhe rendeu convite para ingressar na FAFI, o professor publicou *Investigações histórico-geográficas de Sergipe* (1952), onde reedita textos publicados nas revistas do IHGSE e ASL na década de 40. De novidade entre suas publicações na década de 50 houve o verbete publicado no dicionário de folclore, organizado por Câmara Cascudo, artigos de jornais e nas revistas do IHGSE.

O que a professora Beatriz (2020) percebeu naquele momento foi que Felte Bezerra não publicou nenhum outro livro inédito naquela que convencionou-se chamar primeira fase de sua vida, marcada por *Etnias sergipanas* e, os benefícios colhidos entre 1951 a 1955, depois das *Investigações histórico-geográficas*, seguindo de uma virada política e muitos desgastes públicos, com perseguições sucessivas por parte do professor Nunes Mendonça, capítulo biográfico bastante explorado na dissertação de Silva (2014), que desembocou em desgaste e culminou com a transferência do professor Bezerra para o Rio de Janeiro em 1960. Vejamos como se deu a produção de *Etnias sergipanas* no seu contexto ideológico e as redes de sociabilidades de seu autor, conforme sugerem Mannheim (2004) e Collins (2004).

5 *ETNIAS SERGIPANAS: O LIVRO*

5.1 Contexto político-ideológico

A obra *Etnias sergipanas* foi publicada em 1950, e contou com a impressão de 500 exemplares. Os temas desenvolvidos no livro vinham sendo gestados trilhados em meados de 30, ainda no curso de graduação de Felte Bezerra, pela influência culturalista do professor Arthur Ramos e pelo método empírico praticado pela FAMEB. Esses traços formaram o perfil do intelectual sergipano, que amadureceu suas hipóteses durante a década de 1940, liderou a comissão de folclore, onde apresentou um trabalho que repercutiu nacionalmente e culminou com a publicação do respectivo livro.

Bezerra tem o mérito de recepcionar de maneira pioneira muito do debate antropológico culturalista ao ler Ralph Linton ou incorporando as ideias de Gilberto Freyre (DANTAS, 1998). Lembremo-nos, ainda, que o professor Willems sugeriu que este estudasse os frutos dos casamentos inter-raciais por medições antropométricas, pois sabia da competência do intelectual sergipano, mas, ele tinha consciência que esse método o levaria a abordagens evolucionistas. Bezerra mostrou consciência e convicção, fazendo o que o sociólogo alemão lhe pediu pelo viés culturalista, analisando a falência econômica e a dieta alimentar como determinantes de perda da estatura entre os filhos de casais miscigenados. Apesar desse avanço, percebemos, nas entrelinhas do texto, expressões como “braquicefálicos”, “tipos caucasianos”, entre outras denominações comuns à época de formação evolucionista.

O professor Bezerra afilia-se a uma tradição de pensamento originada em Romero, que transita em Freyre, tem Pierson, Willems e Bastide como interlocutores. A ideia oitocentista era analisar por meio do folclore a contribuição de brancos, negros e índios para a formação do povo brasileiro. Do ponto de vista racial esse debate era extremamente marcado pelo pessimismo que caracterizou o debate sobre a mestiçagem, elemento determinante para o entendimento do atraso da nação.

Freyre é um interlocutor às avessas das ideias de Romero. Embora mantenha a ideia do folclore como método, ferramenta amplamente utilizada nas investigações que projetaram o professor Bezerra em 1947, do ponto de vista das ideias, há uma inversão substancial quando o sociólogo pernambucano sugere substituir a mestiçagem e toda sua carga pessimista pela miscigenação. Essa ideia coloca o Brasil e os Estados Unidos como laboratórios raciais, exemplos a serem seguidos pela humanidade, e atraem pesquisadores que querem testar tais hipóteses, entre os quais Pierson e Bastide, quem vêm para a Bahia sob o pretexto de ali encontrarem o mais autêntico sincretismo religioso e convívio inter-racial.

Pierson (1937) e Bastide (1940), em certa medida, dão continuidade ao debate iniciado pela literatura de *Casa grande e senzala* (1933) e *Jubiabá* (1934), mas, com a corroboração empírica de tais sugestões sociológicas. Garcia Moreno e Felte Bezerra foram contemporâneos dessas verificações empíricas quando, em 1939, empreenderam incursões etnográficas aos terreiros de Laranjeiras, no estado de Sergipe. Essa sincronia de pensamento dos intelectuais sergipanos com temas que norteavam a agenda nacional, já no início da década de 40, levou Willems, no final dessa década, a perceber afinidades entre as ideias de Bezerra e Pierson, interessando-se em publicar o artigo “O Xangô de Zeca”. Desse contato decorre uma série de correspondências entre o sociólogo alemão radicado em São Paulo e Bezerra, que tinha interesse em escrever um livro sobre o tema étnico-racial. Willems percebeu que esse trabalho ao qual o intelectual sergipano tinha intenção de fazer era uma resposta ao chamado do sociólogo americano e colega de trabalho, o americano Donald Pierson, no que diz respeito à necessidade de esquadrihar a geografia e a população brasileira. Então, Willems não só publicou o artigo sobre a festa de xangô em 1948, como orientou e prefaciou *Etnias sergipanas*.

5.2 *Capital cultural, social e condições teórico-metodológicas*

O berço familiar de Felte Bezerra formou de certo um lastro onde ele pode assentar bases de conhecimento, acumulando capital cultural e rigor sistemático em suas pesquisas. Além de seu pai, considerado “mestre de tudo”, Bezerra convivia, em sua casa com intelectuais como José de Alencar Cardoso e Artur Fortes entre outros (BEZERRA, 1988). Nos idos de 1898, Artur Fortes fora um dos diretores do Grêmio Tobias Barreto, no Atheneu Sergipense, uma associação de intelectuais, localizada à rua de Maruim, no centro da cidade de Aracaju. A referida agremiação que adotou Tobias Barreto como patrono realizava reuniões literárias e ministrava aulas noturnas destinadas a adultos com defasagem no seu tempo de estudo. Na sequência, Fortes

Seguiu para o Rio de Janeiro com o intuito de continuar seus estudos na Academia Militar da Praia Vermelha, mas foi expulso de lá em 1904, sob o pretexto de ter participado da Revolta da Vacina. De Sergipe, além de Fortes, também saíram da Academia seus amigos Abdias Bezerra e Alencar Cardoso. Os três foram enviados ao Rio Grande do Sul e anistiados um ano depois. O trio de sergipanos retornou a Sergipe no ano de 1906. Logo depois, Arthur Fortes e Abdias Bezerra estavam diretamente envolvidos na Revolta Fausto Cardoso. Fortes, inclusive, estava com Fausto Cardoso no momento da invasão ao palácio do governo de Sergipe, que resultou na morte do deputado opositor à oligarquia olimpista (SILVA *apud* OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2020, s.p.).

Apesar de não terem concluído seus estudos na Escola Militar da Praia Vermelha, seus ex-alunos, Abdias Bezerra e Artur Fortes, encontraram naquela academia um ambiente favorável, que “[...] contribuiu para as boas condições para o exercício do magistério [...]” (AZEVEDO, 2013, p. 100). Fortes foi professor de história e francês no Colégio Tobias Barreto e, é lembrado por Felte Bezerra com grande entusiasmo classifica as aulas do ex-professor como “encantadoras e magistrais, lembrando ainda das preleções dotadas de conteúdo, segurança e beleza” (BEZERRA *apud* OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2020, s.p.).

O amigo e companheiro intelectual Garcia Moreno lembrou no discurso de recepção de Felte Bezerra na ASL, que os traços formativos, intelectuais e metodológicos, já estavam incutidos na mente do professor Bezerra (*Id.*, 2020). Salientou ainda que, enquanto jovem, logo após concluir o ensino médio ele teve que adiar o sonho de seguir carreira acadêmica por algum tempo, dado a falta de recursos financeiros para se manter em outro Estado, mas logo superou essa fase, conseguindo sua aprovação em primeiro lugar na turma de odontologia da FAMEB, onde seguiu sendo um aluno de destaque.

Graduado em dezembro de 1933, Bezerra retorna ao Estado de Sergipe e, no ano seguinte, abriu um consultório de odontologia ao passo que ingresso, simultaneamente na carreira docente, lecionando inglês. Pouco depois ele adentrou às humanidades, pelo viés geográfico e em 1939 filou-se o IHGSE, onde retomou o debate clássico acerca dos limites territoriais entre Sergipe e Bahia ocorrido nos idos de 20, mas, apresentando novas interpretações para o tema.

Felte Bezerra é um dos pioneiros a recepcionar a hipóteses raciais aventadas por Freyre. Suas incursões etnográficas aos terreiros de Laranjeiras junto com o amigo e médico psiquiatra Garcia Moreno em 1939 estão lado-a-lado com as pesquisas empreendidas por Pierson, em sua primeira passagem pelo Brasil entre 1935 a 37, quando ficou 22 meses na Bahia, colhendo subsídios para sua tese de doutorado. Bezerra e Moreno que tinham em comum a formação na FAMEB e o perfil empírico que caracterizava a ETB empreenderam pesquisas antes de Bastide, levado em 1940 para a Bahia, sob o pretexto que ali encontraria o mais autêntico e fervoroso movimento sincrético religioso.

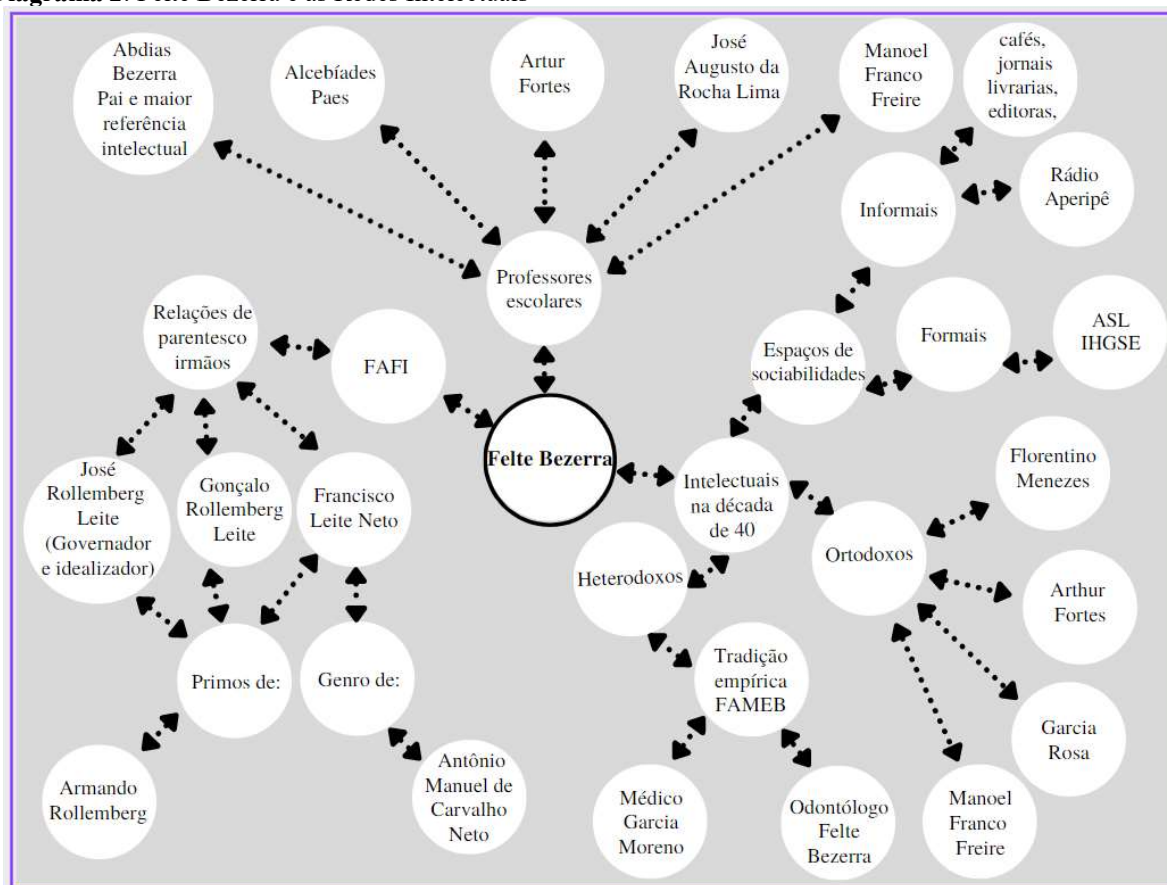
O texto do professor Bezerra acerca das etnias publicado em 1941 foi editado um ano antes da tese do professor Pierson nos Estados Unidos *Negroes in Brazil: a study of race contact at Bahia* (1942), trabalho traduzida para o português e denominado *Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial* (1945). O que queremos mostrar com tais pesquisas, incursões e publicações é a importância do professor Bezerra diante de um tema que era crucial naquele momento, que despertava a atenção de pesquisadores e instituições internacionais, como foi o

caso da UNESCO, que financiou um projeto de pesquisa onde suas ideias estavam muito afinadas com essa geração.

Na década de 40 ocorreu um movimento de renovação cultural e intelectual em Sergipe. Além de Florentino Menezes, Arthur Fortes e Garcia Rosa, intelectuais que dominaram na geração anterior, estavam vivos e residiam em Aracaju, ocorreu a chegada de Garcia Moreno, Felte Bezerra, entre outros (DANTAS, 2014). Dado ao isolamento intelectual que havia no Estado, marcado principalmente pela ausência de uma faculdade, essas personalidades procuraram se corresponder com outros nomes de projeção nacional. Isso pode ser percebido quando José Calasans e Felte Bezerra, na década de 40, procuraram estabelecer contatos com Artur Ramos, que já havia se deslocado para o Rio de Janeiro. De acordo com a professora Luitgarde Barros, Ramos era acionado frequentemente por cartas, se acervo com mais de 4000 missivas dirigidas a ele. Obviamente ele não tinha como atender a todos e Calasans foi contemplado com a resposta de Ramos. Bezerra por sua vez não obteve o mesmo sucesso.

Assim sendo, vejamos um diagrama das relações intelectuais em Sergipe, que traz como foco Felte Bezerra, iniciando pelo seu pai, transitando em sua formação e desembocando com a criação da FAFI.

Diagrama 2: Felte Bezerra e as Redes Intelectuais



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Sergipe está situado entre duas metrópoles, encostadas ao esquecimento desde a Proclamação da República, quando foram sucumbidas economicamente pelos barões de café paulistas. Enquanto isso, crescia no Nordeste um movimento regionalista capitaneado por Freyre que buscava visibilidades político, econômico e social articulando uma rede de contatos intelectuais enquanto mecanismo de resistência, busca de visibilidade e de espaços nos setores públicos.

Ramos atendeu Calasans, mas não fez o mesmo com Bezerra. Por sua vez, Cascudo tinha afinidades temáticas com Bezerra sobre a questão do folclore e do povoamento holandês no Nordeste. O folclorista potiguar por sua vez foi procurado por Josué de Castro (1908-1973), com quem trocou algumas correspondências. Conforme afirmação do professor Gilberto Vasconcellos após sucessivas cartas entre o geógrafo e o folclorista eis que o segundo lhe afirmou que não teria interesse em escrever com o mesmo, alegando “você está preocupado com a fome⁵³ e eu quero falar dos alimentados” (VASCONCELLOS, 2021). Com esse trocadilho genial, Cascudo mostrou que faltava afinidade entre eles e que sua preocupação era cultural.

Conforme assinalado na tese do professor Mesala Santos (2016, p 52).

No final da primeira metade do século XX, em Sergipe, pouco havia de interlocutores das teorias antropológicas discutidas à época. O isolamento intelectual em Aracaju, fez com que Felte Bezerra procurasse contato com antropólogos e sociólogos fora do estado de Sergipe: onde muitos de seus intelectuais ainda respondiam ao positivismo e evolucionismo, correntes teóricas, que em nada contribuiria para Felte Bezerra sobre as suas conclusões de integração e assimilação entre as etnias em Sergipe.

O relato de isolamento intelectual em Aracaju muito se deve à ausência de uma faculdade no Estado, enquanto espaço de discussão, difusão e institucionalização das ideias. Os graduandos de Sergipe tinham que se deslocar para outros Estados a fim de realizarem seus estudos, diferentemente da região sul, que gozava benefícios de sediar a capital federal, no Rio de Janeiro e econômica na cidade de São Paulo, que durante muito tempo se alternou no poder com Minas Gerais, em uma política conhecida café com leite. A centralidade político-econômica dessa região possibilitou a importação de missões de intelectuais estrangeiros, a

⁵³ Alguns dos livros escritos por Josué de Castro demonstram claramente sua preocupação com a temática da fome: *O Problema Fisiológico da Alimentação no Brasil*. Recife: Ed. Imprensa Industrial, 1932. *O Problema da Alimentação no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1933. *A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana*. Rio de Janeiro: Livraria do Globo, 1937. *Geografia da Fome: A Fome no Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.

fundação das ELSP (1933), USP (1934) e a UDF (1935) e a formação de uma *intelligentsia* especificamente voltada para guiar os rumos da modernidade brasileira.

O cenário nacional apontava para a criação de instituições que ajudaram a consolidar o campo das ciências sociais no Brasil. Entretanto, nesse mesmo período, o professor Ibarê Dantas (2014), registrou a morte de Clodomir Silva e Prado Sampaio (ambos em 1932), João Ribeiro (1934), Oliveira Teles (1935), Manoel Bomfim (1936) e Laudelino Freire (1937), todos eles reconhecido como grandes pensadores sergipanos. Então, quase 15 anos depois de criada a ELSP, despontaram duas faculdades no referido Estado, sendo uma a Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) e a outra a Escola Superior de Química (ESQ) em 25 de dezembro de 1948.

Em 1947, face ao surgimento da UNESCO e sua proposta de pacificação mundial, a referida instituição encomendou um projeto sobre relações racial em quatro cidades, sendo duas do Nordeste e duas do Sudeste. A UNESCO estava afinada com as sugestões raciais aventadas por Freyre e o método encontrado para testar tais hipóteses, via de regra se deu pelo folclore, em incursões etnográficas a terreiros. Felte Bezerra ficou responsável pela coordenação e composição de integrantes em Sergipe da Comissão de Folclore em Sergipe. Afinado com o assunto e a proposta de seu patrocinador, ele apresentou um trabalho acerca de uma festa de xangô em um terreiro, situado na praia de Atalaia, na capital aracajuana. A boa repercussão do trabalho o encorajou a procurara Artur Ramos, mas foi Willems que percebeu afinidades entre Freyre, Pierson e Bezerra, aceitando orientar o intelectual sergipano a aprimorar o trabalho e assim publicá-lo na revista Sociologia, decorrendo daí em série de cartas e a orientação de *Etnias sergipanas*.

5.3 *Etnias sergipanas: dissecações e apreciações*

Na referida obra, seu autor cita Afonso Arinos, afirmando que “o povo brasileiro é resultado do choque entre duas culturas, a índia e a negra e uma civilização lusitana” (BEZERRA, 1984, p. 17). Então, Bezerra apresentou uma distinção entre cultura e civilização, sendo o primeiro entendido pelo

“**processus**⁵⁴ de aquisição de experiência do mundo, sua interpretação, seu conhecimento, numa palavra a integração do indivíduo no meio; a civilização é o emprego destes conhecimentos, é a utilização, para que o homem se sirva do mundo, é, em suma, a “realização dos valores culturais” (ARINOS *apud* BEZERRA, 1984, p. 17).

⁵⁴ Escrita e destaque conforme encontrado no livro.

Em suma, por esta definição, a cultura é dada no aprendizado e civilização representada pela capacidade de resposta e aplicação ao meio. Ainda nesse rumo, o professor Bezerra faz uma alusão que muito nos lembra trechos de *Casa grande e senzala*, onde elogia o empreendedorismo e a adaptabilidade lusitana, afirmando que

ao quadro brasileiro, onde se fundem os conhecimentos técnicos do português, sua sociabilidade, suas realizações, com os estádios culturais, ainda contemplativos, de que facilmente se deixou conduzir pela mão mais experiente (BEZERRA, 1984, p. 17).

Apesar da clara convicção culturalista no autor, ao classificar índios e negros como elementos que devem aprender os conhecimentos técnicos portugueses, parece-nos que o autor está sendo influenciado pelo peso da estrutura sobre sua geração, deixando transparecer o evolucionismo que ele é crítico. Ainda no que tange às dubiedades de raciocínio e conflitos enfrentados pelo autor, outra “cilada” teórico-metodológica, se deu quando Willems percebeu, em Bezerra, o domínio de conhecimentos de antropologia física e antropometria, e sugeriu que este estudasse os descendentes de casamentos inter-raciais (DANTAS; NUNES, 2009), desta feita o intelectual sergipano Bezerra esteve mais atento a aparente contradição e não fez por esse caminho.

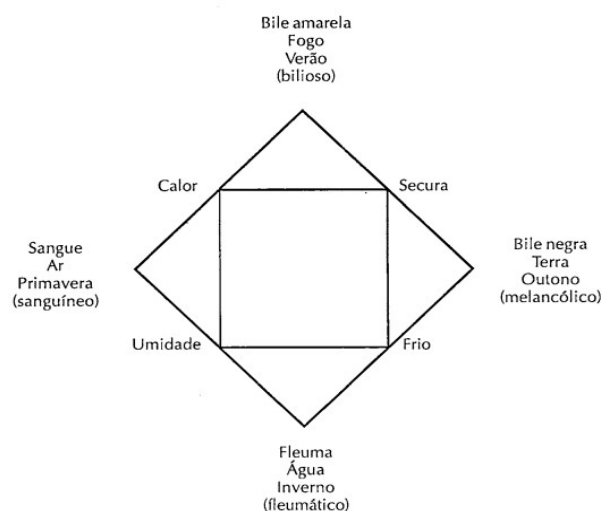
Willems tinha uma hipótese comum a Romero, afirmando que o casamento inter-racial, levado a sucessivas gerações, proporcionaria, de modo gradativo, a diminuição da cor negra, resultando em um branqueamento da população (DANTAS, B., 2020; SOUZA, 2019). Em entrevista concedida ao autor, a professora Beatriz Dantas (2020) explicou que Bezerra “*sabia que esse viés metodológico-interpretativo certamente o levaria a um caminho biológico, evolucionista*”, caminho ao qual ele era crítico, que, por sua vez, proporcionaria uma incongruência teórico-metodológica.

O mote de debate entre cruzamento inter-racial e seus descendentes, originado em Romero, consolidou-se como fato social estatisticamente comprovado no final do século XIX e esteve presente nas reflexões de Willems e Pierson. A professora Beatriz Dantas (2020), afirmou que Felte Bezerra teve pulso forte e sapiência, enfrentando o problema sugerido pelo sociólogo alemão não pelo determinista racial, mas por meio de uma relação entre econômica e dieta alimentar, alegando que, “*em filhos de casamentos inter-raciais há uma estatura dada a baixa ingestão de calorias*” (DANTAS, B, 2020).

Ainda na introdução de *Etnias sergipanas*, Bezerra apresentou fundamentos histórico-filosóficos pelos quais autores racistas pautaram suas teorias ao longo do século XIX e início

primeira metade do XX. Ele retomou Hipócrates (400 a 370 a.C.) e a célebre relação entre elementos da natureza e comportamentos humanos, assim exemplificado:

Figura 7: Elementos da natureza e comportamentos humanos segundo Hipócrates



Fonte: Oliveira; Lima (1996)

Bezerra percebeu que os evolucionistas do século XIX utilizaram as correlações hipocráticas com interesses de implantar uma dominação ideológica estabelecendo conexões entre elementos biológicos e tipos comportamentais. No primeiro grupo, destacamos pessoas com predominância sanguínea, regidos pelo ar, guiados pela primavera e que apresentavam, predominantemente, comportamentos impulsivo e irritado. O grupo seguinte é norteado por indivíduos fleumáticos e suas correlações com a água, o inverno, em indivíduos sonhadores, pacíficos, dóceis, presos aos hábitos e distantes das paixões. O oposto a esse grupo é aquele onde os indivíduos são marcados pela raiva, pela cólera ou bÍlis amarela, com predominância do fogo, do verão, que caracterizam o sujeito ambicioso, dominador, com propensões a reações abruptas e explosivas. Por fim, o tipo melancólico, marcado pela bÍlis negra, no qual encontramos um perfil de sujeito arraigado à terra, norteado pelo outono, um indivíduo nervoso, pessimista, rancoroso e solitário.

O intelectual sergipano alertou que esse tipo de análise

Cai em olvido a “ficção de sangue” de ARISTÓTELES, renascem, em melhor apoio científico e com menos empirismo, os humores de HIPOCRÁTES. A antrotipologia procura enquadrar os seres humanos em esquemas constitucionais, para resolver, como quer a biometria, até o seu destino, na escolha, por exemplo, de sua melhor capacidade profissional (BEZERRA, 1984, p. 22)

Bezerra, que tinha sido influenciado pelo professor Artur Ramos na FAMEB (DANTAS, 1998), experimentou o método empírico na ETB e, em 1939, já realizava incursões etnográficas aos terreiros de Laranjeiras é um culturalista convicto. Sobre tal posicionamento, ele afirma que

Já se podem considerar coisa do passado os preconceitos raciais e o horror do mestiçamento, pela ameaça que ele pudesse oferecer, de degenerescência dos tipos resultantes. A história está cheia de contatos de povos dos mais diferentes stocks raciais, em virtude de lutas, invasões, ou pacificamente, onde troca de sangue e de cultura foram esmaecendo, cada vez mais a possibilidade da existência de grupos humanos etnicamente puros (BEZERRA, 1984, p. 21).

Se Freyre seguiu a estrutura de Romero quanto à organização do texto, discutindo a contribuição de brancos, negros e índios para a formação do povo brasileiro, esse caminho já consagrado foi igualmente percorrido por Bezerra em sua obra referência, vejamos:

Figura 8: Índice de *Etnias Sergipanas* – Felte Bezerra

ÍNDICE	
INTRODUÇÃO	
As culturas afro-índias e a civilização lusa na formação do povo brasileiro – Aspectos opostos de interpretação – O indígena e o negro vistos nos séculos passado e atual – Prevalência da civilização ibérica – Análise das minúcias na dinâmica do quadro brasileiro – Técnica liberada dos padrões europeus – Desvalia dos preconceitos raciais. A imemorial miscigenação dos povos – Conceito antropológico atual – A biotipologia – Atributos diferenciais dos estoques étnicos – Condições biológicas do ser humano. Respostas às solicitações exteriores – Padrões de cultura e não de raça – Permuta de sangue e cultura – Preconceito entre povos díspares – O caldeamento brasileiro. Receio infundado da mestiçagem – O mendelismo, marco biológico. A nova genética. Mutação e caráter adquirido – Investigações da herança mendelina. A cor dos olhos – Cruzamentos na África e Ásia – A cor dos cabelos. Observações em Sergipe	17
PANORAMA DA COLONIZAÇÃO SERGIPANA	
Fins da colonização sergipana. Tentativas iniciais. Ação militar de Cristóvão de Barros – Interferência de fenômenos complementares – Penetração flamenga; análise histórica; efeitos – Ciclo sergipense da mineração – As estirpes Garcia d'Ávila e Diogo Álvares em nossos ciclos do couro e das minas – Colonização. A pista das cartas de sesmo. Diretrizes do povoamento – Fundação dos rios sergipanos. Ocupação cronológica das bacias – Distribuição de sesmarias – Devastação da terra nas lutas holandesas. Internamento para oeste – O ciclo do couro no povoamento de Sergipe. Correlação entre a cana e o gado – Necessidade de reparação após a expulsão dos batavos. Estende-se a colonização até o médio São Francisco – Primitivos sesmeiros e a genealogia sergipana – O povoamento através das cartas de sesmo – Condições sócio-econômicas dos colonos. Prosperidade inicial da Capitania – "Período de formação", "período de obscurantismo" – O caos econômico e o estado anárquico da Capitania. Conflitos internos	43
O ELEMENTO EUROPEU EM SERGIPE	
O colonizador lusitano no Brasil – Capacidade de adaptação do homem. O meio cultural – Tipos morenos e louros – O pequeno burguês, colonizador de Sergipe. Participação do clero e da burocracia real – Aldeamentos indígenas – A liderança entre os povoadores – O emaranhado social. Início e razões do cruzamento – O leucoderma sergipano. Localização e distribuição – Casamento interfamiliar. Os clãs – O alto status do branco. Atitude rural e urbana. Resquícios de patriarcalismo – A miscigenação nas cidades. Casamento extrafamiliar. Os falodermas – Tipo alourado em Sergipe. Provável ascendência lusa – Genealogia e nomes – Razões do internamento. Investigação dos tipos. Paralelo com o moreno – O louro, pista para pesquisas. Descendentes lusos do séc. XVII – Anônimos sociais – 1º grupo esquemático de alourados. Itaiana e Lagarto, focos irradiadores. Aspecto sócio-econômico – 2º grupo esquemático. Sugestões para pesquisas – Franceses em Sergipe. Entendimento com o gentio. Frequência litorânea e não interior – Biologicamente inaceitável a idéia de Capistrano – Prováveis origens do sangue gálico em Sergipe – Holandeses em Sergipe. Hipóteses de participação no homem do Nordeste	

– O conglomerado “flamengo”. Reforma do conceito sobre incompatibilidade com luso-brasileiras – Devastação e malogro de colonização em Sergipe. Pontos fracos da obra nassoviana na Capitania. Interesse holandês por Sergipe del Rei. Pesquisa de minérios – A linha de flutuação entre os contendores – Malogro da reabilitação de Nassau. Culpa da Cia. das Índias Ocidentais – O gado e a expansão flamenga – Investigação do terra a terra. Dificuldades na pesquisa. Por que falha a genealogia. A questão dos nomes. Permuta do estrangeiro pelo português – Preconceito de fé – Abandono e despovoamento – Sergipe del Rei, zona fronteiriça – Possível resíduo de sangue “flamengo” – Exame e caracteres de populações. Traços de geografia linguística – O semita em Sergipe – Penetração judaica na Pen. Ibérica. Influência árabe. Traços culturais de ambos no lusitano, trazidos para o Brasil. Influência no Nordeste – Imigração de moçárabes – Os contingentes de “meio-louros” – Não há tipo antropológico israelita – Entrada de judeus na época nassoviana; casamentos – Visitas inquisitoriais. Espírito religioso antijudaico. Cuidado de ocultação – O espanhol em Sergipe – Homem da Galícia em naus portuguesas. Fusão das duas Coroas. Nomes espanhóis aportuguesados – Colono luso, base da população branca – Origens remotas do português. O amálgama étnico. Louros e morenos povoaram Sergipe – Participação pernambucana na colonização – Sentido incompleto da genealogia. A população modesta. A troca de nomes – Especulação para origem dos resíduos alourados – Alourados sergipanos e nordestinos. Circulação interior – Semelhanças entre sergipanos antigos ou recentes e estrangeiros – Ensaios de colonização estrangeira na época imperial. Imigração europeia em Maroim. Locação de alemães no período republicano. Malogro da experiência 59

O ELEMENTO AFRICANO EM SERGIPE

Migração africana para a América – Motivos e condições do tráfico negro para o Brasil – O negro, bom trabalhador e mau escravo – Investigação da história do negro no país. O mercado de Salvador. Derivação para Sergipe – Africano, homem cruzado. Queda da estatua. mestiçagem. Negro banto em Sergipe – Mocambos. Contra-aculturação – Razões do cruzamento. O senhor e o escravo. Tratamento. Redução das distâncias sociais – Despreparo do negro para a abolição – Inferioridade da origem escrava – Paridade entre o tipo étnico e o social – Trabalho manual livre e urbanização do negro – Negro de ganho – Bairros “africanos”. Sobrevida do estilo nas habitações – Atitude de compreensão entre brancos e negros. Depoimento histórico – Reminiscência do tratamento afetivo. A intimidade do negro no lar. Libertação da lembrança escrava – “Etiqueta” do Brasil escravagista. O uso do calçado, índice de alto status – Enquadramento no “etiqueta” dos brancos. Adoção de pronomes e nomes – Ascensão social de negros e mestiços. Congraçamento com os núcleos leucodermas – Explosão de recalques. Fuga à herança escrava – Importação escrava no séc. XIX – Traços culturais negros na linguagem e no canto. Paralelo com influência murgata no Rio Grande do Sul – Traços de cultura espiritual – Negro rural e urbano – A desfrancização; influência da escola e da religião – Fertilidade do negro e do mestiço – Desaparecimento da unidade racial do negro pela absorção – Os híbridos, ponte de transição – Procedimento mouro do lusitano – Outbreeding racial – Oposição da mulher europeia. Atitude do português em confronto com outros europeus – Arrolamentos escravos. Incerteza de números. Êxodo para a lavoura cafeeira – Ressurgimento de quilombos – A abolição e a necessidade de repovoamento rural. Fundos de emancipação escrava. Antecipação de senhores à lei áurea. Curiosidade das listas de alforria – Mecanismo da urbanização do negro – Apêndice: xangô, lambe-sujo 101

O ELEMENTO INDÍGENA EM SERGIPE

O índio brasileiro visto por cronistas e viajantes – A obra loiolista – O erro do colono branco – Atitudes lusa e franca com o aborígene – Desvirtuamento das guerras justas – Indianismo do séc. XIX – Atitude científica para com o bugre – Os tupinambá em Sergipe – Hostilidade do colonizador. A conquista – Aldeamentos – Colonos versus missionários – Comoção pública do séc. XVII e reação ofensiva do índio. Reação escravagista do colono. Bandeiras de preamento – Expulsão jesuíta em Sergipe – Lutas entre colonos e índios. Fase andrúquica. Fuga do índio para o ocidente – Cruzamento em pequena escala – Resíduos de sangue. Ausência de traços culturais – Herança árabe-judaica através do luso – Caboclo sergipano, tipo luso-afró-indio –

Extinção das missões – Aldeias gentias – Assimilação dos mamelucos; sua incorporação à massa da população – A reduzida influência ameríndia na formação do sergipano 143

ETNIAS SERGIPANAS

Quadros étnicos em Sergipe – Variedade dos tipos cruzados – Efeitos da miscigenação – A questão do branqueamento – Pesquisas. As iris claras. Índices de resistência – Derivação negra após a abolição – Capacidade migratória de brancos – Entrelaçamento de famílias – Traços mamelucos na zona sertaneja – A gradação do tipo. O “branqueado” – Os breeds das populações negras – Impossibilidade de classificação étnica. Ausência de fixação biotípica – A braquicefalia do sergipano – A mistura – Ausência do “homem marginal” – Cálculos sobre a população de Sergipe. Queda no crescimento relativo. Mortalidade e emigração – Ilegalidade jurídica e religiosa – Censos étnicos – Irresponsabilidade de fatores raciais na redução de mestiços – Pesquisa na população escolar – Tipo étnico e status social. O branqueamento. O melting-pot e o processo de cultura – Predominância de caracteres luso-africanos. Razões genéticas e sociais do clareamento da população 153

CONTACTO E RELAÇÕES DE RAÇA

Ausência do preconceito de raça – Preconceito de cor vencido pela elevação do status social – Ausência de conceitos de pureza e superioridade racial – Atitude de compreensão – Contato e casamento inter-racial – Paridade social nos matrimônios – Hipergamia da mulher – Adoção de padrões estéticos dos brancos pelos mestiçados – Preocupação de branquidade – Transposição da linha de cor, antes que de classe – Significado social e não étnico do termo branco – Contato racial. Reações insuladas – Comportamento do negro e do mulato, em face do branco – Paridade entre cor e classe social. Ascensão social do híbrido – Preocupações de branqueamento. O cabelo como índice decisivo – Tez e cabelo, magníficos passes – Comprovação da ausência de perigo na miscigenação – O europeu individualmente perde o melindre das diferenças étnicas – Conflito mental do negro e seus mestiços – Aluda a hipergamia feminina; desvio para uniões clandestinas; proles – Desajustamentos parciais. Aspição de branquidade – Conflitos étnicos, matéria vencida – Preconceito racial ausente aqui e presente nos Estados Unidos; o que seria em países europeus 171

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Bezerra percorreu um caminho consagrado por Romero e recuperado por Freyre, uma linha de raciocínio que tinha atraído a atenção de Pierson, Bastide e da própria UNESCO. Um roteiro que estava na crista dos debates da geração dos idos de 1940, quando ele começou a debater em seu primeiro texto étnico em 1941. *Etnias sergipanas* foi elogiado por Pierson, Bastide, Cascudo, prefaciado e orientado por Willems, que observaram, entre outras coisas, o rigor metodológico de seu autor.

Em linhas gerais, o livro discute sobre temas étnicos, rios e seus afluentes, limites territoriais, domínio holandês etc. temas que foram maturados pelo autor ao longo da década de 40 por Bezerra. Muito provavelmente, a ausência de uma faculdade e de interlocutores no Estado de Sergipe, as dificuldades institucionais e principalmente, o retorno de Willems aos Estados Unidos, naquele momento, esvaziando-se sua interlocução. Além da preparação do retorno de Donald Pierson, despontando outra geração de pensadores, entre os quais Nogueira e Fernandes, que assumiria as coordenações na ELSP substituindo seu antigo professor, suscitou determinadas críticas ao livro.

A principal crítica veio de Nogueira, que diante do retorno de Willems para a América do Norte, recebeu os livros destinados ao intelectual alemão (DANTAS, NUNES, 2009).

Nogueira escreveu uma carta falando do retorno de Willems e do seu interesse pelo tema, em seguida, ele escreve outra carta onde elogiava o rigor metodológico do livro, mas, criticava a defasagem de como o tema teria sido abordado, de uma maneira macrossociológica, desprezando os conflitos inerentes às sociedades capitalistas.

5.3.1 Diacronia e sincronia na obra *Etnias sergipanas*

Diacronia e sincronia são categorias temporais utilizadas pelo pesquisador ao defrontar com seu objeto. Na primeira abordamos de modo histórico recorrendo a crônicas de viajantes, mapas, jornais, álbuns fotográficos etc. o modo sincrônico é dado pelo tempo presente, pelo qual o pesquisador pode recorrer aos mais recentes dados estatísticos, à observação empírica ou etnográfica aos registros de sons e imagens, entre outros. A rigor, os evolucionistas utilizavam a história como determinante dos fatos, eles percebiam em que estágios estaria determinado povo ou cultura, classificava-os em selvagens, bárbaros ou civilizados prevendo necessariamente qual o próximo passo que eles deveriam trilhar, sob o pretexto que a história é única para todos os povos.

Isso determinismo histórico começa a se flexibilizar com o difusionismo cultural sugerido por Franz Boas nos Estados Unidos. O cientista alemão, notabilizado pelas orientações de seus alunos, diminuiu a ênfase atribuída a história, chamando atenção para a geografia e a psicologia. Na primeira linha filia-se Gilberto Freyre e seu pensamento tropicalista, que reflete sobre a adaptação do homem ao clima tropical, por sua vez Ruth Benedict e Margaret Mead foram certamente as alunas mais célebres entre a linha que associava cultura e personalidade.

Por fim, Bronisław Malinowski radicalizou definitivamente o método antropológico. Sua convivência permanente entre os nativos trobriandeses proporcionou uma revolução epistêmica na referida ciência que, não apenas se desvencilhou da história, mas ganhou *status* científico, possuidora de método e objeto próprio. A rigor o trabalho de campo de Malinowski ocorre durante a Primeira Guerra Mundial, mas as instabilidades no mundo, sua passagem por vários países e o atraso na própria publicação ocasionou que esse reconhecimento só ocorreu em 1930. Seu trabalho proporcionou à antropologia uma passagem da diacronia para a sincronia, rompendo com análises do passado e passando a preocupar-se com a questão da função social.

Apresentado essa diferenciação categórica entre diacronia e sincronia, vejamos como essas aparecem na obra *Etnias sergipanas*. Os momentos diacrônicos ficam evidentes quando o autor trata da ocupação territorial a partir das tropas de Cristóvão de Barros, estratégias de ocupação territoriais pelas bacias fluviais e a adaptação do homem nesse novo habitat. Ele

apresenta o europeu, discute a presença lusitana no território sergipano, registra passagem de franceses pelo litoral e de holandeses, que saem do Recife com a intenção de tomar o governo da Bahia, consolidando um domínio territorial que se estendia de São Luís do Maranhão até o rio Vaza-Barris, no Estado de Sergipe.

Acerca da presença africana, Felte Bezerra remete ao tráfico negreiro, sua resistência por meio de mocambos, o problema do negro diante da abolição e ainda sobre os traços culturais na linguagem e no canto, perspectiva comum nas pesquisas de Romero. Sobre essa etnia, o livro aborda a presença de bairros negros, o surgimento de novos quilombos e os mecanismos de urbanização negra em Aracaju. O autor encerra o capítulo com um apêndice onde reedita o artigo que lhe rendeu projeção nacional e fora publicado em 1948, apresentando uma festa de Xangô em um terreiro situado “nas imediações da Atalaia Velha, praia balneária de Aracaju” (BEZERRA, 1984, p. 137).

Completando a tríade formativa do povo brasileiro, temos, então, a presença do indígena. Para tal grupo étnico, Bezerra recorre à diacronia da carta de Pero Vaz de Caminha ao que ele denomina de “obra grandiosa de ANCHIETA, NÓBREGA, ASPICUETA e tantos outros” (BEZERRA, 1984, p. 145).

O professor Bezerra considera

Lamentável, a atitude desapiedada do branco, ditada pela cobiça de escravidão aborígene, produziu choque e uma compreensível reação da parte deste, tendo se criado, daí em diante, o conflito e a hostilidade entre o colono e o ameríndio, o que estabeleceu lutas constantes, agravadas e postas em foco pelo eterno e louvável propósito de interferência em favor dos naturais, por parte dos missionários religiosos (BEZERRA, 1984, p. 145).

Também são nítidas as referências ao IHGB, toda uma literatura ligada ao folclore, à antropologia e a busca de inserção do índio na historiografia brasileira e sua relação

Com o civilizado foi inicialmente lembrada por JOSÉ BONIFÁCIO, quando apresentou à Constituinte de 1823 os “Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil”. Veio a literatura indianófila, com JOSÉ DE ALENCAR à frente. Vieram, nos estudos de História do Brasil, os capítulos dedicados ao selvícola, em VARNHAGEN, JOÃO RIBEIRO, ROCHA POMEIO, ou os estudos do índio em sua influência cultural, esboçados por um SILVIO ROMERO, ou as descrições dos sertanistas estrangeiros e nacionais, que realizavam expedições com essa finalidade: COUTO DE MAGALHÃES, RODOLFO GARCIA, MARTIUS, STEIN, d'OR BIGNY, METRAUX e tantos outros. Mais modernamente, os trabalhos de ANGIONE COSTA e, finalmente, a interpretação científica do assunto, com ARTHUR RAMOS, em sua Introdução à Antropologia Brasileira (BEZERRA, 1984, p. 145).

Como podemos notar, a lista de referências autorais é vasta, embora ela avance para abordagens mais sincrônicas em capítulos subsequentes, nessa seção, percebemos que o autor é bem diacrônico. Ele remeteu a destruição indígena, analisando a distribuição desses nos diversos municípios sergipanos e até meados do século XIX. Nesse capítulo, fica muito evidente o debate acerca da fuga do índio para o interior do território e como esse ajudou no povoamento territorial de Sergipe, a consolidação de aldeamentos e chegando, por fim, ao debate sobre o indianismo do século XIX no Brasil.

No capítulo seguinte, homônimo ao título do livro, o autor diferencia determinadas regiões do Estado e os tipos humanos predominantes nas cercanias. Ele menciona “Boquim, Lagarto, e Itabaiana, bem como Nossa Senhora da Glória, Cedro, Propriá e daí, pela margem Franciscana, até Porto da Folha” (BEZERRA, 1984, p. 155), pela predominância dos tipos “aloiados, ruivos e brunos legítimos, e tantos de cabelos escuros e íris clara [...]” (*id.*, p. 155). Por sua vez, as zonas situadas em regiões açucareiras apresentam uma enorme concentração de negros, a exemplo de regiões ao longo do Cotinguiba e as cidades de “Maroim, Laranjeiras, Riachuelo e Rosário (talvez o maior número atual de pretos em Sergipe)” (*Ibid.*, p. 155), além da capital Aracaju e Estância, cidade do interior sul do Estado.

No capítulo denominado “Etnias sergipanas” fica mais evidente o uso de elementos sincrônicos. O professor Bezerra ratifica que “Sergipe não recebe a contribuição de brancos europeus, através de imigração hodierna, que possam influir no predomínio de seu sangue na população do Estado” (BEZERRA, 1984, p. 158) referindo-se à imigração europeia ocorrida no início do século XX, sobretudo para as regiões Sudeste e Sul do país.

O autor salientou ainda que

[..] entre nós, com os contingentes migratórios de elementos caucasoides, que visem a influir na absorção do sangue negro. A única corrente, pequena, mas quase contínua, que vimos recebendo desde algum tempo é a de judeus **askenazim**⁵⁵, que em nada concorrem para os fins de que estamos cuidando, em virtude de sua conhecida atitude de resistência à exogamia, entre nós. (*Id.*, p. 158)

O professor Bezerra usou dados diacrônicos mapeando direcionamentos étnicos com relação à ocupação territorial, conformando-os nos municípios sergipanos. Para ratificar suas impressões, ele afirma que

⁵⁵ Destaque assinalado no texto original

Tendo como único material de trabalho a população escolar de Aracaju, com contingentes de todos os setores do Estado, nela pesquisamos a frequência da íris acentuadamente clara, olhos verdes ou azuis. Em 2.579 estudantes encontramos 404 de íris verde ou azul, isto é, uma percentagem de 15,8%. Desses 404, cerca de setenta por cento provinham de famílias originárias do reduto leucoderma, localizadas especialmente em torno de três principais núcleos: margem sã-franciscana (Propriá, Itabi, Darcilena, Muribeca, Japoatã, etc.); municípios de Nossa Senhora da Glória, Capela, Dores; município de Itabaiana, até o sul da zona (Boquim) (*Id.*, p. 158).

A pesquisa empreendida pelo professor Bezerra identificou alunos que apresentavam íris verde ou azul, estabelecendo uma relação com seus antecedentes familiares. Em outras palavras, conforme nos propomos a analisar nesta seção, acerca de confronto de dados diacrônicos e sincrônicos, percebemos que essa metodologia possibilitou ao autor estabelecer um mapeamento étnico-territorial no Estado de Sergipe.

Ao final do capítulo denominado “Etnias sergipanas”, Bezerra reconhece que “é inegável o branqueamento por que vai passando a massa de nossa população” (BEZERRA, 1984, p. 167). Apesar de reconhecer uma tendência na população brasileira, o referido intelectual reconhece que

Esse branqueamento não envolve necessariamente uma uniformização do tipo brasileiro de Sergipe. O **melting pot**⁵⁶ que por aqui, como em todo o país se processa desde séculos atrás, e prossegue cada vez mais acentuadamente, não virá gerar uma “raça” nova (BEZERRA, 1984, p. 168).

Concluindo esta seção, frisamos que a palavra *melting pot* é vista também em uma palestra do sociólogo da religião, professor Antônio Flávio Pierucci disponível no youtube, onde o mesmo aborda o tema do sincretismo religioso. Nos chamou muito a atenção o exemplo atribuído por Pierucci afirmando que o sincretismo na época era do tipo *melting pot*, comparando esse com uma travessa de salada onde você identifica alface, tomate, cebola, totalmente diferente de uma sopa, onde as cores e sabores dos ingredientes se diluem e entram em profusão. Nesse momento de sua fala, o sociólogo paulista estava remetendo ao sincretismo religioso, mas, distante de uma homogeneidade, de uma uniformidade, apresentando-se como um *melting pot* tal como qual previu Bezerra para o branqueamento da população brasileira.

No capítulo intitulado “contatos e relações de raça” o autor Felte Bezerra (1984, p. 173) é enfático afirmando que “o preconceito de raça é praticamente desconhecido em Sergipe. O preconceito de cor é considerado por vezes, mas a elevação do status social é capaz de eliminá-lo, por inteiro, os seus efeitos”. Seu posicionamento é análogo a Freyre e Pierson a que menciona em nota de rodapé lembrando que, para o sociólogo estadunidense, a discriminação

⁵⁶ Destaque assinalado no texto original

encontrada na desigualdade de tratamento desaparece quando maior for a elevação ou o nível social (Idem).

Acerca dos casamentos inter-raciais o professor observa que “são mais comuns mulheres claras e homens escuros” (BEZERRA, 1984, p. 173). Ele menciona diversos exemplos em ritos sociais e, ao final, é afirmativo concluindo que

[...] o que se pode dizer é que não há, entre nós, o preconceito de raça. Os negros e seus mestiços são notados, nas diferentes relações sociais, mas são compreendidos e recebidos sem prevenção. O comportamento do branco é humano, que nisso não vê um favor feito ao negro. Acreditamos que uma inquirição aos brancos a respeito de matrimônio com negros traria, essencialmente, a recusa como resposta, mas provavelmente por motivos fisiológicos e de estética, do que por qualquer preconceito racial. Tanto assim que não há manifestação de repulsa a um casamento inter-racial, pelos componentes de um grupo social qualquer. No mais, não se deve dizer que haja tolerância ou transigência, mas sim o desconhecimento completo de preocupações de pureza ou superioridade racial (*id.*, p. 184)

Em linhas gerais, nesse capítulo, o professor Bezerra recorre algumas vezes a Pierson e sua pesquisa na Bahia e insiste na tese que o problema não está atrelado a um preconceito de cor e sim a um status social. Assim como não há protestos entre casamentos inter-raciais no Brasil e em Sergipe, o pesquisador e autor do livro, *Etnias sergipanas*, exemplifica ainda que, se duas mulheres, sendo uma branca e outra negra, trabalham na mesma empresa e na mesma função, dificilmente a primeira irá chamar a outra pela alcunha de “preta”, “negra” ou “negrinha”. Nesse ponto o sergipano retoma considerações do intelectual pernambucano e ratifica que essa seria uma situação bem diferente nos Estados Unidos e muitos outros países que receberam um tipo de racismo norte americano (BEZERRA, 1984).

5.3.2 Etnias sergipanas e o choque de gerações intelectuais

A obra em questão foi publicada em 1950, quando Emilio Willems, maior interlocutor do professor Bezerra, havia retornado para a América do Norte e, Donald Pierson preparava, igualmente, seu retorno para essa nação. O Brasil havia ganho outra feição política e determinadas questões que regiam a agenda dos idos no final da década de 30, como a questão nacionalista, o apaziguamento das massas, a nacionalização do livro, a obrigação do ensino da língua portuguesa em território nacional, agora pareciam estar superadas. Do ponto de vista das ciências sociais o período de recepção de missões intelectuais e institucionalização havia sido superado, alguns alunos dessa fase entre os quais Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, entre outros, realizaram suas pós-graduações e estava sendo preparados para substituir seus antigos mestres que começavam a retornar para a América.

O regresso desses intelectuais representou intensas e profundas mudanças no campo do pensamento social. Desde já podemos situar que esses ex-alunos das universidades paulistas assumindo coordenações para os quais foram preparados ostentando quadros em uma *intelligentsia*, responsável por guiar o projeto de modernidade brasileira, findaram por reacender fagulha entre Norte e Sul. Em linhas gerais, essa nova geração paulista pensava em sentido contrário à geração de seus antigos mestres, entre os quais Pierson que veio para a Bahia testar as hipóteses sugeridas por Freyre, Bastide que ia na mesma direção e pesquisou os terreiros nessa mesma cidade e do próprio Willems, que tinha ideias próximas a Romero sobre a correlação entre casamentos inter-raciais e branqueamento dos filhos descendentes dessa união.

A experiência prática-teórica de Oracy Nogueira, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro vinha da urbanização paulista e das desigualdades sociais percebidas naquela cidade, levando-os, todos eles, a se vincularem em algum partido político de esquerda. O posicionamento crítico dessa geração era diferente das preocupações culturalistas da geração e mesmo do roteiro de guerras mundiais que vivia Gilberto Freyre e os intelectuais por ele influenciado, preocupação presente no Projeto UNESCO, executado em Recife, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo.

A UNESCO, que havia sido recém-criada com o intuito de manter a paz entre as nações associadas, encomenda uma pesquisa no Brasil, procurando refletir acerca do bom convívio racial. Em linhas gerais, os pesquisadores associados utilizaram o sincretismo religioso, por meio de incursões etnográficas, valendo-se do folclore, demonstrando uma interação social de seus integrantes, descrevendo o rito etc. A exceção a essa linha de raciocínio se deu entre os intelectuais paulistas, que, permeados de processo de urbanização optaram pela análise da cultura popular, alegando que o folclore era algo destinado a culturas tradicionais e agrárias.

Apesar da crítica e da distinção, que começa a despontar entre folclore e cultura popular, é preciso salientar que o tema das relações raciais era abordado diante dessa ausência de delimitações rígidas entre as diferentes disciplinas

Il faut rappeler d'abord que le domaine des travaux sur les relations entre races et entre groupes ethniques [...] ne s'est jamais inscrit dans un cadre strictement disciplinaire. Sociologues, anthropologues, économistes, historiens et chercheurs indépendants sans rattachement à une discipline universitaire ont participé au même domaine d'études, sans que le rattachement disciplinaire constitue un obstacle à la diffusion de leurs analyses parmi leurs collègues relevant d'autres disciplines⁵⁷ (CHAPOULIE *Apud* OLIVEIRA, 2018, p. 203).

⁵⁷ Deve-se primeiro lembrar que o campo de trabalho sobre as relações entre raças e entre grupos étnicos [...] nunca fez parte de uma estrutura estritamente disciplinar. Sociólogos, antropólogos, economistas, historiadores e pesquisadores independentes sem apego a uma disciplina universitária participaram do mesmo campo estudos,

Em linhas gerais,

Como um todo, nas ciências sociais de então, havia reflexões de caráter sociológico, antropológico, em pesquisas oriundas da Filosofia, Economia, da História, da Literatura, da Geografia, da Antropologia Física, e mesmo da Biologia e da Medicina. Liedke Filho (2005) afirma, porém, que nesse período impôs-se uma divisão, separando “a herança histórico-cultural da sociologia” da “etapa contemporânea da sociologia”, cujo último período, também chamado de “sociologia crítica”, teria se beneficiado largamente da chegada dos professores estrangeiros acima (OLIVEIRA, 2018, p. 203).

Esse diálogo entre economia, história, geografia e antropologia física e cultural, característico dessa geração, entre 30 e 40, era o mote que norteava a reflexão de Felte Bezerra. Note, por exemplo, que a preocupação dele perpassa as rotas de colonização, a fixação desses grupos, a adaptação e adequação do meio de acordo com suas necessidades, inclusive econômicas, analisando as zonas açucareiras em Sergipe, a consolidação de territórios que não são impostos da natureza para o homem, mas, transformado por esse para atender suas necessidades.

Entretanto, a modernização urbana industrial parecia suplantar antigos vestígios, tanto de uma “civilização agrária” como de uma “sociedade escravocrata de castas” (OLIVEIRA, 2018), despertando nos tipos de problemas e contornos sociais. O professor Octavio Ianni percebeu essa nova guinada dos estudos etnossociológicos sobre comunidades rurais e a descreveu pela sua

[...] lenta, mas sistemática destruição da civilização agrária no Brasil, devido ao nascimento e à expansão do mundo urbano-industrial, tem provocado a elaboração de uma nova consciência histórica em grupos extensos da sociedade, da qual tendem a fazer parte essencial as categorias científicas criadas pelas ciências humanas. Daí a ênfase em estudos sobre mudanças sociais, aculturação e assimilação, problemas educacionais, condições de mobilidade social, causas e efeitos das migrações, configurações de estruturas demográficas, “ciclos” econômicos, subdesenvolvimento e crescimento econômicos, crises e conflitos políticos, alterações nas estruturas do poder, formação da estrutura societária de classes, destruição dos remanescentes da sociedade escravocrata de castas, etc. (IANNI *apud* OLIVEIRA, 2018, p. 216-217).

Na citação de Ianni apresentada por Oliveira (2018), nos parece apresentar a passagem para um novo ciclo, com o abandono de ideais culturalistas e suas preocupações harmoniosas, passando a perceber um objeto social pelo viés do conflito de classes social. Temas pesquisados

sem que o apego disciplinar constitua um obstáculo para divulgação de suas análises entre seus colegas de outras disciplinas.

pela geração de Freyre, Pierson, Willems, Bastide, Bezerra, entre outros, passaram a ser criticados, sendo acusado, principalmente pela falta de foco ao abordar uma totalidade ou mesmo de negligenciar o conflito social e a exclusão do negro na moderna sociedade brasileira. Não por acaso, despontam nesse momento temas como a “inserção do negro na sociedade de classes”, a “civilização agrária”, o “escravismo de castas”, que irão se dedicar mais especialmente à cidade de São Paulo, onde a mudança empreendida pelo capitalismo industrial nos idos de 1950 foi muito mais evidente. Esse descompasso intergeracional foi o que alimentou a crítica do professor Nogueira à obra *Etnias sergipanas* que, mesmo reconhecendo a capacidade metodológica do intelectual sergipano, não deixou de chamar a atenção os novos tempos industriais e a defasagem no modo como o tema foi abordado.

5.3.3 O embate entre Oracy Nogueira e Felte Bezerra

Oracy Nogueira (1917-1996) é natural de Cunha, cidade do no interior paulista, tendo transitado durante sua infância pelas cidades de cidades de Cunha, Catanduva e Botucatu, todas na cidade de São Paulo. Ele descende de uma família de professores da rede pública,

Em meados dos anos 1930, transferiu-se para a cidade de São Paulo com a família após ficar internado em São José dos Campos (1936-37) para tratamento de uma tuberculose (NOGUEIRA, 1995 [1984]). Em 1940, ao concluir o curso de formação de professores, Nogueira ingressou na ELSP. Estudante-bolsista e assistente de pesquisa do sociólogo Donald Pierson, ele foi ainda aluno de Radcliffe-Brown, Emilio Willems, Herbert Baldus, entre outros. Formado pela Universidade de Chicago e autor de livro clássico *Negroes in Brazil* (1942), sobre as relações raciais na cidade de Salvador, Pierson criou no início da década de 1940 a divisão de estudos pós-graduados da ELSP, onde permaneceu por 16 anos. Ele exerceu papel central no desenvolvimento do ensino e da pesquisa em ciências sociais no país (MAIO, 2014, p. 24).

Seu itinerário de vida pertencente a uma classe média, aliado à influência de professores que estavam discutindo temas raciais, o leva a optar por temas relacionados ao debate relacionado preconceito racial.

Durante o bacharelado, elabora seu primeiro artigo, que versa sobre os preconceitos de anunciantes de São Paulo quanto à cor dos empregados, tendo como fonte anúncios de procura e oferta de emprego do Diário Popular, publicados ao longo do mês de dezembro de 1941. Nogueira evidencia, mediante levantamentos estatísticos e entrevistas com os anunciantes, as atitudes desfavoráveis em relação aos não brancos (NOGUEIRA, 1942a, p. 328). De um total de 245 anúncios que apontavam a cor branca como condição para admissão no cargo,²² seis davam preferência a candidatos “de cor” e quatro mostravam indiferença em relação à cor (NOGUEIRA, 1942a, p. 334). Antes de se deter no exame das atitudes desfavoráveis a empregados negros, Nogueira apresenta o perfil social dos 239 anunciantes entrevistados. Pertencentes às classes médias e altas, eles constituíam um grupo heterogêneo do ponto de vista profissional (IDEM, p. 344-347) (MAIO, 2014, p. 24).

Nogueira realizou mestrado entre os anos de 1942 a 1945, ao passo que iniciava sua carreira docente, ambos na ELSP. Ao contrair tuberculose ele viveu dois anos de isolamento que constituíram um ponto crucial para a consolidação de futuras teses. O intelectual percebeu que o isolamento e a estigmatização a que as pessoas contaminadas eram submetidas, forçava-os a uma redefinição identitária perante a sociedade. A estigmatização, o isolamento social e a redefinição identitária, levou Nogueira a uma hipótese que atentava para o preconceito de cor.

Sua ideia era inovadora e diferente daquelas já consolidadas que apostavam em um preconceito quanto a origem racial, bem como pelo preconceito de classe. A ideia sugerida por Nogueira e defendida em sua tese doutorado pela Sociologia na Universidade de Chicago, apostava em um preconceito quanto a cor que desembocava ao isolamento social e forçava a criação de novas identidades. Admitindo que Freyre propôs uma tese que balizou uma geração de intelectuais, entre os quais, Pierson, Willems, Bastide e o próprio Feltre Bezerra, as teses de Nogueira representavam um ponto de inovação no campo do pensamento social.

Em certa medida, a crítica do professor Nogueira representa o discurso de uma geração recém-chegada à ortodoxia no campo sociológico, e que toma por alvo a liderança exercida por Freyre, inclusive sobre seus antigos mestres. O sociólogo pernambucano criou uma ideia que alçou o Brasil à condição de laboratório racial, despertou a atenção de pesquisadores internacionais, que vieram para os trópicos testar tais hipóteses e da própria UNESCO, que financiou um projeto com vistas a melhor conhecer essa realidade e levar essa experiência ao mundo, como resposta à sua missão, que era a de estabelecer a paz entre as nações associadas.

O retorno de Oracy Nogueira (1917-1996) para o Brasil em 1947, com vistas a elaborar sua tese de doutoramento sobre o tema das relações raciais na comunidade em Itapetininga sugeriu uma nova abordagem para o assunto. Nogueira passou a debater a microestrutura, e criticou Freyre e seus adeptos, acusando-os de privilegiar a macroestrutura e de negligenciar a violência sobre o negro escravizado. O referido intelectual tinha em nomes como Antônio Candido, Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos interlocutores de sua geração. Conforme observado pelo professor Marcos Chor Maio (2008, p. 36),

Não obstante fazer parte do grupo de cientistas sociais que participaram da pesquisa da Unesco em São Paulo, Oracy Nogueira assumiu posição distinta no seu estudo sobre as relações raciais em Itapetininga (1955), ao verificar que no processo de ascensão social os negros estavam submetidos a “dificuldades específicas”, quando comparados com os brancos. Oracy revela um modo particular de entendimento das relações sociais em que o preconceito de raça não se reduz ao preconceito de classe. Neste sentido, ele não só destoa da maior parte dos estudos patrocinados pela Unesco, como também é precursor de uma linha de pesquisa que só terá continuidade no final dos anos 70.

Naquele momento, passagem para a década de 50, havia um objetivo em vias de construção, que buscava estabelecer uma

Revisão historiográfica elaborada por Oracy será ampliada com a crítica à ideologia tradicional das relações raciais no Brasil. Ela aparecerá no final de 1950, com a publicação na revista *Sociologia* - periódico da Escola Livre de Sociologia e Política do qual era editor, junto com Donald Pierson - da resenha do livro *Etnias Sergipanas* (1950), do “médico-antropólogo” sergipano Felte Bezerra. No prefácio à obra, o sociólogo Emilio Willems, professor da ELSA e da USP, destacou que as “ciências sociais aplicadas” no Brasil só vingarão caso existam “pesquisadores treinados e um conjunto de conhecimentos sólidos acumulados mediante meticolosos trabalhos de campo”. O estudo de Felte Bezerra seria mais um exemplo de trabalho antropológico que poderia ampliar o conhecimento de uma sociedade em processo de mudança social. (MAIO, 2008, p. 41)

As críticas do professor Nogueira, bem como as tréplicas de Bezerra foram publicadas na *Revista Sociologia*, de 1950, no artigo intitulado “A propósito de *Etnias sergipanas*, de Felte Bezerra”. Nogueira percebeu que as pesquisas do professor Bezerra seguiam um modelo impresso por Freyre e seguindo por Pierson, Willems entre outros, pautado na análise dos contatos e trocas inter-raciais. Conforme destacado por Marcos Maio (2008, p. 41),

Oracy se fixa no capítulo “Contato e Relações de Raça”. Destaca a aproximação realizada por Felte do padrão de relações raciais em Sergipe e na Bahia, sob inspiração do livro de Donald Pierson (*Negroes in Brazil*). Observa ainda que Felte encontrava-se envolvido pela ideologia tradicional dos contatos raciais no Brasil [...].

O intelectual paulista frisa que o professor Bezerra dedica especial atenção ao tipo alourado. Em sua resenha sobre o livro, publicada na revista *Sociologia* Nogueira cita o autor de *Etnias*, que alega

Os alourados é que despertam interesse, justamente porque não constituem tipos habituais em Portugal, senão um pouco das províncias mais setentrionais. Por serem os louros pequenos contingentes é que se prestam, como pistas, a um estudo, a fim de que possamos remontar aos povos que os originaram e esclareçamos a contribuição não portuguesa na formação do sergipano (BEZERRA *apud* NOGUEIRA, 1950, p. 324).

A passagem destacada pelo comentarista Oracy Nogueira parece sinalizar implicitamente um aspecto metodológico e a opção do professor Bezerra pela diferença. Neste momento, vale relembrar que, foi pela diferença da íris que o professor Bezerra mapeou, entre quase 3000 alunos, aproximadamente 400 alunos, seus antecedentes e construiu um mapa dos corredores étnicos em Sergipe.

Essa preocupação com os alourados não era exclusividade metodológica do intelectual sergipano. Essa ferramenta analítica esteve presente também nas observações de Câmara Cascudo que, após ler o livro *Etnias sergipanas*, escreveu uma carta ao amigo Felte Bezerra, elogiando a obra e concordando com suas colocações, afirmando que

Ainda creio ter sido o português esse elemento que trouxe, no tempo, a permanência do cabelo alourado e a iris côr de xexéu. Fiquei quase convencido desse palpite durante os longos meses de vadiagem etnográfica no norte de Portugal, especialmente nas povoações, nas herdades, nas vilas pequeninas do norte, depois do Porto, Minho e as Beiras. Lá encontrei o portuga alto, membrudo, olho azul, cabelo fino, castanho ou louro, lento, cheirando a Godo convencional. É a região que lembra o Brasil pelo costume, pela alimentação, acima de tudo pela mentalidade, pelo folk-ways. É a região povoadora do Brasil nortista. [...] (CASCUDO; DANTAS, NUNES, 2009, p. 177-178).

A preocupação desse grupo de pesquisadores entre os quais Felte Bezerra, Gilberto Freyre e Câmara Cascudo não se limita à análise dos tipos físicos. A tentativa deles de mapear a formação do povo brasileiro estabelece correlações entre a antropologia física, a região onde esses são encontrados e seus hábitos, costumes etc., estabelecendo conexões igualmente com tipos, costumes e onde esses são encontrados no Brasil. Em outra passagem escrita pelo intelectual sergipano e assinalada por Nogueira, percebemos novamente como os intelectuais sergipano e potiguar estavam em sintonia, afirmando que

[...]Aqui, como no vizinho Estado (da Bahia), o negro ou, em geral, o mestiço, tem franca penetração na sociedade, na dependência de sua situação econômica e vida pública ou função qualificada. O negro propriamente ou o mulato muito escuro, embora em número reduzido, toma parte nas associações profissionais, culturais e recreativas, onde consegue ingressar sem obstáculo. Nunca se o vê, porém, por exemplo, a dansar com branca, a não ser mui excepcionalmente, quando muito bem credenciado, como no caso em que seja portador de diploma de curso superior ou ocupe um alto cargo ou chefia de Repartição importante. Vimos, em um baile, um mulato escuro encaminhar-se para u'a moça branca, e ela logo murmurou: "Vou dansar com êsse nêgo que é doutor". Note-se 'o deboche na expressão; mas a verdade é que o par girou no salão, em várias contradanças (BEZERRA *apud* NOGUEIRA, 1950, p. 325).

Na passagem assinalada, percebemos que Bezerra e Cascudo compartilhavam referências metodológicas, tanto corporais, como na coleta, mapeamento de expressões orais e seus respectivos significados. No exemplo em questão, notamos que o autor privilegiou os aspectos sociais e sua análise, nesse caso, ter um curso superior ou exercer um importante cargo em uma grande repartição, são elementos que mostram distinção e, portanto, reforçadores da tese de inexistência de um preconceito de cor e sim econômico-social. Tese defendida em todo o livro *Etnias sergipanas*, pelo qual o autor insiste em afirmar que, no Brasil, não temos

preconceito de cor e, sim, de status social (BEZERRA, 1984). Ainda conforme percebido pelo professor Marcos Maio (2008)

Na medida em que atribuía pouca importância “às manifestações de preconceito ou discriminação na base de características físicas identificados como marcas raciais. A lisonjeira caracterização da ‘situação racial’ do Brasil – ou de qualquer de suas partes – pela comparação explícita ou implícita com o que se passa em outras sociedades cujos componentes de diferente origem étnica vivem em constante conflito, se não completada pela consideração realista e franca da discriminação e preconceito que aqui ocorrem, pode resultar quer em ingênuo ‘meufanismo’ quer em um mecanismo de amortecimento da consciência – na maior parte dos casos nem mesmo se esboça – das discrepâncias entre o preconceito e discriminação que em certas situações se manifestam e a ideologia de fraternidade inter-racial com que o brasileiro geralmente se identifica, às vezes, até mesmo ao tentar justificar os atos que a contradiz...” (NOGUEIRA, 1950, p.323-331- Grifo nosso, para fins de identificação)

A crítica do professor Nogueira salientou que as pesquisas do intelectual sergipano seguiam um modelo que prezava pela análise dos contatos e trocas inter-raciais. Nogueira afirmou ainda que, ao concordar com Pierson e Freyre, sobre a tese de não haver no Brasil um preconceito racial e sim, social, o intelectual sergipano findou por atribuir pouca importância

[...] às manifestações de preconceito ou discriminação na base de características físicas identificadas como marcas raciais. A lisonjeira caracterização da ‘situação racial’ do Brasil – ou de qualquer de suas partes – pela comparação explícita ou implícita com o que se passa em outras sociedades cujos componentes de diferente origem étnica vivem em constante conflito, se não completada pela consideração realista e franca da discriminação e preconceito que aqui ocorrem, pode resultar quer em ingênuo ‘meufanismo’ quer em um mecanismo de amortecimento da consciência – na maior parte dos casos nem mesmo se esboça – das discrepâncias entre o preconceito e discriminação que em certas situações se manifestam e a ideologia de fraternidade inter-racial com que o brasileiro geralmente se identifica, às vezes, até mesmo ao tentar justificar os atos que a contradiz [...]. (NOGUEIRA, 1950, p.323-331).

Na tréplica escrita pelo professor Bezerra (1950a, 328)⁵⁸ e publicada na mesma revista, em sequência aos comentários elaborados por Nogueira, o autor do livro agradece a resenha do professor Nogueira, classificando-a como

[...] interessante e sugestiva, ao nosso recente livro *Etnias Sergipanas*, o prof. Oracy Nogueira se detém na análise dos resultados de nossas pesquisas em Sergipe, no que tange ao contacto e relações de raça, ao fazer objeção às nossas impressões da ausência, praticamente, do preconceito racial entre nós.

Bezerra enfatiza a distinção entre preconceito e discriminação. Ele lembra que

⁵⁸ BEZERRA, Felte NOGUEIRA, Oracy. “A Propósito de *Etnias Sergipanas*, de Felte Bezerra: comentário”. In: *Revista Sociologia*. São Paulo, ELP: 1950. XII (4). p. 323-328.

A este respeito, desejamos, mais uma vez, esclarecer que negamos a existência do preconceito, mas nunca da discriminação. Sendo esta última expressa pela desigualdade de tratamento, nos parece que ela não se explica, apenas, como uma modalidade de preconceito étnico, se assim o aceita o ilustrado comentador, mas a isso se ajuntarão outras causas, especialmente de natureza social e econômica. (BEZERRA, 1950a, p. 328).

Ainda em defesa de seus argumentos, o intelectual sergipano pondera que

Outro prisma muito interessante a considerar é o da rápida libertação do descendente mestiço, logo que atinge lisonjeiro *status* social, por condição intelectual ou econômica, sobretudo. Mesmo antes de desaparecerem os traços raciais herdados de seus ascendentes, ele se sente liberado, pela franca aceitação que desfruta no grupo dominante. E se os sinais físicos estão bastante diluídos e só repontam mui discretamente, sua personalidade desconhecerá por inteiro os traços que seu tipo físico ainda exiba. Parece que, após a *sedimentação* da sua condição de alto *status*, através mesmo de poucas gerações, ele perde totalmente a lembrança de um passado híbrido, que fica esquecido e sepultado para sempre. Se alguém lembrasse a tais indivíduos a circunstância de suas origens mestiças, reagiriam fortemente contra a idéia, que julgariam descabida e absurda, uma imaginação ofensiva do interlocutor. (BEZERRA, 1950a, p. 331).

O referido embate foi entre os professores Nogueira e Bezerra, e foi comentado por Marcos Maio (2008) que contextualizou a contenda, lembrando que

A revisão historiográfica elaborada por Oracy será ampliada com a crítica à ideologia tradicional das relações raciais no Brasil. Ela aparecerá no final de 1950, com a publicação na revista *Sociologia* - periódico da Escola Livre de Sociologia e Política do qual era editor, junto com Donald Pierson - da resenha do livro *Etnias Sergipanas* (1950), do “médico-antrópologo” sergipano Felte Bezerra. No prefácio à obra, o sociólogo Emilio Willems, professor da ELSP e da USP, destacou que as “ciências sociais aplicadas” no Brasil só vingarão caso existam “pesquisadores treinados e um conjunto de conhecimentos sólidos acumulados mediante meticolosos trabalhos de campo”. [26]⁵⁹ O estudo de Felte Bezerra seria mais um exemplo de trabalho antropológico que poderia ampliar o conhecimento de uma sociedade em processo de mudança social. (MAIO, 2008, p. 41).

O professor Marcos Maio trouxe passagens desse embate e lembrou que

[...] Felte encontrava-se envolvido pela ideologia tradicional dos contatos raciais no Brasil, na medida em que atribuía pouca importância “às manifestações de preconceito ou discriminação na base de características físicas identificadas como marcas raciais. A lisonjeira caracterização da ‘situação racial’ do Brasil – ou de qualquer de suas partes – pela comparação explícita ou implícita com o que se passa em outras sociedades cujos componentes de diferente origem étnica vivem em constante conflito, se não completada pela consideração realista e franca da discriminação e preconceito que aqui ocorrem, pode resultar quer em ingênuo ‘meufanismo’ quer em um

⁵⁹ No texto de Marcos Maio (2008) a referida nota de nº26 “[sic]” refere-se a: E. Willems. “Prefácio”, in F. Bezerra. *Etnias Sergipanas* (Aracaju, 1984 [1950]), p. 7.

mecanismo de amortecimento da consciência – na maior parte dos casos nem mesmo se esboça – das discrepâncias entre o preconceito e discriminação que em certas situações se manifestam e a ideologia de fraternidade inter-racial com que o brasileiro geralmente se identifica, às vezes, até mesmo ao tentar justificar os atos que a contradiz...”[27]⁶⁰ (NOGUEIRA *apud* MAIO, 2008, p. 41).

Percebendo que a crítica de Nogueira se alinhava a um julgamento relativo ao mito da democracia racial, o professor Marcos Maio frisou que

À restrição de Oracy ao mito da democracia racial, soma-se a crítica das comparações do Brasil com outros países, especialmente os EUA, no intuito de minimizar o racismo à brasileira. Acrescente-se a presença de uma ideologia nacionalista (“meufanismo”) que limitaria a percepção do preconceito e da discriminação racial. Oracy também interpela Felte quanto à dificuldade em distinguir os prejuízos do preconceito de classe e do preconceito de cor. Neste caso, a crítica de Oracy ao livro de Felte Bezerra permitia se diferenciar ainda de seu antigo mestre, Donald Pierson, que atribuía o preconceito no Brasil a “class rather than race, or even colour”. [28]⁶¹

Em 1950, os principais conteúdos acerca do *preconceito racial de marca* já se encontravam presentes no pensamento de Oracy Nogueira (MAIO, 2008). Sua perspectiva etnográfica estava atenta às diferenças entre as categorias oficiais de classificação das raças e às categorias nativas construídas a partir da cultura. Oracy já operava com a distinção entre origens raciais e marcas fenotípicas associadas a diversos atributos sociais que tenderiam a relativizar os caracteres físicos. Conferia, ainda, importância à comparação entre experiências diversas de relações inter-raciais sem, contudo, diluir as especificidades locais. Por fim, havia uma atenção especial à crítica da ideologia das relações raciais no Brasil. Essas questões foram aprofundadas na pesquisa da UNESCO. (MAIO, 2008, p. 41-42).

O livro *Cartas a um Antropólogo* (DANTAS, NUNES, 2009) também faz menção a esse entrevero entre Nogueira e Bezerra. O texto relata que, em um determinado momento, quando Oracy Nogueira entra em contato com o Felte Bezerra e lhe fala do atraso de sua pesquisa em relação a uma agenda nacional. Em entrevista com a professora Beatriz (2020) indagamos se, nesse momento, houve algum ruído específico de comunicação entre Felte e Oracy ou, se esse ruído se amplia para o novo grupo de sociólogos formados nas faculdades de São Paulo.

⁶⁰ No texto de Marcos Maio (2008) a referida em nota de nº27 “[sic]” refere-se a: O. Nogueira. “A Propósito de *Etnias Sergipanas*, de Felte Bezerra: comentário”, *Sociologia*, XII (4) pp. 323-328, 1950.

⁶¹ No texto de Marcos Maio (2008) a nota de “[sic]” nº28 refere-se a: D. Pierson. “Race Prejudice as Revealed in the Study of Racial Situations”, *International Social Sciences Bulletin*, vol. II, nº 4, 1950, p. 469. Cinco anos depois, Nogueira lembrou novamente da influência de Donald Pierson sobre Felte Bezerra. (*Preconceito Racial de Marca, Preconceito Racial de Origem*, 1955, p. 410).

A questão era saber se era um ruído de gerações ou algo específico, pontual, do ex-aluno Oracy Nogueira, valendo-se de Felte Bezerra para atingir seu antigo mestre Donald Pierson. Em outras palavras, o que teria levado um sociólogo paulista a contatar um intelectual “periférico”, situado em um Estado que, em 1950, sequer possuía uma faculdade⁶²? A professora Beatriz confirma nossa intuição e observa que

Havia de fato um certo ruído entre Oracy e o professor Donald Pierson. Oracy Nogueira ficou descontente com Florestan Fernandes e Roger Bastide, quando eles publicaram o livro sobre os negros em São Paulo, onde Oracy faz uma queixa [...]. De fato, esses ruídos que aparecem no livro que escrevi⁶³ *Cartas a um Antropólogo*, mas confesso que não enveredei por essa leitura. É quando ele Oracy fala que se irá lançar uma crítica ao livro *Etnias* na *Revista Sociologia* e, se o sergipano, de posse dessa crítica quisesse fazer uma trepica, ele poderia ficar à vontade, para que ele (Oracy) pudesse publicar os artigos em conjunto na *Revista Sociologia* nº 03. (DANTAS, B. 2020).

Bezerra e Nogueira tinham em comum o tema relativo aos preconceitos raciais, mas, se distanciavam em suas propostas analíticas. Mesalas Santos (2016) percebeu que a discussão proposta em *Etnias* e seu viés de integração entre negros e brancos

[...] incomodou Oracy Nogueira que compreendia as relações raciais no Brasil pautadas no modo específico de manifestar preconceito racial da *marca*, por oposição à dinâmica norte americana, que pautava o preconceito racial baseado na *origem* (NOGUEIRA, In: SANTOS, 2016, p. 51)). Em 1950, Oracy publicou na revista de Sociologia, nº 04, um artigo intitulado: “A propósito de *Etnias* Sergipanas, de Felte Bezerra”, que seria uma crítica ao ponto de vista feltiano de privilegiar a narrativa sobre as etnias em sua separação e, conseqüentemente, não dar a devida atenção na exposição de conflitos entre brancos e negros [...]. (NOGUEIRA, 1950, p. 324).

A preocupação de Bezerra não era, de fato, analisar do ponto de vista do conflito e, sim, da integração. O Brasil, nos idos de 1930, estava preocupado com a questão da integração nacional, reconhecer seu território e seu povo, por isso, um discurso apaziguador das diferenças, percebendo as contribuições e trocas culturais era bem atraente para o Estado. Além do mais, no plano internacional, esse discurso conciliador era assaz interessante para as diversas nações envolvidas no período do entreguerras e, por isso, o Brasil passou a chamar a atenção internacional de pesquisadores que queriam testar tais hipóteses e, também, do capital internacional, preocupado em se instalar em territórios não envolvidos diretamente com guerras e conflitos.

No nosso entender, o tema proposto em *Etnias sergipanas* parecia muito contemporâneo na época de suas pesquisas, até o congresso ocorrido pela Comissão de Folclore em 1947, data

⁶² Considerando que o livro foi lançado em 1950 e a FAFI criada em 1951.

⁶³ Se referindo ao livro escrito por ela e a professora Verônica Nunes (2009).

de regresso de Nogueira para o Brasil. Lembremo-nos da boa aceitação e da projeção alcançada pelo trabalho “O Xangô de Zeca”. Muitas das teses abordadas no livro seguem intuições de Gilberto Freyre, que influenciaram Pierson, Willems, Bastide, dialogam com preocupações dos limites territoriais que transitavam nos debates dos institutos históricos e com temas folclóricos presentes entre os regionalistas, a exemplo de Cascudo. Todos esses teceram grandes elogios ao livro que encontrou um crítico em Oracy Nogueira.

Intelectual formado pelas faculdades paulistas, Nogueira descende de uma geração preparada para assumir uma *intelligentsia* no país. Ao lado de uma geração de porte, formada por nomes como Antonio Candido, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, entre outros; esses intelectuais irão pensar uma modernidade pelo microssocial, interligado à militância política e, por isso, questionando a macrossociológica culturalista utilizada pela geração anterior.

6 FELTE BEZERRA PÓS *ETNIAS SERGIPANAS*

6.1 Os louros da obra

A década de 50 foi muito agitada no itinerário pessoal, acadêmico e político do professor Felte Bezerra. A obra *Etnias sergipanas*, em linhas gerais, foi muito bem recepcionada e lhes abriu muitas portas, à exceção do professor Oracy Nogueira que, mesmo reconhecendo as qualidades da pesquisa, criticou o caminho percorrido pelo autor e suas conclusões, alegando certa defasagem interpretativa.

A referida crítica elaborada por Nogueira argumentava que o intelectual sergipano atrelou sua linha de raciocínio à ideia sugerida por Freyre e influenciadora de toda uma geração formada por Pierson, Bastide, Willems e o próprio Bezerra. Para o intelectual paulista, esse modelo de análise macro interpretativo da sociedade, que privilegia a cultura, traz um encantamento, mas, finda por negligenciar as particularidades e as tensões de cada sociedade. Muito pautado na crítica ao mito da democracia racial, o professor Nogueira argumentou que a sociedade e a política tinham mudado de meados da década de 30 para o início dos anos 50, que aquele modelo foi interessante para um dado projeto de nação específico e que atendia às demandas de uma modernidade de Estado ufanista, mas aquela ideia tinha ficado para traz.

O pano de fundo dessa discussão entre os professores Nogueira e Bezerra pode ser assim elencado: Uma mudança no cenário político-social, surgimento de novas pretensões ideológicas por parte de gestores de uma nova *intelligentsia* que assumia diante do regresso para os Estados Unidos de seus antigos mestres, a exemplo de Willems e Pierson. O retorno de antigos cânones do pensamento social brasileiro e a chegada de uma nova geração de intelectuais procura se estabelecer no campo tensionando antigos paradigmas e propondo abordagens e interpretações.

Em 1950, quando houve o lançamento de *Etnias sergipanas*, Willems já havia regressado para a América do Norte, e Pierson, que trabalhava com Fernandes, estava preparando seu aluno para substituí-lo na ELSP. Com o regresso desses nomes, o professor Bezerra perdeu o orientador e maior interlocutor de seu livro, os exemplares destinados ao sociólogo alemão foram recepcionados por Nogueira, que era um estudioso do tema e se interessou pelo livro.

A chegada de um grupo formado em São Paulo parece ter trazido um perfil distinto às pesquisas empreendidas pela geração anterior, que era formada por alguns de seus ex-professores, como Pierson e Willems. Essa geração precisava se firmar no campo suplantando seus antigos mestres, então, o argumento empreendido por eles não foi o da negação, mas, o da defasagem diante de um novo momento histórico e político da nação.

Esse foi o modelo crítico utilizado por Nogueira ao trabalho empreendido pelo professor Bezerra, intelectual alinhado aos ideais sugeridos por Freyre, influenciadores de uma geração que têm Pierson, Bastide, Willems e o próprio projeto UNESCO. Lembremo-nos que a geração constituída por Fernandes, Nogueira, Ribeiro, Cândido, entre outros foi formada pelas recém fundadas faculdades paulistas, com o intuito de assumir uma *intelligentsia* e guiar a modernidade brasileira.

A crítica desses pensadores, em busca de afirmação no campo sociológico, parece ter reavivado antigas contradições regionais entre norte e sul, e o réu da vez foi Gilberto Freyre. O intelectual nordestino influenciou uma virada epistêmica que sugeria a substituição da mestiçagem pela miscigenação, e atraiu pesquisadores internacionais interessados em testar tais hipóteses o que alavancou o Brasil à condição de laboratório racial, despertando interesse da UNESCO sobre o convívio inter-racial no referido país.

A tese de Bezerra, afirmando não haver no Brasil um preconceito racial e sim social, era similar à de Freyre em por consequência Pierson e Willems. Assim sendo, quando Nogueira critica esta tese em *Etnias*, de modo subliminar, ele ataca toda uma geração de trabalhos geridos entre meados de 30 e década de 40, que se encontravam assentados no mito da democracia racial.

Para além da dicotomia entre Norte e Sul, Nogueira estava alertando para a complexidade do mundo urbano-industrial, que despontava no Brasil. Essas novas tramas sociais começaram a ser evidenciadas na *Revista de Sociologia*, diante dos novos gestores da USP, ELSP e outras instituições que, gradativamente, começam a se alinhar ao marxismo, importado para o Brasil por Caio Prado Junior.

A crítica do professor Oracy Nogueira a *Etnias sergipanas* encaminha-se pela defasagem de *approach* do intelectual sergipano acerca de uma nova agenda de interesses epistêmicos. Perceba que, nos idos de Freyre, a meta era reverter o pessimismo da mestiçagem, substituindo por um otimismo da miscigenação, construir um projeto unificador, capaz de agregar indivíduos e nação, transitando pelas trocas e harmonias culturais de modo harmônico, um ideal consoante com os interesses de um projeto de modernidade de Estado ufanista.

Mas, a consolidação de um modelo de sociedade urbano-industrial trouxe consigo outra pauta de debates, que saía da harmonia dos ideais culturalistas e ingressava em uma agenda de interesses sociológicos, que adotava uma perspectiva do conflito. Note que, apesar da crítica relativa ao capítulo mais interpretativo, Nogueira reconheceu em Bezerra

Qualidades de investigador metódico e cuidadoso reveladas pelo autor... trabalho, sem dúvida, de valor que, de agora em diante, não poderá deixar

figurar, nas bibliotecas dos interessados em tais assuntos, ao lado dos livros de Arthur Ramos, Donald Pierson e outros, cujas contribuições, neste campo, já se tornaram consagradas. Obra bem escrita, especializada e equilibrada que realizou E que será de grande utilidade a professores, estudantes e outros interessados nas ciências sociais. (NOGUEIRA, In. BEZERRA, (1983), (1986)⁶⁴, DANTAS; NUNES, 2009, p. 134-135).

Exceto essa crítica, o livro obteve uma boa recepção no meio científico. Além de ter sido orientado e prefaciado pelo sociólogo alemão Emilio Willems, *Etnias sergipanas* foi elogiado por Donald Pierson, que chamou atenção para a honestidade intelectual e rigor metodológico de seu autor (PIERSON *Apud* BEZERRA, 1983; DANTAS; NUNES, 2009). O professor francês Roger Bastide parabenizou Bezerra pela sua empreitada intelectual, lembrou que aquele era um momento de muitas dificuldades institucionais, salientou, ainda, que o livro condensa uma rica massa de observações e tentativas genealógicas (BASTIDE *Apud* BEZERRA, 1983; DANTAS; NUNES, 2009). Por fim, Gilberto Freyre, embora não tenha feito nenhum comentário específico sobre o livro, findo por utilizá-lo em quatro passagens do seu livro *Nordeste* ([1925] (2013)), utilizando *Etnias* para ratificar argumentos acerca de populações e etnias.

A boa recepção de *Etnias sergipanas* abriu portas significativas para seu autor. Ele ingressou na FAFI, foi eleito presidente do IHGSE e, por sua iniciativa junto a outros intelectuais, foi fundada a Sociedade de Cultura Artística de Sergipe (SCAS). A referida instituição foi dirigida pelo seu idealizador, professor Bezerra, que ficou à frente da instituição por sete anos, entre 1951 e 1958⁶⁵.

A Sociedade de Cultura Artística de Sergipe (SCAS) foi fundada no dia 19 de maio de 1951, em reunião no salão principal do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, com o objetivo de desenvolver a cultura artística de Sergipe.

Trinta e seis profissionais de diversas áreas do conhecimento e atuação cultural participaram da reunião de fundação: Arlete Macedo, Dr. Benjamim de Carvalho, professores Carlos Alberto Sampaio, Dr. Carlos Fernandes de Melo, Dr. Felte Bezerra, Prof. Genaro Plech, Heitor Dias Teles, Hilton José Ribeiro, Prof. João Evangelista Cajueiro, Dr. João Marques Guimarães, José Ramos de Moraes, Dr. José Silva Leite Fontes, Josefa Mendonça, Dr. Marcos Ferreira de Jesus, Prof^a Maria Almeida, Prof^a Bernadete Andrade, Prof^a Cândida Viana Ribeiro, senhorita Nilita Nascimento, Octaciano Mattos, Osmário Prado Leite e Raimunda Silva. (FUNDAÇÃO, 1951, s.p.)⁶⁶

⁶⁴ Consta orelha dos livros: *Aspectos Antropológicos Do Simbolismo* (1983); *Análises Antropológicas* (1986),

⁶⁵ Nos anexos a imagem da ata de criação da SACS

⁶⁶ FUNDAÇÃO, Sociedade de Cultura Artística de Sergipe (SCAS). Disponível em: < <https://scascultura.wordpress.com/fudacao/>> acessado em 30 de nov de 2021.

Na época de sua fundação, a SCAS tinha por objetivo

Proporcionar, em Sergipe, o desenvolvimento da cultura artística, especialmente na área musical, trazendo a Aracaju recitalistas de valor (piano, violino, violoncelo) promover festivais entre professores e alunos do instituto de música local com fins educativos

Entrar em rede com sociedades congêneres existentes em quase todas as capitais do país, para que Sergipe venha a ter a visita de grandes mestres na música...

Construção em Aracaju de um auditório e, futuramente, de um teatro. (FUNDAÇÃO, 1951, s.p.)

E assim, com esse objetivo colocado em ata, assumiu a primeira diretoria da SCAS, responsável pelo biênio 1951-1953 sendo presidida pelo professor Felte Bezerra e tendo, ainda, como

Secretário: Geral Marcos Ferreira de Jesus; Tesoureiro: Carlos Fernandes de Melo.

Diretores Sociais: Nilita Nascimento, Hilton Ribeiro, Osmário do Prado Leite. Diretor de Propaganda: João Marques Guimarães.

Conselho Técnico: Prof. Genaro Plech, Profª. Cândida Maria Ribeiro, Benjamim de Carvalho, Joseph Mendonça (FUNDAÇÃO, 1951, s.p).

Em 2017, aos 66 anos de atuação, a referida instituição postou em seu site uma homenagem aos seus ex-diretores, sendo eles: Felte Bezerra: (1951-1960); José Carlos Teixeira (1961-1963); Prof. Joao Costa (1963-1977); João Augusto Gama (1977-1980); Luiz Antônio Teixeira (1985-1997); Ricardo Sampaio Nunes (1999-2002) e Prof. Jorge Carvalho (2002-2012). No referido site há, ainda, uma homenagem que lembra, “Um grande marco da entidade foi a aquisição de sua sede social através de uma emenda parlamentar e trabalho obstinado do então deputado federal pelo Movimento Democrático Brasileiro, José Carlos Teixeira” (FUNDAÇÃO, 1951, s.p).

Como consequência da boa aceitação de sua obra, Felte Bezerra pode colher um ano de 1951 bastante fértil na sua vida intelectual e administrativa. O quadro a seguir traz uma ideia do que a publicação da obra representou para seu autor na década de 50, culminando com a mudança para o Rio de Janeiro em 1960.

Quadro 5: Anos dourados e intrigas políticas, que findam na ida de FB para o RJ em 1959

1951	• Funda a Sociedade de Cultura Artística de Sergipe (SCAS), onde foi diretor por sete anos (1951-1958); • Em 15 de julho de 1951 foi eleito presidente do IHGSE (1951-1953); • Ingressou para a FAFI onde atuou como professor de Etnologia Brasil, Geografia Humana e Antropologia Física (1951-1958); • No dia 1º de dezembro tomou posse na cadeira número 2 da Academia Sergipana de Letras, que tem como patrono Silvio Romero.
1952	• Publica o livro: <i>Investigações Histórico-Geográficas de Sergipe</i>.
1954	• Participou como Membro do 31º Congresso Internacional de Americanistas ocorrido em São Paulo; • Publicou o verbete sobre o Lambe-sujo no Dicionário do Folclore Brasileiro, organizado por Câmara Cascudo. Seu nome foi citado ainda no verbete de “Quilombo”, escrito por Teo Brandão (cf. p. 759)
1955	• Publicou o artigo “Conceituação de Geografia Humana” pela revista do IHGSE. • Voltou a representar o Estado de Sergipe entre 1955 a 1959 nas reuniões anuais do Congresso de Geografia. Ele já havia representado no ano de 1944. • Participou do 3º Congresso Latino Americano de Sociologia onde apresentou a tese “Experiência de uma Comunidade Israelita em Cidade Pequena”.
1955 Virada política:	• No pleito de 1955, o então governador do Estado Arnaldo Garcez, representante da coligação entre o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Republicano (PR), foi derrotado pelo candidato oposicionista Leandro Maynard Maciel, líder da União Democrática Nacional (UDN) em Sergipe.
1958	• Tornou-se Diretor do Departamento Econômico da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (FIES)
1959	• Ampliou suas responsabilidades no Banco Resende Leite • Faltou-lhes tempo para manter os ritos com seus pares no universo acadêmico (DANTAS, 1998); • Publicou o artigo “Ação e efeitos do período Nassoviano em Sergipe Colonial” pela revista do IHGSE. • Representou o Brasil pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), na reunião da Organização Internacional dos Trabalhadores (OIT), ocorrida em Colônia na Alemanha.
1960	• Publicou o artigo “Xangó de Zeca” pela revista do IHGSE. • Com 50 anos de idade transferiu-se para o Rio de Janeiro, decorrendo daí o maior erro de sua vida, conforme relato autobiográfico. (BEZERRA, 1988)⁶⁷

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

No dia 1º de dezembro de 1951, Felte Bezerra foi recebido pelo médico, amigo e intelectual Joao Perez Garcia Moreno, quando tomou posse na cadeira número 2 na Academia Sergipana de Letras, que tem como patrono Silvio Romero sergipano natural de Lagarto,

⁶⁷ Façanha igualmente protagonizada por Silvio Romero, que foi professor do Pedro II, membro da ABL, professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e muitíssimo respeitado na Capital Federal.

reconhecido pelo seu protagonismo na Escola do Recife ao lado de outro sergipano, Tobias Barreto.

O discurso proferido pelo médico Garcia Moreno remeteu à adolescência de Felte aos 15 anos de idade, quando era estudante do Atheneu Sergipense. Ele lembrou que naquele período Bezerra, fora

lançado na confusão de múltiplos caminhos, chamado a perلustrar veredas e atalhas numerosos, mas que acerta, definitivamente, com a estrada real, chã e limpa, de seu autêntico destino (MORENO, 1952, p. 03).

O amigo médico lembrou da passagem do referido recepcionado

num dos melhores escritórios comerciais da província, chefe da contabilidade, reto, idôneo, eficiente, cercado de louvores e consideração dos meios mercurianos acreditá-lo-ia feito para tais misteres, abrindo uma exceção da linha tradicional da família de professores” (MORENO, 1952, p. 03).

Ao final, conclui que essa ressalva à família de educadores seria falsa, pois sua vocação estaria de fato voltada para a educação e a ciência, assim descrevendo a passagem do amigo de uma área comercial para a vida intelectual:

A vossa capacidade, Senhor FELTE BEZERRA, revelada nos mistérios do comércio decorria da aptidão de homem inteligente, de grande força assimiladora. O conformismo, porem, era só de aparência. Sob a rotina dos lançamentos, abaixo das preocupações diárias dos débitos e dos créditos, fervilhavam os vossos pensamentos fieis a vocação. O quietismo, contudo, vos fazia retardar a decisão definidora. A má compreensão de vossos estorços, de um lado, e a influência do clima de renovação e de rutura com as velhas formulas, que a revolução de 30. (p. 04) trouxe ao país, do outro, despertaram os vossos pendores apenas adormecidos, convocando-vos para uma vida nova. Havia já, nos vossos estudos, um longo hiato, exatamente o período em que vos tornaríeis médicos aos 21 anos de idade, si o primeiro sonho de ingressardes na Faculdade não tivesse sido o supremo malogro de vossa adolescência. Ainda desta vez, as restrições econômicas iriam opor-se à realização completa dos vossos desejos. Em lugar do curso médico, longo e caro, a carreira odontológica foi o meio termo conciliador entre a velha aspiração de estudos biológicos e as possibilidades materiais limitadas. O trato anterior das coisas do comércio, si vos fez esquecer muito da vossa química, da vossa física e da vossa história natural, deixara intacto e vivo o núcleo de vossa primorosa formação humanística, condição que vos permitiu a restauração fácil de conhecimentos que, ainda no vestibulo da Faculdade, vos assinalaram o primeiro de vossa turma (MORENO, 1952, p. 04-05).

Então, Garcia Moreno passou a discursar sobre quando conheceu Felte Bezerra na FAMEB, sobre os tempos de convívio na pensão Glória e das brincadeiras entre os jovens estudantes. E assim mergulhou de fato no que foi a vida acadêmica do jovem estudante de odontologia na Bahia, lembrando que seu

[...] curriculum todo riscado de distinções. Todavia éreis, no curso, de certa maneira, um decepcionado. Fostes para aprender e dominar uma especialidade e ouvistes, muitas vezes, dissertações ocas, palavrosas, numa língua que podia ser “estomatológica” mas que não era, de forma nenhuma, vernácula. Ainda guardo comigo, tão vivo com se fosse de ontem, um dos vossos comentários cheios de “cólera sagrada” (MORENO, 1952, p. 05).

Na citação anterior, chama-nos a atenção a capacidade crítica e a decepção em que se encontrava o acadêmico Felte Bezerra diante do descaso das aulas de seus professores. Por sua vez, sua monografia de conclusão de curso apresentou uma “largueza científica” (MORENO, 1952), mesmo desprovido de uma farta bibliografia (*id.* 1952). O médico Moreno assim descreveu a apresentação monográfica:

Lembro-me de que quase todos os sergipanos da pensão Glória fomos ouvir a vossa palavra sobre o “Primeiro Dentinho”. A surpresa maior para os odontologistas do auditório fora a largueza científica da conferência que se não prendeu ao âmbito exclusivo da especialidade dentaria. Discutia hipóteses e firmava conclusões no terreno mais largo da patologia infantil, destruindo toda uma série dos tabus que sempre obscureceram o tema. [...]. A tese que escrevestes, sem a ajuda dos recursos de abundante bibliografia especializada, recebeu mais louvores do que crítica (MORENO, 1952, p. 07).

Ele seguiu o discurso em homenagem ao amigo, classificando-o como um

Estudioso seduzido pela universalidade da ciência, vos revelastes, no melhor de vossos escritos, o homem preso à sua paisagem, diretamente solicitado pelos problemas de sua região, pelas questões mais sugestivas de sua terra e de sua gente. A simples enumeração de vossas publicações demonstra que a nossa sociologia, a nossa história e a nossa geografia têm sido os ângulos principais de vossas pesquisas, numa prova incontestável de que sois um legítimo homem de ciência, investigador de fatos e realidades com um soberbo senso de objetividade (MORENO, 1952, p. 08).

E, assim, Garcia Moreno lembra do ingresso do professor Bezerra nas ciências humanas, por meio de contribuições, por meio de discursos, palestras e publicações, tomando como amostra o povo e o território sergipano, para refletir sobre o Brasil. Por fim, o amigo e palestrante destrinchou alguns meandres intelectuais e institucionais que permearam a construção de *Etnias sergipanas* afirmando que a obra

[...] surgiu para a cultura de Sergipe com aqueles ímpetos congênitos da perenidade, com aqueia mesma força de permanência, apontadas por Roquete Pinto de referência a “Casa Grande e Senzala”, no âmbito mais largo das letras nacionais. Podemos dizer, também, que o vosso livro nasceu clássico. Tão clássico na literatura sergipana quanto a “História” de Felisbelo Freire. É a um tempo, preciosidade e necessidade de bibliografia regional. Quem, de agora por diante, intente penetrar a nossa formação de grupo histórico e humano, fará consulta obrigatória ao vosso “Etnias”, certo de que encontrará, de par com os informes seguros da pesquisa paciente e honesta, um roteiro imenso de sugestões, um mapa nítido de filões inexplorados, nas numerosas veredas

entreabertas, nos rumos delineados de assuntos virgens. Trancado nas quatro paredes da província, sem nunca terdes bebido, nos cursos especializados, a técnica propedêutica da pesquisa e do tratamento científico do material coletado, fizestes um livro que é uma obra milagrosa de autodidatismo, um fruto amadurecido de pendores autênticos e singulares para as ciências sociais. (MORENO, 1952, p. 10).

Garcia Moreno reforça nossa intuição de isolamento intelectual por parte do autor quando ratifica ele esteve “trancado nas quatro paredes da província, sem nunca terdes bebido, nos cursos especializados” (Idem). Os assuntos elencados em *Etnias* não aparecem espontaneamente na vida do professor Bezerra, temas como unidade étnica; limites territoriais, o rio Real e seus afluentes e a própria observação etnográfica da festa de xangô estiveram presentes em suas reflexões no decorrer da década de 40.

O médico e amigo Garcia Moreno salientou em Felte Bezerra a “técnica propedêutica da pesquisa e do tratamento científico do material coletado, fizestes um livro que é uma obra milagrosa de autodidatismo” (MORENO, 1952, p. 10). Em nossa concepção, *Etnias sergipanas* fecha um ciclo intelectual na vida do professor Bezerra. Suas ideias, como já demonstradas, foram trabalhadas em textos na década de 40, depois disso, ele lançou um livro em 1952, que era uma coletânea de artigos já publicados, e, só voltou a lançar um livro inédito em 1972, já na cidade do Rio de Janeiro.

Bezerra liderou a comissão de folclore, era um intelectual afinado com o projeto e seu patrocinador. Fez um trabalho bem recepcionado que lhe rendeu projeção e visibilidade nacional. Chamou atenção de Willems que aceitou orientar o referido livro, que lhes abriu portas para coordenar o IHGSE, ingressar na FAFI e na ASL. Dada às diversas atribuições intelectuais, associadas à gerência do banco do seu sogro, faltou-lhes tempo para manter vivas, o que Collins (2004) denomina de *redes de sociabilidades*. Esse auge durou até 1955, quando chega ao poder o grupo oposicionista de Leandro Maciel e o professor Bezerra perde, então, as horas que tinha destinadas à pesquisa, concedido um ano antes pelo ex-governador de Estado. Ele retorna para sala de aula, assume mais turmas na FAFI e sobre diversas perseguições por parte do professor e político oposicionista Nunes Mendonça. As sucessivas decepções de homem público levaram ao professor Bezerra ao tomar o que ele considera como pior decisão de sua vida, quando se transfere com 50 anos de idade para o Rio de Janeiro (BEZERRA, 1988).

6.2 Intrigas

Em 1955, o professor Bezerra participou do 3º Congresso Latino Americano de Sociologia, publicou artigo pela revista do IHGSE e voltou a representar Sergipe nas reuniões anuais do Congresso de Geografia, entre 1955 a 1959. Tudo parecia se encaminhar para uma retomada crescente da sua vida e seus rituais científicos, vividos no período áureo de sua vida, pós lançamento de *Etnias sergipanas*.

Entretanto, o suicídio de Vargas e a mudança de poder no cenário nacional repercutiram no cenário político de Sergipe, quando chegou ao poder, um grupo político oposto, aos quais Bezerra se solidarizava. Essa virada da esfera pública representou possibilidade de formação de novas redes, novos arranjos e formação de novos grupos, que se solidarizam na busca e possibilidades de projeção de suas ideias. Em outras palavras, recorrendo a Collins (2004), percebemos que o professor Bezerra, que tinha obtido êxito em *Etnias sergipanas*, mas, fora parcialmente excluído por uma agenda mais contemporânea na esfera nacional, agora encontrava uma resistência dentro mesmo de sua cidade natal, dado aos fatores políticos e a consequente formação de novas redes de sociabilidades.

Arnaldo Rollemberg Garcez governou Sergipe entre 12 de março 1951 a 31 de janeiro de 1955 e representava a coalizão partidária PSD e PR. Nas eleições de 1950, Garcez venceu por uma diferença de apenas 22 votos, evento esse que gerou uma série de disputas jurídicas (BARRETO, 2011). Durante o intervalo dessas disputas, o Estado foi governado interinamente por João Dantas Martins Reis (PSD) (31.01.1951 a 17.02.1951), que foi sucedido pela nomeação de Edézio Vieira de Melo (17.02.1951 a 12.03.1951), quando, por fim, acabou assumindo o Arnaldo Garcez (PSD) (12.03.1951 a 31.01.1955).

Essas disputas jurídicas estão assim registradas por Coutinho (s.d.)⁶⁸:

No pleito de outubro de 1950 foi eleito, para substituir a José Rollemberg Leite, governador de Sergipe na legenda da coligação entre o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Republicano (PR), derrotando o candidato da oposição Leandro Maynard Maciel, líder da União Democrática Nacional (UDN) no estado. Não tomou posse na data prevista, 31 de janeiro de 1951, devido a recursos interpostos pela oposição, que o obrigaram a aguardar os resultados das eleições suplementares realizadas em diversos municípios do estado. Diplomado pelo Tribunal Regional Eleitoral em 21 de janeiro de 1951, tomou posse no dia 12 de março seguinte na Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Sílvio Teixeira, recebendo do vice-governador Edélio Vieira de Melo, até então interinamente em exercício, o cargo de governador do estado. Seus adversários contestaram a diplomação, impetrando recursos aos quais, ainda naquele mês, o Tribunal Superior Eleitoral negou provimento.

⁶⁸ ARQ. PÚBL. EST. SE; CÂM. DEP. *Anais*; CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros. Repertório* (1967-1971); COUTINHO, A. *Brasil, Encic. Mirador*; HIPÓLITO, L. *Campanha*; INF. FAM.; *Jornal do Brasil* (14/11/75); SOC. BRAS. EXPANSÃO COMERCIAL. *Quem*; TRIB. SUP. ELEIT. *Dados* (2, 3, 4 e 6); WYNNE, J. *História*.

Por ocasião da morte de Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1954, a população da capital sergipana ameaçou de destruição a residência de Leandro Maciel, chefe udenista, e a Rádio Liberdade, que vinha dando grande espaço aos candidatos udenistas para as eleições que se aproximavam. Garcez determinou então a evacuação do local, que ficou sob proteção do 28º. Batalhão de Caçadores.

Em sua administração, construiu diversos açudes no interior do estado, realizou obras de dragagem na capital sergipana e lutou pelo aproveitamento da energia de Paulo Afonso, no rio São Francisco. Permaneceu no cargo de governador até o fim de seu mandato, em 31 de janeiro de 1955, quando foi substituído por Leandro Maciel.

Arnaldo Rollemberg Garcez, representante da coligação entre o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Republicano (PR) administrou o Estado até 1955. Ele foi derrotado por Leandro Maynard Maciel, líder da UDN, candidato oposicionista, que havia perdido o pleito anterior para o próprio Arnaldo Garcez (DANTAS, 2012). A vitória de Maciel, eleito para administrar o Estado entre 31 de janeiro de 1955 e 31 de janeiro de 1959 pôs fim a uma hegemonia do PSD em Sergipe, grupo que vinha se mantendo no poder desde 29 de março de 1947.

E, assim, inaugura-se uma nova fase política no Estado de Sergipe, marcado pelo domínio da UDN, que emplacou três governadores na sequência, exercendo um período hegemônico no poder político do Estado entre 31 de janeiro de 1955 a 30 de janeiro de 1963.

Do ponto de vista cultural e institucional, os governos do PSD, especialmente José Rollemberg e Arnaldo Garcez ficaram marcados pelos grandes feitos educacionais, dada a criação das faculdades de economia e direito (1947), que se fundiram com a de filosofia, criando assim a FAFI (1951). Ainda de acordo com o professor Ibarê Dantas (2020)

Felte Bezerra, Garcia Moreno, Gonçalo Rollemberg não faziam parte de nenhum partido político propriamente dito. Por sua vez, embora José Rollemberg Leite fosse um professor, que chegou a ser governador de Estado, ele não era um frequentador assíduo de reuniões dessas reuniões e debates intelectuais. Apesar disso, José Rollemberg Leite enquanto Governador teve importante papel ao viabilizar as faculdades em Sergipe.

A transcrição anterior nos fornece pistas do grupo ao qual esses intelectuais estavam ligados, em especial o papel executivo nas mãos de José Rollemberg Leite consolidou as primeiras faculdades isoladas em Aracaju. Esse papel foi seguido por seu correligionário de partido, governador “Arnaldo Garcez, que assinou um convênio, criou a FAFI e na sequência a faculdade de serviço social em 1954” (DANTAS, B. 2020). A professora Beatriz frisou que, em sua maioria, os professores da faculdade de economia eram pessoas ligadas ao Partido

Social Trabalhista (PST), mas com a vitória de Leandro Maciel e sua chegada ao poder em 1955 esse cenário mudou sensivelmente (DANTAS, B. 2020).

A referida professora ratificou essa argumentação, lembrando que o então governador do Estado e principal representante da UDN, Leandro Maciel, reformulou parte do quadro docente da FAFI, em especial, pessoas sugestionadas pela antiga administração Estadual (DANTAS, B. 2020). A explicação contextual dada pela professora fornece-nos subsídios para pensar, pautado por uma sociologia das redes intelectuais proposta por Collins (2004), em uma mudança política, não apenas nas esferas do executivo e legislativo federal ou mesmo estadual.

Do ponto de vista de uma microsociologia dos rituais, esse parece ter sido um momento de reorganização da ocupação dos espaços destinados à produção da memória e da cultura sergipanas. Como o campo da produção cultural sempre esteve diretamente dependente do Estado, essa mudança afetou também as lideranças, despontando novas redes e, lamentavelmente, o professor Felte Bezerra se viu esvaído de parte de suas conquistas burocráticas. Por fim, a professora Beatriz (2019, 2020)⁶⁹ lembrou que, nesse momento de sua vida, o intelectual sergipano já gozava de prestígio e reconhecimento em nível nacional, o que impossibilitou sua demissão da FAFI por parte do governador Maciel. Ele então decidiu revogar um decreto que colocava à disposição do Atheneu Sergipense, obrigando-o a retornar à sala de aula, diminuindo sua disponibilidade para lecionar na FAFI, bem como para atividades de pesquisas.

Bezerra estaria por sofrer uma perseguição ainda maior em sua vida, com episódios sistemáticos de ofensas e injúrias de ordem pessoal, intelectual e familiar. Essas críticas eram realizadas sistematicamente pelo professor oposicionista José Antônio Nunes Mendonça (1923-1983). Natural de Itabaiana, município de Sergipe, Mendonça foi professor do Instituto de

⁶⁹ Em 2019 a professora Beatriz fez uma palestra na Semana de Ciências Sociais (UFS), o tema de sua apresentação era “Os primórdios das ciências sociais em Sergipe”. No referido discurso ela enfatizou a criação dos cursos de Direito e Economia, a criação da faculdade de Filosofia, quando se deu uma parceria entre Governo de Estado e Diocese de Aracaju, de modo a firmarem a Faculdade de Filosofia de Sergipe (FAFI), em 1951. Em 1954 veio então a criação do curso de Serviço Social e a referida mudança no cenário político.

Esse roteiro foi anotado pelo autor e retomado em 13 de fevereiro de 2020, quando fizemos uma entrevista com a professora Beatriz que chamou também para a conversa o professor Ibarê Dantas, ex-presidente do IHGSE.

A entrevista foi muito norteadora, estávamos diante de duas autoridades sobre o assunto. Ela reconhecida intelectual e estudiosa do professor Felte Bezerra, contou que eles (Beatriz e Ibarê) os conheceram em meados de 60, por meio de cartas, marcaram um encontro e foram então ao seu encontro no Rio de Janeiro. Contou ainda que houve outros contatos nos idos de 70 e 80, um deles quando o professor Felte esteve em Sergipe e foi entrevistado pelos professores do Departamento de Ciências Sociais (UFS) e pontuou nuances e particularidades pessoais e institucionais da vida do pesquisado.

Por sua vez, o professor Ibarê, por sua vez, reconhecido estudioso do fenômeno político e particularmente do movimento Tenentista em Sergipe, alinhava a “conversa” fornecendo dados e pistas da participação institucional do Estado, do IHGSE e outras instituições em eventos ocorridos em Sergipe.

Educação Rui Barbosa, escritor, jornalista e político. Sua militância foi iniciada em meio aos movimentos estudantis, ele ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e foi eleito Deputado Estadual (1951-1955).

Conforme registrado na dissertação de Anna Karla Silva (2014, p. 44)

Felte Bezerra tinha uma relação próxima com o grupo oposicionista ao PTB e mesmo rejeitando a ocupação de cargos públicos que lhes fora oferecido, parecia incomodar com os seus discursos e suas obras a outros intelectuais sergipanos. Em matéria publicada no dia 18 de julho do ano de 1959, intitulada “A Mediocridade de Felte Bezerra”, o mesmo impresso voltara a atacá-lo veementemente. Mais uma vez, a redação de “O Nordeste” alegara que o Sr. Baepeba, pseudônimo do jornalista que perseguiu Felte Bezerra com uma série de publicações numa seção intitulada “FLECHADAS NA ALDEIA”,

A dissertação de Silva (2014) investiu bastante nessa contenda, visto que, decorre daí um dos principais motivos para a saída do professor Bezerra para o Rio de Janeiro (1960). Silva (2014) registrou esse momento de críticas e perseguições que parece bastante representativo para tentar compreender a personalidade e as vaidades do referido intelectual, que viu seu grupo político desprestigiado e ele pessoalmente esvaído de suas honrarias burocráticas.

Aqui salientamos que esse é um registro que muda radicalmente o itinerário desse pensador. Salientamos que o foco de nossa preocupação é sociológico, conjecturando como a questão racial ajudou refletir sobre o dilema da tradição e modernidade brasileira. Nesse trâmite, o professor Felte Bezerra foi alguém muito bem articulado, preocupado com questões do seu tempo, que conseguiu se inserir no campo de pensamento social brasileiro, mantendo, por algum tempo, uma rede de sociabilidades intelectuais, por meio das quais ganhou projeção e visibilidade. Desse modo, ao apresentarmos esta seção recorreremos a ideia de itinerário sugerida por Sirinelli (2003), (2019), procurando compreender o quão “esse episódio” foi decisivo para sua transferência para o Rio de Janeiro.

O professor Nunes Mendonça aparentava ser uma pessoa perturbada dado a sua inexpressividade política (SILVA, 2014). No decorrer de seu mandato, ele não conseguiu aprovar nenhum projeto, foi expulso do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e derrotado em 1954. Em decorrência da perda de seu capital social e financeiro ele

foi nomeado em 1955 professor do IERB e contratado algum tempo depois pelo Instituto Nacional de Assuntos Pedagógicos (INEP) para desenvolver estudos sobre a Educação em Sergipe. Em 1958 não concorreu a mais nenhum pleito e dedicou-se ao lançamento do seu principal livro: *A Educação em Sergipe*. O IERB era uma escola associada aos preceitos tradicionais da vocação e da missão e a recepção à Nunes Mendonça já era negativa, pois o mesmo era tido como alcoólatra e irresponsável. [...]. (SILVA, 2014 p. 49-50).

Mendonça tinha uma personalidade questionável, afirmação proferida no discurso do deputado Leite Neto, em um debate fervoroso entre ele, Aírton Teles e Seixas Dória (PINHEIRO, 2017). Em sua fala na Sala das Sessões registrada em 1º de abril de 1956, Leite Neto, referiu-se a Mendonça como um “Deputado, a quem se refere o Deputado Seixas Dória, é o Senhor Nunes de Mendonça, um ébrio habitual, que por isso mesmo foi expulso do Partido Trabalhista Brasileiro” (PINHEIRO, 2017, p. 37).

O professor Mendonça era uma pessoa que aparentava colecionar fracassos públicos e pessoais, mas gozava de certo capital social e por isso era mantido em espaços de produção da memória e cultura no Estado de Sergipe, como o INEP, por exemplo. Nunes Mendonça revelou-se o pior inquisidor do professor Felte Bezerra, atacando-o por meio de sucessivos artigos que eram publicados no jornal *O Nordeste* de propriedade de Francisco Araújo Macedo (1897-1966).

Macedo era natural de Boquim, município de Sergipe, era proprietário agrícola, comerciante de madeiras, jornalista e foi eleito deputado estadual em 1947. No ano de 1950, como a lei vigente permitia uma dupla candidatura, Macedo candidatou-se para o governo de Estado e deputado federal. No pleito para governo Arnaldo Garcez sagrou-se vitorioso com 22 votos de diferença e Leandro Maciel ficou em segundo lugar. Macedo não conseguiu eleger-se governador, mas saiu vitorioso para o cargo de deputado federal pelo PTB, que trazia uma coligação entre os partidos PTB, Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Social Progressista (PSP).

A ligação entre o professor Mendonça e o empresário Macedo era fruto da militância no PTB, onde o primeiro atuava como presidente e principal articulador do partido. Ambos fizeram parte de um mesmo partido, mas uma desavença grave entre essas lideranças levou a uma

[...] cisão do PTB havia os dissidentes ou getulistas, liderados por Nunes Mendonça, *versus* os macedistas, sob o comando de Francisco Macedo. A imprensa foi o grande veículo dos insultos e ofensas pessoais entre as duas alas do partido (SILVA, 2014, p. 48).

Ao final, dada a sua maior capacidade financeira, a referida peleja foi vencida pelo professor Nunes Mendonça (SILVA 2014). Mais adiante, o polêmico professor teve outro entrevero, desta feita com o intelectual Felte Bezerra, quando passou a criticá-lo sistematicamente no jornal *O Nordeste*, que tinha, o antigo desafeto Francisco Macedo como proprietário.

Nos artigos que escrevia, Nunes Mendonça não revelava sua identidade publicamente, optando pelo codinome “Baepeba”⁷⁰. Com o decorrer do tempo, quando sua verdadeira autoria foi reconhecida, ele trocou sua alcunha, passando a assinar como “Caribé Monteiro”. A referida perseguição tomou tamanha proporção que, dois cunhados de Felte decidiram tirar a questão a limpo e foram às vias de fato com o professor Mendonça. O fato que repercutiu na sociedade e abalou o professor Bezerra que, envergonhado do fato e esvaído parcialmente⁷¹ de seu capital social desde a virada política de 1955, refletiu, decidindo transferir-se para o Rio de Janeiro, fato ocorrido em 1960 (DANTAS, I. 2020).

Como reforço desses argumentos trechos dessas críticas elaboradas por Mendonça. Nesta primeira o político e professor retomou os tempos de pesquisas folclóricas, acusando o professor Bezerra de plágio, alegando que este

Meteu-se a folclorista. Copia o que está escrito sobre a matéria, socorrendo se ainda, para demonstrar conhecimento, das publicações do IBECC, divulgadas pela respectiva Comissão, com sede no Itamarati. É sabido que depois de Sílvio Romero, Manuel dos Passos, Prado Sampaio, Clodomir Silva e Mario Cabral pouco há a investigar no terreno folclórico em Sergipe. O sr. Felte Bezerra é bem capaz de surrupiar o documentário folclórico, inédito, que lhe confiou, para leitura, o pesquisador sr. Carvalho Déda, de Simão Dias. (SILVA 2014, p. 45).

No artigo seguinte, Nunes Mendonça conseguiu atacar a idoneidade moral, ética e administrativa do professor Felte Bezerra, alegando que

[...] o autor da carta ao Baepeba teria algo de inocência e ignorância, visto que se tivesse “[...] alguma leitura e raciocínio [...]”, jamais levaria a sério “[...] a suposta cultura desse *cavalheiro*, dentista fracassado, professor de escassos recursos propedêuticos e banqueiro extorcionista na cobrança de juros judaicos.” Observamos que para além da tentativa de retirar a condição intelectual, existiu a necessidade de romper com a dimensão de honestidade. Felte Bezerra estava à frente da gerência do Banco Rezende Leite S/A, de propriedade da família de sua esposa (SILVA 2014, p. 44).

Publicado na coluna “Flechadas na Aldeia”, as ofensas a Bezerra foram ateadas em todos os sentidos, classificando-o como inocente, ignorante, dentista fracassado, professor de poucos recursos e um banqueiro desonesto. Esse artigo parece ter atingido o cerne de sua fragilidade, derivada de sua vaidade intelectual. Essa afirmação deriva de fatos e relatos de pessoas próximas do professor Bezerra.

⁷⁰ Baepeba foi o índio que reuniu tribos para enfrentar o conquistador português Cristóvão de Barros.

⁷¹ Digo parcialmente pois, em 1959 ele foi para a Alemanha para uma reunião da Organização Internacional dos Trabalhadores – OIT.

Um dos mais próximos certamente foi o médico e amigo Garcia Moreno. O discurso de recepção do professor Bezerra na ASL, lembrou desse pela sua aprovação em primeiro lugar no vestibular de sua turma; autor de uma monografia bastante elogiada pela banca; mas alguém de pouca paciência quando estudava com amigos menos favorecidos intelectualmente (MORENO, 1952).

Outra menção à sua vaidade intelectual pode ser percebida nas entre linhas de suas correspondências com o professor Oracy Nogueira. Em carta datada de 27 de setembro de 1950, o intelectual paulista indaga: “[...] mera curiosidade, gostaria de saber se o amigo é médico ou qual o título que tem, bem como sua idade” (DANTAS; NUNES, 2009, p. 297). A resposta ofertada pelo dentista Bezerra não é direta, em seu “floreio” ele afirma que, “ser médico sempre foi o seu desejo” e lamenta não ter tido condições financeiras para se manter por tanto tempo em outro Estado, optando por um curso de menor duração (BEZERRA, 1988; DANTAS; NUNES, 2009; SILVA, 2014).

Por fim, ainda sobre a vaidade como traço psicológico que levou o professor Bezerra a abandonar a estabilidade de sua terra natal e partir para o anonimato do Rio de Janeiro, incorrendo no maior erro de sua vida (BEZERRA, 1988), lembramos de Gélio Albuquerque Bezerra. Ex-apresentador televisivo e sobrinho de Felte Bezerra, Gélio afirmou em entrevista concedida a Anna Karla Silva (2014, p. 40)⁷² que “não suportava mais as broncas dele quando eu chegava cheio de alegria e ele no quarto, sentado na ponta da cama, os lençóis extremamente brancos, um perfume maravilhoso e aquelas músicas clássicas”.

Essa declaração de Gélio Bezerra nos achama a atenção à medida em que revela a intimidade e sinaliza, de modo afinado, com as críticas jornalísticas descritas por Felte Bezerra nos artigos, em escritos entre os idos de 1947 e 48. Na ocasião ele criticava o comportamento do público em peças teatrais, recitais, operas etc. classificando como inadequado a conduta da plateia em determinado momento dos espetáculos, repreendendo risos onde ele julgava desnecessário, entre outras críticas. Apesar dessas ponderações acerca da personalidade do intelectual, observava-se em Gélio Bezerra certa reverência ao tio quando ele afirma, “ninguém conheceu mais antropologia que tio Felte” (*Id.*, p. 40).

Silva (2014) percebeu que o tom depreciativo das matérias direcionadas ao professor Bezerra levou ao médico e amigo Dr. Garcia Moreno a solicitar sua assinatura do jornal *O Nordeste*. Em defesa ao amigo Bezerra, o médico psiquiatra alegou “quando esse jornal se

⁷² Entrevista concedida por Gélio Albuquerque Bezerra, sobrinho de Felte Bezerra, a Anna Karla de Melo e Silva em 17 de dezembro de 2012 (IN: SILVA, 2014)

transforma em Taba Índio imotivadas flechadas vg solicito imediato cancelamento minha velha assinatura pt saudações” (SILVA, 2014 p. 40).

O *Nordeste* lamentou o cancelamento e, com tom de ironia publicou um artigo denominado “A Neurastenia do Psiquiatra com vistas ao Baepeba”, sugerindo ao médico psiquiatra Garcia Moreno

[...] A exemplo do que, certa feita, fez o humanitário psiquiatra quando polemicava com o falecido Magalhães Carneiro, recomendamos-lhe (perdoemos o exercício ilegal da medicina) o Calmix, uso indicado, e Benerva de 100 mg, intramuscular, em dias alternados. Evite: o uso imoderado do fumo, o excesso de comida e, sobretudo, não leia algumas críticas que, porventura, o seu próximo livro suscitar. Não nos queira mal, nobre e *velho* assinante! (O NORDESTE⁷³ In: SILVA 2014, p. 40).

O ano de 1959 parecia ser próspero na vida do professor Bezerra. Ele ampliou suas responsabilidades no Banco Resende Leite, voltou a publicar pela Revista do IHGSE e representou o Brasil pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI), na reunião da Organização Internacional dos Trabalhadores (OIT) em Colonia, na Alemanha. Mas a perda de “privilégios para a pesquisa” que se estendia desde 1955, somando-se a diminuição de seu prestígio nas redes de sociabilidades intelectuais e políticas, os entrevistos com o professor Nunes Mendonça, aliou-se a outras intrigas que envolviam desacordos entre a administração do Banco Resende, de propriedade de seu sogro, e seus cunhados. A professora Beatriz Dantas (2020) afirmou, então, que

outro fator importante em sua decisão de transferir-se para o Rio de Janeiro foi a morte do Guilhermino Resende, seu sogro. Esse fato resultou na perda de espaços de atuação no banco da família. Mas, isso são coisas da vida pessoal dele que eu resolvi não trabalhar.

Concordamos, plenamente, a professora Beatriz Dantas (2020) e, ratificando que o foco de nossa tese também navega na pessoa pública. Interessa-nos nesta tese, investigar a contribuição do professor Bezerra para o debate entre raça e nação, tema que estava na crista dos debates da agenda de debates do seu tempo. Assim sendo a pesquisa averiguando sobre o empenho do professor Bezerra para a institucionalização das ciências sociais no Brasil e, mais especificamente, em Sergipe, menor Estado da federação e que em seu tempo, sequer contava com uma faculdade, sendo crucial a rede de sociabilidades intelectuais e políticas sustentadas por esse intelectual para todas essas realizações.

⁷³ Artigo publicado em O NORDESTE, 11 de julho de 1959.

Em se tratando de uma pesquisa preocupada com o itinerário de um intelectual, não poderíamos omitir a tensão vivida pelo professor Bezerra desde a vida política de 1955 e a perseguição pública de Nunes Mendonça sobre o mesmo. Somaram ainda, complicações administrativas no Banco Resende Leite, entre Félte Bezerra e um de seus cunhados, desembocando em entrevistos da vida pessoal, familiar, que se agravaram com a morte de seu sogro, elemento decisivo, segundo informações da professora Beatriz Dantas (2020), para que o intelectual sergipano decidisse, já com 50 anos de vida, por sua transferência para o Rio de Janeiro.

6.3 Rio de Janeiro

No dia 06 de fevereiro de 1960, se deu a transferência de Félte Bezerra para a antiga capital do Brasil, o Rio de Janeiro, pondo fim à sua vivência em terras sergipanas, sua terra natal, iniciando um novo ciclo de sua vida. Em linhas gerais, não foram tempos fáceis para quem havia migrado para outra cidade, refugiando-se no ostracismo de quem encontrou um campo das ciências sociais consolidado e com algumas pós-graduações em vias de consolidação. Lembremo-nos por exemplo que

Na década de 1960, quando diretor (referência ao professor Thales de Azevedo – grifo do autor) do Instituto de Ciências Sociais da Bahia, promoveu a criação, em 1962, de uma pós-graduação na área de ciências sociais (BARREIRA, CÔRTEZ, LIMA, 2018, p. 83).

No Rio Grande do Sul, “também em 1963, foi implantado, na UFRGS, o curso de mestrado em sociologia rural, junto à Faculdade de Economia” (*Id.*, p. 84). Ainda conforme sugerido pelos professores Barreira, Côrtes e Lima (2018, p. 94) observou-se, no Brasil, uma significativa “concentração da pós-graduação na região Sudeste, observada nos anos 1960 e 1970”.

Decorrente dessa realidade encontrada no campo das ciências sociais, Bezerra se viu, no seu novo itinerário, isolado de sua rede de sociabilidades, desprovido de seus pares intelectuais e, por isso, foi levado a ingressar em outros ramos profissionais. Seu ostracismo intelectual perdurou por mais de uma década, quando decidiu retomar suas atividades bibliográficas.

Preocupado em recuperar a defasagem no debate social e antropológico, Bezerra, que havia doado sua biblioteca à FAFI, optou em comprar livros em vários idiomas, de modo a estar atualizado na agenda daquele momento, como já havia feito nos idos da década de 1940. No

decorrer da década de 1960, ele transitou por diversas ocupações, como demonstramos no quadro abaixo.

Quadro 6: Ostracismo e retomada intelectual

Década de 60 Ostracismo intelectual; Dificuldades financeiras	1960	06.02.1960 mudança para o Rio de Janeiro Publicado “Xangó de Zeca”. Pela revista do IHGSE. 1960, n. 25, p. 72-84.	
	1961– 1962	Foi Secretário da Ordem dos Músicos do Brasil	Secretaria da Ordem Federal dos Músicos do Brasil (1961-1962)
	1962-1969	Assessoria da Rede Ferroviária Federal	Funcionário da Rede Ferroviária
Década de 70 Retomada da leitura e produção bibliográfica	1972	Curto período no Amazonas, a serviço do Governo daquele Estado	Chefiou a Casa Civil do governo do Amazonas (1972)
		<i>Antropologia Sociocultural</i> . Brasília, Coordenada, 1972;	
	1974	Participou da Reunião da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) em Florianópolis	
	1976	Acionou antigos contatos em Sergipe e participou do Programa de Educação de Base, no MEB, onde chefiou a delegação desse Estado na representação do Estado de Sergipe no Rio de Janeiro.	
Década de 80		<i>Problemas e Perspectivas em Antropologia</i> . Rio de Janeiro. MEC-CFE, 1980;	
	1980	Assumiu a assessoria da presidência do Banese no Rio de Janeiro (1980)	
		Enfrentou dramas familiares e sofreu um enfarte. Pensou em retornar a Sergipe para ensinar na UFS, mas encontrou dificuldades burocráticas para ingressar no corpo docente, que passava a cobrar profissionais qualificados em suas respectivas áreas de concurso.	
	1982	Imaginário, História e Estórias. Revista do IHGSE. n. 28, p. 47-52	
	1983	<i>Aspectos Antropológicos do Simbolismo</i> . Rio de Janeiro, Medeiros, 1983	
	1984	Etnias sergipanas: (2ª. Ed.)	
	1986	<i>Análise Antropológica. Estudo Teórico</i> . Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1986;	
	1988	<i>África Subsaariana, ontem e hoje</i> . Recife. Avelar, Aracaju, Governo do Estado de Sergipe, 1988.	
	1988	Felte Bezerra. <i>Notícias sobre minha vida</i> (anotações autobiográficas). Manuscrito de propriedade particular. Cópia digital doada ao MUHSE-UFS, Aracaju, com seu fechamento, hoje encontra-se na Biblioteca Central da UFS.	
		Marxismos e a era Gorbachev	
	1990	No dia 06 de janeiro de 1990, aos 80 anos, faleceu Felte Bezerra, na cidade do Rio de Janeiro.	

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Ao longo da década de 1960, já no Rio de Janeiro, o professor Bezerra se defrontou com um campo consolidado, no qual a formação *stricto sensu*, inicialmente concentrada no eixo Rio de Janeiro e São Paulo, nesse momento começava a se abrir para outras regiões (BARREIRA, CÔRTEZ, LIMA, 2018). Sua ânsia por estabelecer interlocutores para o debate antropológico se viu esvaziada perante esse novo cenário, foi quando ele adentrou por outros circuitos sociais e atuou como Secretário da Ordem dos Músicos do Brasil (1961-1962) e foi assessor da Rede Ferroviária Federal (1962-1969).

6.4 Retomada intelectual

Na década de 70, se deu sua retomada de leituras e produções bibliográficas, antes, porém, o professor Bezerra se transferiu para o Amazonas, onde chefiou a Casa Civil do Governo daquele Estado, em 1972. De acordo com informações obtidas em entrevista concedida pela professora Beatriz Dantas (2020), o intelectual ficou pouco tempo no cargo, pois sua esposa não teria se adaptado ao clima daquela cidade e chegou mesmo a adoecer. Coincidentemente, esse foi um ano que o intelectual decidiu retomar sua produção bibliográfica, iniciando com a publicação de *Antropologia Sociocultural* (1972).

Na sequência, apresentamos um quadro do que veio a constituir a produção bibliográfica na segunda parte do itinerário do professor Bezerra.

Quadro 7: Obras da segunda fase na vida de Felte Bezerra

Título da obra	Ano	Estrutura
Antropologia Sociocultural	1972	• 6 Capítulos
Problemas de Antropologia: do estruturalismo de Lévi-Strauss	1976	• 2 Capítulos • Subdivididos em 6 capítulos, cada um.
Problemas e Perspectivas em Antropologia	1980	• 1 Introdução • 9 capítulos
Aspectos Antropológicos do Simbolismo	1983	• Prefácio • Introdução • 5 capítulos
Análises Antropológicas: Estudo Teórico	1986	• 1 Introdução • 5 Capítulos
África subsaariana: ontem e hoje.	1988	• 1 Introdução • 9 Capítulos • Conclusões
Notícias sobre minha vida: anotações autobiográficas		Manuscrito fotocopiado disponível na Biblioteca Central da UFS
Marxismos e a era Gorbachev		Inédito

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

O quadro em questão tem por objetivo apresentar os temas e o quanto de trabalhos bibliográficos o professor Felte Bezerra produziu entre as décadas de 70 e 80. Em 1972, se deu sua retomada pelo lançamento de *Antropologia Sociocultural*, onde o autor relacionou antropologia, sociologia e psicologia, por meio de seis capítulos assim constituídos: Antropologia Clássica (I); Antropologia Moderna (II); Indivíduo e Cultura (III); Indivíduo e Sociedade (IV); Reinterpretação - Reavaliação - Reformulação (V) e Questões Teóricas e Práticas (VI).

Dois anos depois ao lançamento do livro, Felte Bezerra participou da Reunião da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) ocorrida na cidade de Florianópolis em 1974. E assim se deu um de seus auxílios no campo das ciências sociais,

sempre pedindo artigos para que intelectuais sergipanos, fossem publicados na Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) ou na Associação Brasileira de Antropologia (ABA), atuando como um elo e estimulando a produção local, no sentido de ganhar visibilidade nacional, contribuindo para o debate no campo (DANTAS, B., 2021).

No ano de 1976, é publicado pela editora do Ouvidor o livro *Problemas de Antropologia: do Estruturalismo de Lévi-Strauss* (1976), uma obra dividida em dois capítulos, sendo cada um deles subdivididos em seis capítulos. O primeiro capítulo é intitulado “Dificuldades do estruturalismo straussiano” e se estende até a página 157, enquanto o segundo se dedica a debater a questão do mito, tema clássico do estruturalismo, analisando sua exegese, estrutura, linguagem, história e rito.

Em 1980, Felte Bezerra assumiu a assessoria da presidência do Banese no Rio de Janeiro, ao tempo em que passou por dramas familiares⁷⁴ e sofreu um enfarte (DANTAS, B. 2020). A professora Beatriz Dantas (2020), em entrevista cedida ao autor, afirmou que Bezerra pensou em retornar a Sergipe de modo a ingressar na UFS, mas encontrou dificuldades burocráticas para adentrar no corpo docente, que a essa altura já passava a cobrar profissionais qualificados em suas respectivas áreas, mediante prestação de concurso.

Aposentado de um de seus novos empregos, o intelectual encontrou tempo para se dedicar maciçamente à antropologia e assim escreveu e publicou o livro *Problemas e Perspectivas em Antropologia* (1980). A obra foi publicada pelo Ministério da Educação e Cultura, via Conselho Federal de Cultura e prefaciada por Manuel Diegues Junior que era

⁷⁴ Os professores Ibarê Dantas e Beatriz Dantas (2020) mencionaram algo relativo à disputa de guarda de uma neta, algo que adentra a esfera privada e familiar não sendo, portanto, foco nem da professora enquanto estudiosa do intelectual, nem de nossa tese.

professor titular de antropologia da PUC /RJ, membro do Conselho Federal de Cultura e ex-presidente da ABA.

Por si só, o novo livro do professor Bezerra trazia credenciais que demonstram a construção de novas redes intelectuais. Sua nova obra é consideravelmente volumosa, conta com 429 páginas e está dividida em uma introdução e nove capítulos, onde o autor percorre desde: O mundo do civilizado e o do ágrafo (I), Sociedades tribais sociedades complexas (II), Antropologia política nos ágrafos (III), Antropologia econômica nos primitivos (IV), Conceituação antropológica da linguagem (V), Messianismo e milenarismo (VI), Religião e crenças entre os arcaicos (VII), Cultos afro-brasileiros e suas raízes (VIII) e Folclore e ciências sociais e humanas (IX).

O livro é um grande manual de antropologia, com grandes comparações e abordagens longitudinais comparativas entre sociedades ágrafas e civilizados, onde Bezerra o faz por meio de vários mecanismos como crenças, ritos, cerimoniais, culto dos antepassados, simbolismo, mito, toteísmo, magia e sistemas de parentesco. Apresenta uma abordagem longitudinal, tanto na relação temporal, recorrendo às sociedades ágrafas⁷⁵ aos civilizados, como geográfica, considerando povos da África, Oceania, Ásia e América.

Problemas e Perspectivas em Antropologia (1980) traz reinterpretações acerca das técnicas de campo e discute relações entre um novo dimensionamento da antropologia econômica. O professor Bezerra discorre sobre aspectos simbólicos da linguagem; o fenômeno messiânico no carisma e nos referidos cultos; a relação mágico-religiosa entre magia e xamanismo; os cultos afro-brasileiros em suas raízes e como intergração do negro à realidade brasileira; finalizando com a questão do folclore, onde aborda questões acerca dos problemas de investigação metodológica.

Dois anos depois, ele publica “Imaginário, História e Estórias” pela *Revista do IHGSE*. No ano seguinte, é editada a obra *Aspectos antropológicos do simbolismo* (1983), livro é publicado pela editora Grafica Medeiros com co-edição do Banco do Estado de Sergipe S.A. Este título foi prefaciado por Ahtur Cezar Ferreira Reis, membro do Conselho Federal de Cultural, e é composto por uma Introdução e cinco capítulos, que relacionam o simbolismo com a psicologia (I); o imaginário (II); o mito (III); a magia (IV); e, a arte (V).

⁷⁵ Considerando-se as leituras contemporâneas, a expressão “ágrafa” merece uma observação, visto que das pinturas rupestres à garatujas são considerados grafismos, logo, concluímos hodiernamente que não há uma sociedade propriamente ágrafa. Determinado grafismo pode ou não ser dotado de um significado, mas esse é outro debate, que também não é foco de nossa análise.

Em 1986, é publicado mais um livro do professor Felte Bezerra, desta feita, intitulado *Análises Antropológicas*: estudo teórico, publicado pela editora Dois Pontos, no Rio de Janeiro. O livro conta com um prefácio assinado por Thales de Azevedo, que faz uma incursão biográfico-intelectual de Felte Bezerra pela geografia, história e lembra de *Etnias sergipanas* como sua obra de maior relevância em sua primeira fase de vida. No prefácio desta obra, o professor Azevedo lembra da retomada produtiva do intelectual sergipano nos idos de 1972, de sua imersão no estruturalismo na década de 80, por meio de análises onde vislumbrava limites e possibilidades dessa corrente antropológica e sua contribuição com o debate marxista. *Análises Antropológicas* traz, além do referido prefácio, uma introdução denominada, “das classes ou estruturas sociais” e mais cinco capítulos, sendo eles: A antropologia e a corrente marxista (I); Existe uma antropologia econômica autônoma? (II); Modos de produção em povos fora da Europa (III); A eterna questão do parentesco (IV); e, finalmente, Análises e conclusões (V).

O ano de 1988 foi muito produtivo na vida do intelectual sergipano. Ele lançou *África subsaariana: ontem e hoje* (1988), obra que conta com uma introdução, nove capítulos e os “reflexos conclusivos”. Escreveu uma autobiografia intitulada *Notícias sobre minha vida: anotações autobiográficas* (1988), manuscritos de propriedade particular, que foi fotocopiada e essa cópia foi então doada ao então Museu do Homem Sergipano (MUHSE-UFS). Com o fechamento do referido museu, o documento foi então transferido para a Biblioteca Central da UFS (BICEN/UFS), onde encontra-se na parte de documentação sergipana. Por fim, o professor Felte Bezerra escreveu, ainda, *Marxismos e a era Gorbachev*, livro ainda inédito.

Felte Bezerra faleceu no Rio de Janeiro, em 06 de janeiro de 1990, com 82 anos, ceifando a vida de um grande intelectual que, tendo vivido no menor Estado da Federação e convivido com enormes obstáculos para publicar suas ideias. Apesar de todas as dificuldades e limitações vividas em sua terra natal, que sequer contava com uma faculdade podemos afirmar que Bezerra manteve uma rede de relações intelectuais com quem dialogava e contribuía para o crescimento e consolidação das ciências sociais no Brasil, deixando um legado substancial na educação, geografia, história, folclore, antropologia e sociologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se encaminhou por uma linha clássica ao pensamento social brasileiro, que relaciona o debate entre raça e nação, para refletir sobre o dilema entre atraso e modernidade. Fundamentado no debate acerca do dilema entre miscigenação e nação, nos inquirimos sobre a real contribuição e relevância da obra *Etnias sergipanas* para o debate nacional. Nossa intuição é que a obra referência do professor Bezerra seguiu uma tradição no pensamento social oriunda em Silvio Romero e, posteriormente utilizada por Gilberto Freyre, que parece ter suprimido o nome do jurista sergipano, muito provavelmente por sua associação com o determinismo racial.

Romero sugeriu uma associação entre raça/etnia e o dilema do atraso brasileiro, salientou a participação de brancos, negros e índios como grupos formativos dessa nação e utilizou o folclore como ferramenta metodológica para testar suas teses. Suas ideias, embora questionadas pelos abolicionistas, depois Manoel Bomfim e posteriormente por médicos, sanitaristas e literatos, se mantiveram firmes, enquanto paradigmas e formataram uma geração que perdurou entre 1870 a 1930.

Apesar do advento da geração de 1930, que trazia como substancial, muito provavelmente, a substituição da mestiçagem pela miscigenação, ainda assim, continuou-se a utilizar ideias sugeridas por Romero, como a fábula das três raças originárias do povo brasileiro e o folclore como ferramenta metodológica, mas sem creditar seu autor, muito provavelmente pelo fato desses juízos estarem vinculados a um determinismo racial.

Para analisarmos a contribuição de Felte Bezerra e a relevância de *Etnias sergipanas* para o debate no pensamento social brasileiro, adotamos, inicialmente, uma sociologia do conhecimento sugerida por Karl Mannheim. Com esse autor, nossa preocupação foi investigar o grupo ao qual Bezerra estava associado intelectualmente e politicamente, percebendo seus interesses ideológicos, bem como suas instituições de difusão e trocas ideológicas.

Pierre Bourdieu (2005) e Jean-François Sirinelli (2003) nos ajudaram a compreender o universo familiar, o *Capital cultural e social* e, como esse universo contribuiu para o que o historiador cultural francês denomina de *itinerário intelectual*. Por fim, utilizamos ideias aventadas pelo sociólogo estadunidense Randall Collins (2004), acerca de uma microsociologia do conhecimento, analisando os ritos cotidianos do professor Bezerra, constatando, hipótese confirmada pela professora Beatriz Dantas, que as diversas atribuições burocráticas assumidas pelo mesmo, findaram enfraquecendo sua rede de sociabilidades.

Adotando Romero como ponto de partida para o debate sobre a contribuição das três raças, o folclore como método e toda revolução epistêmica que formatou a geração de 1870. Assim sendo, entendemos que no final do século XIX, havia no Brasil uma carência de

intelectuais qualificados na área de humanidades, permitindo-se diálogos com pessoas capacitadas em outras áreas do saber como filosofia, literatura e direito.

Já no primeiro quartel do século XX, cobrou-se fundamentos empíricos no campo do pensamento social, foi quando se deu o ingresso de médicos e sanitaristas que aventaram novas teses acerca das doenças que acometiam os brasileiros. As ideias desses cientistas eram contrárias à mestiçagem e afirmavam que, as doenças que acometiam os brasileiros, não eram provenientes do cruzamento racial e sim das péssimas condições higiênicas em que se encontravam o país. Essas teses ganharam projeção e visibilidade popular com a adesão de personagens literários Jeca Tatu e Macunaíma.

Foi quando, nos idos de 1920 ensaiou-se o que poderia ser uma modernidade estético-literária, projetada na cidade de São Paulo. Mas, esse movimento não conseguiu reverberar para o resto do país e, o que se viu, foi uma reação regionalista literária a essa modernidade. Um movimento predominantemente nordestino à exceção de *Grande sertão veredas* no Rio Grande do Sul e *Jubiabá*, obra ambientada no contexto do recôncavo baiano e publicada um ano após *Casa grande e senzala*.

A obra *Jubiabá* é emblemática por apresentar um regionalismo litorâneo, desatrelado à temática nordestina e sincrética, com protagonismo negro. Vale lembrar que, a Bahia, que hoje faz parte do Nordeste, teve sua inserção geopolítica na região de modo tardio e controverso. De modo geral, a *intelligentsia* soteropolitana não queria estar vinculada a um cenário de seca, pobreza e miséria, a reversão dessa resistência só se deu nos idos de 1959 e 1960, com a criação da SUDENE e a possibilidade de angariar recursos junto ao Governo Federal.

Mas *Jubiabá* e *Casa grande e senzala* tinham em comum o protagonismo negro, elemento que despertou um novo projeto ideológico de miscigenação e bom convívio inter-racial na nação. Dado ao momento de guerras mundiais, que eram motivadas em parte por conflitos étnico-raciais, as teses defendidas por Gilberto Freyre findaram por alavancaram o Brasil à condição de laboratório racial e o Brasil passou a ser modelo para outros povos, atraindo pesquisadores internacionais, que queriam testar as hipóteses aventadas pelo pensador Pernambucano.

Donaldo Pierson foi um intelectual extremamente impactado pelas ideias freyreanas, a ponto de vir para a Bahia testar tais hipóteses em nível de tese de doutorado. Felte Bezerra e Garcia Moreno, ambos formados na FAMEB/ETB a realizar pesquisas empíricas nas periferias da cidade baiana, estavam pesquisando em 1939, nos terreiros em Laranjeiras, interior de Sergipe. Perceba que, no final da década de 1930, ambos os sergipanos estavam conectados,

pari passu, com uma pauta de projeção, relevância e visibilidade brasileira na esfera internacional.

Dado ao projeto desenvolvimentista brasileiro, entre os idos da década de 30 e 40, o Brasil precisava esquadriñar a geografia e a população do país, de modo a projetar uma modernidade planejada. Mas a carência de pessoas qualificadas para assumir tal papel, levou a uma flexibilidade do campo. Foi quando, Felte Bezerra ingressou nas humanidades por meio da geografia em 1938, associou-se ao IHGSE e em 1941 já discutia e publicava acerca da unidade étnica.

Na década de 40, o professor Bezerra transitou por várias instituições e redes de sociabilidades intelectuais e culminou com sua liderança na ou Subcomissão de Folclore em Sergipe, onde apresentou um trabalho que foi muito bem acolhido. Fruto de uma observação etnográfica em uma festa de xangô ocorrida na praia de Atalaia em Aracaju, a pesquisa de Bezerra atendia a uma agenda do seu momento que utilizava, os terreiros como objeto de pesquisa, para observar por meio do folclore, traço sugerido por Romero no século XIX, o sincretismo religioso e o bom convívio inter-racial. Traços característicos do tipo de pesquisa empreendida naquele momento e que agradava o patrocinador do projeto, afinado com as teses de Gilberto Freyre a pesquisa.

O Xangô de Zeca chamou a atenção de Willems, que se interessou em orientar a Felte Bezerra a aperfeiçoar o artigo e assim publicá-lo na Revista *Sociologia* da ELSP. Desse contato decorreu uma intensa troca de correspondências que findaram com orientação e publicação de *Etnias Sergipanas* (1950), considerado referência bibliografia do pesquisador sergipano.

A obra seguiu o molde do que vinha sendo debatido pela ciência de seu tempo, recorrendo ao passado, mapeando a distribuição e povoamento territorial de cada grupo étnico, sua fixação no espaço e ocupação produtiva. *Etnias Sergipanas* toma Sergipe como objeto busca entender o Brasil. Ele é um livro que busca nossas origens étnicas no passado, com o objetivo de compreender o presente a fim de planejar um futuro e segue o curso do culturalismo procurando investigar as contribuições e trocas culturais entre branco, negro e índios, de forma harmoniosa sem se preocupar com conflitos, nem com análises particularistas.

Ao ler o livro, percebemos que suas teses centrais já vinham sendo debatidas e discutidas em textos publicados pelo professor Bezerra nos idos de 40, onde ele discorria sobre limites territoriais, unidade étnica e outros temas. Apesar da maturação de suas ideias, essa demora para sua produção resultou na crítica observada pelo professor Nogueira que, percebeu a sintonia entre o livro e a geração formada por Pierson, Bastide, Willems, que foram impactadas pelas ideias harmoniosas culturalistas de Freyre.

O intelectual paulista recebeu os exemplares destinados a Willems, que havia regressado para os Estados Unidos. Ele parabenizou Bezerra por sua capacidade metodológica, mas alertou para os novos tempos sociais, dado à modernidade, urbanização e industrialização das cidades e lamentou a defasagem de como o tema foi abordado pelo autor de *Etnias* de maneira harmoniosa, pacífica, negligenciando o conflito social.

Apesar da crítica do professor Nogueira, pensador atrelado a uma nova geração de intelectuais, entre os quais, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro e Antonio Candido, todos eles vinculados a uma militância política, em linhas gerais, *Etnias* foi um livro bem recebido pela *intelligentsia* do seu tempo. Ele foi orientado e prefaciado pelo sociólogo alemão Emilio Willems, contou com elogios advindo de Pierson, Bastide e Cascudo, entre outros. A obra o serviu como carta-convite para seu acesso à FAFI, onde atuou como professor até a sua transferência para o Rio de Janeiro.

O professor Bezerra viveu tempos áureos na primeira fase de seu itinerário, até os idos de 1955. Mas, a virada no cenário político nacional e local, com a chegada ao poder de um grupo político oposicionista e, às inúmeras atribuições por ele assumidas, dificultaram que esse mantivesse sua rede de contatos intelectuais. Foi quando, em 1960, aos 50 anos de idade, o professor Felte Bezerra decidiu transferir-se para o Rio de Janeiro.

Nessa cidade, com um campo das ciências sociais já consolidado, ele viveu tempos de ostracismo e anonimato intelectual por 12 anos. Foi quando decidiu retomar suas produções bibliográficas, de modo autônomo, dedicando-se a elaborar grandes manuais antropológicos, discutir limites no estruturalismo, estabelecendo diálogos com o marxismo e, até mesmo, um livro inédito sobre o governo Gorbachev.

A presente “Felte Bezerra: um odontólogo no contexto de recepção das ciências sociais no Brasil” ficou assim denominado por dois motivos: pela fragilidade de um campo que, diante da carência de intelectuais qualificados se viu forçado a admitir pessoas oriundas de outras formações, admitindo o trânsito entre diferentes áreas do saber. Como também pela perspicácia do professor Bezerra, intelectual ao qual tomamos por empréstimo para discutir como se deu o trânsito desses intelectuais pela geografia, história, antropologia, educação, folclore etc.

Bezerra foi percebido e debatido pelo seu contexto ideológico-metodológico, por sua colaboração ao debate da nordestinização, refletindo sobre limites territoriais, migrações e etnias, mas fundamentalmente por sua atuação institucional na CSF, IHGSE, ASL, FAFI. Pesquisado pelo seu itinerário formativo, destacamos suas heranças intelectuais, advinda de uma família de educadores, seus professores escolares e maiores influenciadores como seu pai, Abdias Bezerra e os professores Zezinho e Artur Fortes, nome consagrado na ortodoxia

intelectual sergipana nos idos de 1940. Percebemos, também, que a sua graduação na FAMAB/ETB foi fundamental para que o mesmo incorporasse a pesquisa empírica como elemento característico de seus trabalhos, elemento que lhe rendeu visibilidade dada à necessidade de comprovação empírica das teses raciais aventadas por Gilberto Freyre, no final da década de 30 e início de 40, quando Bezerra pesquisava pelos terreiros de Laranjeiras (1939).

Vimos que o intelectual sergipano que ocupava uma posição heterodoxa no início da década de 40, consolida uma rede de sociabilidades intelectuais que irão fortalecer e dar sustentabilidade às suas ideias. No final dessa década ele chega à ortodoxia, lidera a CSF e apresenta um trabalho que goza de boa receptividade. Bezerra era um intelectual perspicaz, antenado com seus pares e sua rede de sociabilidades, ele apresentou um trabalho associado com o evento e seu patrocinador.

O texto “O Xangô de Zeca” estava em sintonia com as teses raciais sugeridas por Freyre e demonstravam o bom convívio inter-racial que interessava a UNESCO. E assim o professor Bezerra conseguiu projeção e visibilidade nacional, lançou o livro *Etnias sergipanas*, conseguindo ingressar na FAFI. Em meados de 1950, ele assumiu diversas atribuições administrativas, faltou-lhes tempo para manter sua rede de contatos intelectuais e pesquisa em dias, prova disso é que, mesmo nessa primeira fase, o único livro lançado pós *Etnias* foi *Investigações Histórico-Geográficas de Sergipe* (1952) uma coletânea de textos já publicados nos idos de 40. Em 1960, já com 50 anos de idade, ele se transferiu para o Rio de Janeiro, experimentou uma década de hiato intelectual e voltou a publicar um livro inédito em 1972, inaugurando uma nova fase editorial em sua vida.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Antônio Carlos Souza de. **Ciência, educação e sociedade**: o caso do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) e da Fundação Brasileira de Ensino de Ciências (FUNBEC). 2008. Tese (Doutorado apresentado ao curso de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz). Rio de Janeiro, Fiocruz, 2008.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz “O Nordeste é uma invenção das elites agrárias”. In: **Revista IHU on-line** (Instituto Humanitas Unisinos). Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/573122-o-nordeste-e-uma-invencao-das-elites-agrarias>. Publicado em 2017. Acesso em: 24 de março de 2022.

ALBUQUERQUE J.R., Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009.

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALONSO, Gustavo; VISCONTI, Eduardo. Dominginhos e a “invenção” do Nordeste cosmopolita. **Revistas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF** v. 13 n. 2 dez. 2018, p. 198-209.

ANDRADE, Manoel Correia de: **Geografia**: Ciência da sociedade. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

ARRUDA, Maria Arminda. A trajetória da pesquisa na sociologia. In: **Estudos Avançados**, 8 (22), 1994. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9715>. Acesso em: 21 de Junho. p. 315-324.

AUDRÁ, Artur. Francisco Macedo. In: **A bancada do PTB no Congresso Nacional**. Rio de Janeiro : Imp. Nacional, Comissão Executiva do PTB, seção São Paulo, 1952. 125p.

AZEVEDO, Crislane. Graccho Cardoso, Abdias Bezerra, José de Alencar Cardoso e o movimento renovador na educação escolar sergipana na década de 1920. In: **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, nº 53, p. 92-114, out. 2013.

BARBOSA, Ivan Fontes Barbosa. Lugares de Silvio Romero na sociologia brasileira. In: **Revista TOMO**. São Cristóvão, Sergipe: jan./jun. 2018. p. 41-70, n. 32.
BARBOSA, Ivan Fontes. **A Escola do Recife e a sociologia no Brasil**. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2010.

BARBOSA, Ivan Fontes. Considerações sobre as dimensões políticas do conhecimento em Karl Mannheim. In: **Revista Latitude**. Maceió: EdUFAL: 2019, V.13, n.1.

BARBOSA, Ivan Fontes. **Contribuições de Randall Collins à Sociologia do Conhecimento**. In: XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 20 a 23 de Julho de 2015, Porto Alegre, RS: 2015.

BARBOSA, Ivan Fontes. Lugares de Silvio Romero na Sociologia Brasileira. In: **Revista TOMO**, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, n. 32, p. 41-70, jan./jun. 2018.

BARRETO, Luiz Antônio Palácio-Museu Olímpio Campos recebe doação da família de Arnaldo Garcez. Jan. 2011. Disponível em: <https://www.se.gov.br/noticias/Governo/palacio-museu-olimpio-campos-recebe-doacao-da-familia-de-arnaldo-garcez>. Acesso em: 15/02/2021.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. Os padres de D. José: Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1933). **Revista Educação em questão**, v.21(7), p.136-160, 2004.

BARRETO, Tobias. **Estudos de Direito**. Campinas: Bookseller, 2000, p. 19.

BASTOS, Elide. Florestan Fernandes. **SBS Memória Retratos** [recurso eletrônico]: sociólogos e sociólogas brasileiras. LIMA, Jacob Carlos; BOMENY, Helena (organização); equipe: Ana Luiza Sallas [et. al.]. – 1. ed. – Florianópolis: Tribo da Ilha, 2021. p. 51-53.

BASTOS, Elide. Gilberto Freyre: Casa-Grande e Senzala. In: MOTA, Lourenço (org.). **Introdução ao Brasil**: um banquete no trópico. 4. ed. São Paulo: Senac, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Legisladores e intérpretes**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BERGER, Peter; THOMAS, Luckmann. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

BEZERRA, Felte. Ação e efeitos do período Nassoviano em Sergipe Colonial. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju: n. 22, 1959, p. 5-12.

BEZERRA, Felte. A doutrina possibilista em Geografia Humana. In: **Revista do instituto histórico e geográfico de Sergipe**. Sergipe: nº 16, 1942. p. 15-19.

BEZERRA, Felte. **África Subsaariana**: ontem e hoje. Recife: Avelar, 1988.

BEZERRA, Felte. **Análise Antropológica**: Estudo Teórico. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

BEZERRA, Felte. **Antropologia Sociocultural**. Brasília: Coordenada, 1972.

BEZERRA, Felte. **Aspectos Antropológicos do Simbolismo**. Rio de Janeiro: Medeiros, 1983.

BEZERRA, Felte. As origens do rio Real. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Sergipe: nº 19, 1948. p. 72-80.

BEZERRA, Felte. Conceituação de Geografia Humana. *In*: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju: nº 21, 1955. p. 20-25.

BEZERRA, Felte. **Da Terra**. Tese para concurso. Aracaju: Ávila, Aracaju, 1938;

BEZERRA, Felte. **Etnias sergipanas**. 2. Ed. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1984.

BEZERRA, Felte. Fronteiras. *In*: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Sergipe: nº 17, 1943.p. 95-102.

BEZERRA, Felte. **Investigações Histórico-Geográficas de Sergipe**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1952. Coleção Rex.

BEZERRA, Felte. Lambe-sujo. *In*: CASCUDO, Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 10. Ed. Rio De Janeiro: Ediouro / Terra Brasilis, 1998. p. 502-503.

BEZERRA, Felte. **Marxismos e a era Gorbachev**. Inédito. 1988.

BEZERRA, Felte. **Notícias sobre minha vida**: anotações autobiográficas. Rio de Janeiro: Manuscrito de propriedade particular. Fotocópia digital do MUHSE-UFS (hoje no BICEN/UFS). 1988.

BEZERRA, Felte. **Problemas de Antropologia**: do estruturalismo de Lévi-Strauss. Rio de Janeiro: Ouvidor, 1976.

BEZERRA, Felte. Um xangô de Aracaju. *In*: **Sociologia**, vol. X, nº 4: 1948. p. 266-271.

BEZERRA, Felte. Xangó de Zeca. *In*: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju: 1960, n. 25, p. 72-84.

BEZERRA, Rafael Santana. **A República dos incapazes**: Nina Rodrigues e a situação legal dos loucos no Direito Civil brasileiro (1899-1916). 2017. Dissertação (Mestrado em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco). Recife, 2017.

BIBLIOTECA Virtual do Pensamento Social. Guerreiro Ramos. Disponível em: <https://bvps.fiocruz.br/vhl/interpretes/guerreiro-ramos/>. Acesso em: 02 de ago de 2021.

BORGES, Dain. “Inchado, feio, preguiçoso e inerte”: a degeneração no pensamento social brasileiro: 1880-1940. **Teoria & Pesquisa**, n.47, Julho/Dez. 2005.

BORTOLI, Luiza Venzke; GALLON, Shalimar. A repercussão da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim no Brasil: uma análise da presença do autor no país e nos estudos de administração. *In: Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*. (RECADM), v.14, n.3, p.166-181, Set./Dez. 2015.

BOURDIEU, Pierre. Sistema de ensino e sistema de pensamento. *In: A economia das trocas simbólicas*. 6. Ed. São Paulo: Perspectiva, Coleção de estudos. n. 20, 2005.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2 ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

BRANDÃO, Téo. Quilombo. *In: CASCUDO, Câmara. Dicionário do folclore brasileiro*. 10. Ed. Rio De Janeiro: Ediouro / Terra Brasilis, 1998. p. 759.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Musealização da arqueologia: caminhos percorridos. *In: Revista de arqueologia*. In: Volume 26 n°. 2, 2013/ Volume 27 n°.1 2014.

CANDIDO, Antonio. A sociologia no Brasil. *In: Enciclopédia Delta Larousse*. Rio de Janeiro. Delta S/A. [1959] (2006 a). pág. 2216 - 2232.

CANDIDO, Antonio. Crítica e sociologia. *In: Literatura e Sociedade*. 9 ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006b.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. *In: A Escrita da História*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982, p. 65-106.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

COHEN, Ira. Teoria da estruturação e práxis social. *In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. (Orgs.). Teoria social hoje*. São Paulo: UNESP, 1999. p. 393- 446. Biblioteca básica. 1999.

A SOCIOLOGIA de Weber. Produzido por Gabriel Cohn. Publicado pelo Canal Café Filosófico. 2003. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qU_zUBTsILQ. Acesso em: 16 de julho de 2021.

COLLINS, Randall. **Interaction ritual chains**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

CONSORTE, Josildeth Gomes. Recordações de um aprendizado antropológico *In: Projeto UNESCO no Brasil: textos críticos*. PEREIRA, Cláudio Luiz; SANSONE, Livio (organização). Salvador: EDUFBA, 2007. p. 81-93.

CRUZ, José Vieira da. Deslocar-se não era mais preciso: os estudantes e a efetivação do ensino superior em Sergipe, 1948-1961. **VI COLÓQUIO INTERNACIONAL: “EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE”**. Eixo temático 13: Ensino Superior no Brasil. São Cristóvão - SE, 20 - 22 de set. de 2012.

CORREIO da Unesco chega aos 70 anos! Uma leitura inspiradora. Disponível em: <https://pt.unesco.org/courier/janeiro-marco-2018/o-correio-da-unesco-chega-aos-70-anos-uma-leitura-inspiradora>. Acesso em: 23 de julho de 2020.

CRUZ, Marcia Terezinha Jerônimo Oliveira. Intelectuais e docência: professores fundadores da Faculdade de Direito de Sergipe (1950). *In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH): CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL*. Natal, RN, Julho de 2013.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia Social. Petrópolis: Vozes: 1981.

DANTAS, Beatriz Gois. **Entrevista concedida a Fábio Silva Souza**. Aracaju, 13 de fevereiro de 2020.

DANTAS, Beatriz. **Carta a Fábio**: considerações e correções de apresentações de 2019 e mesmo da entrevista concedida ao autor de 2022. Documento via e-mail outubro de 2022.

DANTAS, Beatriz Góis. Felte Bezerra: Um homem fascinado pela Antropologia. *In: Tomo: Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe*. Ano 1, n. 1, junho de 1998, p. 31-45.

DANTAS, Beatriz Góis; NUNES, Verônica M. M. (orgs.) **Destinatário**: Felte Bezerra: Cartas a um antropólogo sergipano (1947-59) e (1973-85). São Cristóvão: Editora UFS, 2009.p. 297.

DANTAS, Beatriz Góis. Apresentação. *In: Investigações histórico-geográficas de Sergipe*. 2. ed. Aracaju: IHGSE, 2017. p. 05-10. Coleção Biblioteca Casa de Sergipe. 2012.

DANTAS, Ibarê. **Entrevista concedida a Fábio Silva Souza**. Aracaju, 13 de fevereiro de 2020.

DANTAS, Ibarê. **História da Casa de Sergipe**: os 100 anos do IHGSE 1912-2012. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2012. Coleção Biblioteca Casa de Sergipe, 15.

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe**: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DIAS, Maria Odila (org.). **Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo, Ática, 1985.

DOMINGUES, Petrônio. Guerra de Xangô: ritual, perseguição e conflito na formação do campo religioso afro-sergipano. *In: Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 39(1): p. 120-146, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0100-85872019v39n1cap06>. Acessado em: 29/08/2019.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ELIAS, Norbert. Sociologia do conhecimento: novas perspectivas. *In: Revista Sociedade e Estado*. Brasília: p. 515-554, set./dez. 2008. v. 23, n. 3.

FAILLACE, Vera Lúcia Miranda. **Arquivos Arthur Ramos**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1-35, 23, 712, 2004.

FARGANES, James. **Leituras em teoria social**: da tradição clássica ao pós-modernismo. 7. ed. Porto Alegre AMGH. 2016.

FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário**: 1920–1940. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, ed. 2001. Coleção Descobrindo o Brasil.

FERNANDES, Florestan. **A Sociologia no Brasil**: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1976.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1977.

FLORES, Maria Bernardete Ramos; MELO, Sabrina Fernandes. A libertação de Cam: discriminar para igualar - sobre a questão racial brasileira. *In: RORIGUES, Cristina Carneiro; LUCA, Tania Regina de; GUIMARÃES, Valéria (Org.): Identidades brasileiras*: composições e recomposições. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 31-86, 2014.

FONTANA, Felipe. A Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim aplicada ao Pensamento Político e Social Brasileiro. *In: CÊPEDA, Vera Alves; MAZUCATO, Thiago; FONTANA, Felipe. (orgs.). Interfaces da Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim*. São Carlos: UFSCar, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e histórias dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 22 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe: 1575-1855**. Rio de Janeiro: Typografia Perseverança, 1891. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221700> Acesso em: 17/04/2020.

FREIRE, Lucicleide Nunes; OLIVEIRA, Maria Conceição Aragão; MARTINS, Sandra Ribeiro Alves. **Uma breve história do intelectual sergipano: Felte Bezerra e seus artigos jornalísticos (1959-1988)**. 2009. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Tiradentes para a Graduação em licenciatura em História). Aracaju, 2009.

FREITAS, Itamar. **A “Casa de Sergipe”**: historiografia e identidade na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1913-1999). 2000. Dissertação (Mestrado em História Social no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro, 2000.

FREITAS, Itamar. **A escrita da História na “Casa de Sergipe”**: 1913/1999. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002. Coleção Nordestina.

FREITAS, Itamar. O sergipanismo de Prado Sampaio. **A Semana em Foco**, Aracaju, p. 6B-6B, 05 out. 2003. Disponível em: <http://itamarfo.blogspot.com/2003/10/o-sergipanismo-de-prado-sampaio.html>. Acesso em: 10/01/2022.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. São Paulo: Global, 2013.

GHIRALDELLI JR. Paulo. **Neopragmatismo, escola de Frankfurt e Marxismo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

GODOY, João Miguel Teixeira de. Formas e problemas da historiografia brasileira. *In: História Unisinos*, Vol. 13, Nº 1, janeiro/abril de 2009.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 18. Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. O Projeto UNESCO na Bahia. *In: PEREIRA, Cláudio Luiz; SANSONE, Livio (Orgs.). Projeto UNESCO no Brasil: Textos críticos*. Salvador: EDUFBA, p. 25-37, 2007.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. *In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. et. al. (orgs.). Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

GUIMARÃES, Rafael Estevão Marão. **A Escola de Chicago e a Sociologia no Brasil: A passagem de Donald Pierson pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.** 2011. Dissertação (Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”) UNESP, Araraquara, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 16 ed. edição. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1983 (Coleção Documentos Brasileiros).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo/Rio de Janeiro. Record, 2000. Vol. 3.

IGLÉSIAS, Francisco. Introdução: um historiador revolucionário. *In: Caio Prado Júnior: história.* São Paulo: Ática, 1982, p. 7-44.

INTÉRPRETES do Brasil: O Folclore em questão: Câmara Cascudo. Balanço do Século XX, Paradigmas do Século XXI. Produzido por Espaço Cultural CPFL. Apresentado por Gilberto Felisberto Vasconcellos. 2003. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YnWfLjtmB8Y&t=1622s>. Acesso em: 07/04/2021.

JACKSON, Luiz Carlos. Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969). *In: Tempo Social: Revista de sociologia da USP.* São Paulo, v. 19, n. 1. p. 115-130, 2007.

JAMES, Williams. **Pós-estruturalismo.** Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

JOAS, Hans; KNÖBL, Wolfgang. **Teoria social: vinte lições.** Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

JOSÉ CALASANS/Memória e reconhecimento. Produzido por Luitgarde Barros e publicado pelo canal Tv UFS. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eTEYcmBFpx4>. Acesso em: 13 de julho de 2021.

KANT, Imanuel. **Crítica da Razão Pura.** (livro digitalizado em versão eletrônica) Disponível em: <http://br.egroups.com/group/acropolis/>. Acesso em: 10/03/2018.

KOSMINSKY, Ethel; LÉPINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda (org.). **Gilberto Freyre em quatro tempos.** Bauru, SP: EDUSC. 2003. Coleção Ciências Sociais.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia.** 6 ed. São Paulo: Ed Unesp, 2002.

LIEDKE FILHO, Enno. A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. *In: Sociologias,* Porto Alegre, ano 7, nº 14, jul/dez 2005, p. 376-437, jul/dez 2005.

LIMA, Jacob Carlos; CORTES, Soraya Maria Vargas. A sociologia no Brasil e a interdisciplinaridade nas ciências sociais. *In: Revista Civitas: Dossiê: Disciplinas e profissões em debate*. Porto Alegre, v. 13 n. 3 p. 416-435, set./dez. 2013.

LIMA, Lamartine. Nina Rodrigues e a história da psiquiatria na Bahia. *In: Gazeta Médica da Bahia*. Salvador, n. 78, Vol. 1. p. 76-80, Jan-Jun. 2008.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúde, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. *In: Ciência e Saúde Coletiva*. 5 (2), Rio de Janeiro, 2000.

LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. *In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.-abr. 2011.

LIMA, Tania Andrade. **Humores e odores**: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro. História, Ciências, Manguinhos, II (3). p. 44-96, nov.1995- fev. 1996.

LOPEZ, Luiz Robert. **Cultura brasileira**: de 1808 ao pré-modernismo. 2.ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1995. Série síntese universitária; 12.

MACHADO, Manoel Cabral. **Brava gente sergipana e outros bravos**. UFS: Aracaju/SE, 1998.

MAIO, Marcos Chor. Medicina de Nina Rodrigues: Análise de uma Trajetória Científica. *In: Caderno Saúde Pública*. Rio de Janeiro. 1995. 11 (2): Abr./Jun. p. 226-237.

MAIO, Marcos Chor. Modernidade e racismo: Costa Pinto e o projeto Unesco de relações raciais. *In: PEREIRA, Cláudio Luiz; SANSONE, Livio (Orgs.). Projeto UNESCO no Brasil: Textos críticos*. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 11-24.

MAIO, Marcos Chor. O racismo no microscópio: Oracy Nogueira e o projeto UNESCO. *In: Revista E.I.A.L.* Revista da Fundação Oswaldo Cruz. Volume 19, número 1, 2008.

MAIO, Marcos Chor. O Contraponto Paulista: Florestan Fernandes, Oracy Nogueira e o Projeto Unesco de relações raciais. *In: Antíteses*. vol. 7, núm. 13, Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2014. pp. 10-39.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, Coleção os Pensadores, 1978.

MANNHEIM, Karl. **Essays on the sociology of knowledge**. London: Routledge e Kegan Paul LTD, 1964.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia da Cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MAZA, Fábio. Escola Livro de Sociologia e Política de São Paulo e a elite industrial paulista. *In: Revista do mestrado em Educação*. UFS: São Cristóvão, 2003. V.7, p. 67-78 Jul – Dez 2003.

MELO, Luís Gonzaga de. **Antropologia cultural**: iniciação, teoria e temas. Petrópolis, Vozes, 1987. 528p.

MICELI, Sergio. Por uma sociologia das Ciências Sociais. *In: MICELI, Sergio (Org).* **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Ed. Sumaré, 2001, Vol. 1. p. 11–28.

MORAES, Antonio Carlos Robert. (Org.). FERNANDES, Florestan (Coord.). **Friedrich Ratzel**: Geografia. São Paulo: Ática, 1990. Grandes Cientistas Sociais, 59.

MORENO, Jean Carlos. Revisitando o conceito de identidade nacional. *In: RORIGUES, Cristina Carneiro; LUCA, Tania Regina de; GUIMARÃES, Valéria (Org.).* **Identidades brasileiras**: composições e recomposições. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 07-30. Desafios contemporâneos.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. O Imperial Instituto Sergipano de Agricultura e a ideologia do Progresso. *In: Sergipe Del Rey*: população, economia e sociedade. Aracaju/SE: Fundesc, 1986. p. 151-187.

MOTTA, Roberto. Gilberto Freyre, René Ribeiro e o Projeto UNESCO. *In: PEREIRA, Cláudio Luiz; SANSONE, Livio (Orgs.).* **Projeto UNESCO no Brasil**: Textos críticos. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 38-62.

NÁDIA, Maria Dourado Rocha; TRANQUILLI, Alessandra Graciosa; LEPIKSON, Bianca Becker. A Faculdade de Medicina da Bahia no Século XIX: A Preocupação com Aspectos de Saúde Mental. *In: NÁDIA, Maria Dourado Rocha, et. al.* **Gazeta Médica da Bahia**. 2004. N° 74 Vol. 2: Jul-Dez. p. 103-126.

NASCIMENTO, Gilvan Felix. **Análise historiográfica da obra**: etnias sergipanas. 2015. TCC (Monografia apresentada para a Graduação do curso de História da Universidade Federal de Sergipe). São Cristóvão: 2015.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Memórias do aprendizado**: 80 anos de ensino agrícola em Sergipe. Maceió/AL: Edições Catavento, 2004.

NASCIMENTO, José Anderson. **Perfis acadêmicos**. Academia Sergipana de Letras (ASL) / Editora do Diário oficial de Sergipe (EDISE). Aracaju, SE, 2018.

NASCIMENTO, Vitor Wladimir Cerqueira. A microfísica da história: Nietzsche, Foucault, e a historiografia. In: *ANAIS DA VII SEMANA DE HISTÓRIA*. 26 a 30 de janeiro de 2004: a historiografia de Maria Thetis Nunes. UFS / CECH, Dp de História. São Cristóvão – SE. p. 196-202.

NIETZSCHE, Friedrich. **Nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo**, São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NOGUEIRA, Oracy. A Propósito de *Etnias Sergipanas*, de Felte Bezerra: comentário. In: **Sociologia**. São Paulo, XII (4) p. 323-328, 1950.

NOGUEIRA, Oracy. In: DANTAS, Beatriz, NUNES, Verônica (org.) **Destinatário**: Felte Bezerra. Cartas a um antropólogo sergipano 1947-59 e 1973-85. São Cristóvão – SE. EdUFS: 2009. p. 175-176.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. In: **Tempo Social**: revista de sociologia da USP. São Paulo: nov. 2006. v. 19, n. 1. p. 287-308.

O CORREIO da UNESCO chega aos 70 anos! Uma leitura inspiradora. Disponível em: <https://pt.unesco.org/courier/janeiro-marco-2018/o-correio-da-unesco-chega-aos-70-anos-uma-leitura-inspiradora>. Acesso em: 23 de julho de 2020.

ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

OLIVEIRA, Danielle Naves de. **Poros ou as passagens da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2016. Coleção Filosofia e Comunicação.

OLIVEIRA, João Paulo Gama. **Caminhos cruzados**: itinerários de pioneiros professores do ensino superior em Sergipe (1915-1954). 2015. 319 p. Tese (Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe) São Cristóvão, 2015.

OLIVEIRA, João Paulo Gama; ALVES, Eva Maria Siqueira. Itinerários do Aluno Felte Bezerra entre Sergipe e Bahia na primeira metade do século XX. In: **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 19, n. 39, p. 216-242, jan./abr. 2018.

OLIVEIRA, João Paulo Gama; OLIVEIRA, Roselusia Teresa de Moraes. Arthur Fortes: o professor e “poeta da rosa vermelha”. In: CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da; SOUZA, Josefa Eliana; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de (Orgs.). **Entre trajetórias e**

disciplinas. Jundiaí – SP: Paco Editorial, 2020. Disponível em: <https://books.google.com.br/books>. Acesso em: 22 de dezembro de 2020.

OLIVEIRA, João Paulo. **Disciplinas, docentes e conteúdos:** itinerários da História na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1951 – 1962). 2011. Dissertação (Mestrado do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe). São Cristóvão, 2011.

OLIVEIRA, Márcio de. A sociologia da imigração no Brasil entre as décadas de 1940 e 1970. *In: Sociologias*. Porto Alegre, ano 20, n. 49, set-dez 2018, p. 198-228.

OLIVEIRA, Nayara Alves de. **A inserção de acadêmicos e licenciados do curso de pedagogia da Universidade Federal de Sergipe no campo educacional sergipano (1968-1978).** 2017. Tese (Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe). São Cristóvão, 2017.

O MITO da Raça em busca da pureza. Produzido pelo Café Filosófico. Apresentação de Demetrio Magnoli. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PW36dGnLbfw>. Acesso em: 02/09/2021.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira:** cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 2001.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional.** 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** 5 ed., 9ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PAIS, José Machado. **Vida cotidiana:** enigmas e revelações. São Paulo: Cortez, 2003.

PAIXÃO, Marcelo. **A lenda da modernidade encantada:** por uma crítica ao pensamento social brasileiro sobre relações raciais e projeto de Estado-nação. Editora CRV, Curitiba: 2014.

PEIXOTO, Fernanda Arêas. Franceses e norte-americanos nas Ciências Sociais brasileiras. *In: MICELI, Sérgio (org). História das ciências sociais no Brasil.* São Paulo: Ed. Sumaré, 2001, p. 477-532. Vol. 1.

PEIXOTO, Fernanda; SIMÕES, J. A Revista de Antropologia e as ciências sociais em São Paulo: notas sobre uma cena e alguns debates *In: Revista de Antropologia.* São Paulo. USP, 2003, V. 46 N° 2.

PEREIRA, Amanda de Matos. **Sobre artes, cultura, ciência e educação**: textos jornalísticos de Felte Bezerra. 2016. TCC (Monografia apresentada à Graduação em Licenciatura em História da Universidade Federal de Sergipe). São Cristóvão, 2016.

PINHEIRO, Diego Menezes. Documento 5: Críticas ao Governador Leandro Maciel, de Sergipe. Responde discurso proferido pelo deputado Seixas Dória sobre a política atual. Sala das sessões, 01 de abril de 1956. *In: Os discursos do deputado Airton Teles na câmara federal (1955 a 1960)*. 2017. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Graduação em Licenciatura em História da Universidade Federal de Sergipe). São Cristóvão, 2017.

PIVA, Luiz Guilherme. **Ladrihadores e semeadores**: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940). São Paulo: Ed. 34, 2000.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo** (Colônia). 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro; Nova Aguilar. 2002.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Cartilha brasileira de aprendiz de sociólogo. *In: Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Andes Ltda. 1996 [1958].

RAMOS, Alberto Guerreiro. Prefácio. *In: As Coletividades Anormais*. RODRIGUES, Nina. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006. Edições do Senado Federal. p. 9-24.

RELIGIOSIDADE, Racionalização e Desencantamento. Produzido por Balanço da Contemporaneidade. Apresentado por Antonio Flávio PIERUCCI. 2004. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F9eR1Awny-U&t=27s>. Acesso em: 05 de outubro de 2021.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

ROCHA, José Manuel. **Ética jurídica**: para uma filosofia ética do direito. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

RODRIGUES, Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011, 95p. disponível em SciELO Books <http://books.scielo.org>. Acesso em: 12 de set de 2021.

ROMERO, Sílvio. Introdução à história da literatura brasileira. *In: Literatura, história e crítica*. Rio de Janeiro: Imago. São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe [1882] 2002.

ROSI, Bruno Gonçalves. **Squaremas, Luzias, o Brasil e os Estados Unidos**. Rio de Janeiro: 2016. Tese (Doutorado apresentado ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://www.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2017/06/Tese_Bruno-Gon%C3%A7alves-Rosi.pdf. Acessado em 12/02/2021.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. Felte Bezerra e a historiografia sergipana. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju: IHGSE, 2009. p. 259- 272. V. 39.

SALES, Tatiana Silva. **Intelectuais e "folclore" em Sergipe**: um estudo sobre a comissão sergipana de folclore (1948-1976). Dissertação (Mestrado apresentado ao Programa de pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe). São Cristóvão, 2018.

SANTOS, Mesalas Ferreira. **Etnografia dos folguedos folclóricos em laranjeiras**: narrativas, performance e experiências nos circuitos da cultura popular. 2016. Tese (Doutorado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro) Rio de Janeiro, 2016.

SANTOS, Vera Maria dos. **A geografia e os seus livros didáticos sobre Sergipe**: do século XIX ao XX. 2004. Dissertação (Mestrado apresentado ao Núcleo de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe). São Cristóvão, 2004.

SCHELLING, Vivian. **A presença do povo na cultura brasileira**: ensaio sobre o pensamento de Mario de Andrade e Paulo Freire. Campinas – SP: Ed Unicamp, 1991.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. **Sílvio Romero, hermenêuta do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

SCHWANITZ, Dietrich. **Cultura geral**: tudo o que se deve saber. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

SCHWARCZ, Lília Katri Moritz. NINA, Rodrigues. O animismo fetichista dos negros baianos. In: MAGGIE, Yvonne; FRY, Peter (Orgs.). **Revista de Antropologia**. Rio de Janeiro: UFRJ/Biblioteca Nacional, São Paulo, USP, 2007, V. 50, Nº 2, 2006.

SCHWARCZ, Lília Katri Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVERO, Ricardo Gonçalves. Sociologia do conhecimento e o método documentário: instrumento qualitativo para análise sociológica. In: **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v.48, n. 1, p.304-317, jan./jul., 2017.

SILVA, Anna Karla de Melo e. **Felte Bezerra**: um quartel de atividades lítero-científicas. 2014. Dissertação (Mestrado apresentado ao núcleo de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe). São Cristóvão, 2014.

SILVA, Eugênia Andrade Vieira da. **A formação intelectual da elite sergipana (1822-1889)**. 2004. Dissertação (Mestrado apresentado ao núcleo de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe). São Cristóvão, 2004.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2.ed., Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003, p. 231-269.

SIRINELLI, Jean-François. Le hazard ou la nécessité? Une histoire en chantier: l'histoire des intellectuels. Vingtième siècle. **Revue d'Histoire**, Paris: Sciences Po University Press, n. 9, p. 97-108, jan.-mar. 1986. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3768995>. Acesso em: 21/11/2019.

SOARES, Geraldo Antônio. Gilberto Freyre, historiador da cultura. In: **Revista Afro-Ásia**: Salvador, UFBA. N.27. p. 223-248, 2002.

SOUZA, Fábio Silva. **Arqueologia do cotidiano**: um *flâneur* em São Cristóvão – Sergipe. Dissertação de mestrado apresentada ao NPGEIO / UFS. São Cristóvão – SE, 2004.

SOUZA, Fábio Silva. **Reestruturação produtiva, Globalização e Novos Horizontes Trabalhistas**. Leituras sociológicas contemporâneas: contribuições do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/ PPGS/UFS/Marcelo Alario Ennes (org.). São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2020. 113 p.

SOUZA, Jean Costa. **O culto à tradição de nossa gente**: A fabricação do folclore sergipano em exposições museológicas (1948-1976). 2019. Dissertação (Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Culturas Populares da Universidade Federal de Sergipe). São Cristóvão: 2019.

SOUZA, Josefa Eliana, SANTOS, Patrícia Francisca de Matos; LIMA, Ana Paula Soares. Universidade Federal de Sergipe: de faculdades isoladas a expansão (1948 - 2008). **VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**: Invenção, tradição e escritas da história da educação no Brasil. Eixo: História das Instituições e Práticas Educativas. Vitória – ES, 16 a 19 de maio, 2011.

TAVARES-NETO, José. Editor da Gazeta Médica da Bahia / Diretor da Faculdade de Medicina da Bahia (FMB). Universidade Federal da Bahia (UFBA). Agosto de 1855, ano 17, nº 02. Disponível em: <http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/index> . Acesso em: 12/04/2021.

TOLENTINO, Thiago Lenine Tito. Pensamento Social Brasileiro em perspectiva: história, teoria e crítica. In: **História e Historiografia**. v. 12, n. 31, p. 338-379, set.-dez 2019.

VELOSO, Mariza. Gilberto Freyre: Uma Leitura Crítica. In. VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica; ROUANET; Sérgio Paulo, *et.al.* **Caderno do IPRI**. Temas de Atualidade Brasileira II. Ciclo de Palestras proferidas no Curso “Leituras Brasileiras”, no Instituto Rio Branco. Nº 15. Fundação Alexandre de Gusmão/IPRI, Financiadora de Estudos e Projetos Brasília, novembro/1994.

VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. **Leituras brasileiras**: itinerários no pensamento social e na literatura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

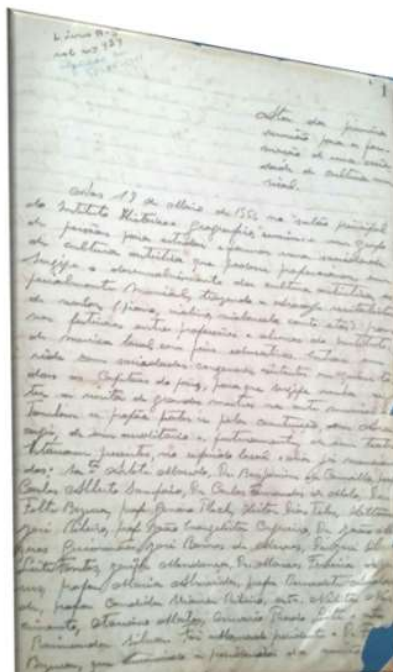
VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelligentsia e intelectuais sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. In: **Revista brasileira de história da educação**. nº 16 jan./abr. 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/F%C3%A1bio/Downloads/38588-Texto%20do%20artigo-171408-1-10-20170802.pdf>. Acesso em: 25/06/2020.

WILLEMS, Emilio. Prefácio. In: BEZERRA, Felte. **Etnias Sergipanas**. 2. Ed. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1984.

WOODWARD, Ashley. **Nietzscheismo, naturalismo e ciência**. Petrópolis, RJ: Vozes, Série Pensamento Moderno.

ANEXOS

ATA DE FUNDAÇÃO



DESTAQUES

"proporcionar em Sergipe o desenvolvimento da cultura artística, especialmente na área musical, trazendo a Aracaju recitalistas de valor (piano, violino, violoncelo) promover festivais entre professores e alunos do instituto de música local com fins educativos..."

"entrar em rede com sociedades congêneres existentes em quase todas as capitais do país, para que Sergipe venha a ter a visita de grandes mestres na musica..."

"construção em Aracaju de um auditório e, futuramente, de um teatro."